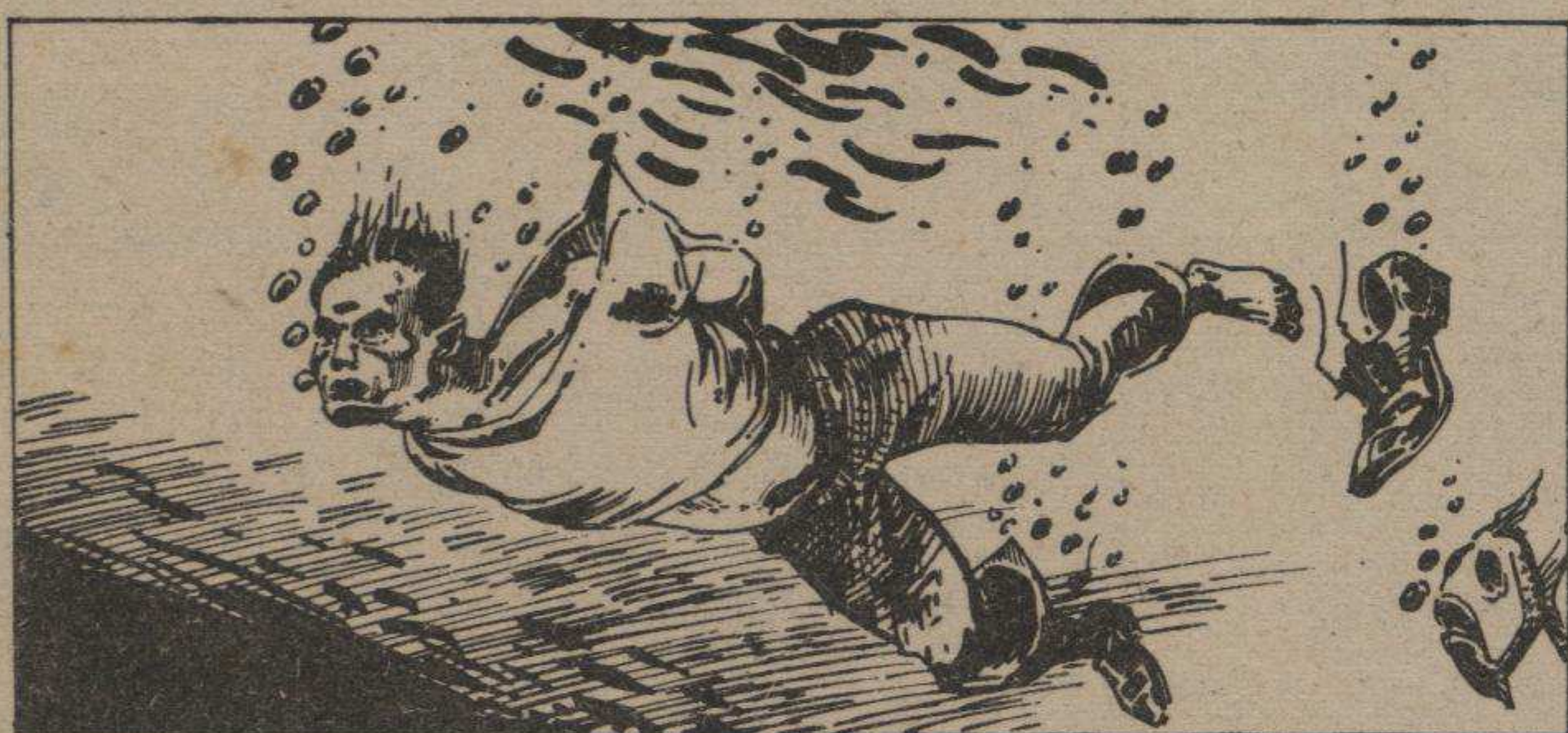


COO JORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Especial

A EMOCÃO DAS VELHAS ELEIÇÕES



VOLTA O CASO "MÃOS AMARRADAS"



O SEQUESTRO

Pela primeira vez toda a história do sequestro do Caravelle da Cruzeiro em 70



Dono de 9 fábricas de calçados faz a maior campanha do Brasil.

STRASSBURGER

Até onde pode ir um candidato muito rico?

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bomes da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro, Tomás Pereira, Waldemar Teixeira, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Marco Antônio Schuster, Rafael Guimarães, Najar Tubino, Leonardo Dourado, José Onofre, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Lillian Bem David, Jorge Gallina Assis Hoffmann, Baru Derkin, Maureci Santos (editores, repórteres, diagramadores, fotógrafos), Luiz Recena Grassi (Brasil), Gilberto Pautletti (Rio), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (São Paulo), Gleizer Soares (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paulo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva Dür (Alemanha), Moena Bauer (México), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Jorque), José Reis, Marta Biavascchi, Luiz Fernando Gomes (arquivo e laboratório), Sérgio Batsow, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré (arte).

Industrial
Francisco Alba (coordenador), Lindomar da Silva, Estela Mari de Carvalho, Sílvia Berni, Edison Ubriratan Trindade (revisão), Carlos Milton Rios (produção), Júlio Ferrari, Atil Vinetoni, Perci Dutra (fotolito), Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (fotocomposição), Olmirio Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (montagem).

Administração
Eládio Vieira da Cunha
Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Cleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Regina Maria Babke, Gilberto Taurino

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 - Porto Alegre - RS
Fones 218984 e 240951 - Telex (051) 1605
Registro nº 33170 / Livro A 1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Emanuel Matos, Baru Derkin, Jorge Gallina, Ricardo Chaves, Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schiffino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello, Regina Vasquez (Conselheiros Fiscais), Assis Hoffmann, Elmar Bomes, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha, Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Carlos Karnas, Edgar Vasquez, Carlos Dorneles, Adélia Yates Silva, Ademir Vargas de Freitas, Angela Riccardi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bomes da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacilio Griot, Paulo de Tasso Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Inino Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossman, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Lara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello, Telmo Zanini, Lara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintonitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Comercindo Cotinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pautletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavanini, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tonello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnould, Ivan Pinheiro Machado, Marconi João da Silva, Luiz Augusto Rebêis de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamarado Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueiredo, Iaraopran Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Artech, Neusa Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Naira Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verilaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Melo, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaca, Severino de Araújo Cões, Fernando Guedes, Neltair Rebêis de Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise Vde Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Juandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Lavigneira, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloi da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Eneidi Francisco, José Roberto Carcer, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cláudio Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martín, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldemar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Enio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smitt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Orides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luiz Goulart Préviti, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Carcer Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Bessio da Trindade, Rômulo Kraitz, Vera Maria Bosak, Raimundo Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Teixeira, Maria da Graça Seligman, Marcelo Lopes, Ayrton Centeno, Celso Augusto Schroder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Baru Derkin, Lucila Camargo e Paulo Marconi.

Associado a
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Aí estamos nós com um novo presidente, que promete nos democratizar nem que seja à tapa. Felizmente ainda temos cinco meses para entrar nos eixos. É um prazo razoável, não nos devemos queixar. Afinal, o governo, coitado, há 14 anos sofre nas mãos da gente. É justo que exija um pouco de compreensão e esteja disposto a ir até no tabefe se a gente não deixar de ser arbitrário, intolerante, despótico. A paciência tem limites, leitor.

Ou você acha que é brincadeira agüentar 14 anos num regime como esse que nós temos imposto aos nossos governantes? Agüentar 110 milhões de pessoas cheias de problemas? Não é mole, companheiro. Manter esse pessoal nos eixos para que eles não façam greves, não se organizem, não reclamem da censura, não fiquem exigindo coisa, querendo se meter onde não devem, achando que sabem escolher presidente e que sabem o que é bom pra eles... É dose para qualquer leão. Você não acha? Claro que é.

Como é que se faz para ser um democrata perfeito sem precisar levar pescoções para entender as coisas? Bom, isso é realmente complicado. Nós, por exemplo, ainda não sabemos bem. Sabe como é, a gente não está muito preparado para isso. Dizem que o fundamental numa democracia é a liberdade. Então, parece primário que devemos dar toda a liberdade ao governo. Garantir-lhe o direito de se expressar livremente, direito de se reunir, de debater livremente os seus problemas, direito de greve, etc. Tudo isso é instrumento indispensável para que um governo se sinta numa democracia.

Claro que nós não vamos abrir assim de cara. Vamos aos poucos, lenta, gradual e seguramente. E, cá pra nós, vamos exigir: liberdade mas com responsabilidade. O governo vai entender. O novo presidente não vai cair de pau em cima da gente só porque a gente vai exigir um pouquinho de responsabilidade para que ele desfrute de todas as regalias de um regime democrático.

De qualquer modo, é melhor ir com calma. O homem é bom, mas meio estourado, não convém provocar senão vamos estragar tudo. Por isso, o melhor mesmo é ir por ele. Ele vai dizendo e a gente vai fazendo, fazendo, quando vê já deu ao homem o país que ele tanto almeja. Fique tranqüilo, ele pensa em tudo, sabe muito bem o que quer e tem uma assessoria muito atilada.

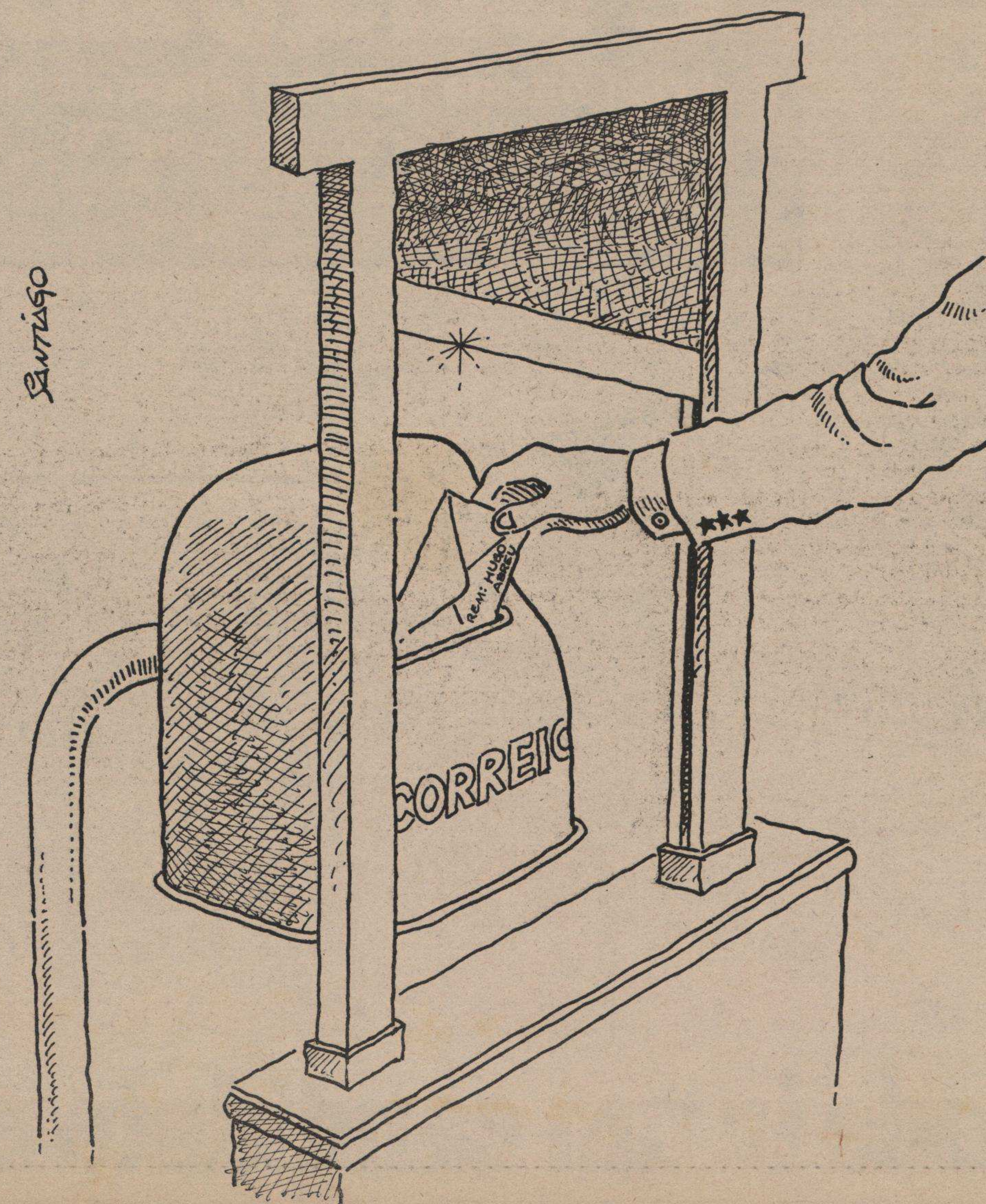
Qualquer dia desses você vai ver: um camêlo daqueles ali da Rua da Praia vai estar na esquina anunciando aos berros "um novo guia prático para se tornar um democrata". Você compra e faz tudo o que o livrinho mandar, que não tem erro. Tá?

O editor

PS: Se você é dos apressados, já pode ir treinando. Por exemplo: quando estiver telefonando e ouvir aqueles barulhinhos no telefone, não xingue a mãe do censor. Um bom democrata relativo não xinga a mãe de ninguém, nem do censor.

Tiragem desta edição: 30 mil exemplares

SANTIAGO



Brasil potência

Pelas páginas do Coojornal tomei conhecimento da interessante reportagem sobre Golbery, o "cérebro do regime". Lembrou-me do livro "Argentina-Brasil — quatro séculos de rivalidade", editado na Argentina e não traduzido no Brasil. É uma análise interessante feita por Miguel Angel Scenna, que no capítulo V trata da política idealizada por Golbery. Diz o livro, referindo-se ao período em que Costa e Silva assumiu:

"Era o momento para reordenar planos para levar de maneira acelerada o desenvolvimento ao imenso interior submerso e atrasado (do Brasil). Assim nasceu o processo que os brasileiros chamam de "interiorização", tendente a explorar, povoar, modernizar e integrar as regiões do norte e do oeste. Para isso e como passo prévio, procedeu-se a um estudo intensivo e desapaixonado do panorama brasileiro, tal como se apresentava na sétima década do século XX. Dos geopolíticos que se aproximaram do problema, sobressai a figura do general Golbery do Couto e Silva, que publicou em 1967 "Geopolítica do Brasil", ilustrativo panorama da nação brasileira. Sem alcançar a agudeza e profundidade de seu predecessor, Mário Travassos, o estudo está elaborado com clara inteligência e com seguras projeções do que o Brasil tem que vir a ser.

"Alguns pontos de partida são os clássicos: o Brasil, como país subdesenvolvido, não pode alcançar por si só o nível de alta tecnologia que prima no mundo desenvolvido. Para isso deve aceitar a tutela de uma grande potência que lhe leve a técnica e facilite os capitais necessários, já que por si nenhum país subdesenvolvido está em condições de alcançá-lo pelo trabalho interno. Determinada a premissa, o país assinalado para o papel dirigente é os Estados Unidos, a que o Brasil deve se submeter para alcançar e conservar a categoria de satélite privilegiado (...)

"A geopolítica mundial, tal como a vê Couto e Silva, favorece e determina o papel subordinado do Brasil frente à potência maior do continente. O ângulo nordeste brasileiro, ao adiantar-se em direção ao Atlântico, é um verdadeiro porta-aviões insubmergível para as forças aéreas estadunidenses em eventual conflito intercontinental, pois que não pode ser melhor base para atacar, através da África, o flanco sul do bloco socialista. Esses antecedentes justificam uma importante consequência: enquanto os Estados Unidos é um líder do Atlântico Norte, o Brasil está destinado a ser a potência hegemônica da América do Sul. (...) Na teoria de Couto e Silva não entra nem por hipótese a possibilidade de uma concorrência e rivalidade da África do Sul ou da Argentina. São sensivelmente ignoradas. O Brasil deve dominar a zona por destino manifesto, por desígnio divino ou pelo que seja, porém, deve obtê-lo.

"Para alcançar os altos fins a que a geopolítica lhe destina, o Brasil deve superar as circunstâncias internas desfavoráveis. E é neste aspecto onde nosso autor apresenta um pensamento original. Considera o Brasil como um gigantesco deserto salpicado por um arquipélago de ilhotas demográficas. O Núcleo Central estaria em torno do clássico triângulo dinâmico Rio—Belo Horizonte—São Paulo, e rodeando esse foco vital detecta uma série de "penínsulas": a do Nordeste, que inclui os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, península essencialmente subdesenvolvida e açoitada por uma miséria crônica. A "península" Centro-Oeste, que inclui boa parte do Mato Grosso e Minas Gerais, e finalmente a "península" Sul, seguindo o eixo atlântico que vai de Florianópolis até Porto Alegre. Estas "penínsulas" se unem com o Núcleo Central, mas não entre si, através das vias de comunicação formadas pelas ferrovias e pelos caminhos-troncos, aos quais chama de "istmos". Mais aiem deste complexo continente a dentro, totalmente isolada tanto do Núcleo Central como das "penínsulas", Couto e Silva destaca a "ilha" Amazônica, sem comunicação por terra, de outros setores do país.

"(...) Para superar esses desníveis geopolíticos, Couto e Silva propõe em primeiro lugar expandir a área do Núcleo Central e as "penínsulas", até fundi-las e

CARTAS

conformar um único e sólido bloco demográfico em eficiente desenvolvimento. Para isso se deve pôr em prática uma colonização nacional, planificada e dirigida pelo Estado, trasladando a população dos núcleos subdesenvolvidos e superpovoados, de forma tal que, ao mesmo tempo que se alivia a pressão demográfica dessas regiões, se incorporariam territórios despovoados, abrindo-lhes o caminho à produção. (...)

"Deste desenvolvimento interno surgirá a projeção do Brasil sobre o resto da América do Sul. A este respeito, Couto e Silva segue também a Travassos em sua concepção geopolítica continental. Consigna uma importância muito especial à "península" Centro-Oeste (Mato Grosso) como centro de irradiação em direção de Bolívia e Paraguai, pois, como seu antecessor, sustenta que o fiel da balança continental, a chave da América do Sul está no altiplano boliviano, ao qual o Brasil deve dominar para alcançar e reter a hegemonia. (...) Além disto, para deter, travar e eventualmente desintegrar um Pacto Andino, ao Brasil basta o predomínio sobre a Bolívia, chave do sistema. Atribui também suma importância à "ilha" Amazônica para uma futura projeção brasileira. Desenvolvendo-a e integrando-a ao restante da nação, o Brasil influirá por seu próprio peso não só sobre o Peru e Equador, como também Colômbia, Venezuela e as Guianas."

Arnaldo Bauer, Porto Alegre, RS

Gênio da raça

Quero me congratular com esse jornal pela matéria de capa sobre o gênio da nossa raça brasileira, o ex-general e ministro aposentado do Tribunal de Contas, Golbery do Couto e Silva.

Qual não foi minha surpresa ao descobrir, lendo a reportagem, que eu não sabia nada sobre quem foram os autores do nosso drama nacional? Como os telespectadores vulgares de telenovelas, eu também andei confundindo, nestes últimos 14 anos, os atores com seus personagens e via seu desenrolar como se a estória tivesse motor próprio.

Em bom e oportuno tempo, um repórter conseguiu levantar a cortina do fundo do palco, pondo à mostra os seus bastidores, onde os verdadeiros diretores compunham os textos e organizavam a cena.

Além disso, quero elogiar a prosa vibrante do autor, pois há muito tempo não via uma reportagem que, desde a intrigante epígrafe, levou-me sem respeito até seu final, presa pelo mistério e pelas informações reveladoras ali colocadas com grande densidade e inigualável leveza.

Conceição Mendes Rocha, Rio de Janeiro, RJ

Sem candidato

Chegamos a mais um período eleitoral, onde centenas de candidatos procuram, por todos os meios imagináveis, tornar conhecidos seus nomes, números e feitos, na clara tentativa da conquista de votos.

Mas, pergunto, que condições têm os operários hoje de lançar um candidato que realmente seja representativo da classe? Os candidatos que aí estão, quem os lançou? Com que direito podem se dizer representantes e defensores dos interesses dos trabalhadores, se estes não participam do processo de escolha destes candidatos?

E, se estes candidatos são lançados de uma forma distante dos trabalhadores, como poderão estes cobrar um trabalho mais conseqüente, voltado para seus interesses? A verdade é que não temos um candidato operário comprometido com a causa dos trabalhadores, com comprovada consciência de classe, fundamentada por um trabalho também consciente.

Nelson Edi G. de Sá, Novo Hamburgo, RS



Bionice

O Rio Grande do Sul conta hoje com mais um governador biônico, político que numa eleição direta e democrática jamais chegaria a tal cargo.

Além dos fenômenos ecológicos, climáticos frustração das safras agrícolas, finanças falidas e o bisonho governo do Sr. Sinval Guazzelli, fomos "contemplados" com a figura do sr. Amaral de Souza, cujas íntimas ligações com meia dúzia de deputados extremistas da Assembléia Legislativa, entre eles o inconseqüente que lidera a bancada da Arena, são públicas e notórias.

O Rio Grande do Sul vai viver quatro anos tormentosos, com um político sem a menor expressão, que é a imagem do governador de Pernambuco, o façanhudo Moura Cavalcanti, uma das tantas mediocridades que o sistema guindou a cargos que tais elementos nunca atingiriam através do voto direto.

Pobre Rio Grande!
Adacy Martins de Souza, Cachoeira do Sul, RS

Três a zero

Neste 20 de setembro comemoramos uma data muito importante da História do Brasil, a Revolução Farroupilha — sangue derramado para libertar o povo brasileiro do jugo dos onipotentes da época, por mais liberdades e por mais justiça.

Hoje, passados 143 anos, parece que ainda não chegamos a nos libertar do mesmo sistema, pois é vergonhoso estarmos às vésperas de uma eleição e não termos o direito de escolhermos livremente os homens que irão nos governar. Apenas entramos no espetáculo como simples espectadores, sem direito de discordar de qualquer coisa.

Restam-nos ver fotografias de certos candidatos apregoando-se como santos milagreiros, quando sabemos muito bem que só sabem dizer *amém*. Está na hora de acabar com esta farsa e dar ao povo o direito de escolher seus mandatários pelo voto direto. Quando aos que poderiam merecer nosso voto só nos deixam ver suas fotografias: não deixam os candidatos exporem suas idéias, seus programas de ação; somos obrigados a par-

ticipar de uma verdadeira festa de mudos.

Isto só acontece porque o governo tem medo de enfrentar o povo. Porque, se um Paulo Brossard ou um Pedro Simon pudessem falar pela televisão e pelo rádio, seria pelo menos 3 a 0 pra nós.

Heitor Machiavelli, Tapera, RS

Velha Palmeira!

Velha Palmeira esquecida!
De tantas lutas que enfrentou no passado, agora só resta saudade. Deste povo heróico e lutador, ficou para trás só o nome de muitos entes queridos. Agora, seus políticos são eleitos e empossados sob uma farsa.

Velha Palmeira esquecida!
O que restam agora são seus ricaços, impunes com o engatamento do tão falado adubo-papel, que, de um processo sério, transformou-se vergonhosamente em pura política.

Daniel Ferreira Tasso, Palmeira das Missões, RS

Os socialistas

Agradou-me bastante a maneira como foi editada a entrevista que tinha o título

"Os socialistas de ontem". Apesar de todos os cortes, acho que a entrevista ainda ficou muito boa. Se o que foi cortado dizia respeito a minha pessoa, não valeria mesmo o espaço que iria ocupar.

Devo dizer que ainda não conhecia o *Coojornal* e tive dele excelente impressão. Compreendi que, lendo este jornal, fica-se muito mais bem-informado do que lendo os jornais tradicionais. Apesar de meus 83 anos (não os 86 que me dá o jornal), continuarei ao dispor do *Coojornal* para o que possa ser útil.

Bruno Lima, Pelotas, RS

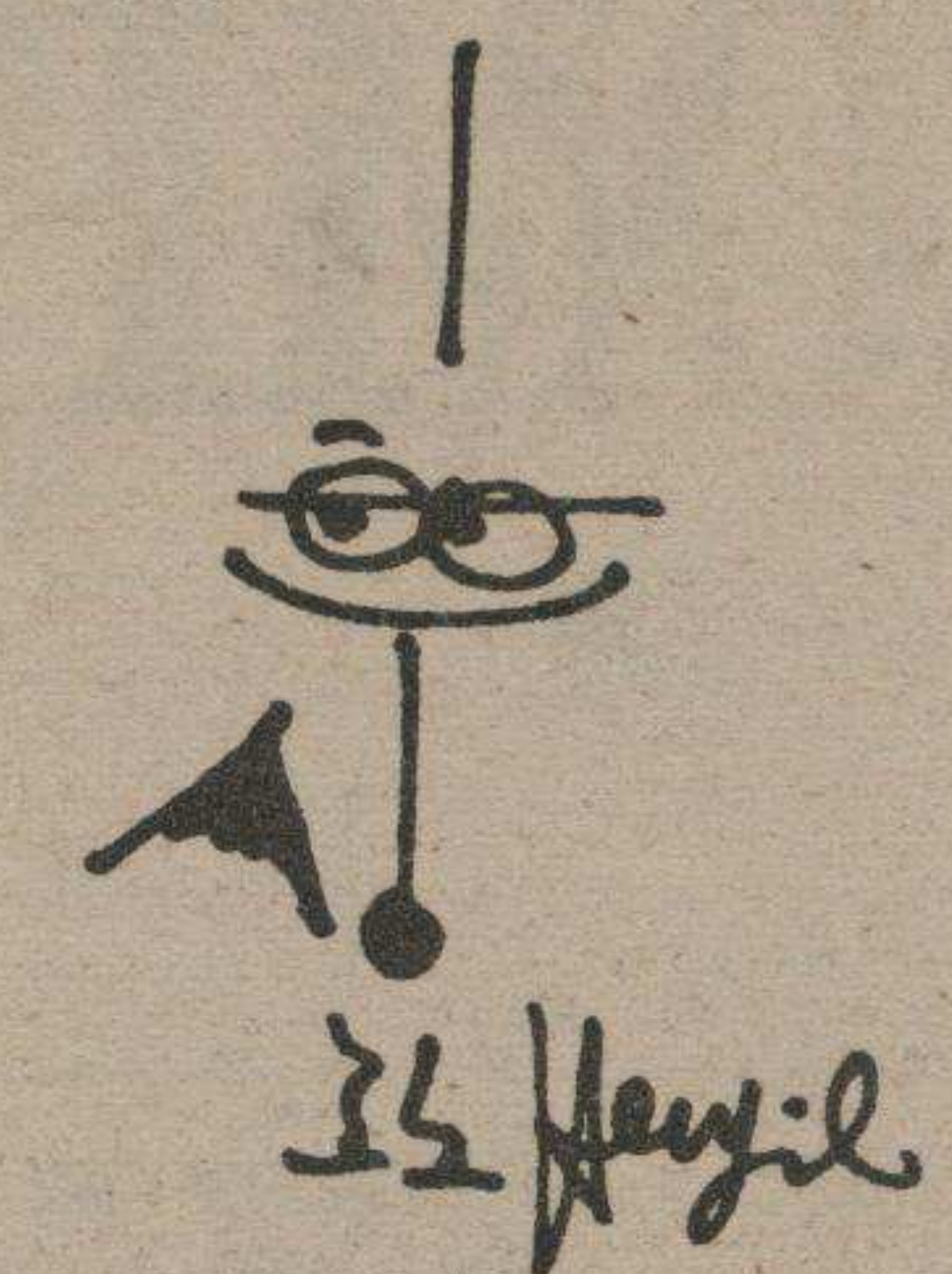
Ouroville

Para o conhecimento de seus leitores, gostaríamos de ver divulgado o telex que enviamos ao sr. Presidente da República no último dia 22 de setembro. A mensagem é a seguinte, e foi baseada também na reportagem publicada por este jornal sobre este assunto:

"É nossa obrigação de cidadãos conscientes denunciar a implantação ilegal e irregular do projeto imobiliário Ouroville em precioso altiplano da Serra Geral, no Rio Grande do Sul, em plenas nascentes dos rios dos Sinos e Maquiné. Trata-se de área de preservação de grande beleza cênica. Já foram causados estragos irreversíveis e a execução do projeto significará estragos ainda maiores. A Secretaria do Planejamento do Rio Grande do Sul já teve que embargar e mandar desfazer barragem também ilegal ali construída pelos promotores do projeto e que ameaçava povoado de Maquiné. Além da destruição de insubstituível patrimônio natural, o povoamento desta área significará poluição do curso superior do Rio dos Sinos e afluentes, que muito em breve serão os últimos mananciais de água potável para a Grande Porto Alegre. Este projeto viola frontalmente o artigo segundo do Código Florestal e o decreto 50.813, de 20 de junho de 1961, que declara protegidas as florestas ali situadas. Apelamos a vossêndia determine imediata e enérgica ação do órgão responsável de preservação de nosso patrimônio natural, o IBDF, que tem como obrigação fazer valer a lei, coibindo profanação e devastação destes últimos redutos de nossa flora, fauna e belezas paisagísticas. Respeitosas Saudações." a) AGAPAN, ABFG e ASPRAM.

Josafá Santana Braga, Porto Alegre, RS

ASSINE O
COOJORNAL!



COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO

A experiência das cooperativas no capitalismo alemão

Cooperativas e Capitalismo. A Experiência Alemã.

Erik Boettcher Walter Hamm
Friedrich Klein Harry Westermann

Eles estão descrevendo toda a experiência do cooperativismo alemão na busca da sua adaptação com o regime capitalista.

Uma publicação da Coojornal em convênio com a Fidene de Ijuí, com o patrocínio da Cotrijui.

COLEÇÃO COOPERATIVISMO. SELO DEBATE Nº 1.

Preço de capa: Cr\$ 75,00

Faça seu pedido pelo reembolso.

Preencha este cupom e remeta para a Coojornal.

cooJORNAL Rua Comendador Coruja, 366,372
90.000 - Porto Alegre - RS

Nome: _____

Rua: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

Assinatura _____

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o pedido

Coojornal — outubro de 1978

Cartilha ambígua

Tomo a liberdade de apresentar minha opinião sobre a Cartilha de Educação Política, editada pelos bispos gaúchos. A meu ver, os 20 bispos do Estado e suas assessorias produziram um documento medíocre que nem de longe pode ser comparado aos similares da CNBB nacional e bispos do centro-oeste e nordeste. É um documento ambíguo que está se prestando a demagógicas explorações eleitorais por parte das duas siglas políticas oficialmente existentes. É reacionário, pois nada acrescenta à *Rerum Novarum* do final do século passado.

A base do documento é dogmática. Nada mais haveria a descobrir ou a discutir. A verdade estaria com os bispos, com a Bíblia, cujas fartas e fastidiosas citações abonariam as afirmações de suas excelências.

E quando examina a política do tempo de Cristo, o documento incorre em simplificações grosseiras para extrair, como sempre, que o posicionamento de Cristo foi o mais correto, divino. Todavia, é difícil ao grande público saber qual foi a conduta de Cristo, qual seria hoje. Mesmo porque este posicionamento não se reflete na Igreja hoje, que vai da extrema-esquerda à extrema-direita, que chama esta ambigüidade de tolerância democrática, que tem e amplia seu patrimônio com fartas ações em sólidas multinacionais.

A cartilha pretende ser discutida, mas o que discutir se tudo já está definido desde o princípio? Reunir-se para ver como obedecer melhor? E que moral tem a Igreja para dizer que "sem você a coisa não anda", se o exemplo que dá é exatamente o oposto? Se a eleição do Papa é ultra-sigilosa e feita por pouco mais de cem cardeais em mais de 500 milhões de católicos? O processo de escolha dos bispos e vigários não é menos antidemocrático. Não surpreende, pois, que Tarso Dutra, busque nestes exemplos argumentos para sua bionice.

Diz a cartilha: "Política quer dizer a nossa vida dentro da sociedade orga-



nizada onde há quem manda e quem obedece". Que dizer desta fina flor de fascismo? A "explicação" do surgimento do Estado, das instituições sociais são abusivamente banais e sequer têm respaldo científico sério. Em resumo, sob pretexto nada humilde de serem os porta-vozes de Deus, os 20 bispos do RS e suas assessorias prestam mais um serviço de desorientação ao público.

Ernesto Cassol, Erechim, RS

A história vinga

Estamos vivendo numa época de recordações e por isso é sempre aproveitável, quando menos como lição de humildade, olhar para o passado, esmiuçar e averiguar os nobres sentimentos dos que nos precederam: "O abuso e o perigo surgem em qualquer país, quando o exército se torna o elemento preponderante e tem a pretensão de fazer a lei em vez de a cumprir" (F. Chalmers). E o

involvidável Osório, patrono da Cavalaria, dizia: "A força dos governos não reside nos canhões nem nas metralhadoras, nem no despotismo e na violência contra os povos, e sim no império da justiça e no respeito à Lei".

Há mais de 15 anos que tenho pesquisado a história da Campanha do Paraguai, e fico estupefado por ver tantos heróis de mentira, tantas estátuas em homenagem a estes. Isto também me traz à lembrança as palavras de Vargas Villa, ditas há quase 100 anos: "Quando se ven desaparicions tranquilas de déspotas, estos desafios insolentes al sufrimiento de los pueblos, se hace difícil que haya quien ante aquellos sepulcros hable de la eterna justicia; entonces no queda sino una vengadora terrible; la Historia..."

Wilmar Lutz Farias, São Leopoldo, RS

Primeiro nanico

Como é dever de todos nós zelar pela verdade histórica do jornalismo brasileiro,

peço vênha ao sr. editor para as considerações e subsídios históricos abaixo.

Li na revista de cultura *Encontros com a Civilização Brasileira* o artigo do professor S. G. Bruguês sobre a imprensa marginal no Brasil, com o título "A Imprensa Brasileira após 1964". Diz ele que "a imprensa nanica nasceu, na realidade, com a experiência do jornal *Binômio*, em 1952, em Belo Horizonte, e que sobreviveu até 1964".

Acho que datar o nascimento da imprensa nanica de 1952 é desconhecer a existência de jornais marginais, combativos, avessos à bajulação oficial. É fazer história capenga! Já em 1895, no governo de Prudente de Moraes, havia *O Primeiro de Maio*, jornal que saiu uma só vez; em 1896 tivemos *O Socialista*, com artigos em alemão, italiano e espanhol.

É bem possível que a imprensa marginal tenha raízes mais antigas. Dezenas de pasquins, durante o Império, nasciam para morrer no terceiro número. Não seriam marginais? Acho que não podemos atribuir ao *Binômio* a glória do surgimento, no Brasil, da imprensa marginal, Fiat veritas!

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

A unanimidade

A cada dia que passa, mais se acentua a importância e influência do compositor Chico Buarque de Holanda em nosso panorama cultural. A novela *Pecado Rasgado*, o recente show de Paulinho da Viola (*Vela no Breu*) e o no LP de Belchior (*Todos os sentidos*) são títulos tirados de versos de músicas de Chico Buarque. Some-se a isto a coincidência temática da dupla Roberto-Erasmo Carlos ("Lá vem a temporada de caça...") flagrantemente calçada em *Passaredo*.

A respeito dele, disse o crítico de música Sérgio Cabral: "É um artista que nunca teve que lutar pelo sucesso, mas contra". Mas há também os que lhe negam valor porque não admitem que ele, sem as dificuldades financeiras dos pedros pedreiros que inspiram suas canções, mergulhando em sua piscina e tomando um uísque, fique a meditar e a discorrer sobre a miséria dos severinos que constroem o metrô. Naturalmente, cegos por sua burrice, se esquecem de que só do alto se pode considerar a planície.

Houve época em que ele, via Gláuber Rocha, era considerado uma espécie de Errol Flynn, um herói nacional, que ficava lá cutucando, dizendo as coisas pela gente. Contra isto, também reagiu e resistiu sempre a roda-viva em torno de sua pessoa, uma atitude digna que é quase um símbolo de sua coerência.

Recentemente, quando da estréia de sua peça *Ópera do Malandro*, jornais e revistas cederam espaços para suas entrevistas, o que é sempre substancial: deglutir suas palavras é tão vital para nós e tão indigesto para os que estão no poder, motivo pelo qual lhe movem uma feroz censura.

Chico até confunde os críticos. A revista *Veja* de dois de agosto atribui a autoria da frase "a única unanimidade do país" ao teatrólogo Nelson Rodrigues. Na verdade a frase é de Milor Fernandes, que disse de Chico Buarque: "É a maior unanimidade viva do país". Aliás, Nelson Rodrigues, jamais diria tal frase a respeito de Chico, porque não reconhece nenhum valor nesse que é o nosso maior e mais fecundo compositor popular.

Renato José de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

Extraterra

Continuo aqui, na luta, tentando, com muitas dificuldades e incompreensão, editar normalmente o *OVNI*, pequeno jornal que divulga questões sobre o ovnismo e outros fatores extraterrestres. Quem desejar contribuir de qualquer maneira, principalmente financeiramente, para que o ovnismo cresça e continue sempre evoluindo e se reestruturando, poderá escrever para o seguinte endereço, em meu nome: Caixa Postal, 7.052, São Paulo, Capital, CEP 01000. A assinatura anual do *OVNI* custa 100 cruzeiros, a partir do número 9. Incluindo números atrasados, a assinatura custa 160 cruzeiros.

Luiz Rebouças Torres, São Paulo, SP

COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística. É uma experiência com mais de quatro anos e quase 30 clientes.

Conte com a Coojornal em:

Serviços editoriais

Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe. Edição de revistas, livros,

jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não. Artes, lay-outs e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc.

Serviços gráficos

Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.

Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais

Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de

fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores. Produção e impressão off-set de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

COOJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA. Rua Comendador Coruja, 366/372 Fones: 24.0951 e 21.8984 - Telex (051)1605 90000 - Porto Alegre - RS

CANDIDATO S.A.

Por Elmar Bones

O empresário Cláudio Strassburger faz a maior e a mais cara campanha do Rio Grande do Sul. Quantos votos ele quer?

Cláudio Ennio Strassburger é um dos mais bem sucedidos empresários gaúchos. Há trinta anos, ele herdou uma pequena fábrica de sandálias, com 32 empregados. Hoje, dirige um dos maiores grupos produtores de calçados do país, com oito fábricas e outras três empresas complementares — uma indústria mecânica e duas firmas comerciais.

O número de seus empregados sobe a quase 4 mil e a previsão, para o balanço a encerrar-se em maio próximo, é de um faturamento de 800 milhões de cruzeiros, correspondentes à venda de mais de 4 milhões de pares de chinelos, sandálias e sapatos.

Ao currículo do empresário Strassburger deve-se acrescentar ainda que ele é o pioneiro das exportações de calçados brasileiros. Conta-se que, num tempo em que ninguém pensava que o Brasil pudesse vender sapatos para o estrangeiro, ele batia na porta das grandes cadeias de lojas americanas com uma pasta na mão, tentando vender o seu peixe. Valeu a pena: sua empresa cresceu em cima deste filão e ainda hoje 40% do faturamento dela vem do exterior.

Seus assessores, para reforçar a idéia de que, acima de tudo ele é um homem simples e trabalhador, contam que já foi muito comum encontrá-lo às 5 e meia da manhã, já no galpão, tomando chimarrão com os contramestres. Isso em outros tempos, porque nos últimos quatro anos, o dr. Cláudio ou simplesmente o doutor — Como o chamam os seus auxiliares mais próximos — vem dedicando uma porção cada vez maior do seu precioso tempo à política.

Nesse terreno, aliás, ele iniciou com um pequeno fracasso. Foi há 20 anos quando concorreu pela legenda do extinto PTB à prefeitura de Campo Bom, sua cidade e foi derrotado por um ex-barbeiro chamado Adriano Dias. Depois disso nunca mais concorreu a cargo eletivo, preferindo extrair prestígio político não das urnas, que lhe tinham sido ingratas, mas da sua atuação como empresário.

Isto seria relativamente fácil depois de 68, dada a importância que o setor de calçados adquiriu no modelo exportador montado por Delfim Netto, tornando-se desde o início o primeiro item da lista de manufaturados que o Brasil vende para o exterior. O governo soube reconhecer a liderança do dr. Cláudio neste meio, que é considerado o mais avançado do empresariado gaúcho, e premiar o seu esforço.

Agradecido, ele filiou-se à Arena e ganhou a Secretaria da Indústria e Comércio em 1974, quando Sinval Guazzelli assumiu o governo gaúcho. Dois anos depois, já deu uma demonstração de prestígio eleitoral quando a prefeitura de Campo Bom foi ganha por um funcionário da sua empresa e seu fiel colaborador há 15 anos — Nestor Guilherme Schneider, o Fips. Graças ao apoio decidido do patrão, Fips pôde eleger-se em Campo Bom, morando na cidade vizinha de Novo Hamburgo.

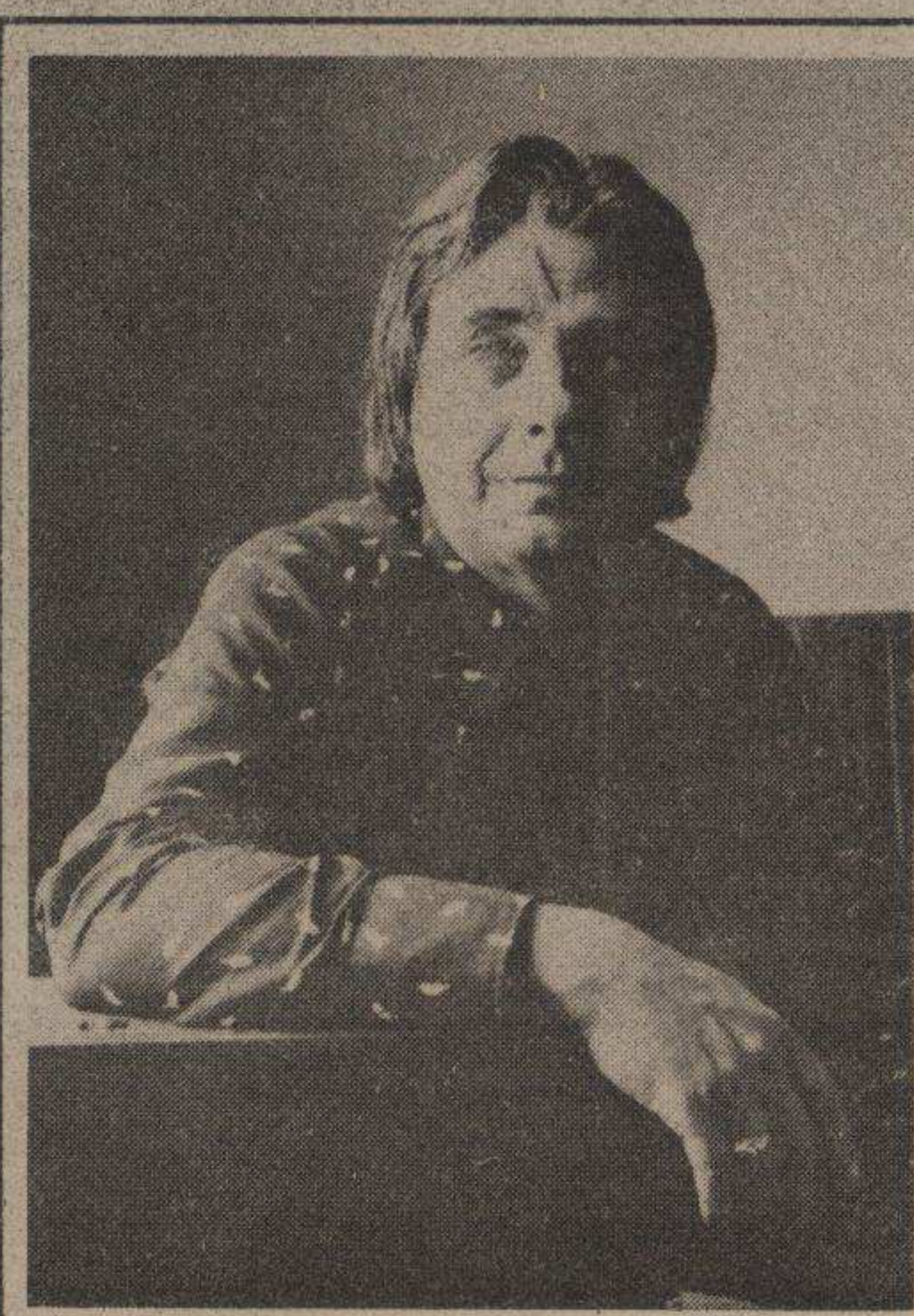
Como secretário de Estado não se pode dizer que o dr. Cláudio tenha imprimido o dinamismo e a eficiência que se esperava de um empresário como ele. Em compensação, nestes quase quatro anos montou um esquema que agora, no momento em que ele emprega o máximo de suas energias para obter uma cadeira no Congresso Nacional, revela-se de uma eficiência invejável. Sua campanha, apesar da condição de estreatante, surpreende pela dimensão, pela variedade de meios empregados, por alguns expedientes sofisticados que usa, pelo número de pessoas envolvidas. É a mais ampla, a mais organizada e bem bolada campanha que um



Em Quaraí, num comício com Teixeira e Mary Terezinha



Até num ônibus de Rivera, o 222



Fips: sinal de prestígio

candidato a deputado já fez no Estado. A ponto de não esquecer de obter para ele o número de registro 222, o mesmo da placa da Veraneio com que percorre o Estado, o mesmo da sua caixa postal em Campo Bom e o mesmo número de referência de uma das marcas de sapato que fabrica.

É tão grande a sua presença em todo o Estado que até alguns candidatos da Arena estão preocupados: "É demais, só se ouve falar no Strassburger", desabafou ao *Coojornal* o deputado Alexandre Machado, candidato à reeleição pelo partido do governo.

"É simplesmente aplastante", diz Américo Copetti, candidato do MDB de Novo Hamburgo. Embora seja candidato a deputado estadual, ele sente o peso da campanha do Strassburger devido à vinculação dos votos para as duas câmaras. E ele está no meio do fogo, pois Novo Hamburgo, São Leopoldo, Campo Bom, Sapiranga, todo o vale dos Sinos é o reduto eleitoral de Strassburger.

— Um dia desses, conta Copetti, havia uma festinha numa vila onde tem amigos nossos e um companheiro sugeriu: quem sabe a gente leva um barril de chopp para lá, pra animar o pessoal. Eu disse: tu tá louco rapaz, se o Strassburger sabe que nós levamos um barril de chopp, manda instalar uma fábrica de cerveja lá. Não provoca!

Copetti, candidato à reeleição, foi o 4º mais votado do MDB, em 74, com 34 mil votos. Fez 19 mil votos em Novo Hamburgo "sem fazer campanha" e se elegeu sem atravessar a ponte que liga sua cidade com São Leopoldo. Desta vez espera no máximo 10 mil votos em Novo Hamburgo. "Estou fugindo, estou indo buscar voto em Canela, Gramado, Garibaldi, até Passo Fundo porque aqui o homem tomou conta".

O vale do Rio dos Sinos tem um contingente de 150 mil eleitores aproximadamente, a maioria deles empregados nas fábricas de calçados. Ali, Strassburger tem dois comitês: um em Novo Hamburgo e outro em sua cidade, Campo Bom. É uma região tomada: um número incalculável de carros com decalcos de pelo menos cinco tipos ou tamanhos (uns com foto, nome e número, a maioria apenas com o 222, número de Strassburger), e, nos lugares mais inesperados uma profusão de círculos cor de laranja com o 222, que é uma espécie de símbolo da campanha e cujas dimensões vão desde o tamanho de um pires até gigantescos painéis iluminados por holofotes no pátio de algumas fábricas. Além disso, cartazes de todo o tamanho e uma inovação da campanha: os carros pintados com várias cores chamativas, cujo número vai aumentando à medida que se entra no Vale. Em toda a região há pelo menos 200 desses carros.

Em Campo Bom, cidade de 12 mil eleitores, de cada dez carros, pelo menos 6 andam com os decalcos de Strassburger, inclusive os seis táxis da praça principal.

Diz um dos motoristas:

— Sou do MDB, mas me pediram para botar o número aí, deixei, por mim... vou me incomodar...

Se esse aparato todo se restringisse aos municípios do Vale do Sinos, poderia ser razoável. Mas o impressionante é que ele aparece com igual vigor em cidades como Quaraí, Uruguai, Bagé, no outro extremo do Estado, na fronteira, até nos ônibus da cidade uruguaia de Rivera se vê seu número. Em Santa Rosa, no alto Uruguai, seu esquema está armado para cobrir uma área ao redor onde existem 100 mil eleitores. O diretório tem 10 coordenadores locais, cada um para uma área — agricultura, indústria, clubes, etc. — todos, pessoas influentes na cidade.

Até agora, Cláudio Strassburger já visitou 200 municípios e até o final da campanha terá visitado os 32 que faltam para alcançar todo Estado, segundo informações dadas por Chileno, o coordenador do Comitê de Campo Bom, que não dá o seu nome completo a jornalista nem se deixa fotografar. Para reforçar a informação ele se vira e aponta para o mapa pendurado às suas costas, onde os alfinetes de cabeça preta indicam as cidades já visitadas, os azuis indicam onde o dr. Cláudio faz dobradinha com o candidato local, os brancos indicam onde ele tem comitê, etc.

O motor da campanha, no entanto, está em Porto Alegre onde Strassburger tem dois comitês e um, digamos, núcleo de apoio. O primeiro deles, para receber a imprensa, políticos e pessoas influentes fica no terceiro andar do Edifício Itaú, na Rua da Praia. O segundo é para a arraia miúda, fica em cima da Churrascaria Urca, na esquina da praça XV. O núcleo de apoio funciona no 15º andar do edifício Banrisul, dentro da própria secretaria de Indústria e Comércio.

O coordenador oficial de toda a campanha é Ariosto Jaeger ex-líder do PSD, aposentado da política e do Tribunal de Contas, que atua no comitê do edifício Itaú. Os homens-chave, no entanto, são Demétrio de Moura Lima, diretor técnico da SIC, Delmar Morschel, que já foi alto funcionário da SIC, hoje é diretor da Bantrade, Antônio Dornéu Cardoso Maciel, ex-secretário da prefeitura de S. Francisco de Paula e atualmente chefe de gabinete do secretário na SIC.

Estão ativamente engajados na campanha ainda as seguintes pessoas: Rubens Torres, Lindomar Rigoni, Breno Thoen, Edson Machado, Sílvia François, José Francisco Vieiro (chefe do Banco de Informações da SIC), Renato Boeira, Raul Wolf, Terezinha Lovato, Lia Mariza Lima, quase todos funcionários da Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Cedic) à disposição da SIC. (A Secretaria de Indústria e Comércio tem mais ou menos 150 funcionários na sua sede, 90% dos quais são contratados pela Cedic, que é empresa de economia mista).

Quanto é que vai custar essa campanha? Este é um segredo que somente Strassburger e seus auxiliares mais íntimos sabem e não revelam. E, em torno dele, nem uma avaliação aproximada é fácil. Em primeiro lugar porque uma boa parte da promoção do seu nome é feita através do rádio, da TV e dos jornais, nos anúncios institucionais dos seus calçados. Até um ano atrás a marca mais famosa dos calçados que ele fabricava era Franciscano. Da metade do ano passado para cá, por coincidência na mesma época em que ele

DÉCIO FREITAS

Advogado

Av. Independência, 30 — Bloco B, ap. 1403
Tel. 24-64-86 — Das 15 às 19 horas

eneida serrano



Baru Denkin

Quem paga a pintura?

decidiu sua candidatura, tudo foi unificado sob o nome Strassburger.

Do início deste ano em diante o grupo Strassburger, que sempre foi um anunciante de porte médio, se tanto, transformou-se numa das maiores contas do Estado. Passou a patrocinar os programas esportivos das duas principais emissoras do Estado, a Guaíba e a Gaúcha. (Na Gaúcha uma cota mensal para patrocínio das jornadas esportivas custa aproximadamente 250 mil cruzeiros e na Guaíba deve ser duas vezes mais).

Em junho o grupo lançou o Relax, cuja idéia Strassburger trouxe do Japão, quando lá esteve em 1976 procurando atrair empresários japoneses para participarem de uma promoção do governo gaúcho, o I Seminário de Investimentos. O lançamento do Relax foi feito no Copacabana Palace, no Rio, com 600 convidados, entre eles altas autoridades e jornalistas de vários Estados. Então, o grupo tornou-se um anunciante de porte nacional, lançando pela Rede Globo para todo o país um filmetinho de 30 segundos com dois atores de novela — Marcelo Picci e Elizabeth Savalla, (um comercial de 30 segundos no Fantástico ou no Jornal Nacional custa atualmente 387 mil cruzeiros). No fundo do filme, num relance, aparecia o nº 222, que logo depois foi suprimido por temor ao TRE.

A agência de propaganda de Strassburger repele qualquer vinculação da campanha em cima da marca Strassburger e a campanha política do dono da empresa. Mas seus slogans são por demais sugestivos: "Strassburger, você confia no nome" ou "Você sabe onde Pisa". Também não é por acaso que tanto a marca dos calçados quanto o nome do candidato têm exatamente a mesma forma gráfica nos anúncios e nos panfletos.

Além do rádio, da TV e dos jornais, eles lançam mão de outros meios. Por exemplo: no Vale dos Sinos, Strassburger patrocina qualquer evento esportivo amador. Em Porto Alegre, foi fechado recentemente contrato com um grupo de fotógrafos de jornal e radialistas que trabalham nos jogos de futebol para eles usarem uma camiseta com a marca Strassburger. Os fotógrafos recebem 3 mil cruzeiros cada um e o pessoal de rádio, 5 mil cada um por mês. O contrato de um ano.

Outro indício de que a campanha publicitária e a política não são tão desvinculadas assim é a distribuição de pequenos brindes promovendo a marca dos calçados Strassburger, mas distribuídos por pessoal dos comitês políticos, como foi o caso de uma caixa de lixas para unhas que todos os salões de beleza de Porto Alegre receberam há pouco.

Outro exemplo: a dupla Teixeira e Mary Terezinha, cujo programa na rádio Farroupilha tem patrocínio de Strassburger e onde são dados prêmios para os ouvintes que mandarem cartas com a palavra Strassburger certa (uma das preocupações dos mentores da campanha é a dificuldade para se escrever o nome do Dr. Cláudio. Por isso eles fizeram tanta questão de um número facilmente assimilável). Teixeira e Mary têm viajado freqüentemente para animar os comícios do candidato no interior e o cantor disse que faz isso "apenas porque ele é um grande anunciante do meu programa".

Léo Fuhro, gerente da Publivar, admite que a propaganda do produto acaba promovendo o candidato, mas não vê outra saída: "Eles precisam anunciar maciçamente, pois produzem milhares de pares de calçados por dia, como vão vender isso sem anunciar?"

O que ele repele com veemência são os números publicados por jornais e revistas sobre o valor da conta Strassburger, que

CICA DE - A UNIÃO FAZ A FORÇA



Strassburger na Cicade: terras em troca do apoio



Material da campanha: caro e variado

tem variado entre 18 e 25 milhões de cruzeiros: "Pois é, até a Veja disse que é 25 milhões, é um absurdo". Mas ele não diz quanto é e no meio publicitário gaúcho ninguém acredita que fique abaixo dos 15 milhões.

Quando à parte da propaganda direta, apesar de ser aparentemente mais simples de avaliar, é na verdade muito difícil pois o esquema é muito engenhoso. Os dados que se consegue são todos imprecisos. Os decalcos e parte do material gráfico é feito, segundo informações dos funcionários do Comitê de Campo Bom, lá mesmo numa das fábricas de Strassburger. Fica apenas a evidência da quantidade nas ruas. Assim como os carros pintados. Segundo uma notícia publicada no jornal interno da MPM Propaganda, dia 18 de setembro, quem aceitava pintar o carro com o nome, o número e as cores de Strassburger recebia 10 mil cruzeiros.

Em Campo Bom, Chileno, o coordenador do comitê negou isso:

— Nós não pintamos carro nenhum. São pessoas simpatizantes que decidem pintar.

Mas um outro funcionário do mesmo comitê informou diferente:

— Agora não estão pintando mais, parece que acabou a verba. Em todo o caso conversando bem com o Chileno talvez saia. É só pegar o vale com ele e levar ali no Mut que ele pinta.

Mut é Helmut Schneider, figura conhecida na cidade, encarregado de pintar os carros. Era pago pelo comitê, que se encarrega da repintura depois das eleições.

O deputado da Oposição, Getúlio Dias denunciou em setembro que Strassburger lançara mão da lista de contribuintes do ICM, da lista dos associados da Federação das Indústrias e das Associações Comerciais e estava remetendo pelo Correio 200 mil cartas, pedindo votos. Segundo cálculos usados por todos os candidatos, o custo médio de uma remessa dessas — incluindo o porte, o papel, envelope e o santinho — custa 4 ou 5 cruzeiros por cada carta.

O total de cartas não foi confirmado. Mas certamente remessa foi feita e em um número considerável. Uma prova disto está pendurada na parede do Bar do Tony, na Rua Tiradentes, em Livramento. É uma carta assinada por Cláudio Strassburger, dirigida ao "Prezado Empresário Simeão Maciel", o proprietário do pequeno boteco. Segundo Simeão, todos os botecos da vila Júlio de Castilhos receberam. Para um número mais seletivo de comerciantes e empresários, foi enviada uma carta maior em que Strassburger se apresenta como defensor da livre iniciativa. Dentro do envelope, uma decalco, um envelope para resposta e uma ficha onde o destinatário é convidado a escrever o nome de três pessoas para serem procuradas.

Evidentemente, Cláudio Strassburger não é um candidato sozinho. Ele é o can-

didato da indústria calçadista do Rio Grande do Sul, especialmente dos grandes fabricantes que se beneficiaram muito nos últimos 14 anos da política de exportações. E não tem apenas o apoio moral. Os cinco maiores grupos do Vale do Sinos, por exemplo, contribuíram com um total de 2 milhões de cruzeiros para a sua campanha. Não é, também, por acaso que ele, na região, faz dobradinha com Niveo Leopoldo Friedrich, que deixou o sindicato das indústrias de Calçados de Novo Hamburgo para se candidatar.

Os calçadistas, pelos constantes contatos com o exterior em especial com os americanos, parecem formar o único grupo do empresariado local que tem idéia clara das mudanças que vão ocorrer no país. E, pela experiência que foram obrigados a ter de contatos estreitos com o governo e com os mecanismos da democracia americana, sabem que precisam se preparar para um novo tipo de atuação. Será importante em determinadas circunstâncias ter representantes políticos com força para fortalecer suas posições. O primeiro passo para isso é ter um deputado com considerável peso eleitoral.

Além da representação em si, um empresário como Strassburger, se tiver uma votação expressiva bem pode vir a ser um nome ministerial. É esse tipo de perspectiva que o anima a gastar muitas vezes mais do que irá receber como deputado federal, cujo salário de 90 mil por mês nem nos quatro anos cobrirá as despesas com a campanha.

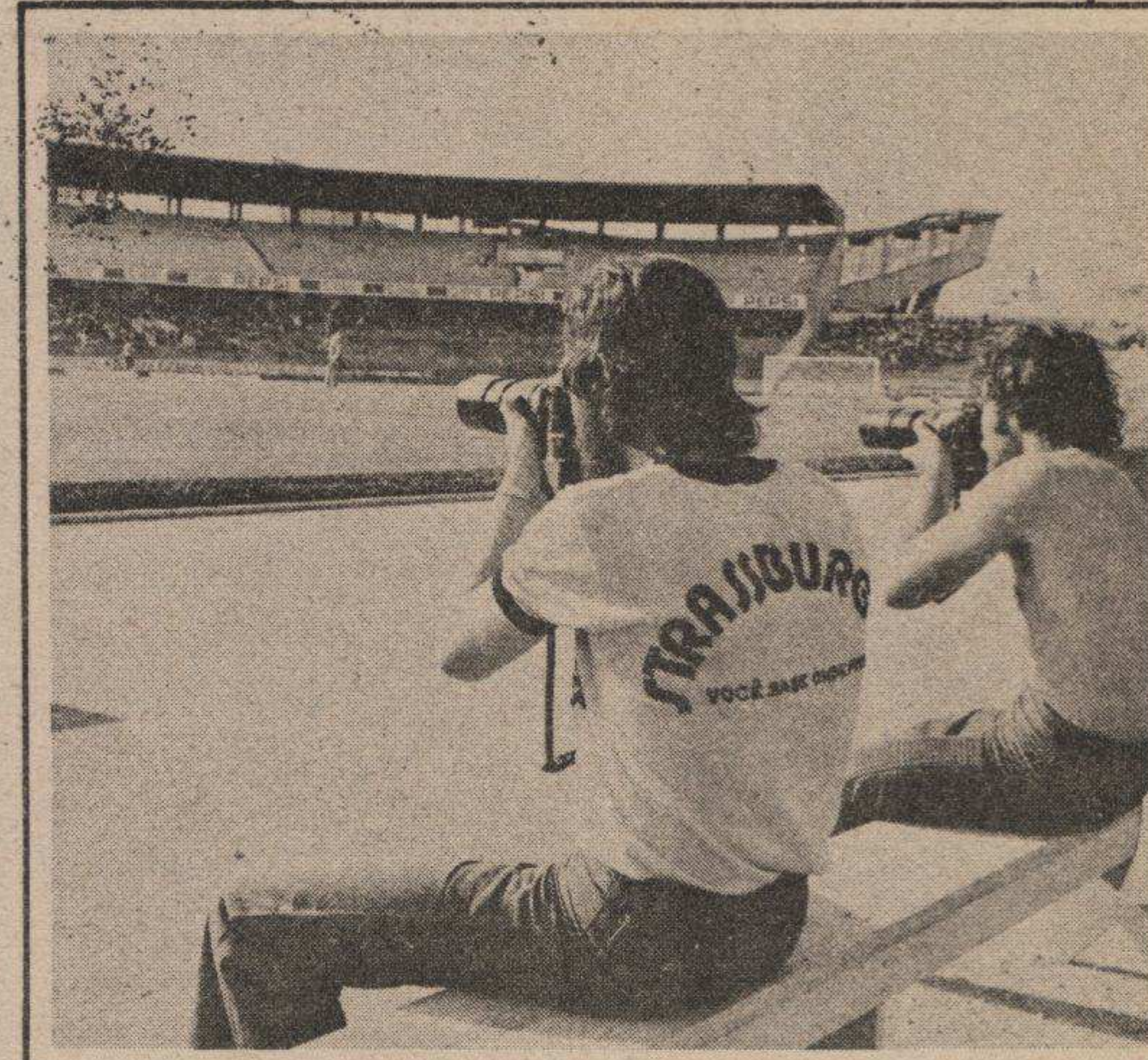
Um escândalo encoberto

Um conchavo político entre a Arena e o MDB, auxiliado pela omissão e a conivência da imprensa gaúcha, está encobrindo um caso semelhante ao da Fazenda Sarandi. Por enquanto só os jornais de fora abordaram corretamente o assunto.

Trata-se da compra dos 61,27 hectares de terra que a Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial, Cedic, fez em Bagé e pelos quais pagou à Cooperativa Industrial Regional de Carnes e Derivados, (Cicade) a quantia de 17,3 milhões de cruzeiros à vista. O negócio foi selado no dia 2 de junho, quando o governo do Estado foi instalado em Bagé.

Sinval Guazzelli e o secretário da Indústria e Comércio, Cláudio Strassburger — que estava há 14 dias de se desincompatibilizar para concorrer à câmara federal — assinaram a compra, pagando um preço 5 vezes superior ao recomendado pelo engenheiro Iba Ilha Moreira, perito em avaliações da Cedic. Moreira após uma pesquisa e estudo de mercado imobiliário da região fixou o preço da terra em 56,75 mil cruzeiros o hectare, mas Guazzelli e

ricardo chaves



Fotógrafos-propaganda

Strassburger autorizaram o pagamento de 280 mil cruzeiros o hectare.

De como o preço saltou de 57 mil para 280 mil cruzeiros, foi explicado por Abel Dourado, que está na Secretaria da Indústria e Comércio enquanto Strassburger faz sua campanha, numa melancólica reunião da comissão de Economia e Desenvolvimento da Assembléia do Estado, no dia 4 de outubro.

Em primeiro lugar, segundo Dourado, os vendedores não queriam vender a terra por menos de 320 mil cruzeiros o hectare. Procurou-se então um preço intermediário que atendesse o interesse de ambas as partes (?). Quanto à conveniência do negócio, Dourado e o presidente da Cedic, Carlos Anschau, fizeram como o velho Pilatos: lavaram as mãos, alegando que o governo apenas sacrementou os preços estabelecido por uma comissão de alto nível, formada por bageenses. O governador Sinval Guazzelli, abordado por repórteres no aeroporto Salgado Filho caracterizou ainda mais a despreocupação oficial dizendo que um dos membros da comissão que fixou o preço em 280 mil era do MDB.

Mas isto não foi o mais grave. O verdadeiramente deplorável porque significa uma política (ou uma ausência de política) é que a Cedic não desapropriou a área. O órgão oficial comprou um pedaço de terra sem a interferência do judiciário, graças a uma lei que mudou seus estatutos no meio das negociações, pois os estatutos não permitiam que ela realizasse compras.

Candidamente, o sr. Abel Dourado explicou que a desapropriação é um sistema inadequado, porque envolve uma longa questão judiciária e o Estado tem urgência de implantar naquela área de Bagé um centro industrial para transformação dos produtos de origem animal, o chamado pólo protêico. A demora, nesses casos, disse ele, perturba o projeto, afastando as empresas interessadas em instalar indústrias ali e prejudica as que se envolvem no programa pois não recebem os títulos das terras até o final do processo. Esquece o sr. Abel Dourado, no entanto, que a desapropriação é a forma de concretizar o que se conhece por "interesse social". E que esta passagem pelo judiciário é fundamental para que num estado democrático um organismo independente julgue se: 1) é realmente do interesse social transferir uma determinada propriedade; 2) se o preço estabelecido é o conveniente para as partes. Além disso a desapropriação é fundamental também para resguardar os cofres públicos de uma eventual chantagem especulativa.

Quanto ao MDB, que levantou a denúncia e convocou o secretário para as explicações, acabou constrangido pela numerosa presença de representantes da comunidade bageense, na sessão. Os bageenses estão certos. Eles estão justamente interessados em que se implante o mais rápido possível o pólo protêico no seu município. Mas o MDB ficou com medo de perder votos em Bagé, um dos mais importantes redutos eleitorais do Estado, caso ficasse identificado como "inimigo da cidade", e seus representantes preferiram recuar.

Acabou prevalecendo a astúcia do líder do governo, Celestino Goulart, a quem coube a tarefa de explicar à imprensa que tudo estava esclarecido. É a versão que prevaleceu, tudo está claro, quando nada está claro, a não ser que a compra foi um favorecimento à Cicade que estava em dificuldades financeiras e que em troca retribuiu dando todo o apoio ao candidato Cláudio Strassburger. Que, aliás, naqueles dias fez um comício para os funcionários lá dentro da cooperativa, pedindo votos.

Nogueira da Costa

FOGÕES VENAX. A NOVA LINHA QUE É UM ESPETÁCULO.

Você vai se apaixonar pela nova linha de fogões VENAX. Eles são lindos.

Totalmente fabricados no Brasil com experiência, conhecimento e pesquisas autenticamente nacionais.

VENAX é o fogão mais brasileiro que existe e já está presente em cozinhas dos mais variados países do mundo para a alegria de muitas e muitas donas-de-casa.

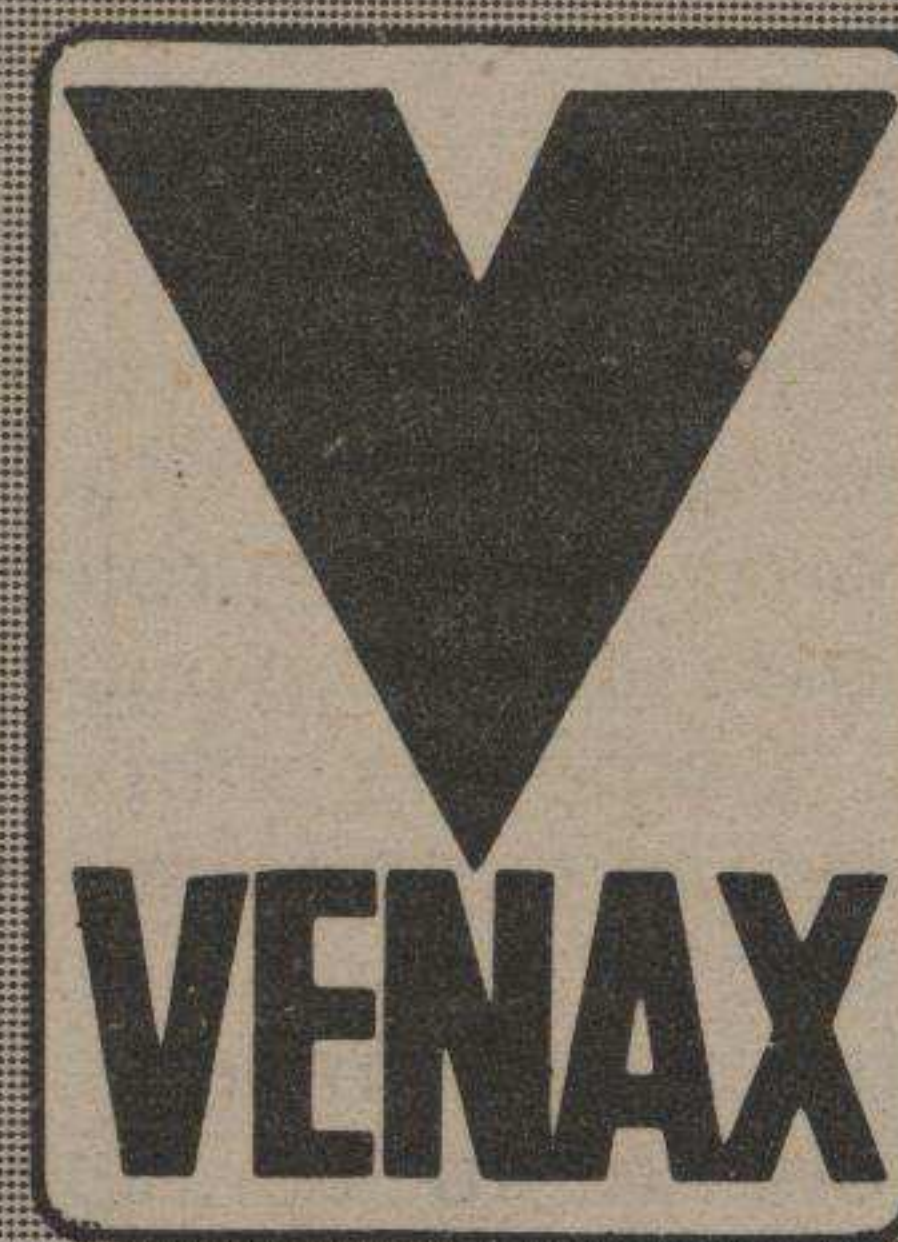
Gente como você, só escolhe o melhor.

E fica contente ao saber que o melhor é uma feliz idéia de gente como nós.

Afinal, é por isso que a VENAX escolheu Kate Lyra - a americana que mais entende de brasileiros - para lançar a sua nova linha de fogões.

O Carlinhos Lyra que nos perdoe.

FOGÕES VENAX
A FELIZ IDÉIA DE BRASILEIRO BONZINHO



VENÂNCIO AIRES - RS

Arauto



Por Carlos Alberto Sardenberg

O que resta quando até os dragões são falsificados?

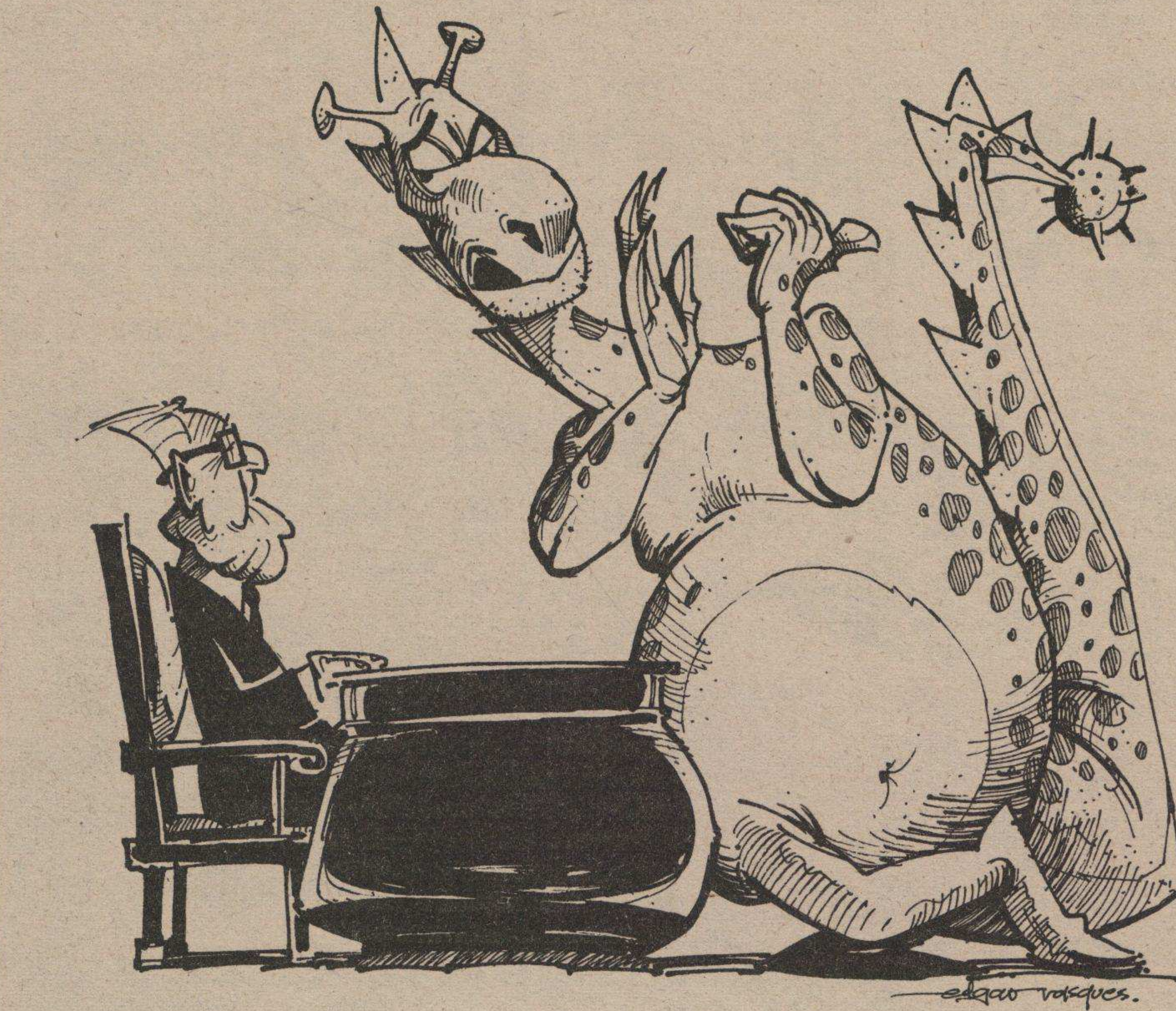
O presidente Washington Luiz demorou a perceber o que se passava no país e, a rigor, nem chegou a entender exatamente porque lhe aconteceram tantos infortúnios. Sabia de algumas dificuldades no sul, tinha notícias de agitações aqui e ali, mas isto parecia tudo. Visto do magnífico isolamento de seu palácio, nada parecia ameaçar gravemente a serenidade da República. Até que um dia lhe foram entregar bilhete de ida para a Europa.

O presidente Ernesto Geisel, naturalmente, é muito mais bem-informado, ou por outra: graças a este monstruoso Serviço Nacional de Informações, implantado em 1964 pelo General Golbery do Couto e Silva, e hoje espalhado por toda parte, o presidente conta com uma enorme massa de informações. Mas de que qualidade? Esta é a questão: os relatórios reservados que caem sobre a mesa do presidente compõem uma imagem fiel da realidade do país? Ou, quem sabe, uma imagem mais adequada aos interesses de quem controla a produção e elaboração das informações?

É certo, em resumo, que o general Geisel sabe muito mais coisa que Washington Luiz sabia a respeito do país e de seu governo. Mas, também parece certo que a imagem que o general tem do país e de seu governo não é exatamente igual à formada pela média dos cidadãos razoavelmente informados. E informados do modo como se informam os homens comuns, sem acesso aos relatórios do SNI: pela leitura de jornais, pelos programas de televisão, conversas no serviço, no campo de futebol, por aí.

O General Geisel, como se sabe, não conversa por aí. É um burocrata exemplar, que considera uma irresponsável perda de tempo o papo descompromissado, à vontade, com amigos, conhecidos ou mesmo adversários. Ele não conversa, concede audiências, sob tema e tempo determinados. Não recebe o fulano ou o sicrano, mas o senhor ministro, o senhor representante disto ou daquilo. Conhece o país através de relatórios, basicamente as súmulas que o SNI lhe encaminha pelo menos duas vezes por dia (no início e no fim do expediente), que tratam de tudo, desde a movimentação da dissidência militar até, por exemplo, problemas no canteiro de obras da Itaipu.

Contam jornalistas paulistas que o diretor de um importante diário de São Paulo foi uma vez — a única vez — convidado a conversar com o presidente. Na audiência, o diretor estranhou o modo pelo qual o general se referia a certas posições do jornal. Não eram as posições que o diário efetivamente vinha assumindo e assim ficava quase impossível conversar. Até que o jornalista vislumbrou de onde vinha o equívoco e simplesmente perguntou ao presidente se ele costumava ler o "jornal mesmo, folheando página por página", ou recortes e resumos. O presidente lia recortes e resumos. A audiência terminou aí e não é provável que o presidente tenha seguido o conselho de ler "o jornal mes-



mo". Não teria tempo: segundo funcionários de primeiro escalão, ele chega a examinar e a anotar de próprio punho até coisas como o projeto de regimento interno da Itaipu Binacional.

Como, de outro lado, o presidente inspira um certo temor reverencial e está convicto de que governa do melhor modo possível praticamente ninguém arrisca-se a contrariá-lo. Em definitivo — o presidente forma suas inabaláveis convicções pelos papéis que lhe chegam do SNI, e que sempre passam antes pelas mãos do General Golbery.

Parece que a última vez em que um funcionário tentou se opor a essa tendência foi há nove meses, quando o General Hugo Abreu, então Chefe do Gabinete Militar, entregou-lhe um parecer contrário à indicação do General João Baptista Figueiredo. A reação do presidente foi típica, rejeitou liminarmente o parecer que falava das vinculações do esquema Figueiredo com interesses escusos a antinacionais. Assim, o famoso relatório Hugo Abreu — que conteria as provas e documentos dos quais se concluiria o parecer — não chegou às mãos do presidente. Ele não quis conversar sobre o assunto, recusou-se a discutir uma opinião em sentido diverso de sua convicção já formada.

Mas tal comportamento não deveria surpreender. Para não esticar muito esta história, basta citar um só caso exemplar: quando praticamente todas as pessoas sensatas do país disseram que a simoneta era uma idéia desastrosa, o que fez o presidente? Irritado, decretou o impatriotismo dos críticos. E todos sabem como isto

terminou.

Não foi diferente a reação do presidente quando começaram a aparecer de público as graves denúncias às quais se referia o General Hugo Abreu. Funcionário do Palácio do Planalto, alguns deles alvos diretos das acusações mandaram dizer que a Presidência não responderia coisa nenhuma. A um dirigente da Arena, o presidente ordenou que o partido não permitisse a formação de comissões de inquérito, pois considerava aquelas denúncias "um ultraje à Nação". Esse veredito indica o raciocínio que o produz: se o governo e seus funcionários são patriotas dedicados, acima de qualquer suspeita, as denúncias só podem constituir campanha de oposições impatrióticas. "Ultraje à Nação"

Ocorre que as denúncias não parecem levianas. Há algumas provas e poderosos indícios de favorecimentos e tráfico de influência em benefício de determinadas pessoas e grupos econômicos, estes quase sempre estrangeiros. E existe alguém neste país que ainda duvida que se faz censura telefônica? Mais grave ainda: oficiais que serviram no Palácio do Planalto, em contato direto com o Presidente da República, afirmam que o General Geisel não apenas sabe que se censuram conversações telefônicas, como ouve as gravações, lê os dragões (como se chamam os papéis onde vem escrito o que se gravou) e toma decisões com base nas informações assim obtidas. Mas o limite da perplexidade está um pouco além: os mesmos oficiais afirmam que são levadas ao presidente gravações adulteradas. Pode existir nesta república algo mais espantoso que isto? Os

dragões, informação obtida pela violação ostensiva da Constituição e do mais elementar dos direitos individuais, ainda são falsificados?

E não acontece nada — exceto para os acusadores — ainda que no centro das denúncias estejam o atual presidente e o futuro presidente, este com a agravante de ter sido o chefe do serviço apontado como o principal responsável por esta história nada edificante.

O General Ernesto Geisel, por tudo que se sabe dele, é um homem honrado. E, certamente, está convencido de que a Nação acredita nele, não nas oposições. Mas é grave que seu sistema de governo tenha criado — e esteja fundado — num único canal de informação cujo acesso está sob controle de três ou quatro assessores. Neste quadro, há poderosos motivos de dúvidas e a Nação seguramente tem o direito de saber as respostas do governo, quando se acumulam denúncias graves envolvendo aqueles assessores e aquele sistema de colher informações.

Quer-se saber: as denúncias chegam — e como — ao presidente?

Houve ou não favorecimento a grupos estrangeiros?

O SNI grava ou não conversas telefônicas?

O presidente ouve ou não estas gravações?

O presidente autorizou ou não este tipo de censura?

Isto porque não se deve esquecer, o Ato Institucional Número 5 dá ao presidente o poder de determinar a censura, qualquer censura, inclusive, pois, a telefônica. Os cidadãos brasileiros têm o direito de saber se o presidente, ato formal, autorizou a prática generalizada desse tipo de censura. E se autorizou, o general deve aos cidadãos uma justificativa.

Ou não deve?

Quando fechou o Congresso, em 77, para editar o Pacote de Abril, o presidente apresentou-se na televisão para oferecer suas explicações. O comportamento foi incomum, mas não a explicação exposta. O presidente simplesmente retirou à Oposição o direito de não gostar do projeto de reforma do Judiciário preparado pelo Planalto. Mais uma vez considerou-se impatriótica e aproveitou para outorgar à Nação o regime político — biônico inclusive — que seu sistema de informações deu como mais adequado.

As cassações também jamais foram explicadas, porque não se precisa justificar a aplicação dos poderes de exceção. Para isso mesmo não se explica a prisão de Hugo Abreu e outros denunciadores. Por isso o Palácio do Planalto não responde às denúncias e sente-se mesmo ofendido quando se cobram tais explicações.

E segue a República, serena e em paz, como possivelmente consta dos relatórios que chegam ao General Geisel.

Ocorre que pelo menos uma parcela bastante expressiva dos cidadãos brasileiros e sem dúvida a vanguarda da sociedade civil não fazem, a respeito das Oposições e das denúncias, o mesmo juízo que delas forma o Presidente da República. Quanto às Oposições, não as consideram impatrióticas, mas ao contrário, merecedoras de voto e confiança. Quanto às denúncias, vêm nelas uma grave sombra pairando sobre o general Geisel.

Quem estará formando a imagem correta ou mais aproximada do país? Esses cidadãos e essa vanguarda ou os relatórios do SNI? Sofrerá o Presidente Geisel algo parecido com o choque da realidade, como ocorreu com Washington Luiz? As circunstâncias históricas, é óbvio, são bem diversas. O general Geisel está a seis meses do final de seu mandato e nada indica que deixará de cumpri-lo. Mas o General quer mais, quer muito mais do que simplesmente concluir seu mandato: ele espera entrar para a história como o estadista que colocou o país no caminho da verdadeira democracia e da condição de grande potência, de tal modo que seu governo terá sido o que de melhor esse país já teve.

Mas nestes últimos seis meses, o 15 de Novembro, as denúncias que se acumulam, as Oposições que avançam — essas linhas que se prolongam ainda acabam compondo uma realidade que poderá estarrar o General. E deixar efeitos desastrosos para seu sucessor e ex-colaborador. Sobre este, sim é que a dura realidade poderá desabar.

as Fases da Lua

Diariamente o cabelo cresce à razão de 0,033 cm. Porém, dia a dia o couro cabeludo perde de 30 a 60 fios. Mas ao cair o cabelo, o folículo piloso continua vivo, embora permanecendo inativo. Tal repouso se prolonga por 3 a 4 meses, depois do que entra em atividade e volta a produzir um novo fio, após o que torna novamente ao repouso, reiniciando-se, assim, um novo ciclo.

Desta forma, o fato de que o cabelo de uma pessoa esteja caindo, não significa necessariamente que ela esteja ficando calva. O que acontece é uma substituição não muito dinâmica dos fios de acordo com um determinado ciclo de crescimento-reposo. Por outro lado, quando a calvície subsiste é porque os ciclos de crescimento-reposo não são ou

não foram reativados. Daí que seja axiomático, em matéria capilar, que enquanto existir penugem na cabeça, por mais rara e fina que seja, haverá sempre possibilidade de que a cabeça volte a se cobrir de fios. Isto porque a simples penugem é prova de que ainda existe um resto de vida capilar.

Logo, o problema essencial na restauração dos cabelos consiste em forçar o folículo piloso a reiniciar ou dinamizar os ciclos de vida ativa.

Através de prolongadas experiências no Brasil, estabeleceu-se, para tanto, que a cronologia dos cortes de cabelo deveria se diversificar de acordo com a data do nascimento de cada pessoa e em função dos dias que lhe fos-

sem mais favoráveis, de acordo com as fases lunares. Assim, após inumeráveis cálculos pode-se encontrar uma equação entre a data de nascimento da pessoa e os dias adequados ao corte, consoante determinada posição da Lua no espaço.

Nasce, assim, o sistema Pilomax, o qual redundou em centenas de milhares de tabelas, aptas a favorecer todas as pessoas nascidas desde 1880 até os dias atuais.

O genuíno calendário brasileiro -Pilomax- tem, ademais, utilidade múltipla: para evitar a queda do cabelo, eliminar a calvície, corrigir deficiências no crescimento capilar e para fazer o cabelo crescer mais rápido e mais viçoso.

Peça hoje mesmo seu calendário próprio, válido por um ano.

RENOVAM SEU CABELO

FÁCIL DE RECEBER — Basta preencher o cupom abaixo (não esquecendo de citar dia, mês e ano do nascimento) e aguardar imediata remessa de seu calendário individual pelo Reembolso Postal.

NAO MANDE DINHEIRO AGORA. PAGUE QUANDO RECEBER.

PILOMAX LTDA.

Rua dos Andradas, 1354 - Conj. 11 - 1º Andar - Fone: 25-76-85

Caixa Postal 1443 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

Solicito enviar-me pelo Correio, ao preço de Cr\$ 150,00 um calendário Pilomax para corte programado de cabelo por fases lunares, válido por doze meses.

NOME: _____

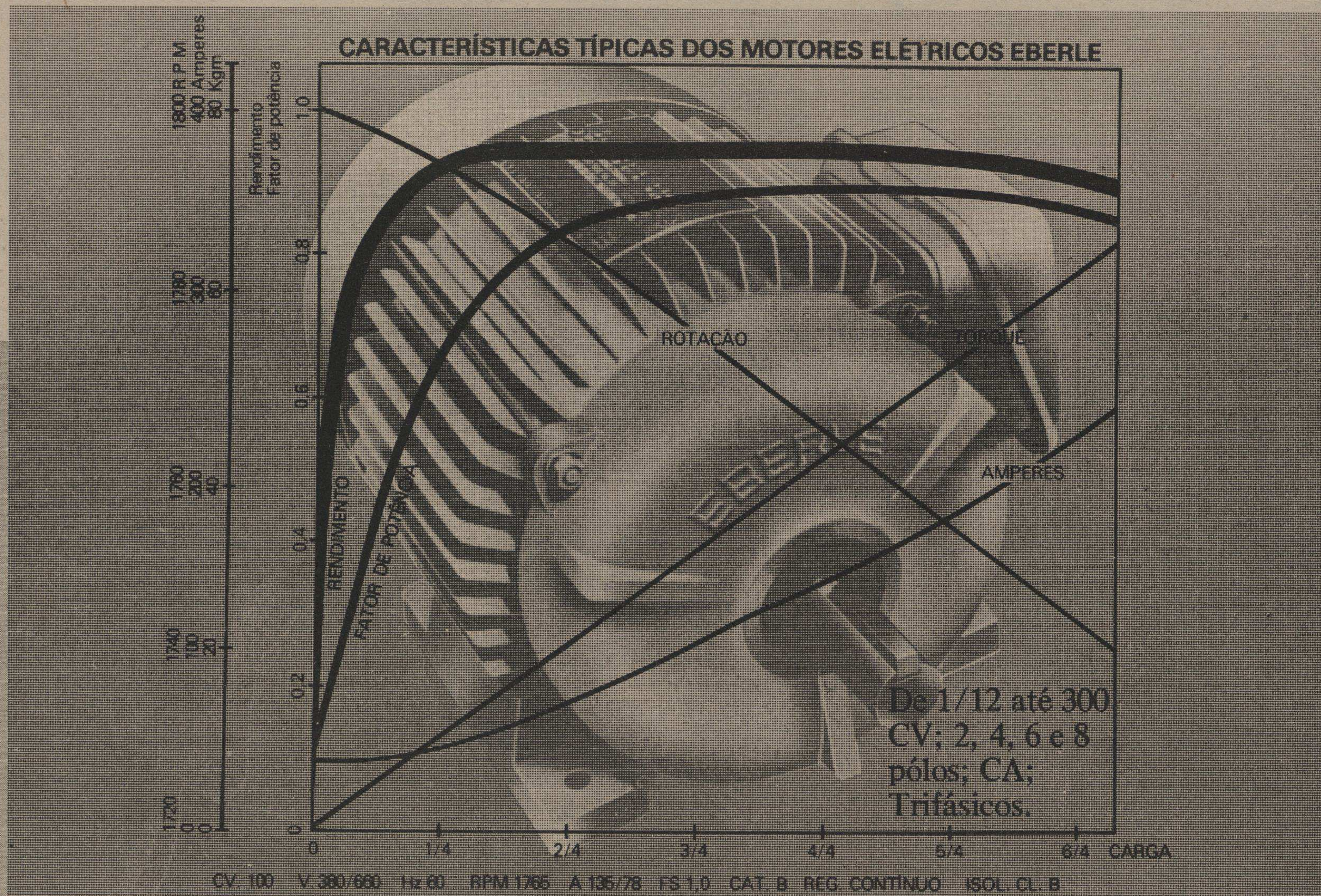
DATA DE NASCIMENTO _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

Razões e conseqüências da qualidade Eberle.



Para atingir a posição de melhor motor nacional, a Eberle precisou desenvolver importantes aspectos construtivos:

— Construção rigorosa dentro das normas e especificações da ABNT e IEC, inclusive com dimensões de acordo com os padrões exigidos no Mercado Comum Europeu.

— Torque de partida elevado, excedendo os limites mínimos normalizados.

— Escorregamento: inferior a 5%.

— Produto "rendimento x fator de potência" elevado.

— Blindagem: o único motor nacional com a classificação IP55 (Totalmente blindado contra líquidos e poeiras).

— Precisão: balanceamento dos componentes girantes entre 10 e 20 μ .

— Sobreaquecimento: Δt inferior a 80° para a classe de isolamento B.

— Baixo nível de ruído assegurado pelo controle de qualidade utilizando equipamento BRÜEL e KJAER.

Como conseqüência destes índices, os motores Eberle apresentam

um desempenho superior.

Têm maior vida útil, menores custos de manutenção e consomem muito menos energia elétrica. Isto significa lucro.

Sem quebras ou interrupções.

A prova da veracidade destes dados são os dois anos de garantia sobre todos os motores Eberle.

A Eberle construiu e testou.

Você utiliza e comprova.



2 anos de garantia

MATRIZ: Rua Sinimbu, 1670
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
End. Teleg. EBERLE
Fone: (054) 221-2511
Telex n.º 0542-155 MAEB-BR
PORTO ALEGRE - CURITIBA
SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE - SALVADOR
RECIFE

Uma nova alternativa para o jornalismo

Apesar de ser uma iniciativa recente, o cooperativismo jornalístico já representa um marco dentro da imprensa brasileira. Depois da criação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, em agosto de 1974, outras quatro foram fundadas em 1977 — em Londrina, Santos, Salvador e Natal — e pelo menos outras seis poderão ser criadas até o começo do ano que vem — em Recife, Maceió, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio e São Paulo.

Esta experiência e seus resultados foram o assunto do I Encontro Nacional de Cooperativas de Jornalistas, realizado no fim de setembro em Natal. Na análise da contribuição deste movimento para a imprensa brasileira, os 60 participantes chegaram à conclusão de que estas cooperativas representam efetivamente uma nova opção no mercado de trabalho do jornalista; contribuem para melhorar o nível de remuneração da categoria; e exercem, na prática, um jornalismo mais crítico e independente, entre outros fatores.

O encontro também serviu para uma análise do próprio sistema cooperativista brasileiro. Neste caso, houve críticas à legislação que regula este sistema e se mostra falha em alguns aspectos, principalmente no que se refere ao cooperativismo de trabalho, setor para o qual a lei é praticamente omissa; e críticas também à excessiva vinculação do cooperativismo ao governo federal, já que as cooperativas são orientadas e fiscalizadas diretamente pelo INCRA, órgão do Ministério da Agricultura.

Uma das vantagens do encontro foi que as cooperativas de jornalistas tiveram uma excelente oportunidade para trocar experiências e debater seus problemas comuns — que não são poucos e são provocados, na maior parte das vezes, pelo ineditismo deste tipo de organização.

O próximo encontro foi marcado para Porto Alegre, em maio de 1979.



O dossiê dos fotógrafos: de um espancamento em 1963...



... às agressões e prisões em setembro de 1978

Dossiê contra a violência

Depois de tanto receber pancada em serviço, os fotógrafos do Rio Grande do Sul decidiram reagir à sua maneira. Estão preparando para divulgar ainda este mês um dossiê fotográfico relatando as agressões que tem sofrido nos últimos 16 anos, especialmente por parte da Brigada Militar que cuida do policiamento ostensivo no Estado.

O registro mais antigo do dossiê é de 1963 e mostra o fotógrafo Assis Hoffmann estirado no chão, desmaiado em consequência do espancamento que sofreu quando cobria uma manifestação de rua no centro de Porto Alegre. O mais recente é de 5 de setembro deste ano, quando Antonio Mafalda (de Zero Hora), Paulo

Franken (da Manchete) e Gerson Schirmer (de O Globo) foram espancados quando faziam cobertura de uma manifestação estudantil também no centro da capital gaúcha.

"O pau é democrático e vamos mostrar isso", diz Baru Derkin que está organizando o dossiê. "Vamos mostrar fotógrafos e também outras pessoas levando porrada, pois a violência atinge a todos indistintamente".

Nos acontecimentos do dia 5 de setembro, além de apanharem Gerson Schirmer e Paulo Francken foram presos, sendo que o primeiro "foi despojado de sua máquina fotográfica e enquadrado como agressor à base de provas e testemunhas forjadas"

conforme denuncia em nota publicada nos jornais a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do RS, a Arfoc. Aliás, a Arfoc está encampando inteiramente o movimento dos fotógrafos. Seu presidente, Carlos Contursi negou-se a comparecer, dia 12 de setembro, ao coquetel de lançamento do tradicional Concurso de Reportagens que a Brigada Militar promove anualmente. Em nota enviada à BM, a Arfoc dizia-se "impedida de comparecer tendo em vista que foi duramente atingida com as agressões e processos contra associados seus quando no livre exercício profissional". Os fotógrafos estão dispostos a não participarem de nenhum outro concurso desse tipo.

Marco Antonio Schuster

Cooperativas decidem lutar por um banco

Pela primeira vez as cooperativas gaúchas (que reúnem um terço dos brasileiros associados a este sistema) se reuniram para fazer uma análise crítica do movimento cooperativista brasileiro. Foi no Encontro Gaúcho de Cooperativismo, realizado dias 5 e 6 de outubro em Porto Alegre, e que obteve resultados surpreendentes.

Quase 200 dirigentes e técnicos participaram e, com rara dedicação e entusiasmo, debateram os problemas do setor. E o que mereceu mais atenção, certamente devido ao crescimento registrado nos últimos 20 anos pelas cooperativas gaúchas, foi a obtenção de capital — quase um paradoxo, na medida em que as cooperativas, como organização de pessoas, não têm o lucro como objetivo fundamental.

Ao contrário das críticas feitas por alguns empresários gaúchos, as cooperativas enfrentam muitas dificuldades na obtenção de crédito e financiamentos. Daí a conclusão dos participantes do encontro: a melhor solução é ter um sistema financeiro próprio.

Para isto, aprovou-se que as cooperativas brasileiras devem assumir o efetivo controle e direção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, órgão oficial em que o governo detém 54% do controle, ficando o restante com as cooperativas. Esta seria a opção mais rápida e viável, na medida em que o próprio Ministério da Agricultura está interessado em passar adiante o banco, pouco eficiente porque, entre outros fatores, tem pouco mais de 20 agências no país.

Há outras variantes aprovadas, que vão desde o incentivo às cooperativas de crédito, hoje asfixiadas pelas normas do Banco Central, e que seriam quase que agências do BNCC, até uma medida extrema — a compra da carta patente de algum banco comercial.

Outro assunto que mereceu destaque é a pretendida criação de uma Fundação Brasileira de Cooperativismo (Brascoop), de caráter privado, que teria a finalidade de prestar serviços de consultoria, auditoria, orientação técnica e outros às cooperativas brasileiras.

Até agora, sempre houve restrições dos gaúchos a esta idéia. Em primeiro lugar devido ao excessivo número (são 62) de organizações diferentes que operam no sistema cooperativista brasileiro. Depois, havia desconfianças quanto à eficiência desta nova instituição.

Ao final, a idéia acabou sendo aprovada, mas uma comissão deverá examinar o assunto com mais atenção e encaminhar um parecer à Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. De antemão, algumas diretrizes foram estabelecidas: as instituições oficiais, como o Ministério da Agricultura e o Incra, não poderão ter interferência direta na nova organização, inclusive para não travar o desenvolvimento do cooperativismo como um movimento autônomo.

ASSINE
cooJORNAL
12 EDIÇÕES: Cr\$ 165,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate. Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira. Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião. Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 165,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:

Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000

Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do n° 13

Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

Nome: _____

Profissão: _____

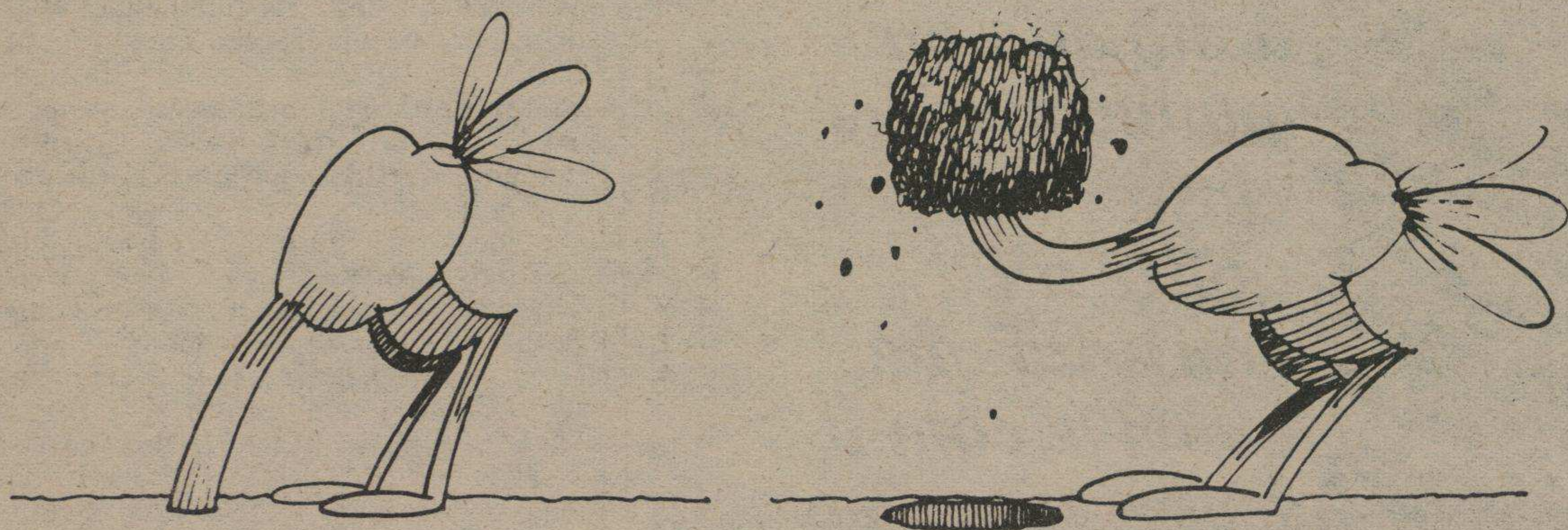
Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Que bicho você gostaria de ser?

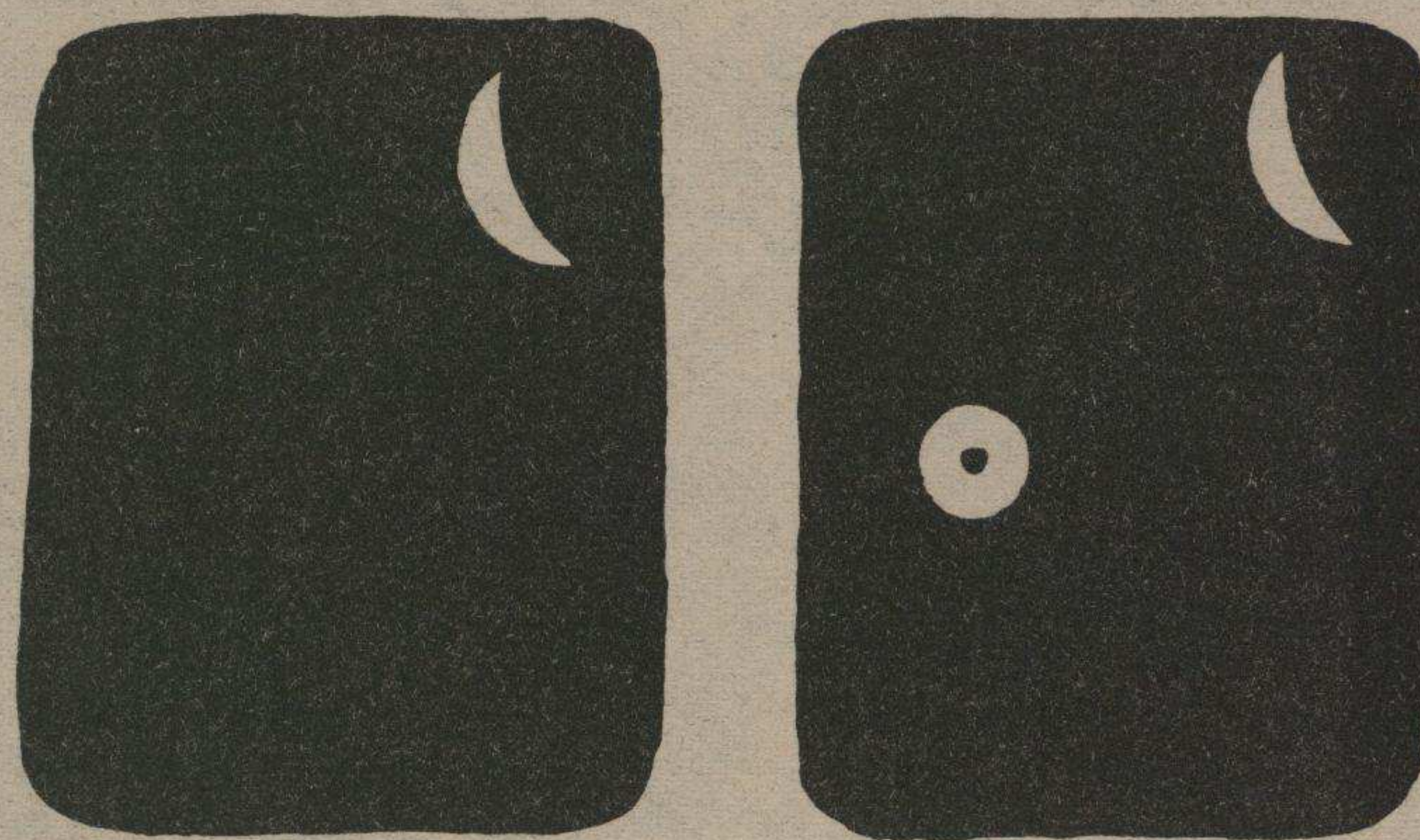
Avestruz inseguro.

Isto não é hora para se esconder. O vestibular está aí. Levanta a cabeça e segue em frente.



Coruja dorminhoca.

Abra o olho. Enquanto você dorme a turma voa a mil.



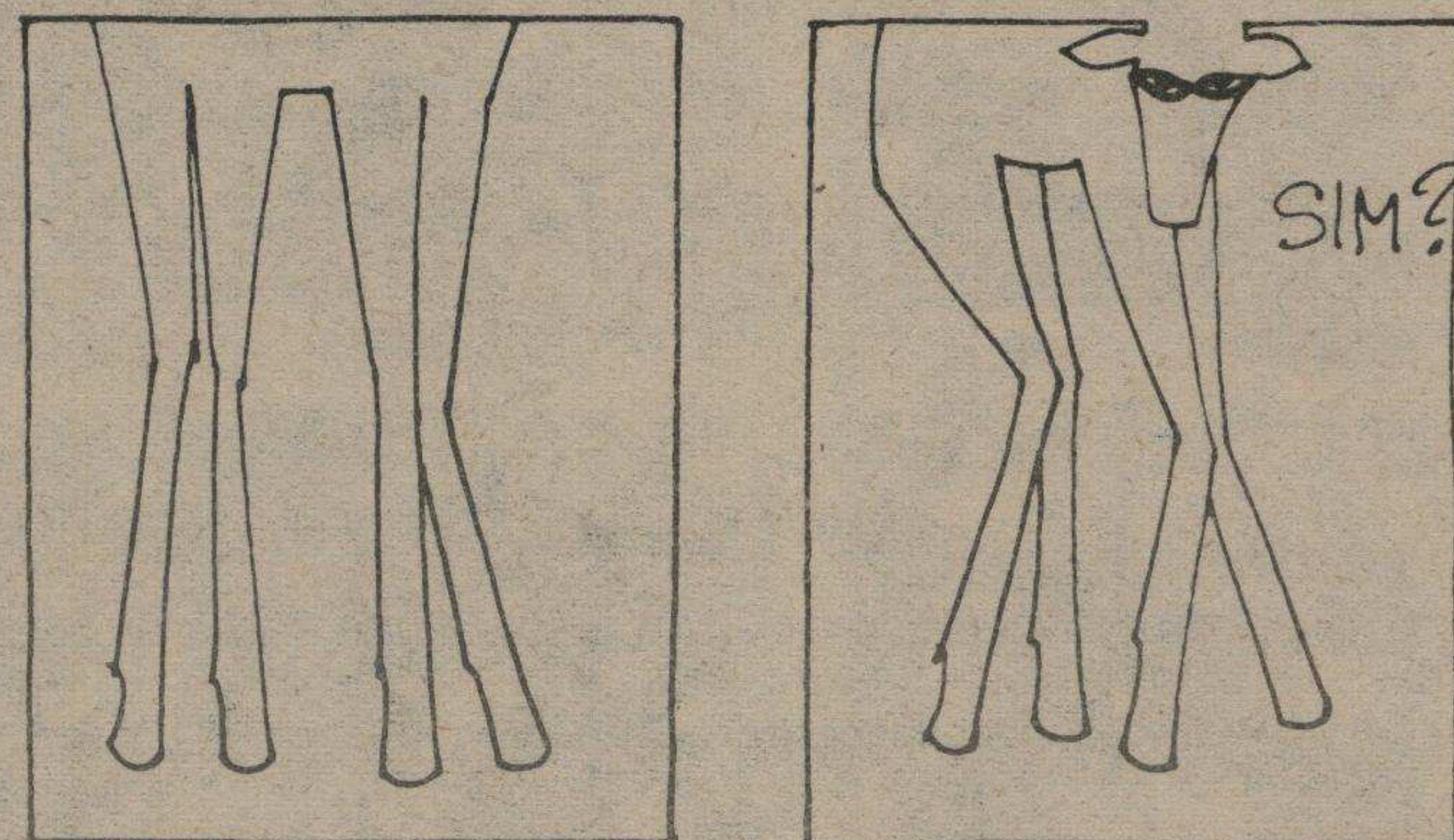
Tamanduá quadradão.

Cuidado! Ainda vai morrer com a boca cheia de formiga.



Veado saltitante.

Sem comentários.



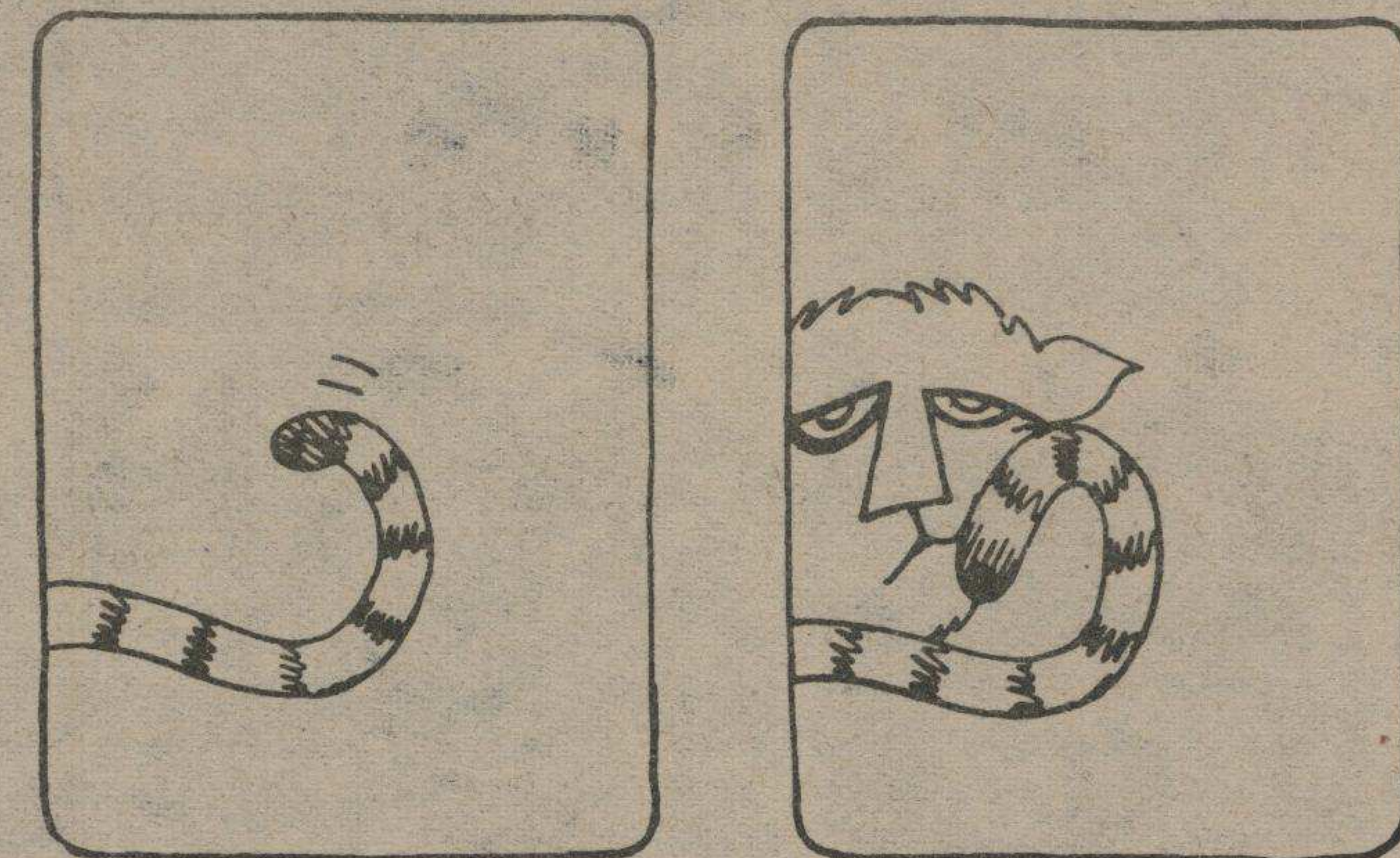
Tartaruga folgada.

Tã devagar, meu chapa. Tem tudo pra chegar atrasado.



Tigresa insinuante.

Este tipo de argumento não cola no CVU.



Papagaio palrador.

Conta outra. Esta de que o vestibular é uma piada já perdeu a graça.



Libélula esvoaçante.

Chegou a hora de se fixar, garota. O vestibular não é flor que se cheire.



Urubu agourento.

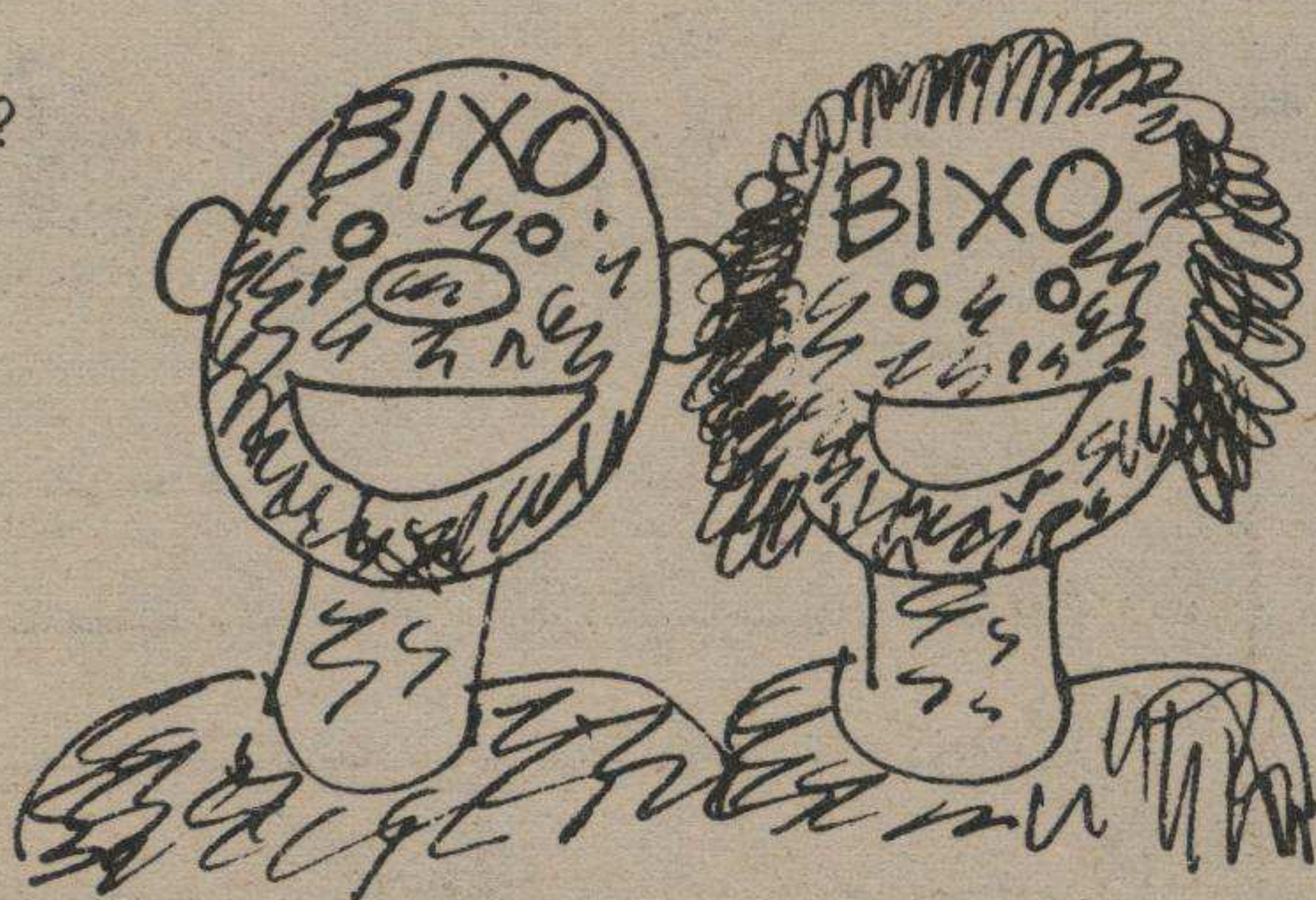
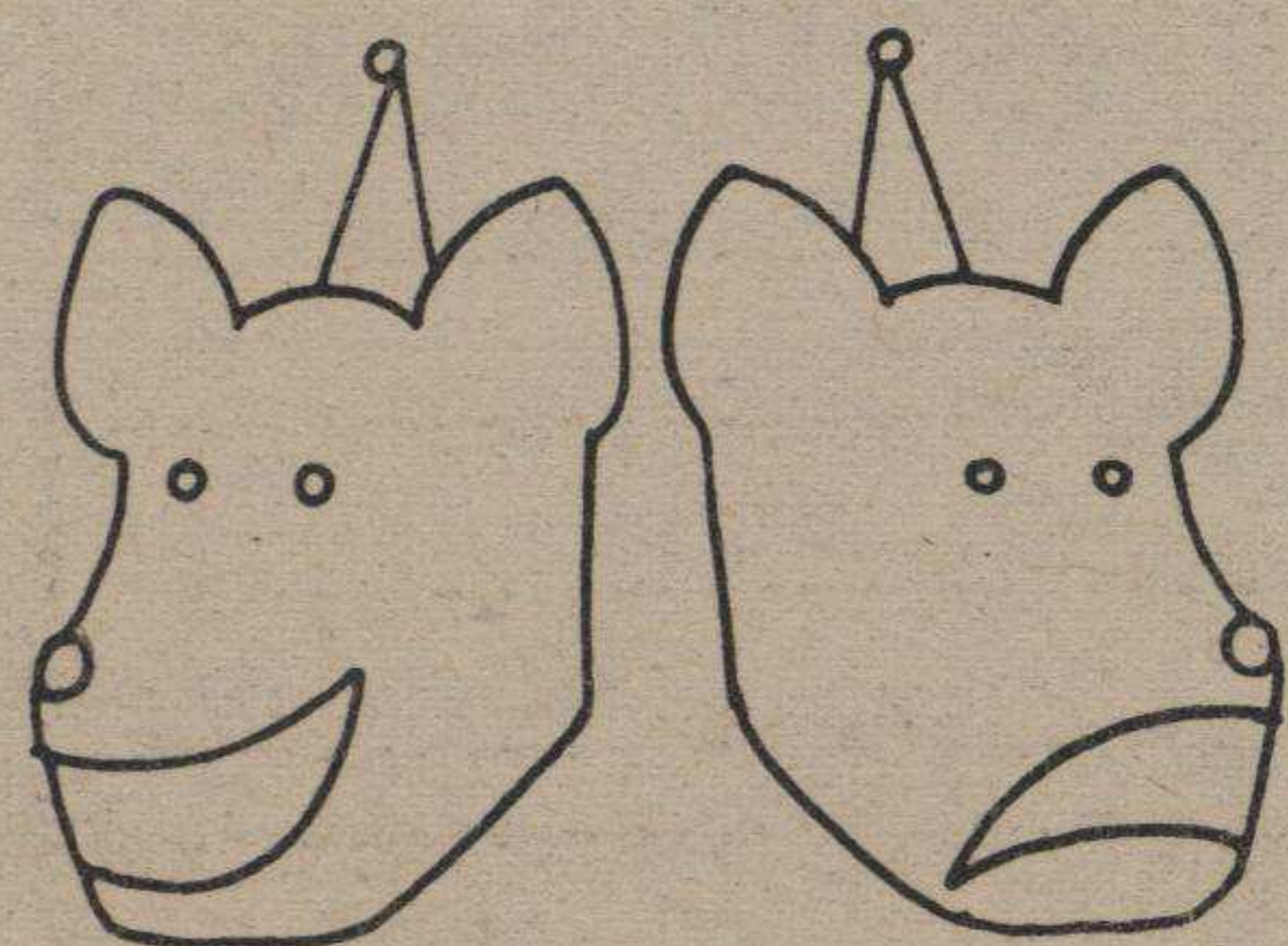
Praga de urubu velho não mata cavalo gordo. Pra você não há vaga, malandro.

ME RECONHECERAM ...



Hiena esquizo.

Tã rindo do quê?



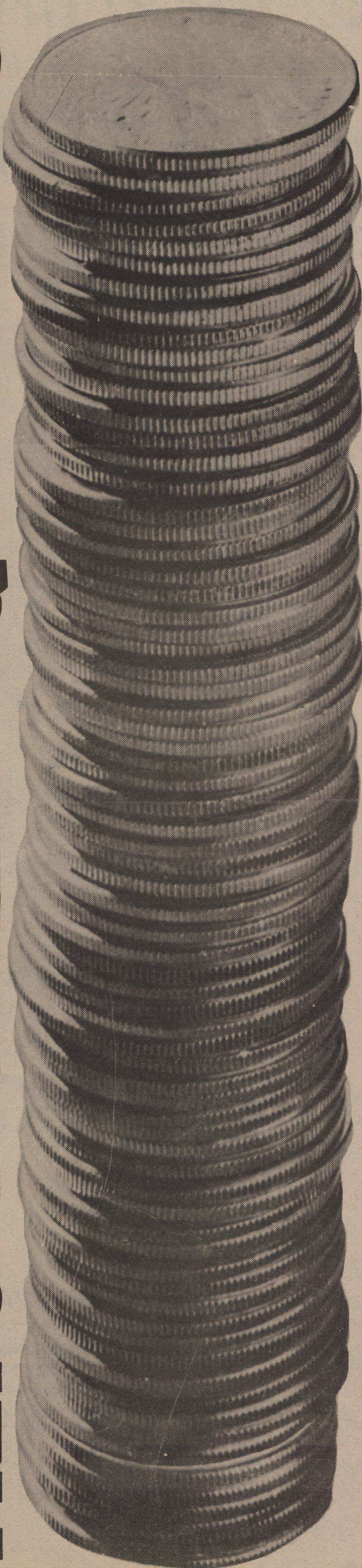
Homo sapiens.

É isso aí, bicho. Tava na hora de escolher o curso certo.

O CURSO QUE VOCÊ MERECE.

unificado
UN
O CURSO
DOS BIXOS
Av. Alberto Bins, 467
Fone: 24-6955

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

TV: briga pelo mercado do extremo-sul

O título de *Amigo do Rio Grande*, conferido ao governador nomeado do Paraná, Ney Braga, ex-ministro da Educação, pelo grupo gaúcho, Rede Brasil Sul de Comunicações, aparentemente não passaria de um simples registro de página inteira, no início de outubro, no jornal *Zero Hora*. Por trás dele, entretanto, há uma jogada empresarial do senhor Maurício Sirotski, diretor-presidente da RBS, que dá andamento a seus sonhos de expansão nos três Estados da região sul do Brasil.

Proprietário de nove canais de televisão no interior gaúcho (Caxias, Bagé, Pelotas, Uruguaiana, Rio Grande, Santa Maria, Erechim, Cruz Alta e Passo Fundo), mais o Canal 12 em Porto Alegre, (ligado à Rede Globo), além de quatro emissoras de rádio (Gaúcha, Metrópole, Porto Alegre e Gaúcha-FM), Sirotski agora quer concessões no Paraná. E para isso, certamente, boas relações com Ney Braga serão muito úteis.

Em Santa Catarina, onde deve colocar no ar a TV Catarinense, em meados do próximo ano, Sirotski já fez a indispensável ponte para entrar também no Paraná. Ele já comprou a concessão de Joinville, que era de um grupo de empresários locais, e briga com o grupo paranaense do industrial Mário Petrelli — muito ligado a Ney Braga — (dono da TV Coligadas, de Blumenau e *Jornal de Santa Catarina*) para conquistar o terceiro canal de Florianópolis, a *TV Barriga Verde*. Enquanto isso, Petrelli já trata de garantir o canal da cidade de Lages.

Mas com a entrada no ar da TV Catarinense, Sirotski deverá atingir diretamente a TV Coligadas, do grupo de Mário Petrelli, uma vez que esta tem contrato com a Rede Globo somente até junho de 1979. E como ninguém acredita na possibilidade de a TV Catarinense ficar sem a programação da Globo, como faria a situação da Coligadas, do futuro canal de Lages e talvez o outro, de Florianópolis?

Espera-se, então, por novos lances. Da parte de Sirotski, evidentemente — que deverá jogar novas cartas na mesa, nos próximos meses, obstaculizando, ou pelo menos tentando fazer isso, com relação ao grupo Petrelli. Mário Petrelli, homem forte no Paraná, amigo de Ney Braga — é dono de três emissoras de rádio e um canal de televisão — associou-se ao *Diário do Paraná*. Por isso, os estupecatos catarinenses ligados ao rádio e à televisão acreditam que não foi um mero acaso a concessão do título de *Amigo do Rio Grande* ao governador nomeado do Paraná, Ney Braga. Sirotski já teria feito sua jogada mais forte, comentam.

Mas a briga não pára por aí. Também no setor de rádio e imprensa ela já tem seus reflexos. Em fins de setembro, dava-se como certo em Porto Alegre que a RBS comprara a Rádio Diário da Manhã, de Florianópolis. Na capital catarinense, o diretor da rádio, coronel Alcides Simões, afirmava, entretanto, que o grupo de Mário Petrelli, que já era sócio na emissora, havia adquirido o controle acionário. Além disso, com a transferência do maquinário antigo do jornal *Zero Hora* para Florianópolis, a guerra do gigantismo das comunicações passa também para o setor impresso. Petrelli tem o *Jornal de Santa Catarina*, que já foi o melhor do Estado — mas que hoje não passa do jornal oficioso do governo.

No meio de tudo, os empresários catarinenses estão perplexos com a situação, assistindo em posição um tanto incômoda a luta entre gaúchos e paranaenses. Tanto é assim que Darcy Lopes, diretor da TV Cultura, de Florianópolis, teria tentado passar o controle da emissora à Companhia Jornalística Caldas Júnior, de Porto Alegre, que não aceitou.

Carlos Salzano V. da Cunha

— ADVOGADO —

OAB 2927 CPF-007648680

Andradas, 1560 — CONJ. 112 (GAL. MALCON)
Das 14 às 16 horas — FONE 21-82-82

Preocupações das empresas: não informar

Entre as 500 maiores empresas privadas do país, por vendas, nada menos de 46, ou seja, 9%, são sociedades por cotas de responsabilidade limitada. E dentre elas, 34, isto é, 74%, são multinacionais. É o que revela um levantamento procedido pela equipe responsável pela publicação do anuário *Melhores e Maiores*, da revista *Exame*, chefiada pelo editor Fran Netto e pelo professor Stephen Charles Kanitz, responsável pelas análises.

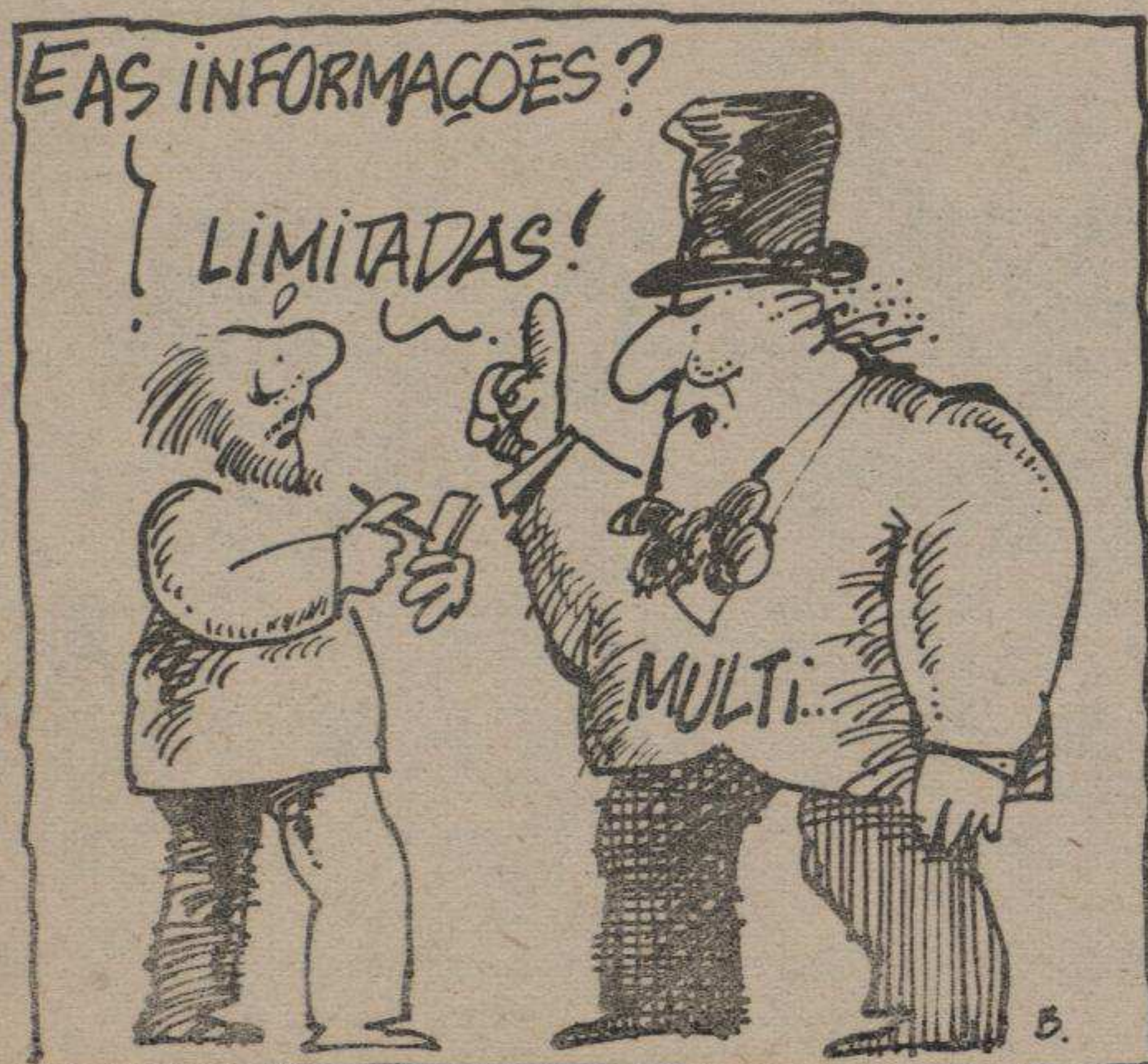
Esses dados, principalmente no tocante às multinacionais, revelam que o capital estrangeiro, no Brasil, pelo menos em boa parte, não procura — nem a isso é obrigado, por lei — manter um relacionamento mais estreito com a comunidade. Como se sabe, as empresas limitadas, em nosso país, não são obrigadas por lei a publicar os resultados anuais de suas atividades, como ocorre com as sociedades anônimas. Assim, o público só toma conhecimento quando muito, do volume das vendas dessas empresas graças à publicação de anuários de economia. Mas não tem acesso à informações mais importantes como montante de lucro, índice de rentabilidade, investimentos, remessas de lucros — enfim, de informações suficientes para avaliar não só o desempenho da empresa como os resultados que elas vêm conseguindo no mercado brasileiro, ainda mais sabendo-se que as vendas totais dessas 34 empresas multinacionais atingem a considerável soma de 57,4 bilhões de cruzeiros.

Tal fato caracteriza, por outro lado, a adoção, principalmente pelas multinacionais, da política do avestruz, já que o gigantismo de várias dessas empresas é notório demais para que seu porte — e seus resultados — não sejam ao menos pressentidos pelo grande público e avaliados, ainda que com relativa margem de erro, pelos especialistas.

Afinal, empresas como a Gessy Lever — a primeira da lista por volume de vendas, com Cr\$ 5,8 bilhões no último exercício — a IBM, a Philco e a Refinações de Milho Brasil entram no dia a dia do cidadão comum através de seus produtos e propagando, principalmente, seu nome como uma espécie de selo de garantia de qualidade. E isso, fatalmente obriga os analistas econômicos e financeiros a recorrerem a outras fontes — quando nada conseguem junto às próprias empresas — para conseguir dados sobre seus resultados operacionais ou, ao menos, sobre o exato volume de suas vendas.

Existem algumas exceções em termos de comportamento no relacionamento comunitário. Seis das 46 empresas, por exemplo, publicam balanços, apesar de a isso não estarem obrigadas: a Henkel, alemã (que, aliás, era uma S/A); a Atlas Copco, sueca; a Hidrosservice, brasileira; a NEC, japonesa; a J.I. Case, norte-americana, e a Olinkraft, também norte-americana. Em compensação a metade das empresas relacionadas, ou seja, 23, não divulgam sequer suas vendas.

A decisão de não manter a comunidade informada a respeito de suas atividades, notadamente no caso das multinacionais, é, em grande parte, decorrência da nova Lei das S/A, que, entre outras coisas, passou a obrigar as empresas a divulgar suas vendas nos balanços. Não foi por outra razão que 16 grandes empresas — 14 multinacionais e 2 brasileiras — fecharam seus capitais a partir de 1975 e, principalmente, a partir de 1977, transformando-se em sociedades limitadas.



Uma longa comédia de erros

Em artigo especial para o Coojornal, o jornalista José Carlos Thomé, editor de *Energia*, da *Gazeta Mercantil* de São Paulo, aborda a questão do Programa Nuclear Brasileiro, novamente em discussão depois que a revista alemã *Der Spiegel* atacou-o numa reportagem de grande repercussão no Brasil.

Trata-se de uma longa comédia de erros. Começou com a opção tecnológica que não seria a melhor do ponto de vista da soberania nacional, segundo a maioria dos cientistas que não desfrutaram de cargos públicos na administração do Programa Nuclear. Continuou errando, quando impediu a Opinião Pública de discutir o assunto. O véu da *segurança nacional* era suficientemente espesso para que todos os equívocos e, sugere-se, alguns episódios de corrupção — ficassem a salvo de críticas.

Um dia, fazendo juz a nossa tradição de nação colonizada durante séculos, os jornalistas alemães vêm ao Brasil e descobrem a jazida de falhas clamorosas e negócios pouco explicáveis. Afinal, não devemos esquecer que foi Blaise Cendrars

quem descobriu o Brasil para os intelectuais nacionalistas da *Semana de Arte Moderna*.

Agora, as explicações contraditórias, acabam fazendo supor que realmente as insinuações — algo levianas — feitas pelo *Der Spiegel* de que gente graúda levou dinheiro nos contratos de transferências de tecnologia tem algum fundamento. Paciência. Estivesse o País preparado para, democraticamente, discutir, decidir e explicar suas estratégias, energéticas ou não, e nada do que se supõe ser um mar de lama existiria sobre o solo da praia da taorna.

A lama, propriamente dita, existe. Tanto é que a Construtora Odebrecht — que tem como diretor um certo senhor João de Sá (algum parente influente?) — está faturando alto com o estaqueamento da praia, muito mais volumoso que qualquer trabalho análogo feito em outros solos. Naturalmente, foi essa lama que possibilitou à empresa baiana ganhar, sem concorrência, o contrato para a construção das duas primeiras usinas compreendidas no Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha: ela já havia antes feito

as fundações de Angra I, comprada pelo Brasil à Westinghouse. Mas a alegada "experiência anterior" que justificou a contratação sem concorrência na verdade não chega a ser muito adequada: só a muito custo foi que a Westinghouse conseguiu alinhar o eixo do reator, pois o prédio que o abriga adernava continuamente. Dizer que penetrava no solo "como um saca-rolhas" — para usar a expressão de *Der Spiegel* — é um evidente exagero.

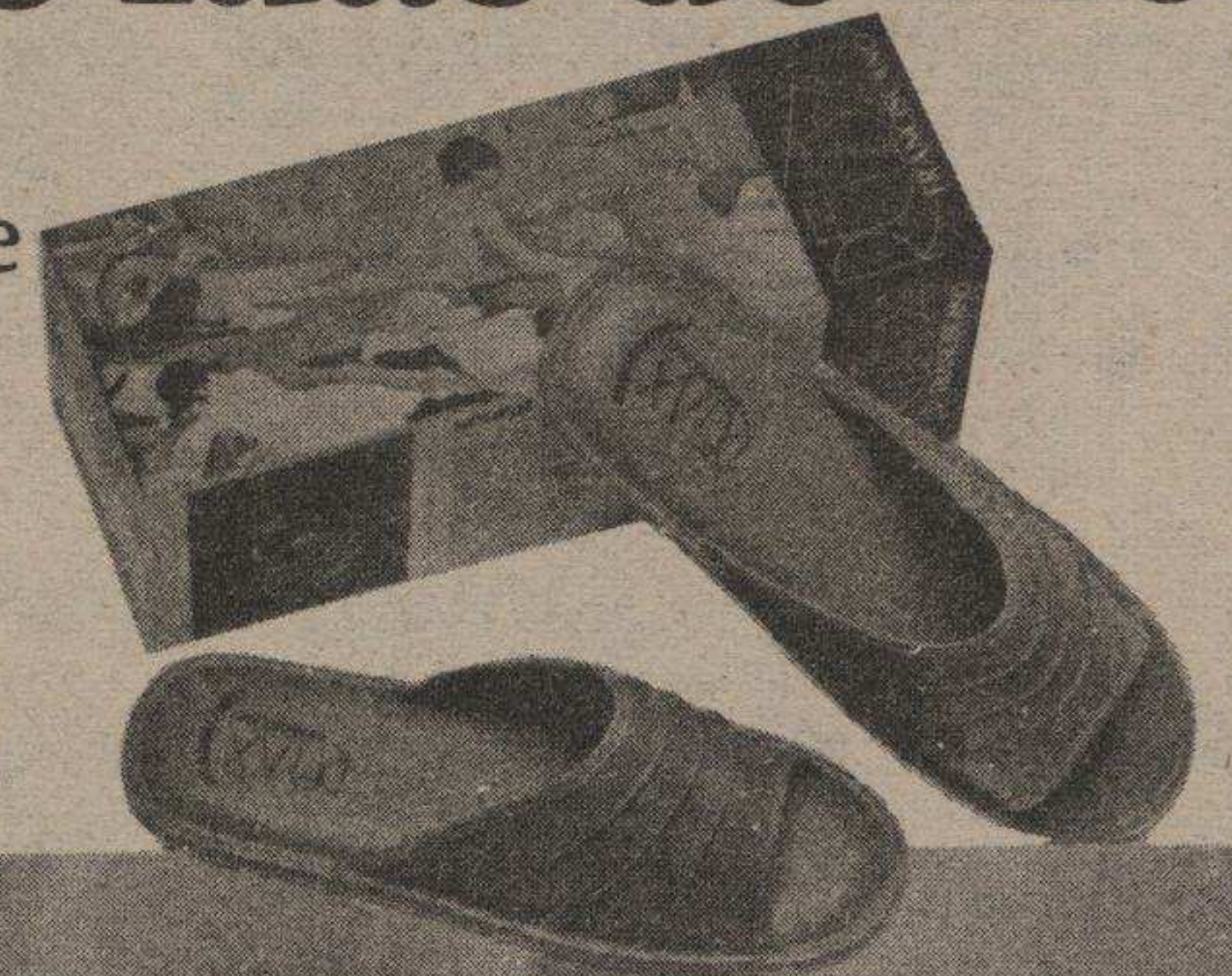
Talvez essas hipérboles sejam as responsáveis pela terrível repercussão que a matéria causou aqui e lá fora. Mas — com exceção das poucas fundadas insinuações de corrupção — todos os outros fatos já eram conhecidos da imprensa brasileira e alguns até mesmo admitidos pelas autoridades encarregadas de administrar o Programa nuclear. Sabia-se, por exemplo, dos problemas de engenharia em Angra I. Era evidente — na verdade seria melhor dizer que era impossível esconder — o atraso no cronograma dessa mesma usina. Por ocasião do incêndio no almoxarifado da usina, ficou-se sabendo que as condições de segurança no canteiro não eram

Relax Franciscano*, o novo lançamento Strassburger para reacender paixões e provocar novas luas-de-mel.



*Só Relax Franciscano tem R.A.
-Relevo Anatômico- que dá flexibilidade ao chinelo e conforto para seus pés.

Relax é o chinelo que elas dão pra eles



QUALIDADE
STRASSBURGER
VOCÊ SABE ONDE PISA

apropriadas sequer para uma fábrica de salsichas.

Não era segredo que os brasileiros não se entendem com os americanos, nem estes com os alemães, que também olham com desconfiança para os técnicos tupiniquins. Não é segredo para nenhum jornalista na área — e nem para os técnicos de empresas acostumadas a obras hidrelétricas — que as unidades II e III terão seus cronogramas atrasados.

Também qualquer engenheiro bem-informado do setor sabe que possivelmente, quando estiverem prontas, o custo de instalação de cada KW ficará perto dos US\$ 3.000, enquanto que no parque hidrelétrico nacional fica em torno dos US\$ 750. As publicações oficiais nunca esconderam o fato de o Brasil ser um país carente de urânio, apesar de ter possivelmente a maior reserva de tório do mundo, o que recomendaria um outra opção tecnológica — mais próxima dos programas canadense, indiano e argentino — capaz de aproveitar esse material fértil.

Quanto às oito usinas — sem falar nas terríveis dificuldades diplomáticas da usina de reprocessamento, unidade-chave da utilização bélica — o próprio governo, há cerca de um ano, já admite a reprogramação, "conforme o comportamento do mercado de energia elétrica do Sudeste".

Restariam ainda outras questões para completar essa comédia de erros: em nenhum lugar do mundo se constrói — mesmo que haja espaço, o que não parece ser o caso de Itaorna — três usinas num único sítio.

Essa estratégia é determinada por uma série de critérios de segurança, inclusive considerando os riscos de agressões externa ou sabotagem por parte de eventuais grupos opositores armados. Mas, curiosamente, a tão falada *segurança nacional* — que impediu qualquer contestação ao Acordo — parece que não funcionou neste caso. Paciência.

ELEFANTE BRANCO

Que o Brasil não tenha técnicos capazes de, em contato com a indústria nuclear alemã, operarem a decantada "transferência tecnológica" é uma inverdade. Mas poucos deles se contentam em trabalhar pelo salário oferecido e pouquíssimos aceitam obedecer a seus colegas alemães — sem dúvida mais experientes — que guardam ainda sérios preconceitos com relação aos latino-americanos. Foi por isso que muitos jovens promissores e esperançosos com o Acordo acabaram por abandonar os empregos na Nuclebrás e suas subsidiárias. Um dia encontrei com um deles: "Eu não agüentava mais. Até as esferográficas que usávamos para desenhar projetos vinham da Alemanha. Eles sequer tinham confiança na goma arábica brasileira".

La me esquecendo: até hoje, como afirmou o professor Karl Winacker — presidente honorário do Forum Atômico Alemão e um dos decanos de tecnologia nuclear germânica — o processo que a KWU promete vender ao Brasil para enriquecer urânio (jet nozzle) jamais foi testado em escala industrial. Alguns cientistas arriscam-se a afirmar que o "balanço energético" do processo — em miúdos a

relação entre o que se gasta de energia elétrica para obter outra energia sob a forma de urânio enriquecido — é negativo. Ou seja, uma usina como a que a Nuclebrás quer montar acabará virando um elefante branco. Ou preto.

Alguns círculos intelectuais brasileiros — só alguns: é bom lembrar que a quase totalidade da Opinião Pública aplaudiu o Acordo, inclusive a Oposição — viam no Acordo pretensões bélicas do Sistema. Hoje sabe-se que isso é um erro. Se em termos de geopolítica nosso potencial adversário é a Argentina, estamos marcando passo, pois a opção urânio natural/água pesada — que Buenos Aires adotou há vinte anos — é muito mais eficaz para a produção de plutônio. Pra quem não sabe, é com uma determinada quantidade de plutônio que se constrói a bomba atômica. E esse material resulta do urânio irradiado em reatores para fins energéticos.

Resta ainda debater — muito a contragosto das autoridades brasileiras — a questão do custo. Cálculos preliminares conduzem à suposição de que todo o Acordo vai custar US\$ 30 bilhões. Há algum fundamento para essa cifra — e só se pode mesmo é fazer suposições, pois sequer o governo tem uma precisa estimativa de quanto vai custar a brincadeira. O próprio professor Karl Winacker, em recente visita ao Brasil admitiu que esse foi o dinheiro que a Alemanha gastou para desenvolver sua indústria nuclear (e é bom lembrar que essa indústria, como nos EUA, Japão e França estão com seus balcões de pedidos às moscas).

Talvez tenha sido por isso que o governo trata do assunto de maneira absolutamente inconvincente.

Ou ainda, talvez, o acordo não tenha passado de um instrumento de política interna do governo Geisel — que na época enfrentava sérias oposições de dentro do próprio Sistema e com o gesto reforçou consideravelmente a confiança dos militares no Planalto num momento difícil. O quadro mudou. Embora persistam dificuldades políticas estas já não seriam tão graves a ponto de desestabilizar o general Ernesto Geisel. Em suma, agora o governo não tem mais necessidade do Acordo. Ou porque está no fim, ou porque a situação mudou.

Mas também não há condições morais para admitir o caráter fortuito do Acordo. Que fazer?

Politicamente correto é o que o Planalto faz: mantém em *banho-maria* a situação, espera a troca de guarda e finalmente, numa primavera qualquer, anuncia que o sonho acabou.

Mas, para ser fiel ao estilo, tudo tem de ser lento e gradual. Assim, não seria descabido supor que algumas das informações veiculadas por *Der Spiegel* tenham partido de funcionários oficiais — e não me refiro aos descontentes, que os há, principalmente na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) completamente marginalizada do pacote nuclear.

Lenta e gradualmente, os funcionários oficiais vão admitindo tudo: falta dinheiro, o solo afunda, não teremos mais oito usinas até 1990, a opção tecnológica não é definitiva nem única; o KW custa caro, etc. Até que um dia a Nação se convença de que abandonar o Acordo é uma decisão serena, conveniente e possível.

MÃÃNHÊS!



Mães de família

Apoiadas por uma revista, casais de lésbicas lutam para ter filhos

A notícia tomou as primeiras páginas dos jornais de Londres: uma lésbica deu à luz a uma criança, através de inseminação artificial. Uma bomba, realmente. Mas, de efeito retardado porque os primeiros casos de inseminação artificial entre lésbicas deram-se entre 1971 e 72, o que significa que as primeiras crianças nascidas dessa prática têm agora em torno de seis anos de idade.

Esta, no entanto, foi a primeira vez que o assunto veio à público.

Sabe-se, hoje, de pelo menos cinquenta casais de lésbicas que usaram o método conhecido por inseminação artificial através de doador (*artificial insemination by donor* ou, simplesmente, AID). Todas elas assessoradas por um grupo de ativistas lésbicas cujo trabalho gira em torno de uma revista mensal, a *Sappho*, a primeira do gênero na Europa, feita por lésbicas para lésbicas.

SEM CORPO

A *Sappho Publications Ltd.* fica no subsolo de uma velha casa no centro de Londres. Da minha parte havia um certo receio quanto à acolhida, por minha condição de homem e heterossexual. Era a primeira vez que entrava num reduto feminista. Mas eram temores infundados.

Jackie Foster, editora de *Sappho* é uma mulher baixinha, 51 anos, divorciada, cabelo grisalho à Joãozinho, cigarro com piteira e um rosto muito vivo, que passa rapidamente de um sorriso de deboche aos olhos úmidos de lágrimas, típico de pessoas sensíveis quando falam de algo que lhes toca.

— Éramos um grupo de quinze lésbicas que se reunia sempre no segundo andar de um *Pub* aqui em Londres. Começamos a receber visita de lésbicas do interior do país que reclamavam o seu isolamento. Por que não podemos ter uma revista? diziam elas. Isto foi no verão de 1971 e, depois disso, começamos a discutir que tipo de revista queríamos. Queríamos uma revista sem corpo de redação, feita com matérias das nossas leitoras: poemas, artigos, depoimentos e informação. Chamamos *Sappho* em homenagem à poetisa grega que em 640 a. c. criou na ilha de Lesbos a primeira escola de cultura para mulheres. Seis anos depois, sobrevivemos basicamente através de assinaturas, embora haja venda avulsa. Nós mesmo despachamos a

revista para as assinantes nos EUA, Holanda, Suécia, Dinamarca...

— **Alguma assinante no Brasil?**

— Três

A *Sappho*, no entanto, tornou-se mais do que uma revista, como conta Jackie:

— Com o tempo muitas mulheres começaram a nos procurar para falar dos problemas delas. Elas vinham e diziam: "Eu sou casada, tenho filhos e sou lésbica, preciso de ajuda". No começo, as sem filhos olhavam com certa suspeita as outras, com filhos provenientes de uma relação heterossexual. Para nós foi realmente uma surpresa saber que existiam tantas mulheres lésbicas casadas. No começo foi um pouco difícil. Como nós não dependemos economicamente do homem temos que trabalhar durante o dia e só dispomos das noites e fins de semana para encontros desse tipo. Para uma mãe com filhos, deixar as crianças para sair à noite é algo difícil. E depois, como explicar ao marido que elas vão a uma reunião de lésbicas? Mesmo assim, esse grupo foi para frente e chegou a reunir quase 200 mulheres. Com o tempo a maioria delas divorciou-se e tivemos que iniciar nossa primeira grande batalha sobre a custódia dos filhos, porque aqui na Inglaterra invariavelmente o filho vai para o pai, uma vez provado que a mãe é lésbica, muito embora o lesbianismo não seja crime.

BANCO DE SÊMEN

— **E o AID, como começou?**

— Numa de nossas reuniões semanais, um casal de lésbicas havia mencionado o seu insucesso ao tentar adotar uma criança. A maioria dos orfanatos neste país são dirigidos por grupos religiosos conservadores que jamais nos deixariam adotar alguém. Foi aí que uma mulher se levantou e disse para a outra, interessada em adotar a criança: "Por que tu não tentas ter um filho teu mesmo". A outra respondeu: "Simplesmente porque eu não estou interessada em dormir com nenhum João ou José para ter um filho". A primeira então explicou: qualquer mulher casa ou não pode ir a um especialista na Inglaterra e ser fecundada pelo sêmen de um doador desconhecido. Ficamos boquiabertas, não sabíamos disso. Fizemos uma rápida enquete entre as 85 mulheres presentes e 75 levantaram a mão interessadas.

— A idéia tomou vulto. Isto era o começo de 1972, a *Sappho* estava começando ainda. Procuramos o auxílio de um ginecologista. Ele então contactou o Comitê Ético da Associação de Médicos Britânicos para saber se havia alguma decisão contrária ao uso de AID por lésbicas. Não havia nada a respeito. Então nós convidamos este mesmo médico para a nossa próxima reunião e ele presenciou os

A PEDIDO

ANDRÉ FORSTER

Para Deputado Estadual
MDB
1181

Sociólogo e professor de Sociologia da Unizinios
Ex-Presidente da Associação Gaúcha de Sociólogos
Membro do Conselho Editorial do jornal Movimento
Coord. do Inst. de Est. Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES-MDB/RS)
Membro do Conselho Político do Setor Jovem Estadual (MDB/RS)
Assessor Especial do Deputado Pedro Simon

A PEDIDO

PARA DEPUTADO FEDERAL

KENNY BRAGA JORNALISTA E ESCRITOR
Nº 146
MDB

debates. Ele viu nossa preocupação, viu como nós nos preocupávamos com o futuro da criança — se haveria dinheiro, se a relação entre o casal de lésbicas seria estável, se a criança seria afetada etc. No final ele disse: "Durante toda a minha experiência, nunca vi o nascimento de uma criança ser discutido de maneira tão responsável. Vocês podem contar comigo". O doutor forneceu o sêmem, injetado, no entanto, pela própria paciente, que engravidou em seguida. O primeiro bebê foi de um casal de lésbicas australianas que vieram para cá exatamente com esse intuito.

— Qual é o custo da inseminação?
— Normalmente, uma clínica heterossexual cobraria 150 libras (Cr\$ 5.500,00). Este é o lado comercial da coisa. Típica exploração da mulher. Porque, é claro, o esperma não custa nada. Nosso médico cobra doze libras a consulta inicial, mais doze libras pela inseminação e mais seis para despesas do doador (exame de urina, de sangue, etc.).

SEM PAPÉIS DEFINIDOS

Agora o grupo da *Sappho* está com planos de criar um banco de esperma que ficará aberto para todas as mulheres interessadas, lésbicas ou não.

— Neste caso, diz Jackie, cobraremos somente o necessário para cobrir a manutenção. Isto significa que o homem que antes se masturbava pelo prazer da coisa poderá dar ao seu gesto um significado muito maior: ele estará ajudando a fecundar uma mulher (riso).

Quais são as críticas que vocês recebem quanto ao direito de serem mães?

— Há um temor de que a mãe lésbica fará do filho homem um homossexual, que o castrará. Não se pode dizer muito quanto aos filhos provenientes de AID até agora, porque a idade máxima é seis anos. Mas quanto aos filhos de mães lésbicas concebidos através de relação heterossexual pode-se fazer observações importantes. Tenho visitado bastante famílias de lésbicas com filhos numa faixa etária entre 8 e 18 anos. São pessoas incrivelmente abertas. Eu notei uma rejeição à figura do pai, mas não à figura do homem. A maioria pretende casar e ter filhos. Eles tem suas namoradas com as quais mantêm uma vida sexual ativa. Dois são homossexuais, mas neste caso, é claro não há oposição da mãe.

No que se refere à educação dos filhos, quais as diferenças de um casal de lésbicas que usou AID para a educação de uma família tradicional?

— A grande diferença é que entre um casal de lésbicas, ao contrário da família tradicional, não existem papéis definidos. Na família tradicional (existem, é claro, exceções) o pai sai para trabalhar, dá o dinheiro da casa, brinca com as crianças quando chega do trabalho e é a figura disciplinadora. A mãe é a que cozinha e que passa a maior parte do tempo com as crianças. Entre lésbicas, essa divisão não existe porque elas se alteram na divisão das tarefas da família. A idéia que se tem de que entre lésbicas uma faz o papel do homem, é completamente falsa. Assim o garoto filho de um casal de lésbicas não vai casar esperando que sua mulher seja faxineira mal remunerada da casa. Ele não terá a idéia de que só poderá fazer isso ou aquilo concernente ao papel do homem. A mulher por seu lado terá uma visão muito mais ampla das suas possibilidades como mulher.

— Qual seria outra diferença?

— Outra grande diferença refere-se ao planejamento da família. Por exemplo, uma lésbica poderá ter o primeiro filho ao passo que a outra terá o segundo, de modo que a segunda a ter o filho, ao mesmo tempo que cuida do recém-nascido cuidará de outro bebê maior, cuja mãe estará então trabalhando. Neste caso, existe a preocupação de que o doador seja o mesmo, de modo que as crianças sejam irmãs através do doador comum. Como você vê, é desse modo que as lésbicas planejam o seu futuro e neste sentido nosso papel é algo revolucionário, no sentido de que nossas aspirações chocam-se com o conceito de família tradicional, que é a unidade econômica do sistema. Não é a toa que somos perseguidos. Você sabia, por exemplo, que mais de um milhão de homossexuais foram mortos por Hitler? Pouca gente sabe disso.

Jacó Filho, Londres

Flávio Gomes quer indenização

Com dificuldades para inaugurar sua TV Guaíba, que teve o prazo de lançamento mais uma vez prorrogado, a Companhia Jornalística Caldas Júnior (Correio do Povo, Folha da Tarde e Folha da Manhã), está enfrentando outros problemas inesperados que além de tudo conspiram contra sua tradição de bom relacionamento com os funcionários mais antigos. É que dois deles estão processando a Rádio Guaíba, de propriedade do grupo, por questões trabalhistas e exigindo altas indenizações.

O jornalista Flávio Alcaraz Gomes, que está inativo na empresa desde que matou com um tiro a estudante Maria José Alberton da Silva, em abril de 1976, entrou com um pedido de rescisão indireta de seu contrato ainda em vigor. Gomes, que tem 24 anos de Caldas Júnior trabalha atualmente como gerente de vendas da agência Símbolo Propaganda, enquanto está aguardando julgamento. Ele alega que a empresa não lhe deixa trabalhar e que desde a episódio da morte da estudante teve seu salário de cerca de Cr\$ 200 mil reduzido à

metade. O total da causa ultrapassa Cr\$ 10 milhões.

Para botar lenha na fogueira, o jornalista contratou os serviços do advogado Luis Heron Araújo, que impõem sucessivas derrotas à Caldas Júnior como advogado do Sindicato dos Gráficos. Há um mês e meio Araújo entrou com uma reclamatória na justiça intimando a Rádio Guaíba a se manifestar se desejava ou não o retorno de seu cliente às funções anteriores. Passado um mês a empresa não se manifestou, e que motivou o pedido de rescisão de contrato e de indenização.

Luiz Heron Araújo acredita que a empresa está esperando resultado do julgamento criminal do jornalista, que deverá ocorrer dentro de poucas semanas. A readmissão de um funcionário com um processo criminal nas costas fatalmente comprometeria a imagem sóbria da Rádio Guaíba. O advogado do jornalista garante, no entanto, que o resultado do julgamento criminal não influirá no processo trabalhista.

Enquanto isso, o comentarista esportivo Antônio Carlos Porto, presidente do Sindicato dos Radialistas e com 15 anos de empresa já obteve ganho de causa na 8ª Junta de Conciliação e Julgamento, no pedido de equiparação salarial ao seu colega Lauro Quadros. Os dois cumprem a mesma função na emissora mas existe uma diferença de Cr\$ 15 mil mensais em seus salários. Se vencer além da equiparação, Porto receberá uma indenização de aproximadamente Cr\$ 500 mil.

A direção da Guaíba alega que Lauro Quadros participa de um maior número de transmissões esportivas e é considerado o principal comentarista da emissora, sendo escalado para os jogos de maior audiência. Mas a sentença da juíza Magda Felizardo, que deu ganho de causa, em primeira instância ao radialista, considera que os critérios de escalação dos profissionais para cada transmissão são subjetivos e baseados na preferência pessoal do Chefe do Departamento de Esportes. Segundo a juíza, esse tipo de critério "não pode servir como base para uma maior ou menor remuneração".

Rafael Guimarães



O Brasil é hoje o 1º produtor mundial de cana-de-açúcar. O 2º maior exportador de soja e o maior produtor e exportador de café do mundo. Obrigado, agrônomos.

12 DE OUTUBRO, DIA DO AGRÔNOMO. UMA HOMENAGEM DA DU PONT.

DUPONT
MARCA REGISTRADA
AGROQUÍMICOS

Dez anos de poupança

De cada 100 pessoas, nas grandes cidades brasileiras, 35 são depositantes em cadernetas de poupança, segundo uma pesquisa realizada no primeiro semestre deste ano pelo Instituto Gallup de Pesquisas, nas principais capitais do país. Os depósitos de poupança são, assim, a forma mais popular e conhecida do brasileiro aplicar os seus recursos.

A mesma pesquisa constatou que daquelas 100 pessoas, nove aplicam em imóveis, seis têm ações, quatro fazem depósito a prazo fixo, duas compram letras de câmbio e uma aplica em letras imobiliárias. O predomínio da caderneta na preferência popular, no entanto, é recente, como é recente o próprio sistema de poupança e empréstimo.

Em 1970, por exemplo, os aplicadores em imóveis, ações e letras de câmbio eram em maior número que os depositantes em caderneta de poupança. Entre 71 e 72 só o imóvel ganhava das cadernetas. E a partir de 74, a caderneta atingiu o primeiro lugar na preferência do público, posição que mantém até hoje.

Em junho deste ano, do saldo de Cr\$ 780 bilhões da poupança financeira voluntária acumulada no país, 27,0% eram provenientes dos depósitos de poupança, com um total de Cr\$ 211 bilhões, o equivalente a US\$ 11,5 bilhões. A seguir vinham os depósitos a prazo fixo, captados por bancos de investimento e bancos comerciais, com 21,7% (Cr\$ 169 bilhões), as Letras do Tesouro Nacional com 20,2% (Cr\$ 157,5 bilhões), as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (16,7% — Cr\$ 130,1 bilhões), as letras de câmbio (13,1 — Cr\$ 102,1 bilhões) e por último as letras imobiliárias, outro instrumento através do qual as sociedades de crédito imobiliário captam recursos no mercado, com 1,3% ou Cr\$ 10,3 bilhões.

OS 10 ANOS DO SBPE

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo surgiu efetivamente no Brasil há apenas 10 anos, em 1968, quando foi criado o mecanismo das cadernetas de poupança. Hoje o SBPE, constituído por sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, Caixa Econômica Federal e caixas econômicas estaduais, é o principal financiador de moradias no Brasil, superando os empréstimos feitos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que é administrado pelo Banco Nacional da Habitação.

No ano passado, por exemplo, o Sistema Financeiro Habitacional como um todo, constituído pelo BNH e mais os agentes do SBPE, dispunha de Cr\$ 382,8 bilhões aplicados no mercado imobiliário. Desse total, 49,0% eram de depósitos de poupança e letras imobiliárias, 33,6% do FGTS e o restante dividido entre outras fontes.

O número de cadernetas de poupança, por sua vez, havia atingido os 17,7 milhões de unidades (atualmente já atingiu os 20 milhões), o que representava um aumento de 31,5% em relação ao final do ano anterior. A maior parte dessas cadernetas era junto às sociedades de crédito imobiliário, com 45,2% do total vindo logo a seguir a Caixa Econômica Federal com 26,0%, as associações de poupança e empréstimo (16,4%) e as caixas estaduais (12,4%).

AS DÚVIDAS NO INÍCIO

Apesar do grande avanço registrado pelo SBPE nesse curto período de tempo, o sistema não surgiu sem nenhum problema, evidentemente. No início houve sombras de resistências permeando áreas do próprio Governo, além de setores do mercado financeiro. Os pessimistas alegavam que não havia poupança disponível no

país para justificar a existência no mercado financeiro de mais um papel, como as letras imobiliárias.

Em relação às cadernetas, os argumentos concentravam-se no fato de que as aplicações em bolsas de valores (que estavam em ascensão) neutralizariam os esforços para atrair investidores para essa nova modalidade de aplicação. Os idealizadores do sistema, no entanto, estavam convencidos de que os pequenos e médios poupadores, até então sem opção para aplicar os seus recursos, iriam em massa para o novo instrumento, como de fato ocorreu.

A IMPORTÂNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Para o êxito do sistema, a implantação da correção monetária foi um dos principais fatores, na medida em que os poupadores sentiram que os seus recursos depositados em cadernetas não eram afetados pela desvalorização da moeda. Caso não houvesse a correção, em períodos de inflação alta (o que tem sido a constante do Brasil nesse período), haveria uma retirada maciça dos depósitos, pois os aplicadores prefeririam adquirir bens como forma de se precaver contra os efeitos da espiral de preços.

Para se ter uma idéia do processo inflacionário nesse período, basta comparar o valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional no final de 1968 e o seu valor atual. Em dezembro de 1968, uma ORTN valia Cr\$ 34,95 e a sua cotação em outubro é de Cr\$ 303,28, ou seja, uma variação de 767,8% em pouco menos de 10 anos.



OS AGENTES DO SISTEMA

São três os tipos de agentes que compõem o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo: as caixas econômicas (inclusive a federal), as sociedades de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo. As caixas são controladas pelo Governo, havendo atualmente cinco caixas econômicas estaduais.

As sociedades de crédito imobiliário, por sua vez, são constituídas sob a forma de sociedades anônimas, com suas características, constituição e autorização para funcionamento, regulamentadas pelo Banco Central com a totalidade de seu capital representada por ações nominativas. São entidades de âmbito regional e, além de captar depósitos de poupança, podem também emitir letras imobiliárias, além de repasses do BNH.

As Associações de Poupança e Empréstimo, diferentemente das SCI's, são entidades mutualistas, constituídas sob a forma de sociedades civis, com o objetivo de propiciar ou facilitar a aquisição de casa própria aos associados e captar, incentivar e disseminar a poupança. As aplicações de uma APE consistem, primordialmente, na concessão de financiamentos

imobiliários diretamente aos associados (depositantes) para a construção ou aquisição da casa própria, bem como para empresas construtoras ou incorporadoras para a construção de prédios residenciais ou venda de unidades



habitacionais para seus associados.

As APE's não podem emitir letras imobiliárias, que é um privilégio das SCI's, do próprio BNH e, mais recentemente, da Caixa Econômica Federal, mas podem se utilizar de empréstimos e financiamentos no país e no exterior. Para isso, no entanto, necessitam de autorização do BNH.

A Caixa Econômica Federal, na forma como está estruturada hoje, é uma empresa pública, com jurisdição nacional, resultante de 21 caixas econômicas federais, que tinham jurisdição estadual. As cinco caixas estaduais são controladas pelos governos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Santa Catarina, sendo que esta última está em processo de fusão com o banco comercial controlado pelo Governo estadual.

A PESQUISA SOBRE A POUPANÇA

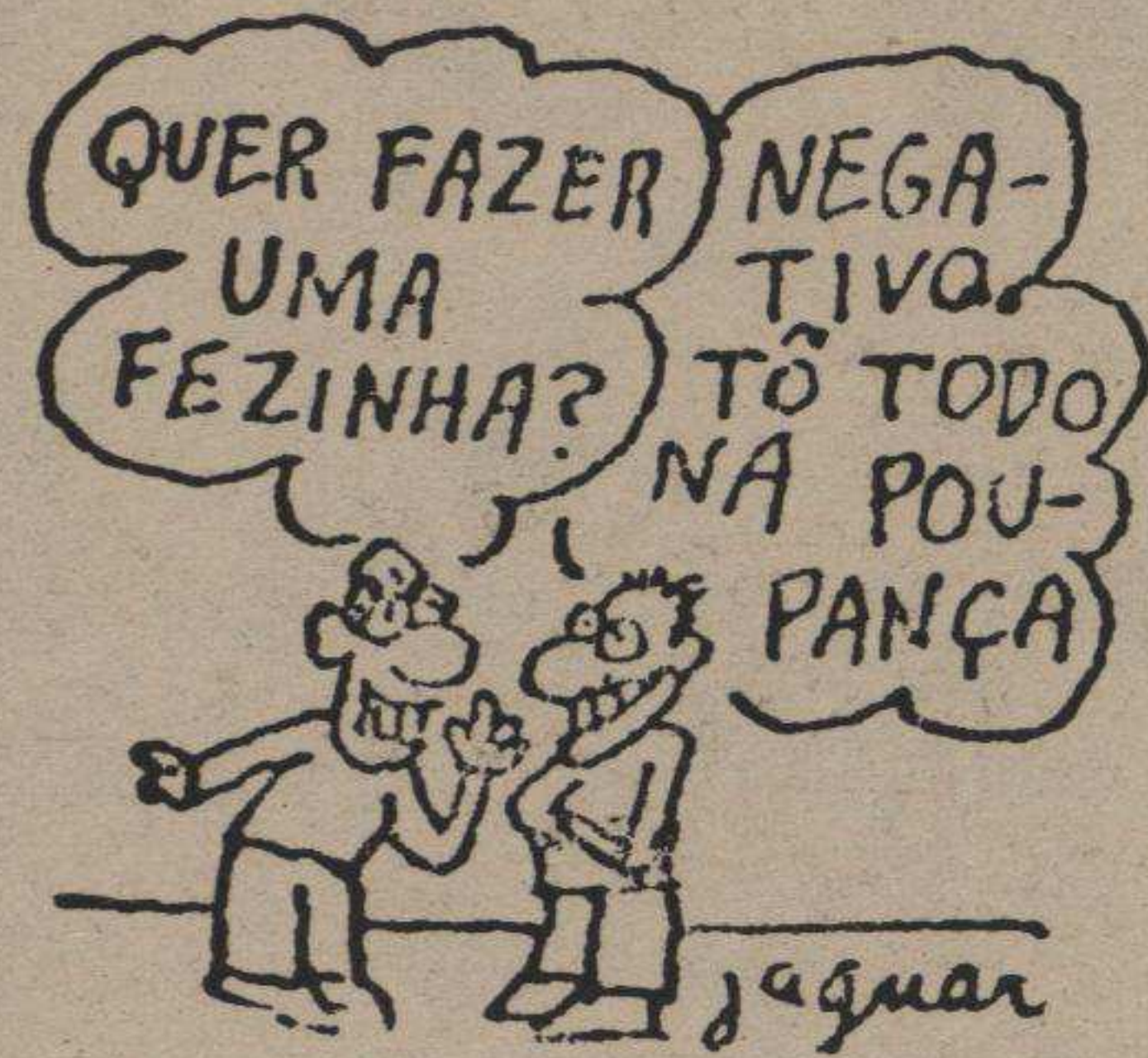
A pesquisa do Gallup constatou que, no Brasil, de um modo geral, de cada 10 pessoas, seis não fazem poupança porque dizem que não podem. As outras quatro fazem como uma reserva para o futuro. De qualquer forma, o número de poupadores está aumentando: em 1972 representavam apenas 21% da população das grandes cidades, enquanto hoje ultrapassam os 35%. As cidades onde mais se generalizou o hábito de poupar foram Porto Alegre e São Paulo, embora Campinas e Santos sejam atualmente as cidades onde mais cresce, relativamente, o número de poupadores.

E não há muita diferença entre o público masculino e feminino. Os dois têm uma boa imagem de caderneta de poupança, mas as mulheres acreditam com mais convicção que essa é a melhor forma de defender o valor real do dinheiro, segundo constatou a pesquisa. Um outro dado interessante é que a população jovem participa cada vez mais da poupança (faixa entre 18 e 29 anos). Desde 1974, a proporção de pessoas dessa faixa, entre os depositantes, suplanta a sua participação na composição da população.

A IMPORTÂNCIA DA CLASSE MÉDIA

A maior parte dos poupadores são da classe média ou média afluente. A grande maioria dos poupadores (74%) é de pessoa do grupo econômico B e C. Quanto mais elevado o nível de renda, maior a tendência a preferir o imóvel como forma de manter ou aumentar o dinheiro, mas mesmo assim, essa faixa de público (classe A) também aplica em caderneta de poupança, encarando-a como uma forma real de poupança.

O Centro Brasileiro de Produtividade e Expansão, do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, órgão encarregado de divulgar e



fomentar o hábito de poupança no país, no entanto, ainda não está satisfeito com os resultados obtidos até agora. A meta do CBPE é fazer com que o brasileiro faça da poupança um item do seu orçamento e não que utilize as sobras de final de mês para fazer depósitos. Assim, o poupador deveria assumir um compromisso de fazer um depósito mensal, assim como ele tem compromisso com o aluguel de sua residência, a prestação do carro, etc.

A pesquisa do Gallup trouxe um dado interessante a esse respeito, revelando que o brasileiro ainda não é um povo voltado para o controle dos seus gastos: 65% da população adulta das grandes cidades não têm por hábito fazer previsão orçamentária, gastando conforme a necessidade do momento. Pela pesquisa, apenas 20% dessa população declarou ter um perfeito controle do seu orçamento, com um detalhe: os mais organizados poupam mais. O hábito de poupar, por outro lado, ainda segundo a pesquisa, ajudou e melhorou o controle das despesas.

O principal motivo que leva o poupador a abrir uma caderneta de poupança é a insegurança quanto ao futuro, não só pessoal mas também de sua família. Rentabilidade e segurança da aplicação não são os motivos mais relevantes para abrir uma caderneta, mas sim a certeza de poder acumular, de forma segura, com liquidez imediata e sem o perigo da desvalorização, disseram os entrevistados pelo Gallup.

A tarefa de fomentar a poupança, no entanto, não é das mais fáceis. Além da baixa renda per capita do brasileiro e do elevado endividamento das faixas de maior poder aquisitivo, há ainda a pressão pelo consumismo imediato, alimentado por uma fantástica máquina de publicidade. Hoje, no Brasil, o cidadão médio está consumindo três vezes mais mercadorias do que consumia nos anos anteriores à II Guerra Mundial.

O BRASILEIRO ENDIVIDADO

Um estudo feito pelo Banco Real, sobre o nível de endividamento pessoal do brasileiro, concluiu que é relativamente muito elevado. Segundo o Real, englobando-se os financiamentos realizados por instituições financeiras privadas e oficiais a pessoas físicas, através do crédito pessoal ou do crédito imobiliário, o saldo do endividamento pessoal, no final de 1977, era de Cr\$ 412,5 bilhões. Isso corresponde a 13,4% do endividamento pessoal nos Estados Unidos, mas a renda per capita brasileira representa apenas 10,2% da americana. Ou seja, o brasileiro deve mais que o americano, proporcionalmente.

O CONSUMISMO ACENTUADO

Um estudo feito por Luiz Lobo, diretor do CBPE, tentando traçar uma estratégia para o "marketing" da poupança, chegou à seguinte conclusão: "O mercado é consumidor, eminentemente consumidor e não poupador. Com um agravante: sociólogos e psicólogos afirmam que o natural, no homem, é gastar; e não poupar.

"O choque do futuro predispõe as pessoas a uma atitude hedonista, de extrair o máximo do dia-a-dia, afastando a preocupação com o

futuro. A inflação matou no brasileiro o verdadeiro espírito e, principalmente, o hábito da poupança. A publicidade criou para o público e no público a idéia de que felicidade é gastar e de que o verdadeiro poder é poder comprar.

"O modelo de desenvolvimento brasileiro criou distorções graves, entre elas a excessiva urbanização e concentração do capital. Endividados, mais preocupados com a imagem externa do que com o interior da geladeira, espremidos na cidade grande, tontos pela velocidade dos acontecimentos na aldeia global, vivemos a cultura do desperdício em um país em crise de desenvolvimento".

OS GRANDES DESPÉRDÍCIOS

Embora não se possa calcular exatamente, acredita-se que a família brasileira, média das grandes cidades, gaste por volta de 15 mil cruzeiros por ano comprando embalagens que joga fora: latas de cerveja e garrafas "one way", por exemplo. Assim, além do descontrole orçamentário do brasileiro, conforme mostrou a pesquisa do Gallup, ainda existem os gastos supérfluos num país extremamente carente de recursos para financiar o seu desenvolvimento. Além do consumismo imediatista. Tudo isso, evidentemente, dificulta a expansão do hábito da poupança entre os brasileiros.

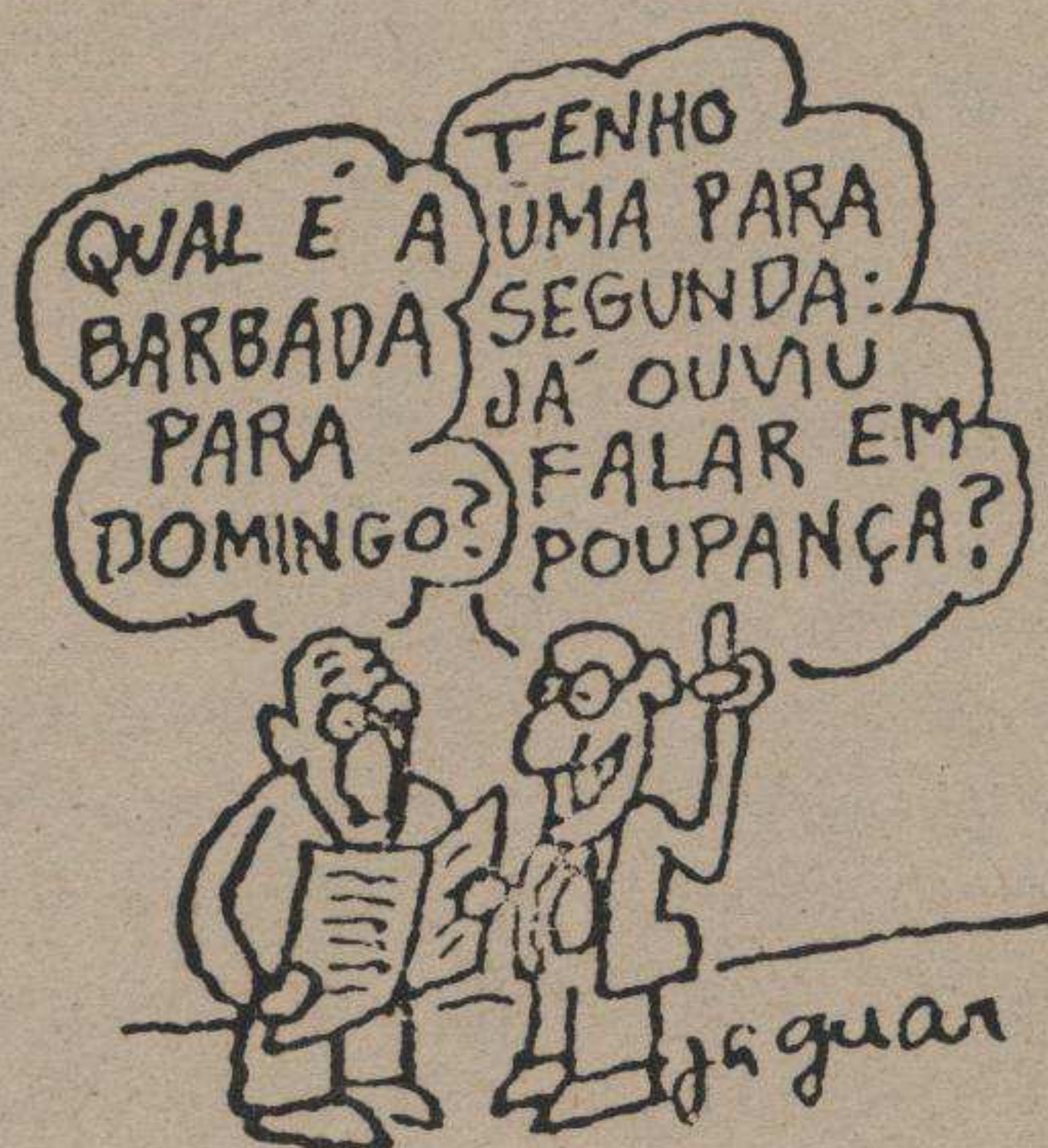
A POUPANÇA PROGRAMADA

Além da poupança comum, implantada há mais de 10 anos, foi introduzida em abril último uma nova modalidade de aplicação de recursos, que é a caderneta de poupança programada. Ou seja, o investidor assume o compromisso de fazer um depósito mensal e em troca recebe juros maiores. Esse compromisso pode ser de 12, 18 ou 24 meses. Os juros ou dividendos para o primeiro semestre são de 6% ao ano, 6,4% no segundo, 6,8% no terceiro e 7,2% no quarto semestre. Caso o poupador deixe de fazer o seu depósito mensal (ou faça retirada), a caderneta programada transforma-se em poupança comum rendendo seis por cento ao ano, mais correção monetária e incentivo fiscal.

Até o final de agosto, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, haviam sido abertas 56.472 contas de cadernetas programadas, com o saldo acumulado tendo atingido Cr\$ 310 milhões, o que dá uma média de Cr\$ 5.500,00 por cada conta.

AS MUDANÇAS DE ABRIL

Em abril foi feita também uma mudança na fórmula do cálculo de rendimento da poupança comum. Agora, ao invés de se considerar apenas o saldo dos primeiros cinco dias do primeiro mês do trimestre civil (ou o menor saldo, caso houvesse retirada) para o cálculo dos juros e correção monetária, leva-se em conta também os depósitos realizados no segundo e terceiro mês do trimestre. Ou seja, para o cálculo dos juros e correção monetária atualmente, toma-se o saldo médio dos menores saldos de cada trimestre, e não apenas o menor saldo.



Para isso, no entanto, o poupador tem de estar atento para um detalhe, que é manter os seus recursos estáveis durante pelo menos seis

meses consecutivos (dois trimestres). Caso faça alguma retirada, o critério para o cálculo volta a ser o antigo, ou seja, o do menor saldo do trimestre. Essa disposição foi feita com o objetivo de premiar os poupadores que mantêm os seus recursos mais estáveis, o que é de importância fundamental para os agentes do SBPE, cujas aplicações são por longo prazo (geralmente 15 anos).



O PERFIL DA CONCENTRAÇÃO

Esse, aliás, é um dos principais problemas do sistema, uma vez que 22,3% de todos os depósitos de poupança estão concentrados em mãos de apenas 0,25% dos poupadores. Nesse caso, trata-se mais de investimentos que de poupança propriamente dita, que oscila de um setor para outro, sempre procurando a melhor forma de aumentar os seus rendimentos. Devido à instabilidade desses recursos, esse não é o público ideal para o sistema de poupança e empréstimo.

Por outro lado, os pequenos poupadores, que são a grande maioria dos depositantes em cadernetas de poupança, também não constituem grande atração para o sistema. Cerca de 95,5% dos depositantes detêm tão somente 26,7% dos recursos. Esses depósitos têm a grande vantagem da sua alta estabilidade, mas não de elevadíssimo custo operacional.

Resta assim a classe média, que é o público ideal para o sistema de poupança e empréstimo, e que detém pouco mais da metade dos depósitos, (5%), com o seu número representando 4,3% dos poupadores. Esses recursos são mais estáveis que os dos grandes investidores e têm um custo operacional menor que os dos pequenos.

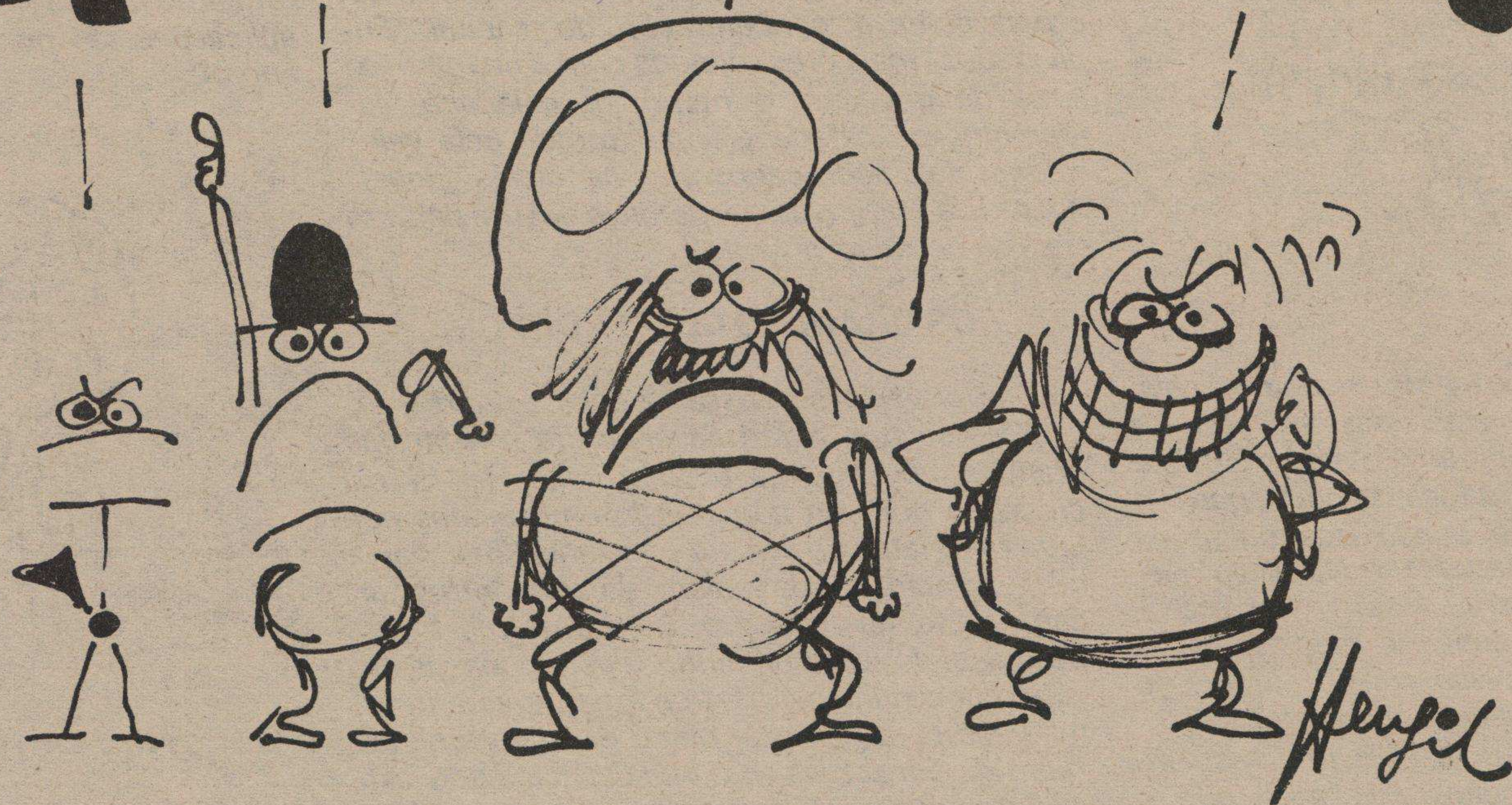
O FUTURO E A RENTABILIDADE

Ainda não foi avaliado de forma precisa o potencial do mercado brasileiro para a captação de depósitos de poupança. O Produto Interno Bruto brasileiro é o oitavo da economia ocidental (o 10º do mundo) e a participação dos depósitos de poupança em relação ao PIB ainda é relativamente baixa. No final do ano passado, essa participação oscilava em torno de 9%, enquanto nos Estados Unidos o sistema de "saving and loans" (que corresponde ao SBPE no Brasil), detinha aproximadamente 27% do PIB, isto é, três vezes o que se verifica no Brasil.

Uma outra relação pode ser obtida através do confronto entre os depositantes e a população. No Brasil, a população que poupa representa cerca de 16% da população do país, enquanto nos Estados Unidos essa relação é da ordem de 30%.

A rentabilidade da caderneta de poupança nos últimos três anos tem sido superior a dos outros papéis do mercado financeiro, conforme demonstrou um levantamento feito pelo Banco Bozano Simonsen de Investimentos. Entre dezembro de 1974 e dezembro de 1977, as cadernetas renderam 163%, enquanto o Bovespa (ações negociadas na bolsa de São Paulo) teve uma rentabilidade de 135,5%, as letras de câmbio 132,2%, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional 121,7%, o dólar 115,8%, os certificados de depósitos bancários com 114,8%, enquanto o IBV (ações da bolsa do Rio) registrou 98,4%.

INDIGNE-SE!



Chega de rir do cavalo!

Henfil está cabreiro. Seus personagens mais populares — Graúna, Zeferino, Bode Orellana e Ubaldo, o Paranóico — estão no palco do Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, fazendo sucesso em sua primeira peça, a Revista do Henfil. E ele nunca foi tão solicitado e entrevistado como agora.

Mas ele está cabreiro. As piadas sobre o general João Baptista de Figueiredo, chegaram à televisão e acabaram se enquadrando em todo o esquema de promoção da imagem do candidato

oficial. Em Brasília, o chefe de imprensa da Presidência da República, coronel Rubens Ludwig, já responde aos jornalistas como aquele personagem da TV:

Nego! Ene - E - Gê - O. Nego! Ou então repete frases do Pasquim: "Sim, as Forças Armadas estão divididas. Divididas em Marinha, Exército e Aeronáutica".

Quer dizer, o humor, feito para criticar o regime, está sendo absorvido e usado para dar uma imagem liberal ao regime. É disso que Henrique de Souza Filho, o Henfil, fala nesta entrevista.

Coojornal — É o momento do humor político?

Henfil — Não.

Coojornal — Por quê?

Henfil — Está acontecendo uma emboscada, me parece. Engraçado. Por que será que só a linguagem de humor está mais ou menos liberada? O coronel Ludwig já assumiu a frase do Ivan Lessa, dizendo "Divisão nas Forças Armadas? Só em Marinha, Exército e Aeronáutica". O Figueiredo está fazendo sua campanha nessa base, na linguagem de humor. Quando se fala em anistia, procuram-se frases felizes, com algum humor. Sempre assim. O que me chama a atenção é que o Governo está usando o humor.

Coojornal — Qual seria a intenção do Governo com isso?

Henfil — Há dois subsídios. Onde está abrindo? Na TV? Noticiário? Novela? Entrevista? Reportagem? Não, quase nada. No Humor. *Planeta dos Homens* e *Chico Anísio* se soltando. Dá uma aparência de abertura, mas nesse exato momento, enquanto falam "Está abrindo, olhai, estão falando do Figueiredo", a censura continua do mesmo jeito, em cima de livros (O Relatório Hite), no teatro (Feira Paulista de Opinião), nas Artes Plásticas (o caso do *Penhor de Igualdade*, porque condenaram o rapaz do quadro em Minas); não tem abertura para os filmes, os residentes de medicina do Rio foram demitidos, os sindicatos continuam sob pressão, os senadores continuam biônicos, a violência policial (civil) continua na mesma intensidade, o AI-5 continua aí, o 477 também, a Lei de Segurança, os cassados continuam cassados e inegáveis. Então, tem algo de inquietante. Algo que tem de ficar de olho vivo. Eu me sinto como uma espécie de privilegiado entre os profissionais desse setor, porque dos criadores, os humoristas estão tendo realmente liberdade para fazer. Aí a gente se empolga e olha pra trás e o que vê? Que os outros criadores continuam embaralhados nas malhas da censura. Eu não acredito na capacidade do humor para fazer uma reforma de costumes, uma mudança política. Só o pleno uso do humor não significa que a democracia está aí.

Coojornal — E o segundo subsídio?

Henfil — Por que eu fui falar em dois? Me perdi. Agora, tem uma coisa de muito estranho nisso, porque eles estão usando a mesma linguagem. O que me chama a atenção é a inteligência das frases — redondas, irrespondíveis. Se isso não é

planejado, a nova Assessoria Especial de RP da Presidência da República é muito mais sutil. Houve tempo em que a gente esperava a Aerp soltar a campanha pra depois soltar o cartun e queimar. Hoje é o contrário: a gente solta o cartun e eles fazem em cima.

Coojornal — Uma coisa é certa — eles estão planejando e estudando as coisas. E você? Tudo o que está pensando é só intuição?

Henfil — Sou intuitivo, mas tenho informação, porque não sou gênio. A partir dessa consciência, mas sem saber muito o que fazer, a minha intuição está me pedindo um trabalho de indignação, de pedir indignação. "Mais respeito aí". Está acontecendo comigo e o que estou produzindo é nessa faixa. Não é agressividade. É começar de novo esta etapa. Fazer um tipo de enquadramento não na base do riso final, mas da indignação. Quero dar a receita ao público de como reagir diante das graças que eles fazem. Outra coisa, no meu caso pessoal, é que estou me dirigindo para os setores conflagrados: teatro, cinema, TV, jornais sindicais. Um pouco porque abriu uma porta do lado de lá e eu sinto que tenho que ir para outra.

Coojornal — Essa questão da abertura, por exemplo. Depois que caiu a censura prévia no Movimento, o jornal tinha cerca de dois mil cartuns censurados e queria fazer uma edição especial disto. Diz-se que foi muito difícil encontrar coisa boa no meio. Além disso, há bem menos gente querendo colaborar, depois que acabou a censura. Parece que ser censurado confere status ao cartunista...

Henfil — Isso é típico de uma sociedade reprimida. É aquilo de rir no enterro, do proibido que precisa ser feito, mesmo que doa. Os judeus se tornaram os maiores humoristas do mundo (não os novos, de agora) porque sofreram a mais brutal repressão. A mim não me agrada o humor ser uma linguagem de escape, de sobrevivência. Não gosto de saber que "se o estupro é inevitável, relax e enjoy it", apesar de ter feito isso. E foi sintomático o sucesso do Fradim em 67/68. Ele fazia a catarse do comportamento mais reprimido. Às vezes era suficiente só fazer o top, top.

Coojornal — Mas mesmo no Fradim você confessava, uma ocasião, que andava com o saco cheio de — usando a sua expressão — "utilizar a linguagem do pê"...

Henfil — Na verdade, nunca tive muitos problemas diretos com a censura, porque



os trabalhos já saíam de modo que não fossem cortados. Mas na realidade eu comecei pelo fim. O Fradim eu deveria ter feito no fim. Mas comecei com ele, depois fiz o Zeferino, que é mais jornalístico, mais informativo, reflete o problema que a maioria está vivendo. O Orelhão, um personagem de subúrbio, o Ubaldo, paranóico e as Cartas da Mãe, em que o negócio fica mais no chão ainda e cai para a área conflagrada, que é o humor escrito. Nunca tive problema de censura na Isto É, mas porque tem um desenho do lado, então é caracterizado como uma página de humor mesmo. Em catorze anos de trabalho desenhado, a repercussão do que faço na Carta da Mãe, a reação que ela provoca ultrapassa tudo o que fiz antes. A resposta é mais direta. Por exemplo: fiz uma crítica aos óculos do Figueiredo e duas semanas depois — pode ser coincidência — ele pôs os óculos brancos. Tem a frase do Ivan Lessa (divisão nas Forças Armadas) que também está por aí agora. E o mágico. Pouquíssima gente pode desenhar, há distância, admiração, quando alguém desenha. E parece muito bruto, hoje, reprimir o mágico, muito mais do que reprimir alguém que escreve, porque todo mundo sabe escrever. Aí eu me pergunto se não é melhor tirar a mágica do desenho, porque ela dá distância não só do pessoal que lê e te admira, mas também de não conseguir o objetivo. Não tirar o desenho é um desafio, o soco no fígado foi muito bem absorvido e está sendo utilizado (aliás faz tempo que a Aerp vem criando campanhas com desenhos). Acho que está de novo na hora de o humor nacional fazer a reversão da expectativa, que é a chave do humor. Sair da situação que estão nos levando a assumir — a de bobo da corte permitido.

Coojornal — Então essa questão envolve o pessoal já consagrado? Qual é a situação da imprensa, a seu ver, em relação ao cartunismo?

Henfil — Na Inglaterra, há a leal oposição a Sua Majestade, com carro, verba e endereço estabelecido. O que está me inquietando agora é saber se um grupo de humoristas, alguns escritores, músicos — Millôr, Henfil, Ziraldo, Jaguar, Fortuna, Veríssimo, Chico Anísio, Jô Soares, Chico Buarque, Jorge Amado, Dom Paulo Evaristo Arns, Lula, para citar os mais simbólicos — não estariam transformados na leal oposição a Sua Majestade, reconhecidos, com espaço para atuar... E a gente acaba parando num estranho gueto. Não dá nem pra chegar na análise da imprensa, porque é todo um processo sutil. Estou sentindo isso, não tenho competência para analisar. Na leal oposição a Sua Majestade a gente poderia ainda pôr o Brossard — ele pôde, mas o Alencar não, sendo que o Alencar não chegou a um décimo do soco no fígado que o Brossard sempre deu. Se não forem esses caras, não chega na imprensa. Não se chega a dizer, simplesmente não acontece. Os outros caras são tão ou mais competentes do que nós. Não considero o Brossard o mais brilhante parlamentar brasileiro.

Coojornal — E o que fazer?

Henfil — A primeira coisa é denunciar isso, através do nosso trabalho. E, de certa maneira, é uma coincidência alguns caras da leal oposição se encaminharem para as áreas conflagradas — Chico para o teatro, cinema, literatura — como se sentissem a perda da força do único veículo que utilizavam para conseguir o seu objetivo. Acho que também é intuitivo, sem pensar.

Coojornal — Isso vai significar então, no caso dos humoristas, o fim do humor?

Henfil — Não significa o fim, mas o começo do humor. Pode significar é o fim daquele modelo antigo, porque antes o código era simplesmente passar a mensagem: estamos vivos. Houve momen-

tos em que o grande cartum era aquele em que você colocava a palavra liberdade, anistia. Não interessava, noutro contexto tinha de falar. Agora é que alguma coisa tem de acontecer, o começo do humor.

Coojornal — Nesse caso, o humor é sempre uma linguagem de resistência?

Henfil — O humor como linguagem de resistência é uma raridade. No geral, ele está dois passos atrás, está refletindo a realidade depois que ela existe. O humor de resistência, que denuncia, surpreende, soco no fígado, reversão de expectativa, é raríssimo. Prova é que todos os jornais publicam tirinhas de humor, o tempo todo, e não acontece nada. As pessoas nem chamam de humor. Humorista é o que dá o soco no fígado e desse todo mundo sabe o nome.

Coojornal — E agora, com todo o noticiário saindo na imprensa, o humor está ficando pra trás?

Henfil — Até a censura cair, o humor foi um sinal de fumaça da notícia. Aliás, muita gente se especializou em saber das notícias lendo cartum como se lê carta de baralho, horóscopo, como se lê mão. A partir do momento em que acaba a censura nos jornais, começam a dar a notícia. Então o cartum começa a ilustrá-la, ou comentá-la, ou a criticá-la. E cada vez mais raramente consegue dar o salto por cima e veicular algo que não está sendo noticiado, que é a sua grande tarefa. Por exemplo, acho que o nosso grande papel é denunciar essa utilização do humor, do clima de gozação. Indo para a TV. A TV ainda está nessa primeira fase do jornal, que nós já passamos. Na linguagem do humor, basta usar algumas palavras estratégicas, a gente ri. Apenas com a palavra Figueiredo (aquele quadro em que o cara pede informação de rua em Brasília). É um riso de desafogo, um pouco como o top, top, do Fradim. Um dia, estávamos vendo o quadro do Chico Anísio no Fantástico. Ele deu um jeito e falou a palavra anistia. Foi só ouvir, todo mundo se levantou da cadeira. Olha lá, ele falou.

Coojornal — E qual é a função desse programa, segundo você?

Henfil — É a antiparanóia. Consciente ou inconscientemente, estão liberando o uso da palavra, com dez anos de atraso em relação ao que o Pasquim fez em imprensa. Ainda não vi nenhum programa (e estou certo de que não é culpa deles) com um quadro crítico completo. Num desses quadros — o que faz a indicação de endereços, já falei — é a palavra que vale.

Coojornal — E as piadas com o Figueiredo?

Henfil — Eu pedi para o pessoal parar de fazer piada e cartum com cavalo. Enquanto o pessoal tascava um Cavalo de Tróia, o Figueiredo ia entrando de fininho na fortaleza.

Coojornal — Então, o que mudou no panorama, que permitiu a entrada do humor político?

Henfil — Essa abertura foi levantar um poquinho a tampa da panela, que estava em pressão. Não foi dado de graça. Uma atroxada numa área de manobra do governo, que é a imprensa, está certo... Não é para agradar a imprensa, porque ela também é sistema, que eles estão popularizando um candidato. Essa necessidade de popularizar um candidato que não vai às urnas é porque a plateia não está gostando, os nativos estão inquietos. Nesse sentido, eles estão com boa intuição. Eu acredito que estamos em plena guerra civil. Compare com o Líbano: lá, toque de recolher à noite; aqui, assalto, morte por tiroteios entre ladrões e polícia, também tem recolher. Não se sai à rua. E os asaltantes, o que são? Uma boa parte é o povo que resolveu ganhar sua sobrevivência pela arma, porque não é possível que sejam todos psicopatas. No Líbano, não se anda sem identificação; aqui não pode sair sem identidade, porque é suspeito logo; lá tem estoque de comida, aqui também porque ninguém tem segurança no dia de amanhã, se vai estar trabalhando, se vai ter dinheiro pra comprar; no Líbano, se alguém se aproxima da gente, é espião; no Rio também; lá os tanques se chocam, aqui os automóveis, porque as pessoas estão jogando carros umas contras as outras e em cima dos transeuntes; no Líbano não se sabe se dá pra voltar vivo pra casa;

aqui também não. E aqui não é por problema político imediato. É uma guerra civil muito mais geral, não declarada. E tem mais: no Líbano todas as firmas têm que ter o seu corpo de segurança; nós temos hoje no Brasil todas as lojas, bancos, empresas com verdadeiros exércitos particulares, formações paramilitares, que estão lá para defender a propriedade. Em Beirute estão conquistando terras com as armas: no Mato Grosso, Paraná e Amazônia é a mesma coisa. E uma guerra surda, não declarada, de extrema violência, que afeta a todo mundo. Cada um, que se pergunte onde afeta, mas afeta. Aí vem uma questão que todo mundo se coloca: ou se brasileiros andam armados, ou então não andam, com medo de fazerem loucuras ou levar a pior. Qual é o nome disso, se não guerra?

Coojornal — E o humor?

Henfil — O riso é consequência. O que humor pode fazer numa situação dessas? É passar isso para o enredo das minhas histórias. Eu sempre fui meio correspondente de guerra, acompanhei dia a dia, o Vietnã. Hoje, estou assistindo e sofrendo os conflitos ao meu lado, na rua. O que sinto é dificuldade de passar isso. Gente, estamos em guerra. E espero que, passado isso, as pessoas riem, já correndo...

Coojornal — Em 1974, numa de suas

inúmeras cartas aos amigos do Brasil, quando estava nos Estados Unidos, você escreveu: "Uma parte da minha geração foi viver na clandestinidade. Eu, apesar de um trabalho público e aberto, vivo meu eu real na clandestinidade". Como interpreta isso hoje?

Henfil — O riso público e o clandestino? Eu vivo hoje uma situação privilegiada no show bizz... Havia um hotel no Vietnã onde os correspondentes de guerra bebiam, trocavam informações, namoravam, jogavam baralho. Era um lugar respeitado pelas partes em guerra, um santuário. Depois de viverem assim, saíam para a rua de cócoras e morriam, ou eram feridos. Eu me sinto um pouco nesse hotel. Eu falo, vivo bem, desenho, crio, namoro. Acabado isso, meu uísque é fazer humor, dar entrevista, tenho reconhecimento. Tudo lá dentro do hotel. Quando saio, venho para a minha vida, que não é o que está publicado nos jornais, saio de cócoras. Afino, para não ser agredido, assaltado, levar um tiro. E nessa situação acabo tendo uma vida meio dupla. E nessa guerra civil em que a gente vive, estou cheio de furos, de cicatrizes. A gente vai deixando que a vida pessoal fique cada vez mais pobre e, ansiando que depois de passar de cócoras pelas ruas, possa voltar pro hotel e seja de novo bonito, inteligente, capaz de amar, de ser sem cicatrizes.

Você jamais vai esquecer os 25 anos do Real.

O Real, Kastelão e Comes & Bebes estão sorteando dois Corcel por mês. Um jeito todo especial do Real comemorar seus 25 Anos. Um acontecimento tão importante, que o Real quer torná-lo inesquecível.

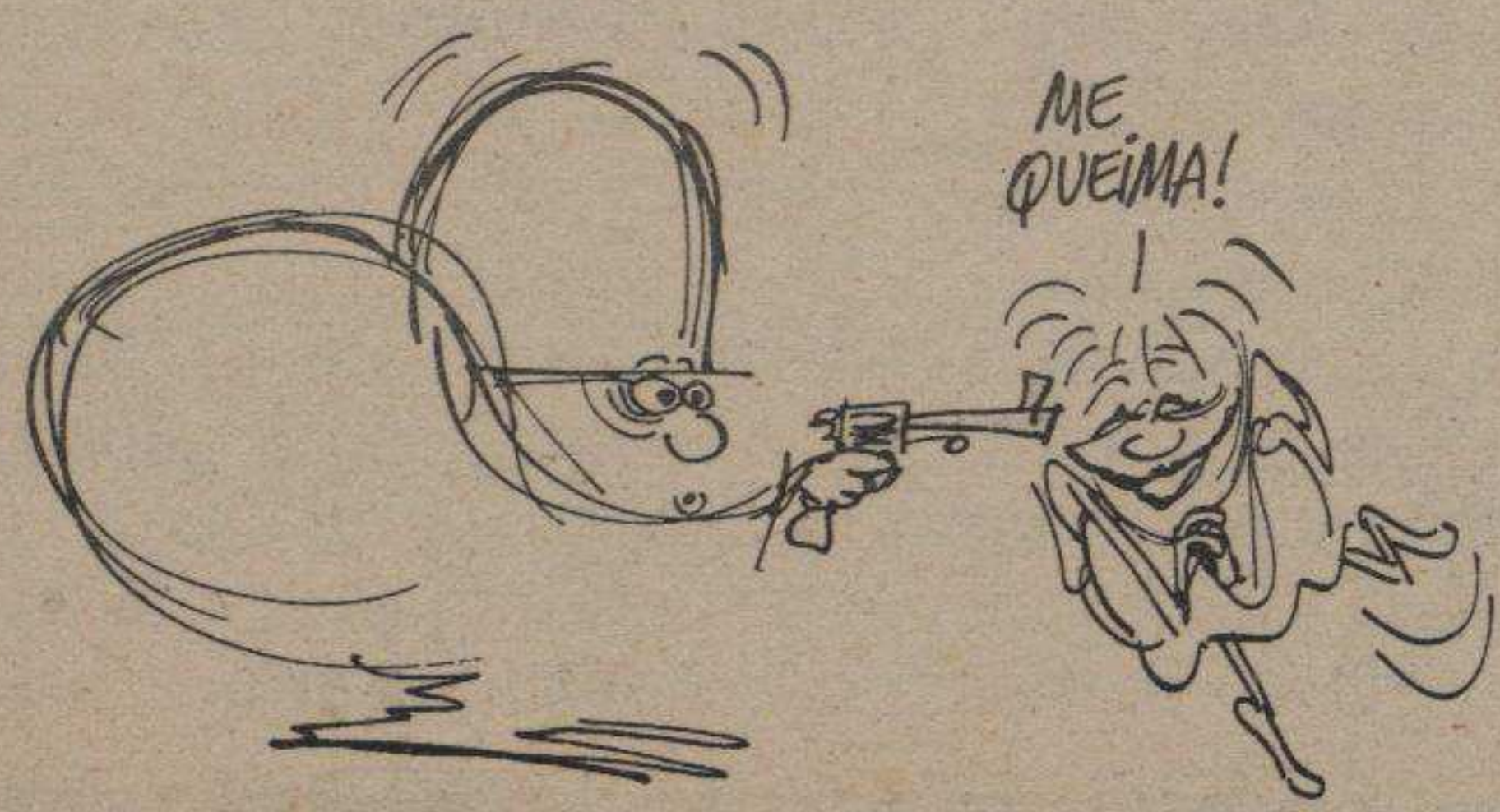


OOO
REAL
SUPERMERCADOS

comes & bebes

KASTELÃO

Proc. n.º: 1080-05340/78 - Sec. Rec. Federal MF. Brasília - Autorização N.º 01/553 de 06.07.78.



SENDO ESQUECIDAS



Sul



léias



em 54

de eleição

a área de aproximadamente 30 e grandes fazendas, onde a e são empregados rurais. MDB não espera mais do que as eleições de novembro. No quatro mesas eleitorais. Na a delas o MDB não contou versão folclórica que até o fis-

nunca perdeu eleição — coso velho Afonso, o agrônomo Collares, eleito vereador em a eleição em Palmas. O pai a força eleitoral de Palmas em ral:

stiano Machado (candidato a ou eleição.

— embora não admita — re-acabado do caudilho manhoso uência e as atitudes firmes mas



Museu Folha Popular

Concentração no interior de Livramento, em 22



Cooperativ

Juscelino sendo carregado, em 55, em SP



Adhemar de Barros em Alegrete, em 55

Quando Jânio empolgou o Brasil



Sempato

Ninguém melhor do que Jânio Quadros construiu uma figura e uma carreira política com o próprio esforço, valendo-se de sua imaginação e capacidade para falar exatamente o que os eleitores desejavam ouvir, naquela fase da vida brasileira. Em São Paulo, de vereador a governador, ele usou até o exagero os truques que acabaram se tornando lenda — o grande casaco empoeirado, os sanduíches no palanque, a figura mal barbeada e descabelada, vassoura em punho, a prometer limpezas na administração pública.

Convinha-lhe, portanto, a técnica espelhada no slogan de "tostão contra o milhão". O Jânio de São Paulo era o político humilde, solitário, apoiado só na companhia de alguns poucos companheiros de Faculdade de Direito, ou jornalistas também preocupados com a moral pública — jornalista empregados, não donos de jornais. Como esse modesto arsenal, foi possível chegar à prefeitura de São Paulo, talvez mesmo ao governo do Estado. Mas ele não bastaria para chegar à presidência da República.

Dessa forma, o candidato que inicia, a 9 de janeiro de 1960, sua primeira viagem oficial em campanha eleitoral, pelo Norte do país — Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco — tem outra figura: o rosto corado, bem barbeado, envergando ternos de boa confecção, camisas impecavelmente limpas, com colarinhos corretos e gravatas discretas. Tem em sua companhia já não os modestos amigos de outras jornadas — boa parte dos quais, por sinal, desiludidos, já batalhavam do lado oposto mas alguns dos principais comandantes da política nacional: Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, da UD-N, Walter Peracchi Barcellos, do PSD gaúcho, os democratas-cristãos de Franco Montoro, gente que ameaça dar à sua campanha uma incômoda coloração aristocrata.

A vassoura torna-se um distintivo para a lapela e uma figura de retórica, embora a preocupação com a lisura no trato dos dinheiros públicos continue a ser a peça chave de seus longos, lentos e agressivos discursos. Mas um candidato presidencial precisa de temas mais variados, e ele prega a política externa independente, promete comerciar com todos os países independentemente de seus regimes políticos, proclama o princípio da não intervenção de um estado nos negócios internos de outro, louva a Petrobrás embora, na intimidade, descrediteasse das virtudes do monopólio estatal

Ele sabia que sua caminhada rumo ao governo passaria pelas praças públicas, mas sabia também que uma eventual má vontade dos militares poderia torná-la muito mais difícil. Assim, lança o desafio: "Cumpra saber, de fato, se é ou não possível entre nós o governo nascido das urnas".

Essa retórica convencional, no entanto, serve apenas para as convenções ou para os contatos de cúpula. Aplainado o terreno nessas alturas, ele desce à planície, para os comícios populares, e aí, sem a ajuda de agências de publicidade, sem palpites de especialistas que lhe melhorem a imagem, contando apenas com a própria intuição e a experiência adquirida em outras campanhas, Jânio Quadros se mostra um ator insuperável. Em todos os cantos do país, multidões acorrem para vê-lo prometer limpezas nos institutos de previdência social, no Samdu (Serviço de Assistência Médica de Urgência), no Ministério da Saúde — e o aplaudem delirantemente. Sem o vídeo-tape ou a Embratel, a televisão é uma arma poderosa que, no entanto, só pode ser utilizada em algumas poucas capitais. Assim, ao final da campanha, o candidato vitorioso declara-se em "exaustão quase total", com mais de mil discursos pronunciados e 200 mil quilômetros percorridos, boa parte dos quais em avião, um meio de transporte que sempre detestou.

Na viagem inaugural da campanha, pelo Norte, um banquete aberto em Belém com as indeficíveis casquinhas de Mucua, expostas tempo demasiado ao calor ambiente porque o candidato se atrasou em seu programa, provocou quase uma calamidade levando boa parte da comitiva a farmácias e hospitais. Em 1966, contratempo semelhante se abateu sobre a comitiva do marechal Arthur da Costa e Silva, na mesma cidade de Belém do Pará, mas com efeitos menos dramáticos — ele era um candidato já eleito, no confronto de um pequeno colégio eleitoral reunido em Brasília. Jânio, não. Precisava fazer comício, ficar ao sol, ouvir dezenas de discursos antes de fazer o seu e ele os fez e ouviu, apesar de tudo.

No Rio Grande do Sul, viajando em trem especial pelo interior do estado, — uma cômoda forma de deslocamento que lhe permita fazer um comício em cada estação —, chegou um dia a Dom Pedrito, um sólido reduto do Partido Libertador de Raul Pilla. Lá havia, em torno do palanque armado na praça principal, uma inquieta multidão a cavalo, lenços vermelhos ao pescoço, numa

mistura de cheiro que, no entanto, não chegou a iludir o candidato: Jânio sabia que devia falar aos homens, pois só eles lhe dariam os votos necessários para chegar à presidência da República. Em outra ocasião, uma das longas pausas do seu discurso, justamente no trecho em que apregoava sua própria condição humilde, pobre professor e advogado, foi aproveitada por um interpelante anônimo que lhe atirou o desafio:

— Explica então como é que você viajou duas vezes para a Europa... Imperturbável, Jânio prolongou a pausa e lançou um pedido:

— Quero fumar. Quem me arranja um cigarro?

— Imediatamente, pelo menos duas centenas de mãos se ergueram, das que se encontravam mais próximas do palanque, oferecendo-lhe carteiras de todas as marcas. Ele apanhou um cigarro, calmamente bateu-o na madeira do palanque, alisou-o entre os dedos então magros e compridos, e respondeu ao interpelante:

— Vê o amigo? Assim viajei para a Europa.

Talvez não tivesse sido assim. Mas, naqueles tempos de eleições diretas, chegar à presidência da República exigia muito mais do que a preferência de algumas pessoas bem colocadas na vida. Exigia idéias precisas sobre os mais variados assuntos que dizem respeito ao Governo; capacidade para levar essas idéias, de forma inteligível, às pessoas que seriam atingidas pelos seus efeitos, pois em última análise, elas é que decidiriam; resistência física, imaginação e presença de espírito, pois uma frase mal colocada, uma manifestação de desprezo ou de mera desconfiança na soberania popular, poderia significar o fracasso.

Jânio Quadros enfrentou galhardamente a dura prova. Desde Getúlio Vargas, seguramente, ninguém como ele falou ao eleitorado o que este queria e precisava ouvir. Por isso, no dia 3 de outubro de 1960, 5 milhões 636 mil e 623 brasileiros deram-lhe seu voto para Presidente, um número que hoje pode parecer inexpressivo, mas representava, na época, 48% do eleitorado do país. Foi a última vez. Nunca mais se fez presidente dessa maneira alegre, aberta, emocionante.

Almir Gajardoni *

* Repórter da Folha de São Paulo na época, Almir Gajardoni cobriu a campanha eleitoral de Jânio Quadros.

CENAS QUE ESTÃO

ELEIÇÕES

Se os velhos revolucionários de Alegrete, que pegavam em armas contra as fraudes eleitorais da década de 20, ainda existissem, certamente encontrariam um apelido apropriado para os colégios eleitorais que, hoje, elegem Presidente da República e governadores. Naquela época, os eleitores do "invencível" Borges de Medeiros eram chamados de *fósforos*: abre a caixa e vai tirando.

Seriam *fósforos* os membros dos colégios eleitorais que elegeram governadores no mês passado e os 590 (359 da Arena) delegados que neste mês elegem o presidente da República. Em 1960, quando o País votou pela última vez para eleger um Presidente, os eleitores inscritos eram 15 milhões e 500 mil. Votaram 12 milhões e 500 mil para eleger Jânio Quadros. Hoje, os eleitores são estimados em 42 milhões. Desses, nada menos que 27 milhões — o dobro mais dois milhões dos que votaram em 1960 — estão na faixa etária dos 20 aos 34 anos.

Quero dizer, são aqueles que nunca puderam votar para presidente da República ou governador dos Estados. Entre eles, há também um enorme contingente dos que nunca elegeram sequer o prefeito de sua cidade — porque têm domicílio eleitoral em alguma capital de Estado ou Território ou em algum das dezenas de municípios considerados Área de Segurança ou Estância Hidromineral. No Rio Grande do Sul, onde Medeiros governou 25 anos com mão de ferro, o eleitor aprendia a escrever o nome para votar na véspera da eleição. ensinavam-lhe os caudilhos:

— Risca aí a argola maior da sobre-sincha. Põe um esteio a seguir. E agora risca a argola menor da sobre-sincha.

Em Caçapava do Sul, a 300 quilômetros de Porto Alegre, o libertador Alberto Severo, 84 anos, fundador da Liga Pró Voto Secreto em 1925, em Porto Alegre, conta a história dos *Oto* dos tempos de Borges de Medeiros, história que se incorporou ao folclore político gaúcho.

Naqueles tempos, o título de eleitor era um documento ao portador e o voto era a descoberto — na frente dos membros da mesa eleitoral, sob as vistas dos caudilhos, o eleitor assinalava o nome de seu candidato numa lista que ficava sobre a mesa. Foi assim até quase 1930, quando foram instituídos o voto secreto e o título nominal de eleitor.

Também podia aparecer mais eleitor que os habitantes. Alberto Severo lembra um colega de trabalho das eleições de 1922: "Votei 10 vezes para o Borges de Medeiros e cinco para o Assis Brasil", contou seu amigo no outro dia. Contra a fraude e a corrupção eleitoral foi feita a revolução de 1923, que acabou com as sucessivas reeleições de Borges de Medeiros.

Do período do voto de cabresto, do voto aberto e das revoluções, permaneceram alguns costumes (bons ou maus) que os partidos políticos adotaram quando ressurgiram após a ditadura de Getúlio Vargas. Nas cinco eleições presidenciais que sucederam à queda de Vargas — de 1945 a 1960 —, o comício continuou com o mesmo vigor. O dia da eleição sempre era uma festa. Até mesmo em alguns pontos das zonas urbanas, os partidos formavam grandes acampamentos desde a véspera, onde cada um deles tinha churrasco a vontade e, em alguns lugares, até jogo de osso escondido no meio do mato.

Na fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina, a chamada zona da Campanha, onde as disputas políticas originaram uma sucessão de conflitos até 1930, há gente particularmente saudosa. Com a grande maioria dos municípios transformados em Área de Segurança, há uma população de 500 mil eleitores — no RS todo, incluindo a capital, são 1 milhão e 100 mil — que não deixou de eleger

presidente da República e Governador como também perdeu o direito de escolher seu Prefeito.

As sedes partidárias, que tiveram seus momentos de glória entre 1945 a 1964, com a extinção dos antigos partidos e as restrições aos atos políticos perderam seu encanto. Mudaram-se de amplos prédios para salas acanhadas. Em Bagé, no fim do mês passado, em plena campanha eleitoral, havia sido cortada a luz da sede da Arena por falta de pagamento.

"As sedes dos partidos não existem mais e os gabinetes das Câmaras de Vereadores se transformaram em sedes partidárias", exclamava Silvano Mazzini, 58 anos, presidente e vereador do MDB de Bagé, que votou pela primeira vez em 1945. E reclama das dificuldades para fazer política hoje: "Antes havia o comício para entrar em contato com o eleitor. Hoje não há rádio nem televisão e o comício virou concentração em recinto fechado, porque ninguém se arrisca fazer na rua".

Os riscos não são apenas os de segurança, mas principalmente os de programar um comício para meia dúzia de pessoas, pouco mais que os próprios oradores e seus acompanhantes. "Você acha que alguém vai deixar de ver as novelas na televisão para ir a um comício? Ou que a juventude está interessada pela política?", pergunta João Manoel de Oliveira.

— A diferença de hoje com os outros tempos é que naquela época lutava-se por idéias; agora luta-se por interesses, até interesses econômicos, sentenciou o libertador Alverto Severo. E o petebista João Manoel de Oliveira completou: "Agora é como um Grenal. Só existem dois partidos e nenhum tem ideologia".

Diga-se que o voto de favor continuou entre 45 e 64. Em Livramento, o ex-pessedista João Anacleto Ademires, 67 anos, título de eleitor estreado em 1931, lembra que muitos chefes políticos otterciam roupas, sapatos, comida e até arreios para os cavalos a seus eleitores, numa época em que não era difícil fazer comício com cinco ou seis mil pessoas, transportadas em carrocerias de caminhões desde o interior para as zonas urbanas.

Mas é ainda nos municípios do interior que os políticos conseguem burlar a legislação eleitoral com maior frequência. Em 72, um candidato a vereador de 22 anos — que votara pela primeira vez dois anos antes — conseguiu usar quase todos os ardis dos velhos caudilhos do PSD para eleger-se. Um deles: conduzir seus eleitores até o local da votação. De posse de listas com endereços particulares dos votantes, mandou carros apanhar todos durante o dia, sem passar pela sede do partido, onde normalmente é feita a fiscalização.

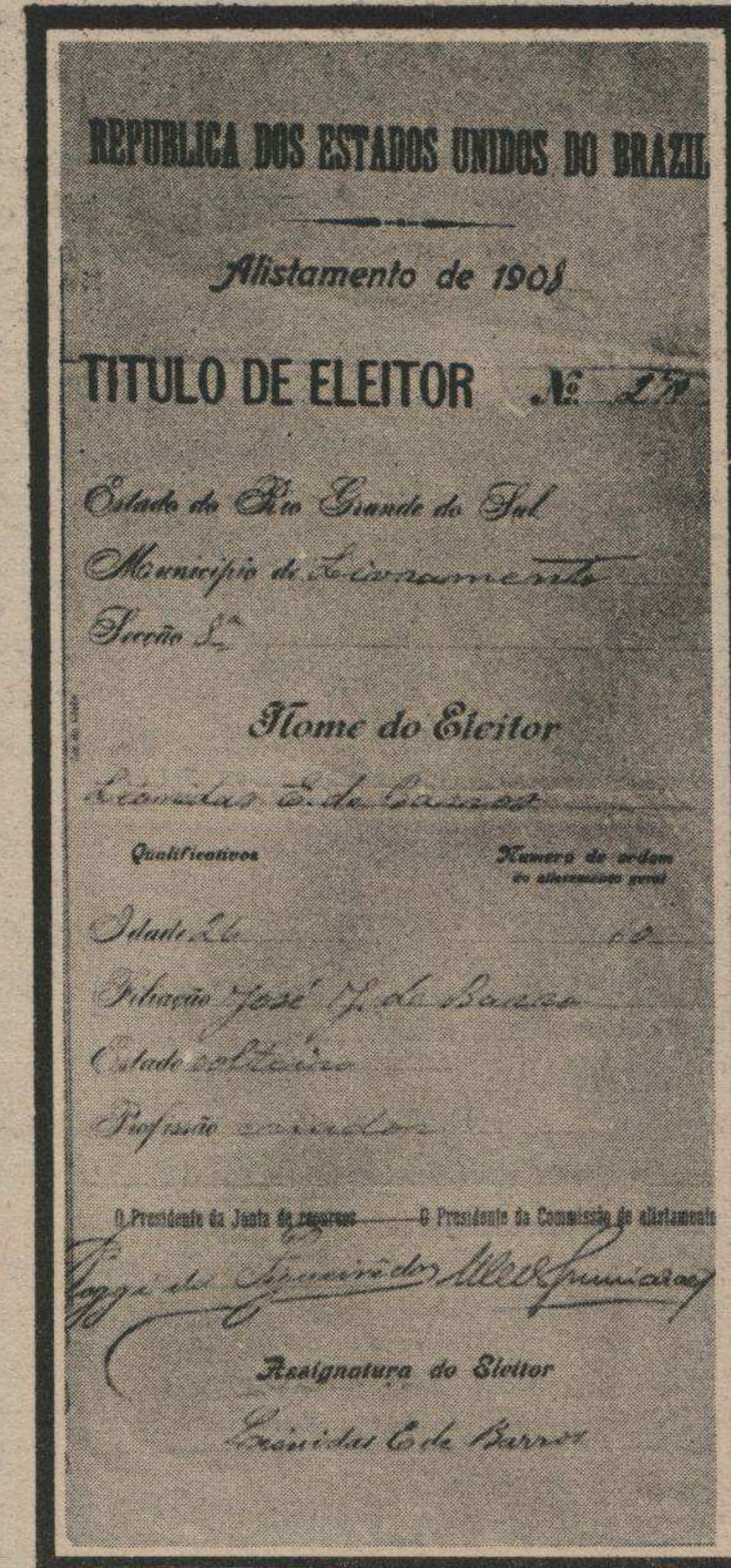
E a força de pressão da atual Arena talvez encontre muita semelhança com o partido do velho Borges de Medeiros no primeiro quarto de século. Das inúmeras denúncias de favorecimento que tem feito o MDB, pelo menos uma pôde ser facilmente constatada em Livramento. Lá, no mesmo prédio que foi alugado para sede da Fundação Gaúcha do Trabalhador, funciona o comitê eleitoral dos candidatos a deputados Carlos Alberto Chiarelli (federal) e Darci Furtado (estadual), aquele ex-titular da Secretaria do Trabalho e Ação Social à qual a Fundação está vinculada.

Em Alegrete, o capitão reformado Febrônio Rodrigues — 72 anos, revolucionário em 1930, o mesmo que lembrou os *fósforos* — também acha que os partidos de hoje não representa idéias e reclama dos homens destes tempos: "Não há mais gente disposta a ir para as coxilhas defender seus ideais. A rapaziada de hoje leva a política como quem vai ao Carnaval e há até grandes empresas preocupadas em eleger seus deputados e até vereadores".

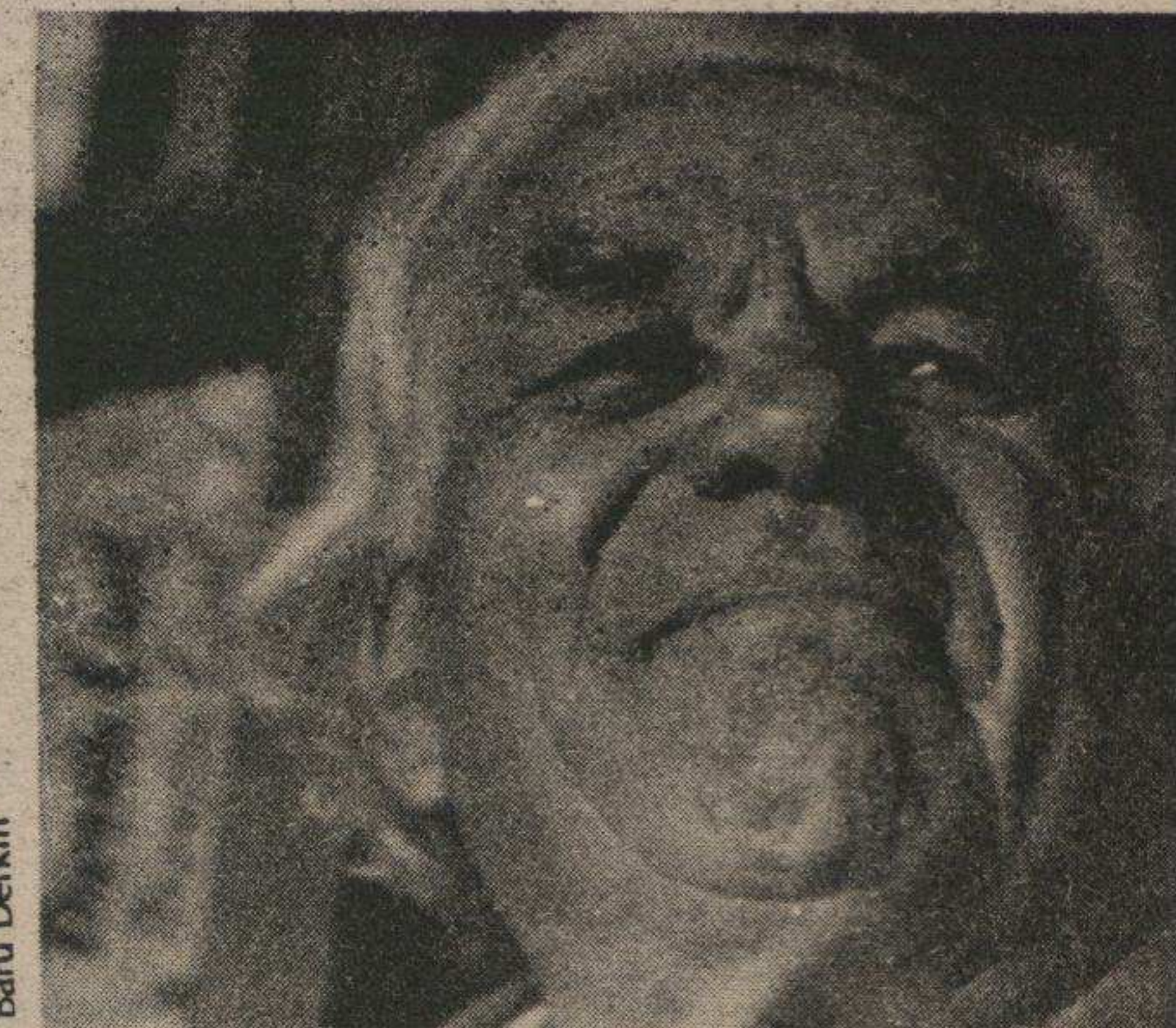
Voltamos no tempo para reviver algumas emoções inéditas para 27 milhões de brasileiros.



Manifestação do Partido Libertador, em 1924, perto de Caçapava do Sul



Um título de eleitor de 1908



Alberto Severo: hoje faltam idéias



Comício do PTB em Alegrete, em 54



Collares: organização ou feudo?

Em Palmas a política é feita como nos tempos antigos. E a Arena não perde ele

Os do MDB costumam dizer que é um feudo. Os da Arena apontam como um exemplo de organização do partido. O líder do lugar atribui a natureza dos votos à água que desce do Cerro do Mal Criado, uma vertente quase no topo do morro de onde a água vem em queda natural para abastecer a fazenda.

O líder é Afonso Collares, um homem franzino de 74 anos membro de uma família de 12 irmãos e pai de quatro filhos, administrador de 2.400 hectares de terras férteis na serra de Bagé, a 60 quilômetros da sede do município. Ali, no Distrito de Palmas, os Collares se sucedem no poder desde os últimos anos do Império. Republicanos, libertadores, arenistas — nessas legendas os Collares foram fazendo política. O poder do lugar é representado pela figura do Sub-Prefeito, o cargo atual de Afonso Collares. E nisto eles detêm um recorde: de todos os Sub-Prefeitos indicados no lugar, quem não tinha Collares no nome era no mínimo casado com alguma Collares.

— Mas nós nunca pressionamos para que fosse

assim. Essas coisas acontecem ao natural — justificasse o velho Afonso.

É um domingo de sol. Na estância dos Collares, marca-se e pela-se o gado porteira-à-fora há dois dias. Os homens estão esparramados pela frente da mangueira (curral), as mulheres e as crianças concentram-se na sombra das figueiras, próximo do local onde está sendo assado o churrasco para 200 pessoas (depois do almoço, uma das mulheres vem comunicar que foi feita a contagem: havia 198 pessoas, algumas a mais que na véspera):

— Eu não posso lhe dar entrevista. Sou semi-analfabeto, como é que vou falar com jornalista?

Uma hora depois, todos sentados sob as figueiras é os espetos de carne correndo entre os grupos que se tornaram, Afonso Collares começa a falar sobre o seu trabalho como político, mas quase não admite que esse trabalho seja político e muito menos falar sobre atualidade política. Arisco, prefere dizer que sua tarefa é humanitária, de servir sempre os mo-

radadores do Distrito, uma área de aproximadamente 600 quilômetros quadrados e grandes maioria dos 600 eleitores são empre-

Desses 600 votos, o MDB não tem 20 em sua legenda nas eleições. O Distrito de Palmas há quatro meses sem últimas eleições, numa delas o nenhum voto e corre a versão folclórica do MDB votou na Arena.

— Esta República nunca permitiu dizer o filho do velho Afonso Lídio Antônio Dias Collares, e Bagé, quando refere-se a eleição também se gaba dessa força eleitoral favor da aristocracia rural:

— Aqui até o Cristiano Maciel (Presidente em 55) ganhou eleição.

Afonso Collares — embora apresente um exemplo acabado do que se sabe usar a influência e as

Morreu mas continua vivo

O espírito de Adhemar de Barros ainda habita um velho casarão em São Paulo, onde o PSP continua vivo

Geraldo Hasse

Surpresa: a antiga sede do PSP continua funcionando normalmente no centro de São Paulo. Perguntando aqui e ali, surgiu a dica: fica na Barão de Limeira. A Rua Barão de Limeira não é precisamente no centro, mas nos Campos Elíseos, numa área meio deteriorada pela ocupação do comércio de peças para veículos e quitandas de serviços diversos. A três quarteirões da Barão de Limeira fica a Estação Rodoviária, cercada por uma infinidade de hoteizinhos de terceira categoria, lojinhas de segunda e biscateiros em geral, com suas mercadorias esparamadas pela calçada. A cinco ou seis quarteirões, fica o antigo Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo paulista antes da mudança para o Palácio dos Bandeirantes, nas colinas do Morumbi. Pois ali na Barão de Limeira, antiga zona nobre procurada pelos ricos do início do século, funcionou até 1965, o antigo Partido Social Progressista fundado por volta de 1946 pelo político Adhemar de Barros.

— Onde funciona o antigo PSP? — pergunto, à queima-roupa, para um sujeito parado à porta dum edifício, na esquina da Barão de Limeira com a Avenida Duque de Caxias, que leva à Estação Rodoviária.

O sujeito me olha meio assustado, olha pro chão e, sem esforço aparente, faz um gesto genérico:

— PSP? Do Adhemar? Bom, sempre tem um movimento muito grande ali naquele casarão amarelo com muro de aço. Acho que é ali.

Barão de Limeira, 238. O muro é de aço preto, o casarão é um antigo palacete da aristocracia paulista, atualmente pintado de ocre, uma cor mais escura do que o amarelo. Saberá depois que foi residência do próprio Barão de Limeira, cujos herdeiros o negociaram com Adhemar de Barros, em 1950. Na lista telefônica, o número 238 consta como endereço das Indústrias Químicas Vale do Paraíba, uma das empresas do falecido Adhemar. Na calçada bem defronte ao casarão, a única árvore da rua. Um plátano bem vivo.

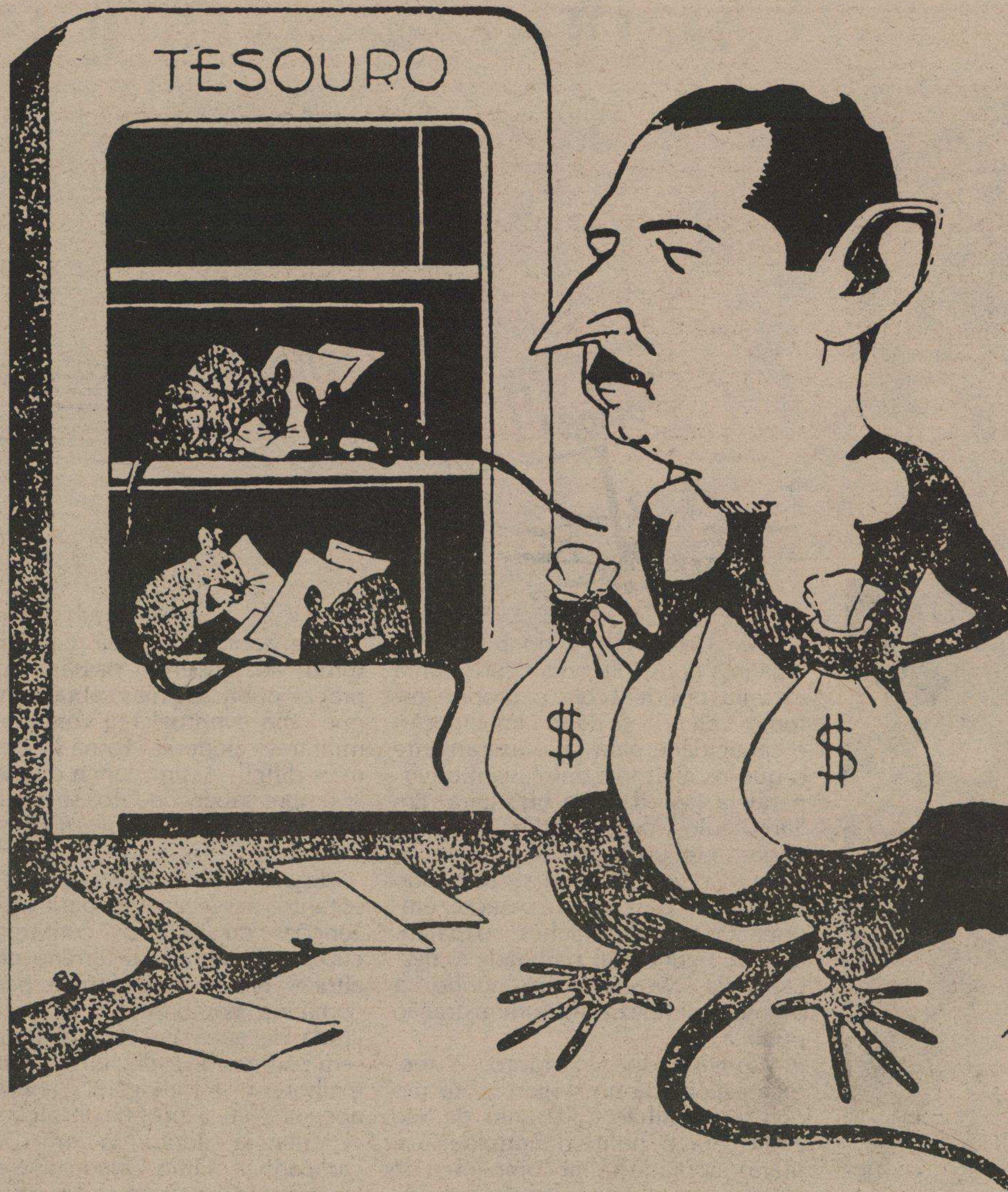
Passando o portão de aço, à direita existe uma escada, que termina numa pequena área coberta cujas paredes mostram alguns cartazes de propaganda eleitoral. Num cartaz colorido de verde, está escrito em tipos grandes: Para deputado federal **ADHEMAR n° 102 — UM AMIGO, SEMPRE — ARENA**. Ao lado, uma fotografia de Adhemar de Barros Filho e o símbolo de sua campanha, um trevo de quatro folhas, também usado no passado pelo seu pai.

— Aqui é a sede do PSP? — Bem... — o sujeito que aparece por acaso no corredor do casarão fica meio surpreso com a pergunta, mas logo responde: — ... aqui é o escritório do doutor Adhemar...

Enfio-me pelo corredor e, imediatamente, cartazes eleitorais pregados pelas paredes, inclusive alguns retratos do velho Adhemar, com seu nariz pontudo, seu bigode triangular e sua papada, convencem-me de que aqui, neste casarão de tábuas no assoalho, só existe um Adhemar de Barros: aquele que fundou uma agência eleitoral chamada PSP. Adhemar de Barros Filho, deputado federal, ex-secretário da Administração de São Paulo, é naturalmente o herdeiro e continuador do velho partido extinto pelo AI-2 em 1966.

A agência eleitoral do ademarismo continua funcionando, agora a serviço do legítimo representante da segunda geração, o doutor Adhemar... mas o que é o ademarismo? Um casarão velho na Barão de Limeira, perto de um palácio governamental desocupado. Um casarão cheio de salas fechadas, pintura interna desbotada, ocupado por velhos funcionários que pronunciam com respeito e cuidado o nome "Adhemar". Velhos funcionários de linguagem lisa, gestos raros, olhar desconfiado, jeito simpático, ar disponível. Olhando essas simpáticas mas estranhas figuras enfiadas pelo corredor e as salas desse casarão, tem-se a certeza de que elas jamais dirão algo de útil e preciso ao visitante desconhecido. São perfeitos na arte de negar. Ou de negacear. Ou de fugir a definições. Ou de deixar vago. O ademarismo fez escola.

— Então o PSP continua funcionando aqui mesmo?



— Aqui é o escritório do doutor Adhemar, né? Os antigos partidos foram extintos...

— Mas o PSP morreu? — A bem dizer, morreu não, mas os partidos foram extintos...

— Quer dizer, morreu mas continua vivo?

— Mais ou menos...

O sujeito de ar simples, finório e bonachão, que responde às perguntas (responde?) atende por Robson. Desses mulatos fortes e sorridentes que aparentam menos idade do que realmente possuem, Robson trabalha há 32 anos para o doutor Adhemar — qual deles, pai ou filho, não importa nem faz sentido perguntar — e desempenha a função que poderíamos

denominar de *mordomo* do casarão ocre da Barão de Limeira, 238. Na realidade, um fiel servidor da causa ademarista. Um eficiente serviçal do PSP. Um simpático cabo eleitoral.

Este nome estrangeirado lhe foi dado por inspiração de dona Leonor Mendes de Barros, a mulher do velho Adhemar, que viu no empertigado e enérgico Edvar (esse o seu verdadeiro nome) uma grande semelhança com o ator Edward G. Robinson. Isso foi há muito tempo, logo no início do PSP. Começou de brincadeira mas foi levado a sério por todo mundo, a começar pela própria dona Leonor, que ainda hoje trata Edvar por Robson, e terminando pelo próprio Robson, que às vezes esquece que seu nome é Edvar.

Inútil perguntar o que faz Robson. A exemplo de outros velhos funcionários do "escritório", ele se define simplesmente como um *auxiliar* do doutor Adhemar.

Que força é essa que mantém vivo o ademarismo e aberto o ex-PSP? Simulando um vestibular, poderíamos fazer um teste de múltipla escolha.

Assinale com um X a resposta certa: que força mantém o ademarismo vivo e o PSP aberto?

() O inextinguível carisma pessoal do falecido líder político Adhemar de Barros?

() O poder econômico das empresas do falecido empresário Adhemar de Barros?

() A gratidão de milhares de pessoas beneficiadas por empregos e favores concedidos no tempo em que Adhemar de Barros foi governador?

() A repercussão das obras de assistência social realizadas por dona Leonor Mendes de Barros, a eterna primeira dama do Estado?

Todas as opções estão corretas. Adhemar era carismático, tinha riqueza e sabia agradar o povo cultivando uma linguagem despachada e concedendo favores. Seu eleitorado sempre foi forte em São Paulo e fraco em outros Estados, exceto o Pará, onde tinha uma base surpreendente. Duas vezes foi governador, duas vezes concorreu à presidência da República. Nascido em 1901, morreu de colapso cardíaco, em 1969, três anos depois de ser cassado pela Revolução que ajudou a fazer. Oportunista, sua carreira teve altos e baixos, mas foi sempre dirigida para o poder, que o fascinava.

Paulista de Piracicaba, filho de fazendeiro, Adhemar formou-se médico no Rio e especializou-se durante três anos na Europa. Tinha Schmidt no sobrenome, falava alemão, era culto e ambicioso. Em 1932, quando São Paulo pegou em armas contra o governo de Getúlio Vargas, Adhemar alistou-se como capitão-médico nas tropas constitucionistas. Derrotado, exilou-se na Argentina em 1933. No ano seguinte, ganhou seu primeiro mandato eletivo, tornando-se deputado estadual pelo Partido Republicano, na única vez em que exerceu um cargo legislativo. Alegava ter temperamento para executivo.

Como deputado, no começo, criticou o interventor enviado a São Paulo por Getúlio Vargas. Depois, ficou quieto. Em 1938, surpreendeu todo mundo, inclusive a seus correligionários do PR, obtendo do ex-adversário Getúlio a própria nomeação para interventor em São Paulo. Construiu escolas, estradas e hospitais, nomeando milhares de pessoas. Quando largou o governo em 1941, já tinha lançado as raízes daquele que viria a ser o seu próprio partido, nascido em 1946, da fusão de três pequenos partidos que pouco fizeram nas eleições parlamentares de dezembro de 1945: o Popular Sindicalista, o Republicano Progressista e o Agrário Nacional.

Como as siglas diziam, uma fusão só possível pelas artes de Adhemar. Em 46, Adhemar elegeu-se governador de São Paulo, pelo voto direto. Deixou de lado suas indústrias — a mais conhecida é a Lacta, que fabrica chocolates — e foi viver de política, um meio onde se sentia perfeitamente à vontade. Foi fazendo fama com seu jeito. Certa vez, num encontro, com 200 prefeitos do interior, Adhemar cansou de apertar as mãos de tantos políticos e interrompeu o cordão dos puxasacos que estavam na fila para abraçá-lo.

— Chega de tanto apertar mão. Vá cumprimentar o diabo. Não agüento mais.

Em 1950, Adhemar tentou se lançar à presidência da República mas, vendo que Getúlio seria imbatível nas urnas, preferiu ficar de fora, e apoiou o ex-ditador. Gostava de campanhas, comícios e eleições. Nos discursos, apelava para a religião:

— Os homens têm madrinha na terra, eu tenho madrinha no céu, Nossa Senhora Aparecida.

Em 1954, saiu candidato a governador de São Paulo, disputando pau a pau com Jânio Quadros. Os dois se acusavam diretamente, com ataques terríveis. Adhemar, em 49, quando governador, fora acusado de comprar veículos sem concorrência e de desviar remédios pertencentes ao poder público (vem daí, aliás, algumas das lendas sobre roubalheiras em suas gestões). Pois nos seus comícios, Jânio Quadros, com modos teatrais, prometia levar Adhemar de Barros, em pessoa. A



Barão de Limeira, 238: o espírito ademarista e 400 mil fichas de eleitores

certa altura, em cima do palanque, mostrava ao povo uma gaiola com um rato dentro e bradava, dramático:

— **Eu não disse que ia trazer o Adhemar? Pois ei-lo! Ei-lo, o rato Adhemar!**

Adhemar de Barros usou tática semelhante, explorando a fama de Jânio, tido como beberrão. No meio dos comícios, Adhemar levantava no ar uma gaiola com um gambá dentro. E gargalhava:

— **Olha o gambá Jânio Quadros!**

Na contagem final, Jânio Quadros ganhou o governo do Estado por escasso 20 mil votos

A derrota para Jânio na disputa pelo governo paulista foi apenas um ensaio para outra campanha em que se meteu Adhemar. Em 1955, lá estava ele disputando a presidência da República com Juscelino Kubitschek e Juarez Távora. Num comício, Adhemar terminou seu discurso com uma frase de efeito: — **Fé em Deus e pé na tábua, minha gente!**

Virou slogan que varreu o país de norte a sul. Apesar de tudo, Adhemar só tinha grande votação em São Paulo. Chegou em último, bem distanciado de Juarez Távora.

Como se levasse muito a sério o lema do Barão de Copertino — “o importante é competir” —, em 1956, Adhemar estava pronto para outra campanha eleitoral. Desta vez, ia tentar a Prefeitura de São Paulo. Mas seus adversários lhe pregaram uma peça: remexeram naqueles processos sobre desvio de remédios públicos e compra de veículos sem concorrência pública (de 1949), a ponto de levar Adhemar aos tribunais. Claro que Adhemar não atendeu à convocação do Tribunal de Justiça do Estado que o condenou a dois anos de prisão. Fugiu para o Paraguai e lá ficou até que, dois meses depois, a sentença foi anulada. Chegou triunfante, já fazendo campanha para a Prefeitura:

— **Desci aos infernos e volto retemperado — disse no aeroporto.**

Talvez já pensando em futuras campanhas nacionais, Adhemar voltou do exílio ignorando a emergente força eleitoral de Jânio Quadros, que governava São Paulo e aspirava à Presidência. Numa das muitas entrevistas que deu em 1956, ao voltar do exílio, Adhemar saiu-se com esta análise do panorama eleitoral brasileiro:

— **No Brasil, só restam dois líderes populares: Luiz Carlos Prestes e eu. O Prestes tem uns 350 mil de comunistas e uns 750 mil votos dos vacilantes. O resto se inclina ostensivamente para mim.**

Em São Paulo, pelo menos, Adhemar continuava forte. Tanto que se elegeu prefeito da capital. Sem hesitações em 1958, já lançava candidato ao governo do estado, mas foi derrotado por larga margem de votos por Carvalho Pinto. Sua campanha seguinte foi a de 1960, para a Presidência da República. Usou três slogans: “Desta vez vamos”; “Para a frente, para o alto”; “O País precisa de um gerente”. Desta vez, foi esmagado pela avalanche eleitoral de Jânio Quadros, entrando novamente em último, depois do marechal Teixeira Lott.

Em 1962, em nova eleição para o governo do Estado, Adhemar conseguiu seu segundo mandato de governador. Abusou do poder, ostensivamente. Chegou a despachar nas escadarias do Palácio, onde recebia o povo, muito à vontade. Ao longo do seu governo, nomeou 180 mil pessoas para cargos no funcionalismo paulista e não se importou — consta que gostava — quando os inimigos criaram um slogan para seu nome:

Adhemar; rouba mas faz.

Sua fama de corrupto — nascida de histórias sobre a comissão de 10% que recebia em todas as concorrências públicas — virou uma espécie de lenda maldita cantada em prosa e verso em todo o País. Durante este mandato de governador, que terminou em sua cassação, assinada pelo presidente Castello Branco, a história de Adhemar de Barros foi enriquecida por duas personagens: o *cofre* (onde ele guardava tudo, desde denúncias contra adversários até jóias e um volume impressionante de dólares) e o *Dr. Rui*. São duas histórias que merecem ser contadas. Do “cofre do Adhemar”, a última notícia saiu nos jornais em 1974, ano em que se realizou um leilão de jóias roubadas do tal corre. Mas o *cofre* virou uma espécie de mito em 1970, no auge do terrorismo político, quando a organização clandestina Aliança de Libertação Nacional (ALN) foi acusada de ter roubado, com lances de cinema, tudo que havia dentro do cofre. Esta versão nunca foi claramente provada, inclusive porque os milhares de dólares existentes no

cofre jamais apareceram, a despeito da prisão e morte da maioria dos membros da ALN. Há quem diga que haveria mais de um cofre. O certo é que, de tudo que havia dentro do famoso cofre, oficialmente só foram apresentadas as jóias leiloadas em 1974.

Quando ao *Dr. Rui*, é o nome pelo qual Adhemar e seu clã chamavam sua secretária particular, Ana Benchimol Capriglioni, viúva de um colega de turma de Medicina de Adhemar, o dr. Aarão Capriglioni. Mesmo morando no Rio, dona Ana exercia influência no governo paulista, especialmente na órbita da Casa Civil. Contam que Adhemar, ao receber telefonemas dela, costumava dizer apenas, com maneios de cabeça: “Pois não, Dr. Rui”

É importante anotar que, com muitas das 180 mil nomeações que realizou em seu último governo Adhemar multiplicou os quadros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, já preparando a estratégia para influir na derrubada do governo de João Goulart. Em 31/3/64, antes mesmo que o comandante do II Exército, Amauri Kruehl, declarasse seu apoio ao golpe militar, Adhemar declarou seu apoio a Kruehl. Ao lado de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda,

que conspiravam em Minas e no Rio, Adhemar ficou conhecido como um dos líderes civis da Revolução de 64. Favorável à posse de Castello Branco na presidência da República, Adhemar em pouco tempo começou a criticar o governo. Quando velhos partidos foram extintos, em outubro de 1965, Adhemar não resistiu mais ao inconformismo e passou a insinuar publicamente seu desagrado com frases do tipo:

— **O mar não está pra peixe.**

— **O diabo está à solta.**

Em junho de 1966, foi cassado. Com problemas de saúde, viajou pela Europa. Reassumiu os negócios particulares, com a vitalidade de sempre. As vezes se perdia em auto-elogios:

— **Se eu tivesse trabalhado para mim os anos que entreguei à política, o Matiarazzo seria pinto ao meu lado.**

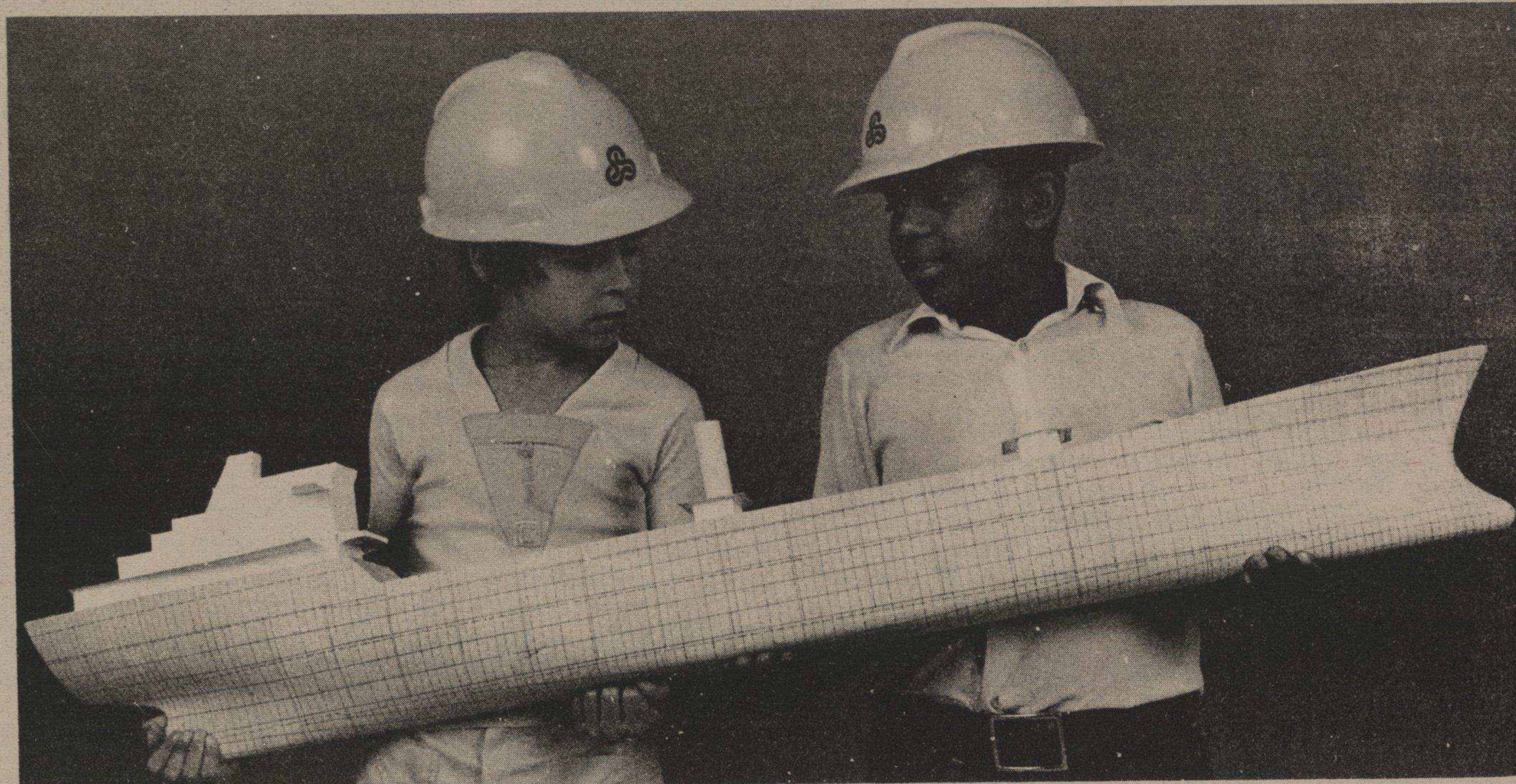
Apesar de tudo, tinha ambições de voltar à política. Em 1968, numa de suas últimas entrevistas, pouco antes de morrer, ele se definiu ao repórter Luis Fernando Mercadante, da *Realidade*:

— **Não sou águia, sou falcão. As águias precisam de céu azul para voar. Eu não. Eu gosto de voar com o céu negro e o corisco. Eu sou falcão.**

Dos filhos do velho Adhemar, o único que deu para a política foi o atual deputado federal Adhemar de Barros Filho, já em terceiro mandato. Ele não tem a chama populista nem o carisma pessoal do fundador do PSP, mas herdou a estrutura partidária, os votos e sobretudo o nome. Na última eleição para a Câmara dos Deputados, em 1974, Adhemar Filho obteve 152 mil votos, a segunda maior votação do Estado. Mas em 1970 havia conseguido mais de 190 mil. Na campanha atual, deve repetir o volume de votos obtido em 1974. Sem os rompantes do pai, embora com semelhante ambição, tem mais facilidade para as transas políticas de bastidor. Fala pouquíssimo, cochicha muito e parece ser mais paciente do que o velho cacique do PSP pois, já passando dos 50 anos, jamais expressou qualquer queixa ou decepção por não ter sido mais do que um “nome cogitado” para governar o Estado de São Paulo.

Derrotado nas recentes refregas de cúpula para a indicação ao governo paulista, Adhemar Filho está empenhado agora em ampliar suas bases eleitorais, pois pretende reacionar o PSP assim que o bipartidarismo for extinto. Sem jamais se

NOSSO PRESENTE PARA A CRIANÇA DE HOJE: O BRASIL DE AMANHÃ



NAVIO N/M "SARONIC"

SÓ-103

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Comprimento total	126,87 m
Comprimento entre perpendiculares	117,00 m
Boca moldada	17,96 m
Pontal moldado	10,265 m
Calado médio de projeto	7,85 m
Deadweight de projeto	8.100 DWT
Volume dos porões	11.412 m ³
Motor propulsor	Sulzer 8ZL 40/48
Potência do motor propulsor	5.800 BHP
Rotação do motor propulsor	520 RPM
Velocidade	15,5 nós
Tripulação	30 homens

Armador:

CONTOR COMPANIA S.A.
Subsidiária de
CONTOYANNIS SHIPPING LTD.

Sociedade Classificadora:

Lloyd's Register of Shipping
Praça de Máquinas Desguarnecida
Reforçado para Cargas Pesadas
Financiamento da CACEX
Fiscalização Técnica da SUNAMAM

Lançamos hoje às águas do Guaíba, o “SARONIC”, mais um navio da série de exportação saído de nossas “carreiras”. São os engenheiros, os técnicos, os mestres, os operários gaúchos, brasileiros, que com o seu trabalho erguem mais esta obra de arte da engenharia naval, com altos índices de qualidade satisfazendo amplamente os armadores estrangeiros. É um trabalho do qual nos orgulhamos. Aprimorando cada vez mais a indústria da construção naval, gerando divisas, criando mais e mais empregos, temos a certeza de que estamos ajudando a criar o Brasil de amanhã.



ESTALEIRO SÔ S.A.

PORTO ALEGRE - RS

"Pela vontade geral do povo"

A participação popular em quatro séculos e meio.

definir, como é praxe na escola pessepista, Adhemar Filho está conchavando a formação de um novo partido a partir das raízes do PSP, embora muitos dos chefes ademaristas, como o velho Arnaldo Ceideira, não lhe reconheçam a liderança. Porém, situado numa posição conservadora, Adhemar Filho talvez consiga funcionar como um chefe paulista de um partido centrado de âmbito nacional que venha dar respaldo ao governo federal, ou seja, uma espécie de Arena recauchutada para os tempos de pluripartidarismo que vêm aí.

Por falta de melhores definições, alguns indícios podem ser recolhidos na própria sede do ex-PSP. Pelas paredes do velho casarão da Rua Barão de Limeira, há cartazes com retratos de dezenas de candidatos a deputado estadual. Por pouco que se faça do ex-PSP, é interessante verificar que Adhemar Filho é o candidato a deputado federal com maior número de *dobradinhas* em São Paulo: nada menos do que 48 candidatos a deputado estadual estão distribuindo *santinhos* pessoais em que o retrato, o nome e o número de Adhemar Filho aparecem na parte de cima. Nas salas dos *auxiliares* mais importantes, porém, certas paredes são reservadas para exibir os retratos de quatro personagens fundamentais na fisiologia do ademarismo de hoje: Ernesto Geisel, Adhemar de Barros, Adhemar de Barros Filho e João Baptista de Figueiredo, sendo que os dois primeiros ficam na parte de cima, lado a lado, e os dois últimos embaixo, também lado a lado.

Se este tipo de mensagem colocada na parede quer dizer alguma coisa, talvez seja isso: mais do que um ex-partido, o PSP é um embrião de novo partido. Claro que o eleitorado básico é o antigo, constituído ainda por faixas da classe média paulista e de extratos mais elevados do meio operário.

Atualmente, o PSP — que foi o maior o mais rico e organizado entre os 10 pequenos partidos de antes de 1965 — está trabalhando para conseguir uma grande votação para Adhemar Filho, em seu quarto mandato na Câmara. Além disso, com carinho especial, os *auxiliares* do escritório do doutor Adhemar estão trabalhando para garantir a eleição do "neto de Adhemar", um moço de 27 anos, administrador de empresas, funcionário do Banco do Estado de São Paulo, que agora começa na política, disputando uma vaga na Assembléia Legislativa. Chama-se Carlos Adhemar Figueiredo Ferraz, é filho do presidente do Tribunal de Contas do município de São Paulo e sobrinho do ex-prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz, mas seu trunfo é ser neto do falecido cacique do PSP e da eterna primeira dama do Estado, dona Leonor Mendes de Barros.

Sinal de que a máquina eleitoral do PSP ainda funciona, numa noite de fins de agosto o casarão da Barão de Limeira encheu de gente. Transportada por um Corcel novo, dona Leonor foi recebida no pátio, sob aplausos de umas 250 matronas vindas de diversos bairros da capital. No salão nobre do partido, dona Leonor, o filho Adhemar Filho e o neto Carlos Adhemar — as três gerações de ademarismo de sangue, cama e mesa — fizeram discursos tocantes, lembrando as glórias do PSP, as obras do ex-governador Adhemar e recomendando aos senhores presentes que votassem em candidatos de sua confiança em 1978. Houve muitos aplausos, diversas fotografias e a cerimônia só terminou por volta das 23 horas, após ter dona Leonor dado o último tapinha no ombro da última matrona pessepista.

Na fila do beija-mão, muitas senhoras estavam emocionadas em rever dona Leonor, altiva e sorridente, já cheia de cabelos brancos. E muitas desciam as escadas do casarão com os olhos vermelhos de choro, encaminhando-se depois para os pontos de ônibus que levam para bairros como Vila Mariana, Aclimação, Cambuci, Ipiranga, Sapopemba, Santana e tantos outros, onde elas iriam distribuir *santinhos* do filho e do neto do Adhemar de Barros e fazer os preparativos para os comícios de seus candidatos.

Nessa noite de agosto, Robson estava satisfeíto e muito tranquilo com o sucesso da campanha dos doutores Adhemar, filho e neto. Como reuniu as 250 mulheres no PSP?

— Pelo telefone — diz ele — Nós só chamamos 250 cabos eleitorais porque o salão nobre é pequeno, mas temos um fichário de 400 mil eleitores.

Durante mais de duas terças partes de sua existência histórica, o Brasil viveu nos quadros dum regime absolutista. Éramos colônia de Portugal e, lá como cá, o soberano reinava absoluto. O poder absoluto derivava de seu caráter divino: o rei recebia sua autoridade de Deus e em seu nome a exercia.

Autoridade una, indivível, inalienável. Possuía todos os poderes — poderes ilimitados. Era fonte de toda a justiça, de toda legislação, da guerra e da paz. Todavia, dado que não era onisciente e onipresente, tinha de delegar poderes a pessoas de sua confiança. Na colônia, a governadores, capitães-mores e outros funcionários.

Ao mesmo tempo, tendo emergido uma classe dominante colonial, o rei precisava tomá-la em consideração e criou os chamados *senados da câmara*, mais tarde simplesmente *câmaras*.

Os potentados locais tinham o órgão do seu poder político nestes *senados da câmara*, cujos membros se elegiam anualmente entre os "homens bons da terra", ou seja, os próprios potentados. Conquanto instituídas pela coroa com jurisdição restrita aos assuntos administrativos locais, as câmaras com o tempo se adjudicaram as mais amplas atribuições, quase não havendo matéria sobre a qual não legislassem, chegando mesmo a invadir a esfera de competência dos governadores régios.

Ao rei, contudo, estava sempre reservada a última palavra. As câmaras se diziam intérpretes da vontade do *povo* e a própria coroa admitia isso. Quando os documentos coloniais escrevem *povo*, entretanto, devemos entender grandes proprietários e comerciantes.

O que hoje chamaríamos *povo* — então a massa de gente livre e pobre, excluídos os escravos, legalmente tidos como bens móveis ou *coisas falantes* — era designado sob o termo pejorativo de *plebe*, *vulgo* ou *rale*. Desse modo, durante três séculos as únicas eleições que conhecemos foram as das câmaras da oligarquia.

À medida que se acelerava o processo de decomposição do poder colonial, as câmaras assumiam crescente importância. Foram elas, afinal, que dirigiram e legitimaram o processo da independência, elevando Pedro I ao trono imperial. Como foi que se escolheu este primeiro chefe da nação? "Por unânime aclamação dos povos", enunciou nossa primeira constituição, a de 1824, outorgada pelo próprio aclamado.

Ele declarou que aceitava o trono "convencido de que lhe era conferido pela vontade geral do povo". Esta "vontade geral do povo" foi manifestada no dia 12 de outubro de 1822, no Campo de Santana, pela câmara do Rio de Janeiro, pela tropa e, diz Armitage, "imenso concurso de povo".

Mais uma vez, cuidemos de não extrapolar o significado da palavra *povo*. O povo que, em "imenso concurso", compareceu ao Campo de Santana para aclamar Pedro I, era constituído dos grandes senhores de terras e de escravos.

A constituição dizia que os brasileiros formavam uma "nação livre e independente". No entanto, cerca de metade da população — em algumas regiões, como a Bahia, muito mais da metade — compunha-se de escravos. A constituição os excluía da nacionalidade, o que fazia do Brasil uma nação inconclusa. Havia, entretanto, uma população livre e pobre que não cessava de crescer. A camada dirigente tratou de excluí-la da vida política, criando, para tanto, um sistema eleitoral que os privava do direito de participar das eleições.

Para começar, as eleições para deputados e senadores da assembleia geral do Império, bem como as dos membros dos conselhos gerais das províncias, seriam *indiretas*. Em segundo lugar, somente poderiam votar e ser votados os chamados *cidadãos ativos*, considerados como tais os possuidores da riqueza, que não eram outros senão os senhores-de-escravos.

Estes cidadãos ativos elegiam, em as-

sembléias paroquiais, os eleitores da província, e estes, os representantes da nação e províncias. Para poder votar nas eleições primárias, necessitava-se possuir renda líquida anual de 100 mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Para votar e ser votado na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de província, devia o cidadão possuir renda líquida anual de 200 mil réis.

Sucede que havia uma massa bastante considerável de libertos, muitos dos quais — no geral filhos de potentados — alcançavam essa renda. Estabeleceu-se que estes libertos, mesmo possuindo aquela renda, não poderiam ser *eleitores* no colégio eleitoral. Dado que, em virtude de sua posição econômica, tais libertos tinham interesse na manutenção do *status quo*, a discriminação eleitoral revestia um indissimulado caráter racista.

Para que o indivíduo pudesse se tornar deputado ou senador, o sistema se afinava ainda mais: era necessário um rendimento anual, respectivamente, de 400 e 800 mil réis. Em outras palavras, só os magnatas podiam ser deputados ou senadores.

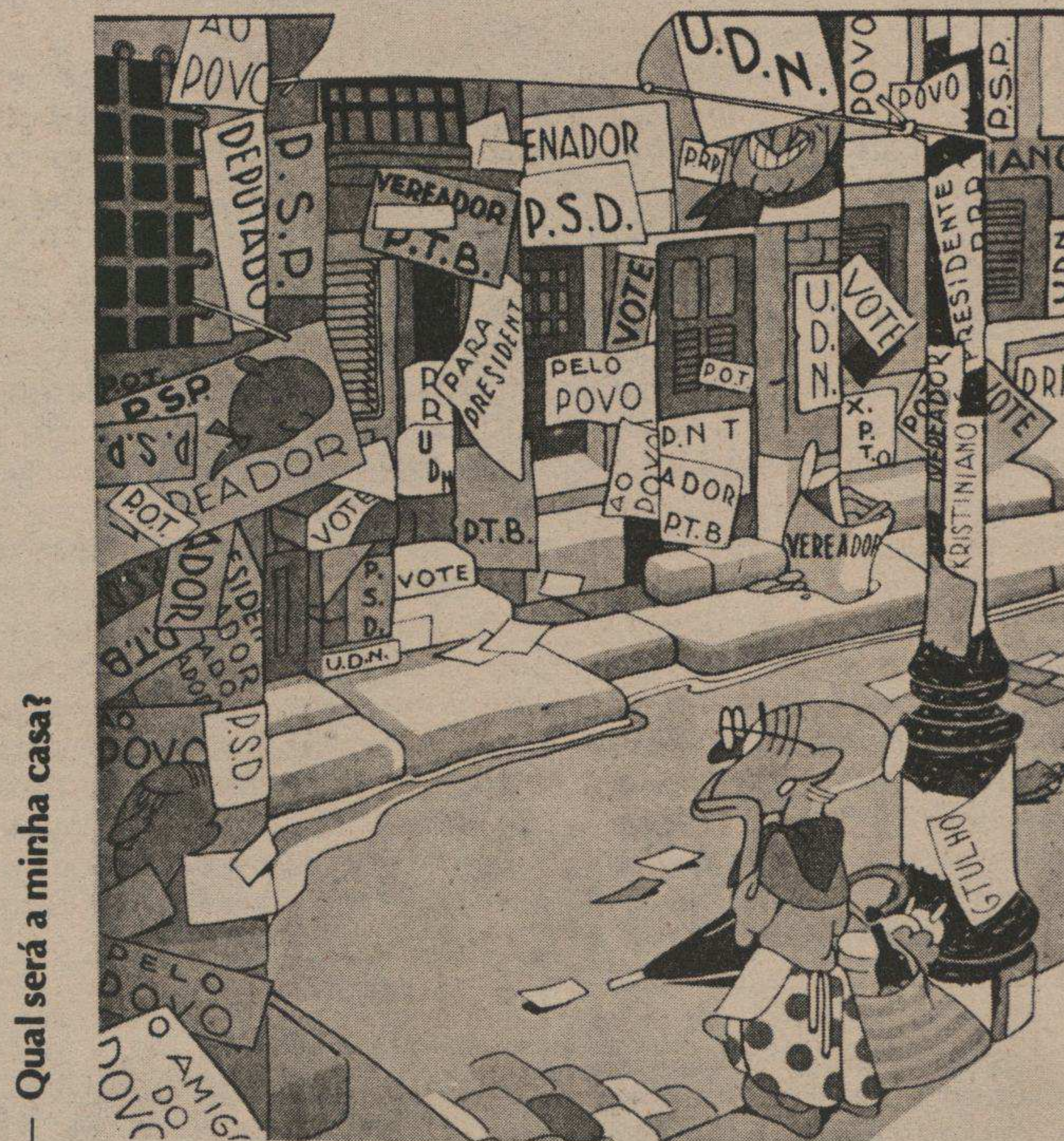
Constituição da mandioca

A renda, em vez de estimá-la em moeda, foi mandada calcular pelo preço de uma mercadoria de uso corrente. Para ser eleitor de paróquia ou de província, deputado ou senador, era necessário possuir renda líquida anual, correspondente ao valor de 150, 250, 500 e 1.000 alqueires de farinha de mandioca, regulado para os eleitores pelo preço médio da freguesia ou do lugar do domicílio, e, para os candidatos ao cargo de deputado ou senador, pelo mesmo preço "do país" que habitassem.

Zombeteiramente, o povo apelidou esta nossa primeira carta magna de *Constituição da Mandioca*. Contudo, como consequência de uma inflação devastadora, o acesso a estes direitos eleitorais ficava ao alcance de novos contingentes da população. Então, uma lei eleitoral de 1846 passou a calcular o censo eleitoral na base metálica, elevando por este artifício ao dobro de antes a renda para o exercício dos direitos eleitorais.

Os magnatas, deputados ou senadores, brigavam entre si na disputa pelo poder, instrumento para a gestão de interesses pessoais ou de grupos. Compriziam-se em duelos oratório nos quais ridiculamente arremedavam os parlamentares ingleses, pois tudo se copiava da Inglaterra, senhora do mundo e, em particular, do Brasil. E o Imperador a tudo assistia, democraticamente neutro, apenas intervindo, como um patriarca, para coibir os excessos das facções.

O povo figurava como espectador, sem qualquer participação. Esta foi a *democracia coroada e parlamentar*, ainda hoje celebrada, nostalgicamente, por quantos gostam de ver "o povo no seu lugar".



Qual será a minha casa?

Última capa da *Cavalete* desenhada por J. Carlos

O Império era a expressão política da escravidão e, quando esta veio abaixo, já não teve mais razão de ser. A classe dominante mandou o venerável imperador para um exílio dourado na Europa e instituiu a república.

Analfabetos fora

O termo *república* era sinônimo de sufrágio universal: isso os dominadores não podia recusar. Ao mesmo tempo, porém, a aplicação do princípio em toda sua plenitude, implicava em conferir à massa do povo uma perigosa participação na vida eleitoral e política. Quando adveio a república, mas de 80% da população se compunha de analfabetos.

Para excluir da vida política esta grande massa do povo, não havia necessidade de instituir o direito eleitoral censitário: bastava negar o direito do voto aos analfabetos, a saber, à esmagadora maioria da população brasileira, precisamente aqueles que produziam a riqueza nacional. Os que escapavam a essa exclusão, viviam no quadro rural, submetidos a uma dominação semifeudal. Eram conduzidos aos postos de votação como rebanho de gado e, para evitar riscos, estabeleceu-se que votariam a descoberto.

De resto, para esta massa, a alternativa que se oferecia era apenas a da votação em outra facção da classe dominante. Se a facção vencida, inconformada com o resultado, apelava para as armas, ou melhor, fazia *revoluções*, esta mesma massa não tinha alternativa senão lutar e morrer por interesses que não eram os seus.

Transformações operadas na estrutura econômica-social, notadamente depois da I Guerra Mundial, tornaram inadequada a estrutura de dominação política montada através da constituição de 1891. O desenvolvimento industrial criou, em centros urbanos cada vez maiores, um proletariado e uma classe média que aspiravam a participar da vida político-eleitoral para poderem afirmar seus interesses.

Não havia lugar para eles na velha estrutura oligárquica. Nem estas categorias sociais, alfabetizadas e conscientizadas, prestar-se-iam ao papel de eleitorado de cabresto que constituía a base da primeira república. O movimento de 30, dirigido por frações do mesmo modo descontentes da classe dominante, traduziu o empenho de criar uma estrutura política adequada às novas realidades sociais e econômicas.

Todavia, uma vez no poder, os vitoriosos remancharam durante quase quatro anos a criação das instituições políticas reclamadas pelas novas categorias sociais. Em meados de 1934, finalmente, promulgaram uma constituição que assegurava o sufrágio universal, direto e secreto para a eleição do chefe do poder executivo e dos representantes legislativos.

No intuito, porém, de minimizar a participação popular na vida política, privaram de direitos eleitorais os analfabetos — ainda uma proporção elevadíssima da

população. Nunca se chegou a eleger um presidente pela forma estabelecida na constituição de 1934. A maré montante das forças populares aterrorizou os dominadores e, em 1937, menos de quatro anos depois, implantaram uma ditadura, regida por uma constituição de nítida inspiração fascista.

Os primeiros biônicos

No preâmbulo dessa constituição, afirmava-se que o regime era instaurado "com o apoio das forças armadas" e dava-se como motivos "o estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e profunda" e a "paz política e social profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem".

A constituição foi decalcada sobre a congênere fascista que então vigia na Polônia e recebeu por isso o apoio de polaca. Não se constringia de declarar, solenemente, que "o poder político emana do povo".

Como se manifestava esta vontade popular?

Mais uma vez — porém não a última —, recorria-se ao colégio eleitoral como meio de frustrar a completa manifestação da vontade popular. O presidente da República seria eleito por um colégio eleitoral, assim composto: os eleitores designados pelas câmaras municipais, elegendo cada Estado número de eleitores proporcional à sua população, num máximo de 25; 50 eleitores designados pelo Conselho de Economia Nacional, dentre empregados e empregadores; 25 eleitores designados pela Câmara dos Deputados e 25 designados pelo Conselho Federal.

A designação para o Conselho de Economia Nacional, era, em última instância, controlada pelo presidente da República. Outro tanto se pode dizer da composição do Conselho Federal: 10 membros eram nomeados pelo presidente da República, ou, em outras palavras, o equivalente dos atuais senadores biônicos; um membro por Estado, eleito pela assembleia legislativa, entre cidadãos que houvesse exercido cargo federal ou estadual por quatro anos, ou seja, pessoas da estrita confiança do governo.

Mesmo assim, o governador, nomeado pelo presidente da República e por ele demissível, tinha direito de veto sobre a escolha feita pela assembleia. Os deputados, por sua vez, seriam igualmente eleitos mediante sufrágio indireto, sendo eleitores: os vereadores e, em cada município, 10 cidadãos eleitos por sufrágio direto no mesmo ato da eleição da câmara municipal.

Curta democracia

Não há necessidade de demonstrar o óbvio, ou seja, que o presidente da República verdadeiramente nomeava seu sucessor. Um sistema de escolha que, em suma, nos soa bastante familiar.

Este regime semi-fascista caiu por terra quando seus irmãos siameses da Europa foram varridos pelas forças democráticas na II Guerra Mundial. Então o povo brasileiro conheceu, pela primeira vez na sua história, um regime que se podia chamar democrático. Por certo, uma democracia imperfeita. Os analfabetos, por exemplo,

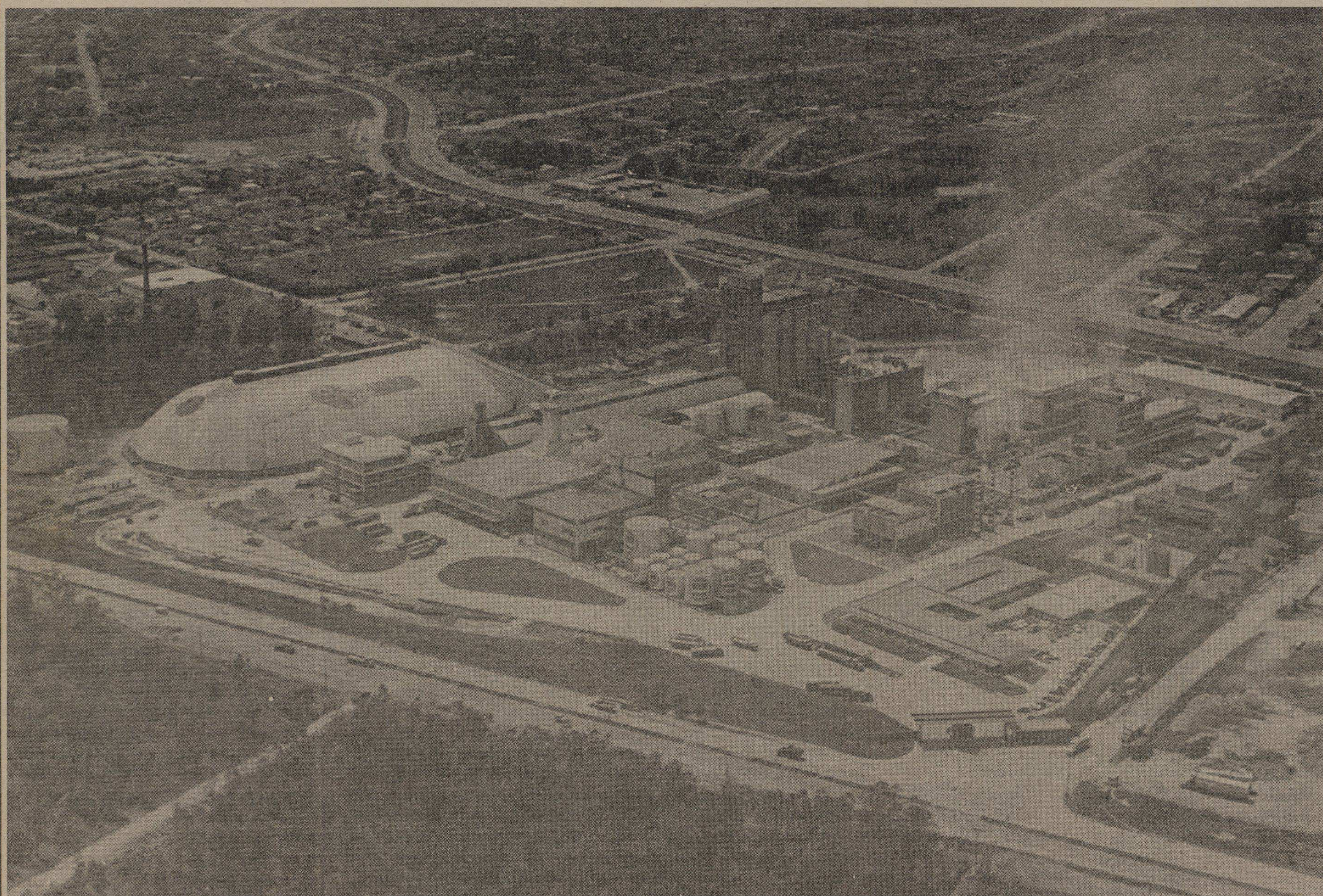
que ainda representavam mais da metade da população brasileira, continuaram excluídos do processo político-eleitoral. Trabalhavam, produziam e pagavam impostos, mas não podiam votar.

De modo, as classes subalternas faziam progressos, ganhando consciência e preparando um salto qualitativo na história brasileira. Aquela democracia ainda não era o poder, mas era, sem dúvida, o caminho para o poder. Os dominadores perceberam que aquela democracia precisava ser suprimida: ela foi suprimida. A despeito de todas suas limitações, ainda é temida.

No decurso dos quatro séculos e meio de sua história, não foi senão durante um interregno de vinte anos que o povo brasileiro conheceu algo assemelhado a uma democracia. O autoritarismo, não a democracia, constitui a tradição brasileira. A ruptura desta opressiva tradição representa o primeiro passo para que a soberania popular deixe de ser uma figura retórica para se converter numa realidade que lhe permita afirmar seus interesses e suas aspirações.

Décio Freitas

O SEGUNDO PAÍS MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO TINHA QUE TER O MAIOR PARQUE INTEGRADO* DE PROCESSAMENTO DE SOJA DA AMÉRICA LATINA, VOCÊ NÃO ACHA?



Em Esteio. Rio Grande do Sul. Aliás, desde 1929, a Samrig não pára de crescer, processando trigo e depois soja, fabricando alimentos e produtos de

qualidade insuperável para milhares e milhares de brasileiros. Com muito carinho. E responsabilidade.

SAMRIG
S. A. MOINHOS RIO GRANDENSES

(* Na mesma fábrica, a soja entra, por um lado, e saem, já transformados, por outro: óleo comestível, margarinas vegetais, gorduras hidrogenadas, lecitina, farinha, farelo, proteína concentrada e proteína isolada.

Entrevista com Aloysio Biondi, um jornalista que ainda defende suas idéias apaixonadamente

Abaixo o jornalismo do faz de conta!

Por Geraldo Hasse

Em 1967, como editor de economia da revista Visão, o jornalista Aloysio Biondi, que morava no Rio, viajou a São Paulo para uma reportagem de capa sobre bancos. Na viagem de retorno, dentro do ônibus, ficou espantado com os desmatamentos dos morros ao longo da Via Dutra.

Chegou à redação indignado e comunicou aos colegas: — vamos mudar a capa. A capa vai ser sobre desmatamentos. E saiu à rua para buscar dados que correspondessem a sua indignação. Dias depois, numa época em que ainda não se falava abertamente sobre ecologia, Visão aparecia nas bancas com um dos primeiros libelos da imprensa brasileira contra a devastação do meio ambiente. Com a reportagem o Brasil a caminho do deserto, Biondi ganhou naquele ano o Prêmio Esso de Reportagem de Economia.

Esse episódio mostra com fidelidade quem é Aloysio Biondi, o único jornalista econômico do Brasil que defende apaixonadamente as próprias idéias, onde quer que trabalhe. Além de Visão, trabalhou para a revista Fator (extinta), Veja, Correio da Manhã (extinto), Jornal do Comércio, Opinião (extinto) e Gazeta Mercantil.

Há quase três anos, é o editor-chefe do Diário Comércio & Indústria (DCI), um sólido jornal de São Paulo, 46 mil exemplares diários que concorre no setor do jornalismo econômico com a Gazeta Mercantil. Há mais de um ano, Biondi mantém uma coluna na revista semanal Isto É, onde costuma "baixar o cacete", seja qual for o assunto.

Raramente empregando seu tempo para algum elogio, Biondi tem assinado artigos onde explica porque o ministro da Fazenda é incompetente para controlar a inflação. Denuncia sem descanso o escandaloso mercado financeiro, irrita-se com a megalomania dos tecnocratas, ataca os intermediários do abastecimento, condena a concentração da renda e da riqueza, xinga os banqueiros, defende a pequena e a média empresa nacionais, zomba dos economistas e sociólogos, critica os colegas jornalistas.

Aos 42 anos, com mais de vinte no jornalismo, Biondi escreve com muita segurança sobre economia. Mais do que repórter, é um analista que geralmente não se deixa convencer pela argumentação dos técnicos do governo ou dos empresários. Mas como também se nega a assumir posições automaticamente contrárias à retórica oficial, freqüentemente apresenta conclusões surpreendentes sobre os fatos. Por isso, ele tem fama de radical, panfletário e megalomaniaco — adjetivos que, hoje em dia, quando muito, conseguem causar-lhe apenas ligeira mágoa e uma pontinha de irritação. Apesar de apaixonado pelo seu trabalho, Biondi pensa que a imprensa exerce grande influência na difusão de idéias, mas é incapaz de provocar mudanças a curto prazo no comportamento da sociedade. Sobre seu trabalho, os jornalistas brasileiros e o papel da imprensa ele falou durante três horas ao Coojournal.

Quantas horas você trabalha por dia?

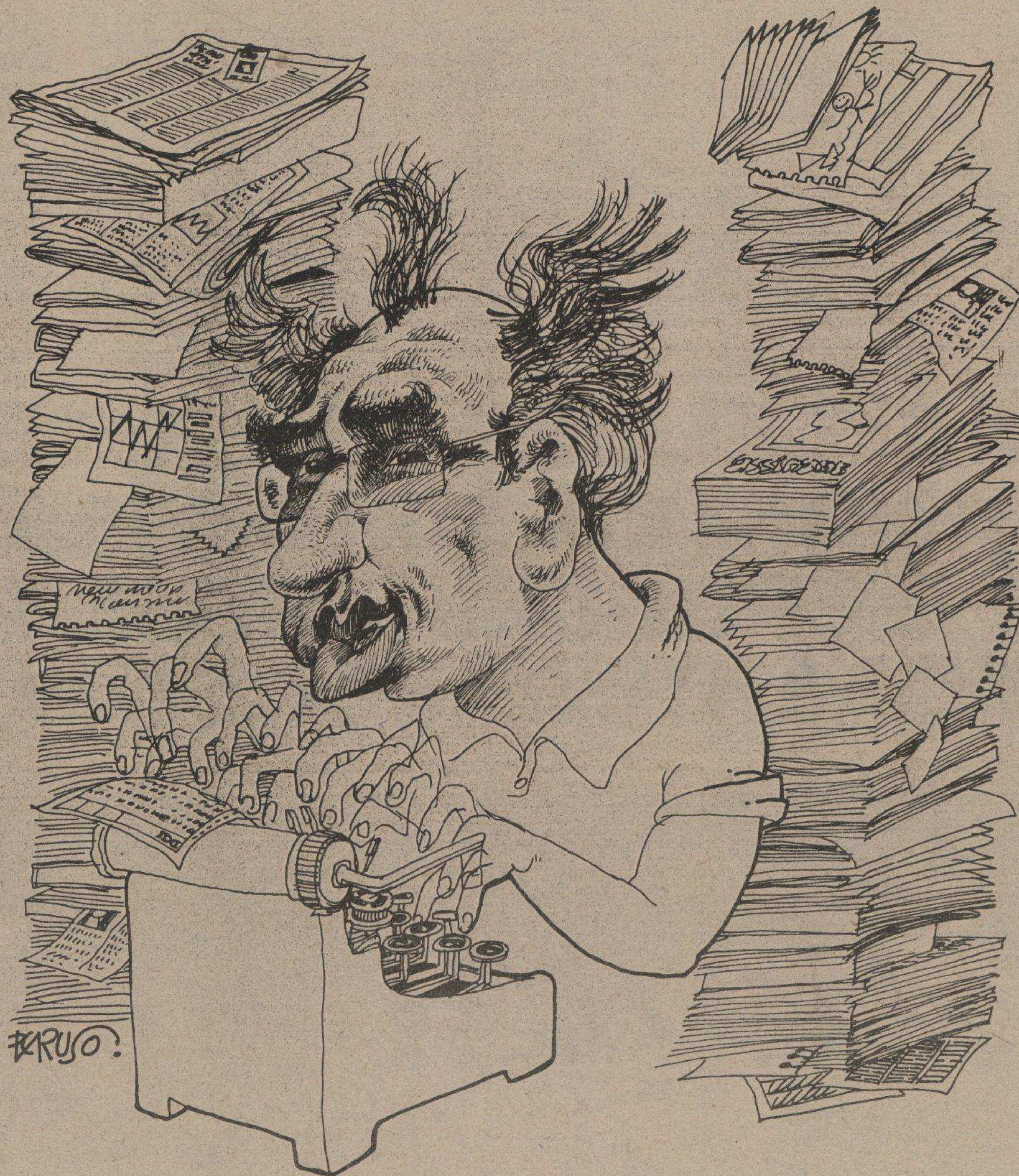
BIONDI — Agora eu me impus como limite 10 horas por dia. Mas no DCI nosso trabalho iniciou com apenas 14 pessoas e, então, eu trabalhava 16 horas por dia.

Como foi sua entrada no DCI?

BIONDI — Há três anos atrás, a folha de pagamento do jornal era de 128 mil cruzeiros. Basta dizer que eles não haviam percebido a ascensão da Gazeta Mercantil. Aí, fizeram uma pesquisa e constataram que a Gazeta tinha subido. Mas eu sabia que não podia entrar lá com um plano grandioso. Apresentei um projeto modesto, razoável e o jornal vem crescendo.

Que história é essa de jornalismo de faz de conta de que você fala?

BIONDI — Quando eu ganhei o Prêmio Es-



so de Economia, em 67, eu falei disso e citei como exemplo o acordo de tributação, feito entre o Brasil e outros países. O acordo de tributação é explicado como uma vantagem para o capital estrangeiro e uma perda de recursos para nós. Mais do que isso, nenhuma explicação para o grande público. Ora, isso não basta, é jornalismo de faz de conta.

O que você acha do jornalismo econômico feito no Brasil?

BIONDI — Em 69, fui pra Veja, para editar economia & negócios e preparar o caderno de investimentos, pois era a época em que o mercado de capitais estava crescendo. Desde o início eu disse que não ia dar certo, pois toda a imprensa estava acumulada com o modelo do Delfim Netto. Em relação à seção de economia da Veja, havia queixas semanais. Certa vez, quando a multinacional Hanna conseguiu tarifas subsidiadas da Estrada de Ferro Central do Brasil para o projeto de exportação de minérios através do porto de Sepetiba, no Rio, eu simplesmente abri um travessão no texto e coloquei: "Isto é, a Central do Brasil vai ter prejuízo para a Hanna ter lucro". O diretor da empresa me chamou depois e disse: "Biondi, eu não quero abrir a revista toda a semana e ficar profundamente irritado". Eu respondi: "Robert, (Robert Civita) eu acho que você tem todo o direito, mas eu não quero abrir a revista toda a semana e me sentir violentado".

Por causa dessas divergências você saiu da Veja?

BIONDI — Eu acho que emprego é como casamento: não precisa ninguém ficar preso ao compromisso. Cada um tem direito de cair fora. Eu disse pro diretor da empresa: "Vocês são engraçados. Passam anos pedindo às pessoas que não escrevam em economês, mas ficam irritados quando o cara explica o que é tarifa subsidiada. Acho que vocês estão enganados. Vocês

têm que procurar pessoas que façam jornalismo econômico escrevendo não com clareza, mas da forma mais hermética possível".

Parece que o Robert Civita não conseguiu, mas o modelo econômico brasileiro conseguiu. Eu acho que o jornalista econômico chegou ao que os patrões precisavam e o sistema precisava.

Como foi sua experiência no Correio da Manhã, na época do boom da Bolsa?

BIONDI — Fui convidado para fazer a seção de mercado de capitais, em 1971. Durante todo o período de ascensão da Bolsa, eu tinha uma coluna chamada *As fichas das que estão em jogo*, em que procurava mostrar as distorções, puxadas e manipulações, tudo fundamentado. Então, quando subia a Cia. América Fabril, eu botava lá: "Subiu tanto, contudo seu último balanço mostra um prejuízo: manipulação clara". Um dia o Marcelo Leite Barbosa, que já morreu, era dono de corretora e presidia a Bolsa do Rio, tentou me denunciar como subversivo, alegando que eu estava tentando destruir a Bolsa, "a maior conquista da Revolução". Ele tinha um sócio, chamado Maurício Cibulares, que fazia uma coluna de dicas, puxando os papéis deles. Juntei isso, anexei minhas coisas fundamentadas e apresentei um dossiê pra direção do Correio da Manhã, que neutralizou a denúncia.

Quando saí do Correio da Manhã, em 72, recebi dois convites: um de O Estado de S. Paulo, outro do Jornal do Comércio, do Rio. Prefiro o último, porque sabia que haveria muitas limitações no Estadão. Isso tem muito a ver com o que eu penso a respeito do papel da imprensa. Acho que existe um preconceito tolo contra a grande imprensa. Eu cito minhas experiências na Visão, no Jornal do Comércio e no DCI como exemplos claros de como é importante você influenciar outras áreas que não a juventude, etc.

Você se refere à informação aos empresários?

BIONDI — O Brasil é um país muitíssimo mal-informado. O pessoal tem ilusão sobre o empresário, acha que esses caras como o Mindim, Bardella e Villares entendem pra burro das coisas... Muitas vezes eles mesmos não percebem o que está acontecendo. Então eu acho que você sempre tem o que dizer e influenciar a opinião pública.

Por que você aceitou ir para o Jornal do Comércio, que pertence ao condomínio dos Diários e Emissoras Associados?

BIONDI — Eu topei porque um amigo chamado Jânio de Freitas disse: "Vai". Todo mundo me aconselhou a não ir, inclusive porque os salários estavam atrasados há quatro meses. Aliás, a única condição que eu impus foi que botassem os salários em dia. Esperei quatro meses até que isso acontecesse. Era uma redação muito pequena mas eu tenho certeza de que naquela época, 1972, quando nenhum jornal dizia nada, o Jornal do Comércio exerceu influência na definição das diretrizes do governo Geisel. Por exemplo, "a invasão japonesa". Eu arranjei uma foto de um bando de japoneses chegando no aeroporto e usava quase diariamente como se fosse uma vinheta para qualquer notícia que falasse de investimento japonês no Brasil. Naquela época, nós falávamos também da concentração de terras, dos custos da agricultura brasileira e da monocultura da soja, coisas para as quais ninguém ligava. Foram só dez meses no Jornal do Comércio, mas eu a considero a minha melhor experiência jornalística, até entrar para o DCI.

Por que você deixou o Jornal do Comércio?

BIONDI — Eu saí porque, perto do final do governo Médici, nós fizemos um caderno especial sobre todos os problemas econômicos brasileiros e o trabalho não chegou a circular, apesar de terem rodado 50 mil exemplares. Era um compacto de tudo que o jornal tratava no dia-a-dia: concentração da renda e da terra, dívida externa, monocultura da soja, marginalização, inchaço das cidades, etc. O Superintendente do jornal, doutor Paulo Cabral, hoje chefe de gabinete do ministro da Justiça, já tinha aprovado todos os textos, mas quando viu o primeiro caderno ficou com medo.

Era difícil fazer jornalismo há seis anos atrás?

BIONDI — Hoje é terrivelmente mais fácil fazer jornalismo, mas acontece uma coisa engraçada: o jornalista brasileiro torce pa que nada dê certo. Eu chamo os intelectuais e os jornalistas brasileiros de viúvas e órfãos de 64. Porque — evidente que há exceções — todo mundo é contestador... de mesa de bar. Quando eu estava no Opinião e no Jornal do Comércio, os colegas torciam contra. É importante dizer isso porque, apesar de tudo, sempre deu para fazer alguma coisa.

Explique a torcida contra dos colegas.

BIONDI — Minha maior surpresa é que a torcida contra não vem da área oficial incomodada pelas coisas que eu escrevo, mas dos colegas. Em 68, quando eu fiz a revista Fator (que durou três números), me chamavam de porralouca, quixotesco... mas o general Albuquerque Lima, a quem eu nem conhecia, andava com a revista debaixo do braço e promovia discussões dentro do governo em cima de dados apresentados pela revista e por outras publicações. Quem tem uma visão do processo histórico sabe que é mais importante seis meses de um trabalho onde você execute uma idéia nova do que oito anos numa editora sólida, onde você tem segurança e alto salário, desde que você não diga absolutamente nada.

Você não se arrepende de ter trabalhado 16 horas por dia?

BIONDI — Eu não. Você tem que fazer aquilo que acha que deve fazer, desde que haja certas condições, embora você não possa escolher nem seu chefe nem seu patrão.

Nesse caso, como você encara os jornalistas que dizem: "Sou um profissional pago para fazer o que me mandam."?

BIONDI — Não quero dizer que uma pessoa não deva trabalhar numa grande editora porque sabe das limitações que encontra. Eu não sou juiz do mundo não, mas eu acho que o jornalista brasileiro se limita muito mais do que o patrão quer, do

"No tempo do auge da Bolsa, os repórteres começaram a usar gravata larga e falar a linguagem do mercado"

que a Censura exige e do que o sistema econômico pediu. Também não sou irrealista a ponto de dizer que o cara deva largar um emprego de 20 ou 30 mil cruzeiros para pegar um trabalho que paga dois ou três mil. Mas, quando surge a opção, o cara deixa de ir por causa da bendita segurança ou por causa duma diferença de poucos mil cruzeiros. O jornalista deve saber que a profissão tem bases precárias e inseguras.

O que você diz de sua imagem de jornalista radical e lunático?

BIONDI — Eu tenho essa imagem em que meio? No meio jornalístico! O problema de quem trabalha com independência não é pressão oficial, não é pressão de banqueiro nem de multinacional. O jornalista brasileiro é muito acomodado e também foi beneficiário do modelo econômico.

Como, beneficiário do modelo?

BIONDI — Eu brinco com o pessoal falando como se faz carreira na imprensa. O cara começa no jornal e toma café no boteco. Daí a seis meses, não entra naquele boteco porque é muito sujo. Já não come omelete... Quando vai jantar, começa na Cantina do Piolim, que é barata, depois vai no Boulevard Eldorado, que é sofisticado. No começo, bebe um Campari ou um Old Eight, depois só uísque escocês. Eu acho que o jornalista se identificou com o modelo de uma forma inacreditável. E isso inclusive se reflete no trabalho dele. Eu cito como exemplo a Simoneta, porque o DCI foi o único jornal do Brasil que a defendeu, porque era um instrumento de redistribuição da renda e por isso mais uma vez fui

chamado de louco. Pois, no caso da Simoneta, o Jornal da Tarde, por exemplo, fez uma verdadeira campanha contra, dizendo: "Pobre da classe média, não pode ir pra praia". E nós vemos que todo jornalista brasileiro é assim. Inclusive eu acho que o jornalista, do ponto de vista psicológico, tem um perigoso fascínio pelo poder.

Como se manifesta esse fascínio?

BIONDI — Isso é muito claro no setor de finanças. Pra esse setor, eu escolho pra repórter, sempre, um cara um pouco bravo com o mundo, um cara meio neurótico, meio cuca ruim, porque ele não vai se deixar fascinar logo. No tempo do auge da Bolsa, os repórteres começaram a usar gravata larga e falar a linguagem do mercado. Hoje não chega a esse ponto, mas o repórter do mercado financeiro se sente muito importante porque é recebido por banqueiro à hora que quer. Se identifica com a superestrutura e sente o meio jornalístico como inferior ao seu. O que acontece é que, na verdade, ele deixa de ser jornalista e passa a ser o gravador que repete o que o mercado quer.

Mas por que você tem a pecha de louco planfletário?

BIONDI — Porque o DCI, por exemplo, em dois anos e meio, é um jornal que briga contra o modelo concentrador de renda e insiste em dar matéria sobre tecnologia, remessa de lucros ou mostrando que os grandes grupos brasileiros controlados pelos Bardellas e Villares são os grandes beneficiários de programas de crédito para a empresa privada nacional. Mas poderiam

me chamar de porraloca, quixotesco e panfletário se o projeto editorial do DCI fosse um fracasso. No entanto, até as multinacionais estão anunciando no jornal, que é independente. Então porraloca pra mim é quem morre cedo. É quem tem 35 anos de idade e está aí, acomodado.

Como você acha que deve ser feito o jornalismo econômico: com "fontes" ou com dados?

BIONDI — Usando as fontes com o cuidado de não virar porta-voz, mas sobretudo em cima de dados, com acompanhamento sistemático, o que permite sacar as coisas com antecedência, antes mesmo do governo. No DCI, eu digo a todo mundo: vocês podem escrever o que quiserem, mas provem com dados corretos. Eu não deixo ninguém escrever de forma voluntarista e caneluda, sem análise fundamentada dos dados.

Mas não é difícil fazer jornalismo econômico com a precariedade de dados e estatísticas do Brasil?

BIONDI — Não é verdade. É difícil fazer jornalismo econômico porque ele exige muitas horas de trabalho. Exige análise de dados, montagem e raciocínio. Claro, é muito mais fácil você sentar na máquina e sair xingando à base de chavões do que analisar uma série de dados. Por exemplo, fica todo mundo falando do drama dos bóias-frias, mas ninguém percebe que, no ano passado, os fazendeiros quiseram formar cooperativas de mão-de-obra. Por quê? Porque chegou a hora de reter a mão-de-obra no campo. Ou você forma o-perário rural agora, ou você não terá mão-

de-obra nenhuma. Agora, o problema é que no Brasil não se reconhece nem o fenômeno, para que possa atuar sobre ele.

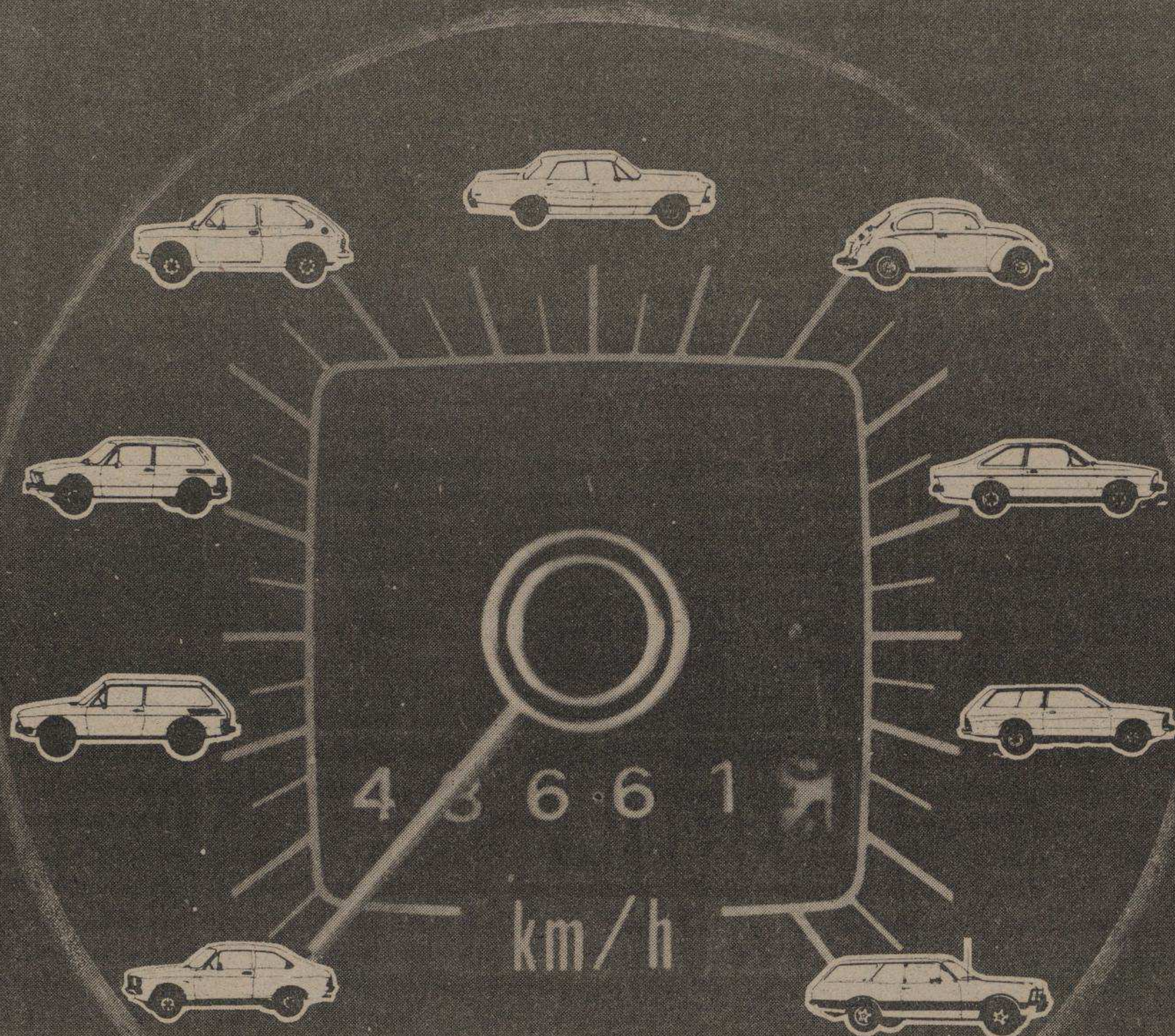
Quando você descobre que cresceu a mão-de-obra no campo, tudo bem, é um fenômeno setorial. Mas há um fenômeno muito mais amplo, que é o modelo econômico concentrador de renda e de riqueza que funciona do país.

BIONDI — Vamos falar sobre o papel da imprensa e da intelectualidade. Dentro de uma sociedade, existe um jogo de forças políticas. O modelo, ao concentrar economicamente, concentrou o poder político também. Isso é líquido, ninguém discute. Quando Geisel assumiu seu governo, ele afirmou que não ia aceitar a concentração da riqueza. É evidente que isso provocou uma forte pressão dos grupos beneficiários da concentração. Nessa briga, então, são usados os argumentos mais facciosos para demonstrar a inviabilidade de distribuir a renda: perda de dinamismo da economia, recessão, etc. Você entra pra mostrar que nada disso é verdade. Agora, eu acho que a situação política levou as pessoas a um ponto de radicalização segundo o qual tudo que vem do governo tem que ser ruim e tudo que vem do MDB tem que ser bom.

E qual o papel do jornalismo nessa briga?

BIONDI — Vou dar um exemplo: habitação. Na época do ministro Delfim Netto, você abatia 20% do valor de suas prestações habitacionais, na hora de declarar Imposto de Renda. Pra quem era esse incentivo? Pra quem tinha dinheiro pra pagar Imposto de Renda. Em dezembro de 74, você passa a ter direito a fazer descontos

ACELERE SEU FINANCIAMENTO.



Você chega muito mais rápido ao seu automóvel zero quilômetro utilizando-se das vantagens do Crédito Direto ao Consumidor Maisnave. As taxas são convenientes e a liberação imediata. Acelere seu financiamento: procure-o junto ao Banco Maisnave.



Maisnave

Porto Alegre (RS): Sete de Setembro, 760 - Fone: 24-3566

"A verdade é essa: jornalista escreve para jornalista e todo mundo fica achando maravilhoso"

fixos no Imposto de Renda, com limite. Por esse sistema, quem tem renda baixa recebe um incentivo maior do que quem tem uma renda alta. Esse mecanismo é desconcentrador, claramente. É evidente que as grandes construtoras jamais aceitaram essas mudanças políticas. A imprensa continua a malhar o BNH de uma forma que eu pergunto: a quem a imprensa está reforçando?

A imprensa no Brasil passou a ser contra o governo, esquecendo que a sua função é defender as idéias e medidas que beneficiem a coletividade. Há uma confusão sobre o jornalismo econômico no Brasil. Para os jornalistas e as empresas, o jornalismo econômico é dizer o que os empresários pensam das coisas, quando freqüentemente os empresários precisam saber das informações para formular sua própria conceituação da realidade.

Se você falasse há três anos sobre a expansão do mercado interno, te gozavam. Hoje, essa história de voltar-se para o mercado interno está aí em qualquer documento empresarial.

É o famoso open market, queninguêmentede e no qual você tanto mete o pau?

BIONDI — Open? Quando o Banco Halles quebrou em 74, escrevi uma matéria de capa no Opinião, mostrando que ele tinha quebrado por causa do open market. Se você entende um pouquinho de estatística, sabe que tudo o que fugir do bom senso... tem "coisa" por trás. E olha, tudo que aconteceu em 1973, em matéria de especulação financeira, inclusive com dinheiro trazido do exterior pra meter no mercado aberto, está se repetindo agora.

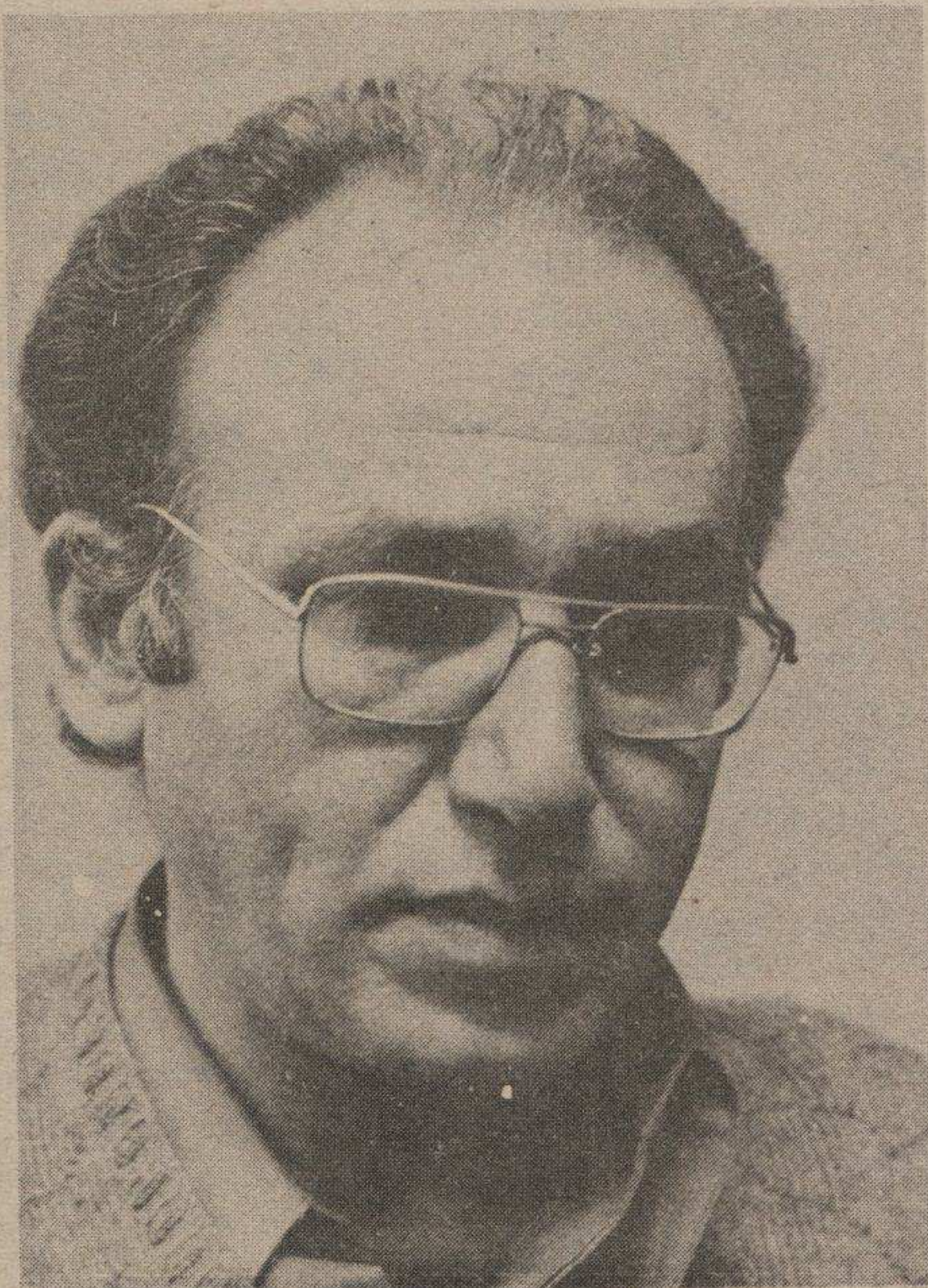
Em 75, escrevi uma página inteira na Gazeta Mercantil dizendo que a sacanagem no open estava recomeçando. O Globo se deu ao trabalho de publicar uma matéria também de uma página dizendo que nada disso. Um ano depois, estourou o escândalo do Banco Econômico: todo mundo descobriu o open market, na imprensa, mas quem denunciou a "corrente da felicidade"? Quem disse que o gerente do Banco Econômico não tinha nada com o peixe? Quem explicou à opinião pública como funcionava o open market e por que tinha mesmo de estourar banco?

Você sofre pressões ou ameaças por denunciar essas coisas?

BIONDI — Engraçado, mas nem o governo nem os banqueiros nem os empresários me encham muito o saco. Mas eu tomo cuidado de não partir para o ataque pessoal e, quando critico, faço em cima de dados.

Mas nem sempre existem dados e é difícil fazer análise.

BIONDI — Que nada. Olha o exemplo da construção civil. Estão dizendo que há uma crise mas não há crise nenhuma. Os dados apresentados recentemente pelas construtoras para conseguir as operações casadas da Caixa Econômica Federal mostram o contrário do que dizia o texto. Outro exemplo é a rotatividade de mão-de-obra. Todo mundo quer defender o operário mas ignora que, atualmente, 70%



Biondi: contra as viúvas e órfãos

dos empregados pedem demissão. O Fundo de Garantia foi criado realmente para beneficiar as empresas mas a partir de um certo momento beneficia o trabalhador. Por isso a gente tem que ficar atento às modificações do Fundo de Garantia. Será que elas estão interessando ao operário nesse momento ou estamos sendo inocentes úteis dos empresários? Quando nós dissemos que a contenção da indústria automobilística vai provocar desemprego, nós estamos sendo inocentes úteis, ajudando os empresários a pressionar o governo.

E quanto ao open market? Como você mexe com isso se não existem dados?

BIONDI — Existe um dado básico: o open está girando 90 bilhões de cruzeiros por dia. É um trabalho de pinça. Você não acha um documento sobre a coisa, mas chega a um ponto em que as autoridades vão falando, vão reconhecendo. Mas existem dados nos balanços das empresas, que às vezes realizam receitas não operacionais maiores do que as operacionais. O problema é que a dita imprensa especializada engoliu a história de que o open market era um instrumento sofisticado de política monetária. Aliás, a imprensa tenta sofisticar tudo. No caso da inflação, a imprensa não a vê como um problema de especulação e de intermediação. Não, os jornalistas ficam de olho nos meios de pagamento. Quer dizer, viramos todos monetaristas históricos!

Mas open market é uma coisa complicadíssima.

BIONDI — Pra mim, open market não é diferente de outras áreas da economia. Você sabe que, na maioria das redações, por influência de algumas figuras conhecidas, a imprensa lá fora é considerada um padrão, quando graficamente a imprensa brasileira está muito à frente. Mas nós temos no Brasil, chefiando redações, pessoas sofisticadas, meio intelectuais, meio blasés, que acham o Brasil subdesenvolvido. Ora, não entender que nós estamos mais desenvolvidos do que eles, graficamente, pra mim é subdesenvolvimento, aí sim. Então eu acho que essa linguagem sofisticada, meio distanciada da realidade, é que leva a opinião pública a não entender de economia, que é uma coisa que diz respeito a ela. Ora, taxa de juro a 11% ao mês é um escândalo tão grande quanto a crise do Congresso Nacional. Por que então vou aceitar que economia é uma religião na qual poucos sacerdotes estão interessados? Jornalismo econômico é jornalismo como qualquer outro que se dirige para o público.

Você também é chamado de megalômano.

BIONDI — Eu sei e acho uma sacanagem pra um cara que trabalha, como eu trabalho, levar um rótulo tão minimizante como esse. Eu sou muito conhecido pelos jornalistas, mas pelo público... Quando eu fui trabalhar no DCI, meus patrões não me conheciam. Assim que eu comecei no DCI, um repórter chegou da rua achando muita graça porque um cara do mercado financeiro perguntou: "Pô, quem é esse garoto, esse tal de Biondi? Pô, esse cara tem coisas boas"

Eu não tenho nenhuma ilusão de que, ao trabalhar num jornal ou numa revista, esteja mudando a face da terra. Eu acho que estou influenciando o processo e nossa obrigação é essa: formar opinião pública. Mas é evidente que você não muda idéias da noite para o dia.

Você lê bastante? Como faz para ler tudo que lhe passa pelas mãos?

BIONDI — Ah, o último parágrafo! Eu brinco com o pessoal que trabalha comigo: na imprensa brasileira, basta ler o último parágrafo. É lá que está. Por que eu leio jornal depressa? É sempre lá, no último parágrafo, que está a história. A imprensa brasileira vive do catastrofismo.

Em sua coluna na Isto É, tem-se a impressão de que você escreve brabo. Isso é real?

BIONDI — Não é minha figura que está em discussão, mas a qualidade do jornalismo que se faz por aí. Então minha resposta é a seguinte: eu desafio as pessoas que criticam tanto meu modo de ser e de escrever que mostrem que, quando eu, messianicamente, dizia que ia sobrar celuloze no mundo, e elas estavam imbecilmente engajadas em projetos megalômanos, eu estava errado; que, quando eu, messianicamente, dizia que ia sobrar minério de ferro — e elas diziam que o Roquete Reis, presidente da Vale do Rio Doce, era um grande negociador —, provem que eu es-

tava errado; que quando eu dizia que o open market era pura especulação — e elas diziam que era instrumento de política monetária —, provem que eu estava errado. Dizem que minha posição em relação ao open market é moralista. Mas eu não sou contra o open porque a taxa de juros chega a 16%, mas porque ele tem destruído toda a economia brasileira.

As vezes em seus artigos parece que você está mais interessado em provar os erros da imprensa do que em mostrar os assuntos sob um ângulo diferente.

BIONDI — Não, eu estou querendo provar o contrário. Agora, quando eu estou querendo discutir o comportamento da imprensa, não é nem essencial que eu tenha razão. Mas no Brasil radicalizado dos últimos anos, quando você não é equidistante, você corre o risco de fazer um jornalismo de gravador e de lobby. Em vez de defender o interesse coletivo, você acaba defendendo os grandes grupos. Então a minha tentativa é discutir o papel da imprensa. Eu acho que a doença mental não é minha. Pra mim, esse processo de esquizofrenia (da imprensa) fica muito claro no seguinte: o senhor Alberto Dines fez uma seção de muito êxito na Folha de São Paulo chamada Jornal dos Jornais, porque ele só discutia o lado de lá; o senhor Alberto Dines cobrava o jornal que não deu manchete sobre passeata estudantil; então o senhor Alberto Dines era um deus, o que demonstra o sectarismo. O senhor Alberto Dines pode discutir a imprensa que não está rezando pela cartilha que se quer que todo mundo siga.

Então, eu já disse num artigo, de uma forma mais ou menos sutil, que eu não aceito ditadura de direita mas também não aceito nenhuma outra. O meu direito de analisar é sagrado. Eu sei que isso provoca muita ira por aí. Talvez o que incomoda é que eu nunca fiquei em cima do muro. Por que eu não posso discutir o papel da imprensa? Agora, o senhor Dines pode discutir o comportamento da imprensa, sem que se olhe o que ele fez quando estava dirigindo um jornal. O que devia ter acontecido era dar um jornal na mão do Dines, pra ver o que ele ia fazer: repórter pautado pela publicidade e o jornal todinho embarcado no modelo econômico do Delfim Netto, defendendo a dívida externa, a concentração da renda, os conglomerados. E o senhor Dines vem, de vestal, cobrar os outros. Ora, se ele tem direito, eu também tenho todo o direito. Por acaso é pecado apontar os erros que existem do lado de cá? Pra falar a palavra claramente, deduzirismo? Pô, você acaba virando esquizofrênico.

Em sua opinião, por que a imprensa, seja a tradicional ou a alternativa, não consegue ampliar o seu público leitor?

BIONDI — Porque é uma grande masturbação. Não adianta nada você, toda semana, sentar na máquina pra xingar tudo que pode ser xingado. Pra falar pra um público mais amplo, acho que o jornalista tem que ser equidistante em relação à informação. A imprensa está cometendo um terrível erro de mercado. Ela botou a culpa na Censura, na pressão econômica e nos interesses dos patrões, enquanto o jornalista... Eu não meto pau nos jornalistas. Eu questiono se eles estão com uma posição correta ou se estão com uma posição suicida. Agora há pouco, se não fosse a seca, a imprensa não tinha mais nada pra dizer. O noticiário econômico estava pifio. O conteúdo da imprensa é pobre. Por quê? Porque não se discute nada. Fica todo mundo se repetindo. Nós estamos na imprensa do ha! ha!

Então, qual a saída?

BIONDI — Eu acho que falta na nossa imprensa disposição para o trabalho, tá? Falta olhar a realidade. Sobra radicalização e sectarismo. E sobra a convicção de que o mundo se resume ao que os coleguinhas dizem e pensam. A verdade é essa, jornalista escreve pra jornalista. E todo mundo fica achando maravilhoso!

Você apenas escreve ou também é convidado para fazer palestras?

BIONDI — Sou convidado mas, realmente, minha timidez me impede de falar.

Mas você não parece tímido.
BIONDI — Sou timidíssimo!

A PEDIDO
**ELOAR
GUAZZELLI**



MDB 132
Para Deputado Federal

A PEDIDO
**AMÁLIA
MARTELLI**



Professora
Assistente
Social
Jornalista

**PARA
DEPUTADA
FEDERAL
MDB
Nº 141**

Percorreu todo o Brasil, observando e pesquisando de perto a nossa realidade e buscando soluções. Defensora do passagismo e do meio ambiente. Autora do livro AMAZÔNIA: NOVA DIMENSÃO DO BRASIL, Ed. Vozes, 1969, e de EXPERIÊNCIA.

COMUNITÁRIA DE LUJI — Boletim do CBCISS — 1969, e de várias outras publicações. Progresso material, padrão de vida, não significam desenvolvimento. Mas conhecimento, sabedoria, qualidade de vida é o que importa.

A PEDIDO
**DEPUTADO
FEDERAL**



**WALDIR
WALTER**

MDB 144

O "Caso Mãos Amarradas"

A morte do sargento Raimundo pode voltar a ser investigada.

Denunciados por haver continuado a investigar o caso e descoberto — segundo sustentaram — o assassinato de outro sargento que conhecia todo o episódio, um advogado e um oficial reformado da Aeronáutica foram absolvidos por um Tribunal Militar no fim de agosto. O caso não está encerrado. Fontes policiais informaram que há um inquérito em andamento. Objetivo: apurar as denúncias dos recém absolvidos.

— Eu já sofri muito com tudo o que aconteceu. Perdi meu marido em circunstâncias dolorosas e agora sou uma mulher só no mundo, sem meios para me manter. O Governo deveria tomar providências para apurar os responsáveis pela morte de Manoel, que sempre foi um bom marido e companheiro. O que fizeram com ele ficará na história como um dos crimes mais bárbaros que um homem pode cometer contra o seu semelhante.

O ex-sargento Manoel Raimundo Soares, 30 anos, natural do Pará, filho de família pobre e casado com Elisabeth Chalupp Soares — autora da declaração acima —, foi assassinado em Porto Alegre, no dia 13 de agosto de 1966. Antes da morte, ele passou 152 dias preso, incommunicável, na 6ª Companhia de Polícia do Exército, no Dops e na antiga Ilha do Presídio, hoje fechada. Os 152 dias de prisão, as torturas que sofreu, os autores, os co-autores, os motivos da morte, as hipóteses, as pressões e as manobras para abafar o crime estão documentadas num processo de nove volumes e 1.341 páginas — o das *Mãos Amarradas* —, encaixotado no Tribunal do Júri, em Porto Alegre. Os acusados foram impronunciados.

No mês passado, o juiz da 5ª Vara da Justiça Federal mandou arquivar um processo em que Elisabeth pedia indenização da União e que, se reconhecido, poderia reabrir o processo. O advogado já recorreu ao Tribunal Federal de Recursos.

A história da morte do ex-sargento começa no dia 11 de março de 66. Manoel Raimundo estava na frente do Auditório Araújo Viana, no Parque da Redenção. Carregava uma bolsa de plástico onde tinha cerca de dois mil recortes de jornais carimbados: "Abaixo a Ditadura" e "Abaixo o Ditador Castelo". Deveriam ser distribuídos quando o marechal Castelo Branco, então presidente da República, chegasse a Porto Alegre. Foi preso enquanto esperava um amigo, conforme contaria em carta enviada à mulher desde a Ilha do Presídio:

— Fui detido às 16h30min do dia 11 de

março, sexta-feira, na calçada do Auditório Araújo Viana. Dois cavalheiros seguraram-me pelos braços e enfiaram-me num táxi DKW, verde, e levaram-me para a Polícia do Exército. Lá, mantiveram-me até às 19h, debaixo de um "tratamento", intenso interrogatório como eles chamam. Depois enfiaram-me no mesmo táxi e levaram-me ao Dops, onde o tratamento continuou por mais oito dias.

Manoel Raimundo chegara a Porto Alegre em setembro de 65. Fora expulso do Exército em abril de 64, quando servia numa unidade de Campo Grande, Mato Grosso. Antes, ele fora transferido do 1º Batalhão de Saúde, do Rio, onde participara do movimento dos sargentos e chegou a concorrer à presidência do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército. Perseguido depois de 64, deixou de ir ao quartel, até ver seu nome na lista dos casados. Em Porto Alegre foi morar numa pensão da Rua Berlim, 400, no Bairro Navegantes.

A ordem de prisão partiu do major Renato Moreira, chefe da 2ª Seção do III Exército e o comandante da PE, Darci Paiva Brange, mandou os sargentos Carlos Otto Bock e Nilton Aguiardas prendê-lo. Até aí Manoel Raimundo não sabia que seu pretense amigo, o cenógrafo e faquir Edu Rodrigues Pereira — com quem fizera contato para distribuir panfletos —, era informante do SNI desde antes da Revolução de 64.

No livro de ocorrências do Dops, o

delegado de plantão, Enir Barcelos da Silva, registrou a primeira anotação sobre a prisão do ex-sargento:

— Às 19h do dia 11 de março de 1966, recebemos neste Departamento o sr. Manoel Raimundo Soares, preso pela P. Ex. ficando o mesmo à disposição do Dops, tendo ainda o referido diversas alcunhas: Salvador de Souza, Juraci e Baixinho.

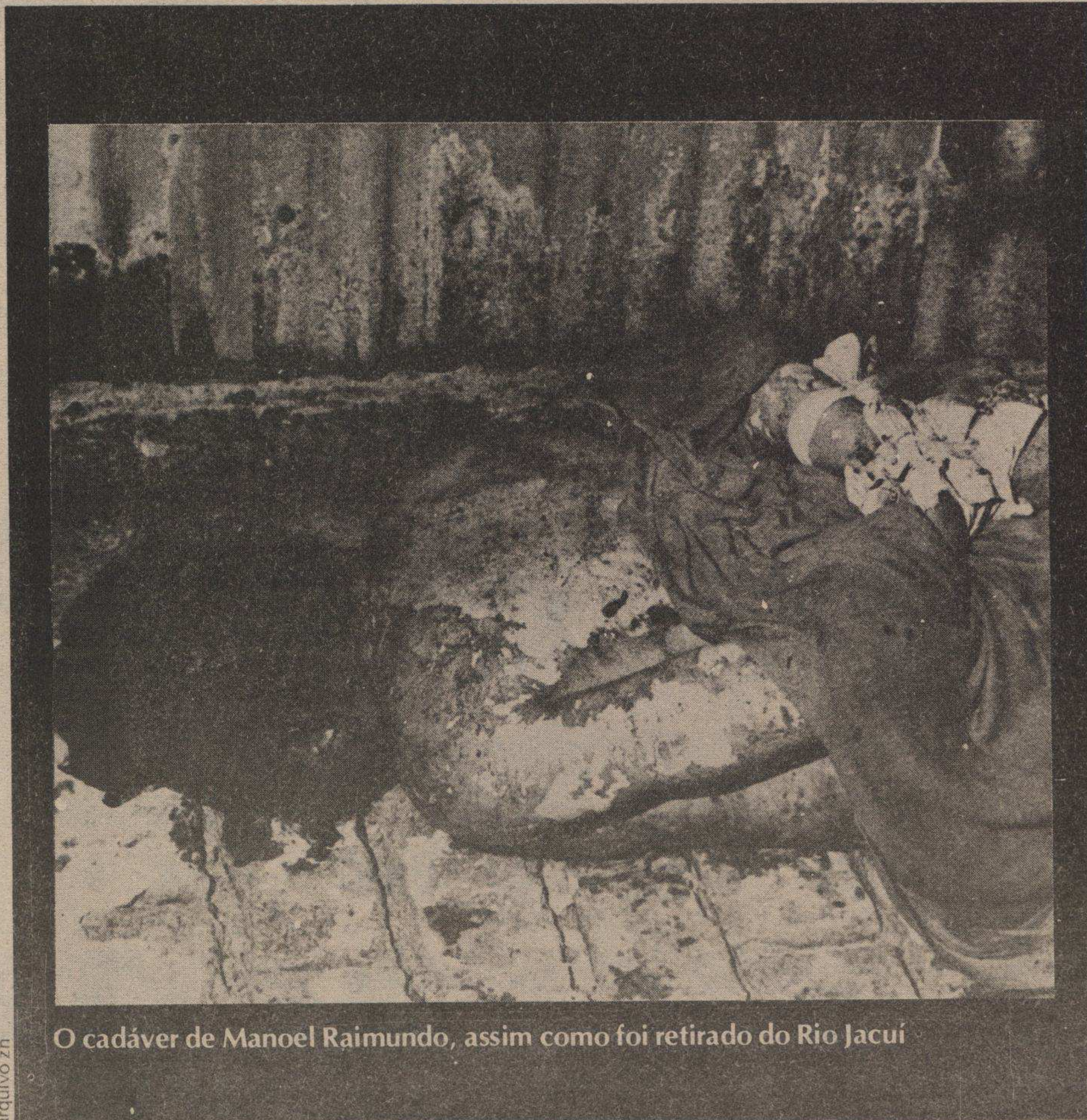
Nos depoimentos e notas posteriores, surgiram as primeiras divergências em torno da responsabilidade pela prisão do ex-sargento. Em nota oficial, o III Exército dizia: "É óbvio que o comando (do III Exército) não se preocupa com os presos que não estão sob sua responsabilidade". Mas no seu depoimento, o delegado José Morsch, diretor da Divisão de Segurança Política e Social, declarou: "... nessa mesma tarde do dia 11 de março o plantão do Dops recebeu um telefonema procedente da P. E. e de parte de um cabo daquela corporação (...) e através do qual transmitiu uma ordem do major Renato, do III Exército, no sentido de que o preso não deveria ser libertado, a não ser mediante sua ordem..."

— Você é militar?

— Não, sou estudante. Estou preso há mais de um mês.

Sou o sargento Soares. Para minha honra fui expurgado do Exército.

O estudante de agronomia Luiz Renato Pires de Almeida — morto dois anos depois na Bolívia, envolvido em guerrilha — reproduziu o diálogo que manteve com o



O cadáver de Manoel Raimundo, assim como foi retirado do Rio Jacuí

ex-sargento na noite do dia 14 no Dops e contou que ele chegou lá com a visão parcialmente reduzida — tinha apanhado uma cacetada no olho, do 1º tenente Luiz Nunes de Souza. Naquela noite os policiais colocaram restos de um colchão velho no corredor entre as celas. Foram acordados a ponta-pés, às 2h, pelo delegado José Morsch, que manteve um áspero diálogo com Luiz Renato:

— O que tu conversaste com esse arataca? Conheces ele de onde?

— Não sei quem é ele.

— Se não conheces, por que estavam juntos no mesmo colchão?

Luiz Renato não respondeu e o delegado ameaçou: "Ele agora vai falar. Se mentiste, vais pagar". O ex-sargento cada vez se vê em piores condições. Os policiais queriam saber o endereço do ex-sargento Leony Lopes — um amigo que o ajudara a vir a Porto Alegre — e qual era o plano subversivo. Perguntavam também sobre o ex-sargento Araken Vaz Galvão, que respondia inquérito na Guanabara junto com Manoel Raimundo.

— Findo o tratamento, Soares parece um trapo. Está ainda só de cuecas, as costas sangrando e uma das vistas fechada. Está semi-inconsciente. O fiscal Olinto (Flores, chefe da carceragem) começa a chutá-lo e o ameaça com um facão — contou Luiz Renato. Outros dois presos contaram que o ex-sargento não podia engolir alimentos sólidos: enquanto apanhava, ele cantava o Hino nacional. Em represália, batiam-lhe no pescoço.

No dia 19, Manoel Raimundo e Luiz Renato são transferidos para a Ilha do Presídio, o "recanto de férias dos presos", como dizia o delgado José Morsch. Da Ilha, Manoel Raimundo escreveu nove cartas a sua mulher. Pedia ajuda, dava instruções, falava em advogados, entre eles Sobral Pinto.

— Paradoxalmente, recuperei a saúde nesta Ilha presídio, onde me encontro hoje depois de ter sido selvagemente seviciado e massacrado durante oito dias no quartel da 6ª Companhia do Exército, nas salas do Dops, no Palácio da Polícia Civil (...) Moralmente encontro-me no mesmo estado de sempre, apesar de tudo. As pessoas que me conhecem bem sabem qual é. Na verdade amargura-me somente o fato de ter sido entregue às atuais autoridades pelo indivíduo Edu Rodrigues, no qual, por recomendação de outro chamado Leony Lopes, depusitei alguma confiança que liquidou a minha liberdade. Estou ainda no pleno gozo de saúde mental, não perdi a calma nem a razão que o meu temperamento determina. Ouvi dizer no Dops que eu fui o preso mais "tratado" até hoje (...) Ainda não foi necessário demonstrar que não temo nem a morte. Talvez em breve isto venha a acontecer (...) Só me resta agora repetir as palavras que direi enquanto tiver vida: Abaixo a Ditadura, Viva a Liberdade, O Povo Vencerá (Ilha do Presídio, 25/06/1966, Cella 10).

A 15 de junho e a 18 de julho, o Supremo Tribunal Militar — por interferência da mulher de Manoel Raimundo — im-



petrou dois habeas corpus em seu favor, endereçados ao comandante do III Exército, general Justino Alves Bastos, depois substituído pelo general Orlando Geisel: "O referido civil não se encontra à disposição do III Exército", foram as duas repostas.

A 13 de agosto, a folha nº 156 do livro do Dops registra a retirada do ex-sargento da Ilha do Presídio: "Comparecimento de autoridade: às 9h15min compareceu neste plantão o delegado Morsch e mandou que recolhesse o preso Manoel Raimundo Soares, que se encontrava no corredor central, ao xadrez e que o deixasse incomunicável e que o plantão é que deveria levar refeição, aguardando até o fim da mesma, não deixando o referido preso entrar em contato com os demais".

O episódio da morte de Raimundo Soares começa no mesmo dia, também numa folha do livro do Dops: "Soltura de detido: Às 13h30min foi liberado o detido Manoel Raimundo Soares, que se encontrava neste Departamento. Em poder do detido, encontravam-se os seguintes objetos: um relógio de pulso marca Classic, automático, calendário, com pulseira de nylon (amarela-preta); importância em dinheiro correspondente a Cr\$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessenta cruzeiros); uma nota fiscal da Sapataria Sinclair, nº 1.626; um calendário; um chaveiro com dez chaves diversas e um canivete, e um par de meias verdes (homem)".

Onze dias depois a notícia da morte de Manoel Raimundo chegou à redação dos jornais de Porto Alegre através de um telefonema anônimo:

— Parece que acharam um cadáver com as mãos amarradas às costas lá na Ilha da Pintada.

Efetivamente, por volta das 17h do dia 24 de agosto os agricultores João Gomes Peixoto, 70 anos, e Leci Ramos Batalha, 25, encontraram um cadáver boiando junto a um taquaral nas bordas do Rio Jacuí, a mais ou menos 20 quilômetros de Porto Alegre, e avisaram ao posto policial da Ilha. O guarda civil Luiz Burle Cardoso, que foi numa lancha atender a ocorrência, encontraria este quadro:



— Com receio de que o corpo se deslocasse do local onde se encontrava, amarrou-o com uma corda à lancha e rebocou-o até a Ilha da Pintada. Ali surpreendeu-se: o homem estava com as mãos amarradas às costas com ataduras feitas com pedaço da camisa que vestia, rasgada para improvisar de uma corda.

No mesmo dia, à noite, peritos do Instituto de Criminalística constaram que "não havia lesões traumáticas que pudessem indicar a causa da morte, mas a presença de elementos característicos de plâncton mineral no interior dos brânquios e raros elementos isolados nos alvéolos pulmonares demonstram que a vítima respirou dentro da água (...) A morte tinha sido violenta". Exames mais detalhados, no Instituto Médico Legal, concluíram: "Não havia vestígios de bala nem de facada no cadáver. Quem o torturara, se tortura ocorresse, era conhecedor do ofício. Não deixara osso fraturado. O cadáver esteve na água por mais de cinco dias".

É aqui que começa o Caso das Mãos Amarradas, cuja identidade ainda não se conhecia. No dia 27, surgiram os primeiros boatos de que o cadáver era de um preso político. No dia seguinte, as redações dos jornais recebiam a complementação: "o corpo era de Manoel Raimundo Soares, sargento expurgado do Exército, natural do Pará, que teria sido torturado no Dops e estivera na Ilha do Presídio.

No dia 30 a mulher do ex-sargento, Elisabeth Chalupp Soares, chegou do Rio e trouxe a carteira de identidade fornecida pelo Exército. O confronto das impressões digitais com fragmentos da pele do cadáver confirmou a identificação, oficializada no dia seguinte pela Secretaria da Segurança, em nota oficial. A nota acusava também a abertura de inquérito e uma comissão de alto nível, formado pelos delegados Theobaldo Neumann, Delmar Kuhn e Max Kolowski e mais um representante indicado pela Procuradoria Geral do Estado, que acompanharia as investigações. Simultaneamente, instalava-se uma CPI na Assembleia Legislativa, com três deputados do MDB e três da Arena.

No relatório do promotor Paulo Cláudio Tovo, designado pela Procuradoria para acompanhar as investigações, constam duas hipóteses sobre a morte: morreu sob tortura no Rio Jacuí submetido ao processo de caldo — mergulhando o preso dentro da água sendo que numa dessas mergulhadas deixaram-no muito tempo ou o corpo escapou; ou então Manoel Raimundo, em determinado momento das torturas, conseguiu se desvencilhar e se atirou no rio — o que é menos provável.

Uma terceira hipótese foi levantada pelas autoridades — Secretaria da Segurança e III Exército: a morte era obra dos comunistas para desmoralizar o governo de Castelo Branco. Neste sentido, incluía-se

prisão de um louco — Luiz Carlos Carbone —, detido na noite de 31 de agosto quando passeava nu pelo telhado de uma pensão. Em seu poder, divulgavam as autoridades da segurança, havia sido apreendido material subversivo: publicações, microfotografias de fórmulas de explosivos, Cr\$ 300 mil (velhos) em dinheiro e uma carta de um tal de João para outro José falando na morte do ex-sargento. Era o suspeito número um, dizia-se. Antes de o débil mental ser reconhecido como tal e liberado, um jornal do Rio chegou a denunciar que havia um plano para apresentá-lo, num lance sensacional, como culpado.

A 2 de setembro, uma sexta-feira de tempo chuvoso e frio, Manoel Raimundo foi enterrado. A Secretaria da Segurança anunciara que faria o enterro. O coronel expurgado e deputado cassado Pedro Alvarez reconstituiu o enterro:

— Éramos mais ou menos uns 80. Fomos até o IML e tiramos o caixão meio na marra. Eles diziam: mas o Secretário disse que ninguém pode tocar no caixão. Começamos a caminhar a pé, pela Avenida João Pessoa (o IML era na André da Rocha), sem muita gente. Passamos pela Companhia Carris e os operários hastearam a bandeira nacional. No Parque da Redenção, paramos na pira da Pátria e cantamos o Hino Nacional. Alguém trouxe uma bandeira para enrolar o caixão. Dali até o Cemitério São Miguel e Almas (uns quatro quilômetros), por onde passávamos as casas comerciais fechavam as portas. O grupo foi aumentando e já tinha umas três mil pessoas quando apareceu um carro de uma funerária dizendo que tinha ordem do Governo para levar o caixão. Não levou. No cemitério, houve novos discursos. Gritava-se a meio tom: assassinos, assassinos.

Surgiram protestos de todas as partes. Os mais contundentes vieram do Supremo Tribunal Militar, de onde partiram três habeas corpus — o terceiro chegou no dia 20 de agosto, quando Manoel Raimundo já fora assassinado. "Um crime terrível e de aspecto medieval, para cujos autores o Código Penal comum exige rigorosa pena", disse o então ministro Olympio Mourão Filho.

No fundo, o importante é a garantia

Ninguém vive seguro sem um fundo de reserva para qualquer eventualidade. Pense nisso e abra a sua Caderneta de Poupança FIN-HAB.

É a maneira mais garantida de você colocar suas economias num fundo que valoriza sempre, com os bons rendimentos da Caderneta de Poupança FIN-HAB.

Caderneta de Poupança e Poupança Programada

fin-hab

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA EMPRESARIAL

Sede Administrativa:
Praça 15 de Novembro, 21 - PABox 25-5555
Carta Patente, nº 25 - Porto Alegre - RS

INTRANSFERÍVEL

"DEPÓSITO COM CORREÇÃO MONETÁRIA E DIVIDENDOS GARANTIDO PELO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO BNB"

ESTABELECEMENTO FINANCEIRO BNB

GARANTIDO PELO GOVERNO FEDERAL

studio

• Porto Alegre • Pelotas • Rio Grande • Canoas • Santa Maria
• Novo Hamburgo • Livramento • Caxias do Sul • Uruguaiana

O secretário da Segurança, Washington Bermudez, tentou responder ao STM dizendo que "o noticiário da imprensa estava querendo intrigar as Forças Armadas e desacreditar os métodos de averiguação da polícia".

Mas a questão a esclarecer era quem foi responsável pelo assassinato de Manoel Raimundo. Os depoimentos tomados no inquérito e na CPI revelaram detalhes que comprometiam diversas autoridades. Delmar Santos, um funcionário do IML, revelou que o delegado José Morsch e mais dois colegas, no dia 20 de agosto — quatro dias antes de ser localizado o cadáver —, esteve na repartição perguntando se havia ali algum cadáver com identidade ignorada. Examinaram um e concluíram que não era o que procuravam.

Na noite do dia 13 — dia em que Manoel Raimundo sumiu —, o capitão Átila Rohrsetzer, do 19º Regimento de Infantaria, e outros militares, foram vistos procurando antecedentes do ex-sargento no Instituto de Identificação. As testemunhas são os inspetores Sidnei Rondon, Mário del Bosco, Érico Dornes e Guarany Puan.

Ouvindo na Delegacia de Segurança Pessoal, o guarda-civil Gabriel Medeiros deu outro esclarecimento: na noite de 13 de agosto ele trabalhava no setor de carceragem do Dops, onde estava o ex-sargento. Ele e seu colega — de nome Camargo — largaram o serviço entre as 23h20 min e meia-noite e Manoel Raimundo ainda estava no xadrez. Isto confirmava a versão nunca comprovada de que Manoel Raimundo não foi liberado às 13h30min, como o livro do Dops registra e ele assinou, mas retirado já de madrugada e seqüestrado nas escadas do Departamento e levado ao Rio Jacuí, onde foi assassinado. Mas num depoimento posterior, o guarda-civil Gabriel Medeiros negou tudo, alegando que tinha feito confusão com outra prisão.

Em dezembro o processo foi para a Justiça. Acusados: os delegados José Morsch e Enir Barcelos da Silva, mais os inspetores Nilton Teixeira Leal, Salvador Baratz e Laurentino Schoamazzon. Em seu relatório, entregue em abril de 67 ao Procurador Geral do Estado, o promotor Paulo Tovo acusou ainda o major Luiz Carlos Menna Barreto, que conseguiu um habeas corpus na 1ª Câmara Criminal, graças a intervenção do desembargador Carlos Thompson Flores, então presidente do Tribunal de Justiça e mais tarde contemplado com uma vaga no Supremo Tribunal Federal, do qual hoje é presidente. Dizia o promotor no relatório:

— Quanto as torturas sofridas por Manoel Raimundo, os indícios apontam firmemente para o major Luiz Carlos Menna Barreto e os delegados José Morsch, Itamar Fernandes de Souza e Enir Barcelos da Silva (...) Quem seriam os executores de crime tão hediondo? (...) A Delegacia de Segurança Pessoal não obstante ingentes esforços não conseguiu apurar. Todavia, indícios de co-autoria, já examinados, apontam como suspeitos o major Luiz Carlos Menna Barreto — chefe todo poderoso da Dopinha (uma organização paralela aos órgãos de segurança de grande atuação na época) — e o delegado José Morsch.

No relatório da CPI, entregue em junho de 67, estão apontados outros culpados, além dos já citados: o secretário de Segurança, Washington Bermudez, e o superintendente dos serviços Policiais, te-

nente-coronel Lauro Melchíades Rieth, "pela prática de delito de sonegar a verdade e de prestar falsas informações ao STM". Somente em 75, em 19 de março, saiu a setença do juiz Antônio Augusto Fernandes. Diz:

— Que houve torturas contra a vítima houve. Que mataram, é óbvio ululante. Estou convencido da existência do crime, mas não há indícios veementes de que os denunciados foram os autores ou co-autores da morte do ex-sargento (...) Não foi feliz, mas os autos provam que mesmo torturado, espancado, nunca deixou de ser macho. É a homenagem que, como juiz, posso prestar a alguém, cujo crime, por enquanto, vai continuar impune... Até quando? Não me compete desvendar.

Ao impronunciar os acusados, o juiz ressaltou tratar-se de homicídio qualificado e, como tal, só prescreve em 20 anos, podendo o processo ser reaberto em qualquer tempo até 1º de março de 1987, desde que surjam novas provas. Sua decisão foi criticada depois, quando julgada e confirmada numa Câmara Especial do Tribunal, pelo Procurador Geral do Estado, Nuno Carpena Menezes, que sustentou que os acusados deveriam ir a julgamento.

Surge um outro cadáver

Sargento Kerstner, sargento Kersting, sargento Kretchner, sargento Hugo Kretschner ou sargento Hugolino ou... A partir de 1973 — 25 de dezembro, quando os jornais Folha da Manhã e Folha da Tarde, de Porto Alegre, publicaram a primeira matéria — estes nomes passaram a ser ligados à morte do sargento Manoel Raimundo Soares. Outro caso misterioso — neste, há uma ossada que ninguém sabe onde está, um morto sem nome, uma viúva desaparecida, um oficial da Aeronáutica e um advogado processados por acusação de falso testemunho e criação de um suposto assassinato de um suposto sargento.

Pesquisando informações para sustentar o processo da indenização que a viúva de Manoel Raimundo Soares move contra a União, o advogado Cláudio Schuch e o tenente reformado da Aeronáutica Mário Ranciaro chegaram à nova denúncia, que pouco depois chegou à Imprensa. A maioria dos responsáveis pelo crime de Manoel Raimundo seriam integrantes da extinta Dopinha, o autor intelectual da morte seria o tenente-coronel Luiz Carlos Menna Barreto.

Junto com ele, eram mencionados como acusados o major Átila Rohrsetzer, o tenente Luiz Lopes Cabral, alguns policiais alcaguetes da Dopinha e nove sargentos, entre eles um de nome Kerstner. O advogado fizera uma representação enviada à ONU, denunciando o crime e enumerando os envolvidos 25 pessoas, sendo 19 autoridades militares e seis delegados e inspetores civis.

No dia 1º de março de 1974, o então comandante do III Exército, general Oscar Luiz da Silva, mandou abrir Inquérito Policial Militar, a pedido do major Átila Rohrsetzer, os tenentes Luiz Otávio Lopes Cabral, Rui Alberto Duarte e os sargentos Enio Castilhos Ibanez e Itamar de Mattos Bones, que sentiam-se prejudicados com as denúncias do advogado. O promotor Antônio de Lima Guimarães entrou na Auditoria com denúncia contra o advogado Cláudio Schuch e o 1º tenente Mário Ranciaro, um oficial da Aeronáutica refor-



Raimundo numa foto da identidade

mado por distúrbios mentais. Trechos da denúncia:

— ...o ora denunciado dr. Cláudio Schuch, numa atitude de visível e palpável inconformismo político-social, temperamento de um facciosismo de igual gênero, de hostilidade às instituições nacionais e ao regime vigente (...) lançou-se a uma pré-ordenada campanha de desprestígio daquelas (faz referência aos ofendidos) e das autoridades constituídas, principalmente as militares, visando a atritá-las e indispô-las com a opinião popular (...) Mário Ranciaro, por sua condição de eficiente "colaborador" do acusado, dr. Cláudio Schuch, a este cedeu valiosas informações e seguros subsídios que lhe permitiram executar sua campanha...

Denunciado, Mário Ranciaro passou a produzir elementos e aprofundar investigações para defender-se e passou a enviar relatórios para autoridades em Brasília. Nos interrogatórios (mais de 10) a que foi submetido, ele já tinha precisado detalhes. O sargento chamava-se Hugo Kretschner e não Kressner ou Kersting, o crime ocorreria às 3h30min do dia 11 de junho de 1971, na esquina da Rua Fernando Machado com a Avenida Borges de Medeiros. O motorista do camburão era um cabo chamado Bruno Hackman, da Companhia de Guardas, o acidente fora "arranjado" para simular o suicídio do sargento. Na versão de Mário Ranciaro, os fatos teriam ocorrido assim:

— A morte de Hugo começara a ser tramada na festa de aniversário da Companhia de Guardas, nesse mesmo dia 12, no Cassino dos Sargentos. Em determinado momento, alguém teria dito: "Tá faltando mulher". Fora requisitado um camburão no qual todos foram a boate da Mônica, no Bairro Cristal, onde se realizava a festa de despedida da argentina Maria Helena Erraez, que fora até então gerente da casa. No interior da boate, o sargento Hugo passou a discutir com os seus companheiros sargento Nilo Vaz de Oliveira (Jaguarão), Francisco Behs, Celso Jurandir da Silva, major Átila Rohrsetzer, tenentes Luiz Lopes Cabral e Rui Duarte, entre outros. Estes teriam embriagado Hugo, acirraram as discussões e o esbofetearam, levando-o para a rua, onde lhe deram três tiros. Mas Hugo não morreu. Dirigiram-se, no camburão, ao centro da cidade. Lá, o tenente Luiz Otávio Cabral deu um tiro na nuca do sargento. Em seguida, os militares cercaram as ruas onde ocorreu o fato e sumiram com o corpo, que foi levado a um apartamento do edifício nº 475 da Rua Bento Martins e, depois, à Rua Porto Calvo, em Ipanema e, por fim, foi atirado num banhado do Rio Jacuí, casualmente perto do local onde fora encontrado, anos antes, o cadáver de Manoel Raimundo. Na festa

estariam presentes também o ex-cônsul de Portugal, João Mattos Uva Proença, e o atual chefe do Departamento de Censura do RS, Antônio Gabriel.

Entre as testemunhas arroladas em defesa dos denunciados, foram citados o jardineiro da boate, Alcides Carlos da Silva, que morava no fundo do prédio; o guarda-noturno Leopoldo Tischer; o professor Geraldo Schneider, que residia próximo à esquina da Borges de Medeiros com Fernando Machado; o seminarista Paulo Breno Santa Helena, que também teria testemunhado o acidente; Luiz da Costa Braga, agente do Centro de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o coronel reformado, também da FAB, Breno Olinto Outeral. Este, depôs e sugeriu aos membros do Conselho de Justiça que ouvissem quatro testemunhas — fornecendo até os endereços — que lhe falaram sobre os fatos, as quais nunca foram ouvidas.

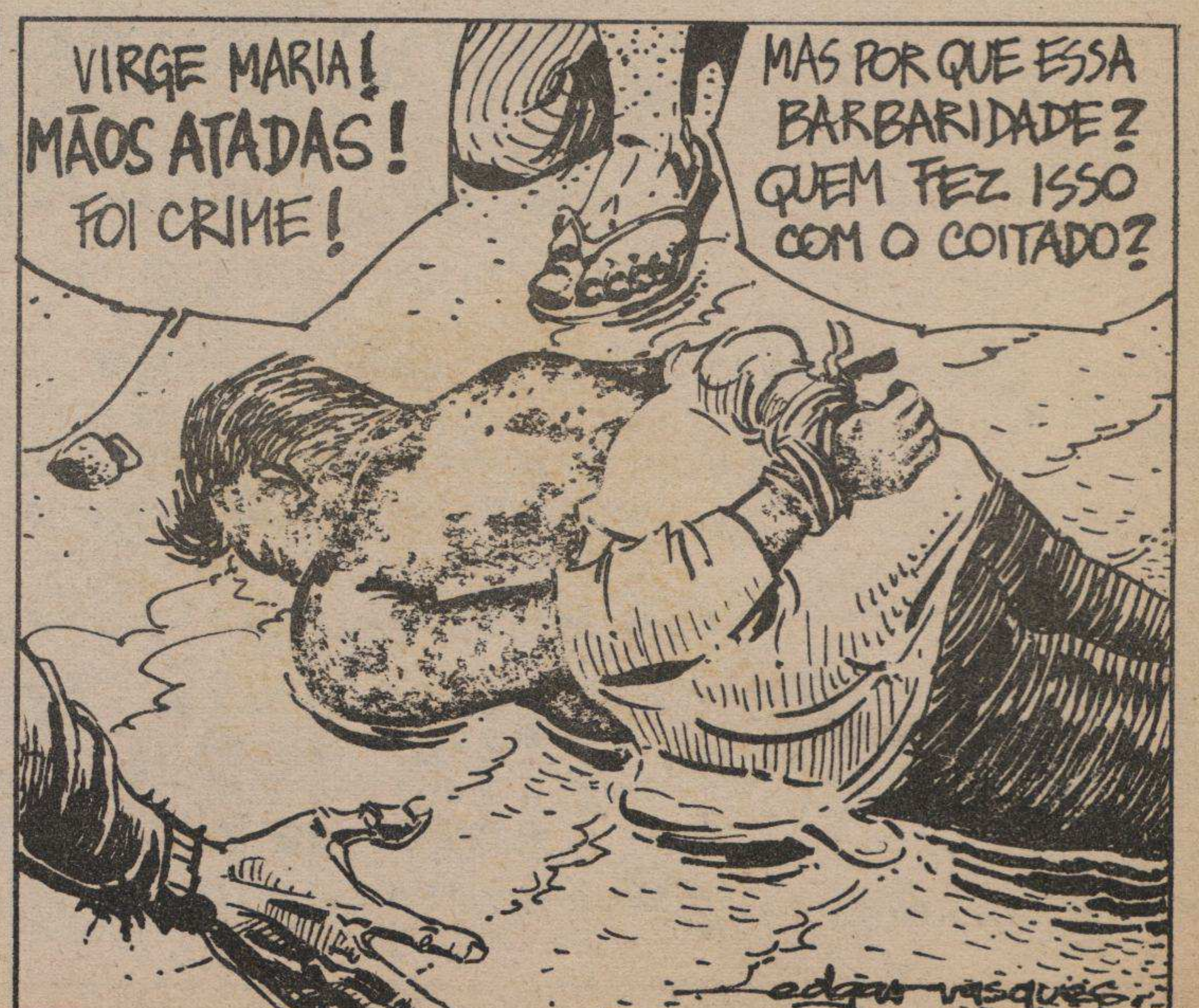
O processo continuou por mais de um ano sem que os acusados — Cláudio Schuch e Mário Ranciaro — conseguissem provar sequer a existência do sargento Hugo Kretschner, que seria conhecido vulgarmente por *Coice de Mula*. Até que, a 24 de agosto de 1974, dois homens que colocavam cartazes à margem da estrada e da ponte do Rio Jacuí encontraram uma ossada. Na época, foi dito que próximo da ossada fora encontrada uma carteira de identidade de Hugo Kretschner, mas isto nunca pôde ser comprovado e as autoridades do Exército continuaram negando a existência em seus quadros, em qualquer época, de alguém com esse nome. Mas há informações que a viúva dessa pessoa, Maria Angela Pantonioli — que desapareceu —, depôs na polícia civil, a quem a ossada foi encaminhada pela polícia Rodoviária Federal no mesmo dia em que foi encontrada.

Aliás, o único documento existente que atesta a existência dos ossos é um ofício do 10º Distrito Rodoviário Federal, declarando que a Polícia Rodoviária encaminhou a ocorrência ao Departamento de Polícia Metropolitana.

Além deste documento, existem em poder de Mário Ranciaro mais de 20 declarações de pessoas atestando a existência do sargento ou contando como foi o crime, considerados "sem valor jurídico" pelas autoridades. De qualquer forma, a 21 de agosto deste ano, o advogado Cláudio Schuch e o tenente Mário Ranciaro foram absolvidos por unanimidade pelo Conselho de Justiça da Aeronáutica, integrado por cinco membros, que julgou o IPM.

O próprio Átila Rohrsetzer — ex-chefe do DCI e da 2ª Seção do Exército hoje tenente-coronel da reserva —, no depoimento no IPM, citou como argumento de denúncia que circulavam, junto a altas autoridades, cerca de 40 relatórios, enviados por Mário Ranciaro. O resultado dos relatórios referidos é o depoimento que Mário Ranciaro foi intimado a prestar no dia 4 de abril de 1976, no Dops, em Porto Alegre. Ouvindo pelos delegados Cláudio Cunha e Pedro Seelig, estes lhe disseram que estavam tomando o depoimento a pedido das autoridades de Brasília.

Na primeira quinzena de setembro, um agente do Dops e uma autoridade do setor de segurança confirmaram que, efetivamente, há um inquérito em andamento, prestes a se transformar em processo, no qual procura-se esclarecer a situação dos militares que acusaram o advogado Cláudio Schuch e o tenente Mário Ranciaro.



O SEQUESTRO

Depoimento exclusivo sobre o seqüestro do Caravelle em 1970

O Caravelle PP-PDK, da Cruzeiro do Sul, com 34 passageiros a bordo, decola do Galeão, no Rio, às 9h25min do dia 1º de julho de 1970, com destino a São Paulo e Buenos Aires.

Após alguns minutos de voo, uma passageira — uma jovem grávida, muito bonita — vai ao banheiro e desmancha a própria barriga. Dela, tira uma pistola 45 e um revólver 38. Fica com a pistola, dá o 38 a um companheiro e, juntos, invadem a cabine do avião:

— É um seqüestro. Volta para o Galeão.

Primeira reação do comandante, o veterano Harro Cyranka, mais de 30 mil horas no ar, mais de 10 milhões de quilômetros voados e um seqüestro para Cuba, por coincidência no mesmo Caravelle:

— Galeão? Tem certeza?

Estava começando um verdadeiro seqüestro à brasileira. Dali em diante, durante seis horas, até o momento em que forças da Aeronáutica, invadiram o avião ocorreu de tudo a bordo.

Um velho, cardíaco, começou a passar mal. Um diplomata canadense ensaiou um escândalo. Alguns choravam e o humorista Renato Corte Real improvisou um show para aliviar a tensão. Quem mais ria de suas piadas era um rapazinho de 22 anos. Mais tarde se descobriu: era Fernando Palha Freire, que fazia parte do grupo de seqüestradores, infiltrado entre os passageiros para só aparecer em caso de necessidade.

Do lado de fora, forças policiais cercavam o avião. O trem de aterrissagem já estava metralhado. Na cabine, o líder dos seqüestradores, Colombo Vieira de Souza Júnior, um rapaz magro, de 19 anos, nervoso, exigia a libertação de 40 presos políticos. Se as autoridades não atendessem suas exigências matariam um a um os passageiros. Se tentassem invadir o avião, eles o explodiriam com uma bomba.

Eraldo Palha Freire, 23 anos, que passara pela revista no aeroporto com uma Beretta desmontada dentro dos sapatos e Jessie Jane Vieira de Souza, a moça bonita que enganara a todos com a



A polícia cobre o avião com espuma química e começa a invasão

barriga falsa, dominavam os passageiros.

De repente, foi o caos. O avião foi coberto por fumaça química misturada com lama, também jogada para dentro do aparelho por uma mangueira. Ninguém enxergava nada. As portas de emergência forçadas por fora se abriram (os seqüestradores nem sabiam que elas existiam). O humorista Corte Real jogou-se por uma saída de emergência gritando "viva o Brasil" e, confundido com um dos seqüestradores, levou um murro e perdeu dois dentes. No banheiro, a falsa grávida fazia respiração artificial no velho cardíaco que passava mal.

Quando tudo passou, Eraldo Palha Freire estava morto (a versão oficial é de que foi suicídio). Um passageiro e o comandante Cyranka estavam feridos à bala e os outros três seqüestradores presos.

Hoje, oito anos depois, Fernando Palha Freire, o que conseguia rir das piadas de Corte Real, está em liberdade condicional, cumprida a metade de sua pena de 12 anos. O líder do grupo está

preso na penitenciária da Rua Frei Caneca, no Rio, cumprindo 16 anos e nove meses pelo seqüestro, mais 12 anos por um assalto a uma residência, que ele nega ter feito.

A falsa grávida, Jessie Jane, está presa no Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, subúrbio do Rio, onde cumpre 15 anos pelo seqüestro, mais 12 pelo mesmo assalto à residência, que ela também nega. Ela, de fato, engravidou depois. Casada com Colombo, que tem permissão para passar um fim de semana por mês com ela, teve uma filha na prisão, que se chama Leta, tem dois anos de idade e está sendo criada pelos avós.

Foi num desses encontros que Colombo e Jessie gravaram este depoimento com exclusividade para o Coojornal, narrando desde o engajamento de ambos em organizações armadas que atuaram em 1968 no Brasil, até o desespero em que se viram diante da repressão, a preparação do plano de seqüestro e suas emoções quando executaram a ação. Foi a primeira vez que os dois, juntos, recons-

tituíram a experiência, inclusive descobrindo detalhes do episódio ainda inéditos para um ou para o outro.

"Em julho, minha irmã foi presa"

COLOMBO — Em abril de 1969, foi preso meu cunhado, Marco Antônio de Medeiros, que estava tentando estabelecer um foco guerrilheiro no Paraná, para o lado de Cascavel. Minha irmã, Iná Medeiros de Souza, então, passou a ser perseguida. Nossa casa em Niterói passou a ser vigiada. Quem ia lá era fotografado. Eu estava totalmente desligado de qualquer movimento. Tinha ligação como simpatizante da idéia de guerrilha, nos moldes propostos por Che Guevara.

Em julho, minha irmã foi presa em Foz do Iguaçu, e trazida para a Ilha das Flores, no Rio. Desde a prisão do meu cunhado, minha mãe visitava a Ilha das Flores, naquela tensão de que a filha poderia ser presa a qualquer momento. Ela estava visitando o meu cunhado quando minha irmã passou. Acabara de chegar do Paraná. A Ilha das Flores, nessa época, concentrava os interrogatórios e as torturas do Cenimar. Era um misto de presídio e centro de torturas.

Passada a fase de interrogatório de minha irmã, o encarregado do IPM comandante Clemente — um capitão-de-mar-e-guerra — recomendava à minha mãe que eu fosse visitar minha irmã, porque ele só queria conversar comigo. Ocorre que outra companheira, Lea Rodrigues, tinha sido presa e a irmã dela fugiu. O comandante insistiu para que ela fosse lá conversar com ele, que não havia nada contra ela. Ela foi acompanhada do pai e da mãe. O comandante Clemente lhe fez uma série de perguntas no sentido de que ela estaria comprometida com o movimento. Disse que não iria prendê-la, porque era um homem muito humano, mas pediu que ela não saísse de casa. Na semana seguinte, solicitou de novo a ida dessa menina. Então, ela foi presa e, das presas desse processo, seguramente foi a mais torturada. Ela se chama Rosane Resnik.

Então, eu já tinha esse exemplo. Ele interrogava meus companheiros sobre minha participação. Todos diziam que eu tinha só 17 anos, não tinha participação nenhuma, era apenas irmão da Iná. Na realidade, eu tinha 19 anos. Em setembro de 69, foi seqüestrado o Embaixador americano. O Rio parecia que estava em estado de sítio, um policiamento feroz. Niterói pegava o reflexo disso. Senti que cada vez mais chegava o momento de me prenderem. Burlei a vigilância do policial e fui para São Paulo com um endereço.

Cheguei a São Paulo no dia 7 de setembro. Fiquei mais assustado, porque o policiamento era muito maior nesse dia. Tinha a sensação de que havia um estado de guerra, tanques na rua, os Brucutus que eu não conhecia, tudo por causa da Parada. Foi aí que conheci a Jane. O endereço que me deram era o da casa dela. A família dela me deu abrigo, sabendo que

atendimento de problemas da infância



SAERME

Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

A oferta de todos os dias:
PREÇO JUSTO.

No Macroatacado Ughini, qualquer dia é dia de preço justo. E de oferecer qualidade em tecidos, calçados e confecções na quantidade que você desejar. Apareça por lá e tire a prova.

Ficando no lado do preço justo, você valoriza o seu dinheiro.

MACROATACADO
UGHINI
Vol. da Pátria, 352.



eu estava foragido, como o pai dela também estava.

A partir daí, setembro, me liguei à ALN — Aliança Libertadora Nacional, uma organização dirigida por Carlos Marighela, que tinha como proposição a derrubada do Governo através de colunas de guerrilheiros no campo e a implantação de um regime democrático popular.

O centro da proposta de Marighela era uma frente para a derrubada da ditadura e contra o imperialismo, independente de filiações ideológicas. A diferença com o MR-8 era que na ALN a organização da resistência se faria em cada centro urbano e principalmente em pequenos grandes centros das zonas rurais. O MR-8 tinha como estratégia a guerrilha rural, para conquistar populações e impor sua hegemonia diante dos outros movimentos.

Quando cheguei a São Paulo, a situação nacional era a seguinte: além do seqüestro do Embaixador americano, a Junta Militar havia assumido a Presidência. A Junta estabelece uma nova Lei de Segurança Nacional, lei de banimento, pena de morte, ou seja, articula os instrumentos que para ela seriam necessário para a nova fase do poder, que desembocou no chamado "milagre brasileiro". Começam as prisões e se inicia o assassinato de quem fosse considerado liderança das organizações de esquerda. É claro que isso não era coisa tão mecânica: é liderança, morre; não é, não morre. A resistência física na tortura independe da vontade dos caras. O sujeito pode morrer simplesmente com um choque elétrico.

"Levaram meu pai para a rua e..."

JANE — A minha história é um pouco diferente. Meu pai, Washington Alves da Silva, era um velho militante do Partido Comunista e desde garota me acostumei com o problema da repressão. Na minha casa, discutia-se tortura na mesa de jantar. Para a gente era uma coisa muito presente e isso fez parte da minha formação. Então, era quase natural que eu entrasse para uma organização de esquerda. Para mim, o processo de assumir uma militância não foi como o da maioria das pessoas, um processo intelectual. Meu pai se relacionava com o pessoal de esquerda, que às vezes se escondia na minha casa. Começamos a namorar, eu e Colombo, nesse clima.

Tinha 20 anos, era estudante do Normal, morava num bairro operário de São Paulo e já estava na ALN. De 1964, tinha então poucas lembranças. Não acreditava, por exemplo, que tivesse havido aquela passeata da *Família com Deus pela Liberdade*. Achava que aquilo era uma coisa inventada pela burguesia. Não era possível ter havido aquela passeata, porque eu não conhecia ninguém que tivesse participado dela. O meu mundo era muito maniqueísta: de um lado a repressão, do outro, todo mundo. Me lembro que meu pai, em 1964, chegou da fábrica, jogou a marmita no chão, "porra, golpe", não sei o quê mais. Ficamos a noite inteira diante da televisão. Tinha 14 para 15 anos. Aquilo para mim era como se tivesse ficado órfã. Meu pai e todo o pessoal das nossas relações foram presos.

Foi a mesma coisa que aconteceu no fim de 1969, na seqüência de prisões e da morte de Marighela. Todo mundo que eu conhecia ia sendo preso. Meu pai foi preso quando estava dormindo, passando o ano novo com minha mãe. Minha casa foi invadida pela OBAN (Operação Bandeirante), que levou lá em casa um amigo nosso todo arrebitado. Meu pai foi para a OBAN. Só soube de sua prisão três dias depois. Tinha saído de casa uma semana antes, quando esse amigo que estava todo machucado havia sido preso. Soube que meu pai fora espancado lá em casa mesmo. Ele exigiu seus direitos constitucionais, mas os caras o levaram para a rua e fizeram toda aquela violência, mamãe gritando, etc. Não gosto desses detalhes, porque choro. Então, não voltei mais em casa e nunca mais encontrei minha família, até o seqüestro do avião. Aí, encontrei todo mundo na cadeia. Fui morar com Colombo. Vivia na semiclandestinidade em São Paulo, já não tinha nada a ver com família nem com meus amigos anteriores. Era, enfim, uma outra vida.

COLOMBO — Na verdade, não tínhamos sequer onde nos esconder, em São Paulo. Se acabasse nosso dinheiro, seríamos presos. Então, viemos para o Rio, em mar-



Jessie Jane e Colombo, hoje casados, ainda cumprem uma longa pena

ço de 1970, praticamente só com a roupa do corpo. Primeiro, entramos em contato com Eraldo Palha Freire, com quem estive ligado em 1968/69, no movimento estudantil. Ele me pôs na casa dele e fomos ver como estava a situação na minha casa, se ainda havia aquela vigilância toda. Não havia mais. Fizemos a opção para voltar à casa da minha família, em Niterói, mesmo sabendo que a qualquer momento poderíamos voltar a verificar se estávamos lá.

Foi um período de procura de contato com a organização. Exatamente nesse momento, a gente sentiu o peso do isolamento social que as organizações de resistência encontravam. Para nós, o contato com qualquer uma das organizações nos daria contato com a nossa. E não conseguíamos contato com nenhuma, por mais que eu tivesse relações com simpatizantes ligados ao movimento de massa.

JANE — Não se encontrava uma pessoa. Todas estavam ou mortas ou presas, ou apavoradas, ou fugidas, ou estavam como nós, tentando um contato. Era um pavor tal da repressão...

COLOMBO — A gente olhava assim: se os elementos mais vinculados à luta organizada não tinham chances de contato, imaginem o afastamento da organização ao nível da massa. Foi a nossa primeira constatação.

JANE — Nesse período em que ficamos no Rio, teve a Copa do Mundo. Sabíamos de todas as quedas, mortes, assassinatos e a massa na rua comemorando a Copa, aquela marchinha "Pra Frente Brasil, Brasil". Foi um negócio terrível.

COLOMBO — Nessa fase, a prisão era acompanhada de assassinato de qualquer elemento que fosse ligado a uma organização armada. Já não se tratava mais do assassinato das lideranças, mas de todo mundo ligado às organizações. Então, sobraram para a gente algumas opções: ou ficamos aqui e começamos a buscar os antigos conhecidos ligados ao movimento de massa e fazemos alguma coisa, ou saímos do Brasil e nos ligamos a uma organização no exterior, com os companheiros que já teriam saído ou que estariam fazendo curso de guerrilha em Cuba ou qualquer coisa dessa natureza. Sair do Brasil significava ter dinheiro, conseguir documentos, tudo o que nós não tínhamos. Foi quando surgiu a idéia de seqüestrar um avião.

JANE — Você poderia perguntar: por que não preferimos a opção de ficar. Acontece que havia todo aquele imediatismo da gente, aquela certeza de que a revolução está sendo feita hoje e agora e a gente tem compromissos, né?

"Aí, surgiu a idéia do seqüestro"

COLOMBO — Além disso, a gente podia ser preso a qualquer momento, sem estar fazendo nada, simplesmente pela atividade anterior. Nessa época, quando surgia mais um preso, tínhamos que avisar a família de outro porque senão ele poderia ser morto a qualquer momento. As famílias se procuravam muito, iam de presídio em presídio, de quartel em quartel. Era quase todo mundo vizinho da minha casa, em Niterói. Através das famílias, tínhamos notícia dos companheiros na cadeia, dos novos presos e de toda sorte de maus tratos nos diversos presídios. Além da tensão de poder ser preso a qualquer momento, a gente vivia também o drama dos outros. A

seqüência de assassinatos inclusive levava algumas mães a dizer: "Puxa, é bom que meu filho esteja preso, porque pelo menos a gente não vai ter a notícia dele morto".

Como já disse, foi daí que surgiu a idéia do seqüestro. Tinham ocorrido vários seqüestros de avião na época, tanto no Brasil como no exterior. Não me lembro exatamente como decidimos fazer o seqüestro foi final de março ou início de abril. O certo era que não tínhamos dinheiro nem documentos para sairmos legalmente do país.

O dinheiro para a passagem seria facilitado na medida em que o Eraldo tinha acabado de arranjar um emprego de corretor da Bolsa de Valores, através do pistolão de um general, amigo da mãe dele. Ele ganharia Cr\$ 1 mil por mês. Lá pelo terceiro mês, teria Cr\$ 3 mil. Seria essa a nossa fonte para as passagens.

Adquirir *know-how* de seqüestro foi simples. Juntamos o que acompanhamos dos outros seqüestros, publicado pelos jornais. Fazíamos muita fantasia de como soltar os presos. Éramos apenas três pessoas que tinham o mesmo problema e se reuniam sem formalidade. A única diferença era que Eraldo não estava sendo procurado. A gente se perguntava: "O que fazemos para soltar os companheiros?" A idéia de que podíamos trocar os passageiros do avião por companheiros presos se formalizou quando houve o seqüestro de um avião japonês, que ficou parado na Coreia do Sul.

JANE — Puxa, não me lembro nada disso.

COLOMBO — O avião ficou parado na Coreia do Sul durante bastante tempo. E todo o tratamento na Coreia do Sul, sob domínio americano e ditadura violenta, foi de negociação com os seqüestradores. A gente concluiu: porra, se a gente faz um lance desses, poderia pedir os companheiros também. A idéia de troca veio muito do seqüestro desse avião, na Coreia do Sul. No Brasil, o Governo negociava no seqüestro de embaixadores. Então, se o Governo negociava a vida de uma pessoa, por que não negociar a de várias, entre elas também estrangeiros, que, estando dentro de um avião, de classe internacional, seriam também classe dominante, a burguesia local ou estrangeira ou seus técnicos? Raciocinávamos que o Governo não assumiria a morte dessas pessoas. Foi isso que nos deu segurança sobre a possibilidade de troca.

A primeira coisa que fizemos, antes de detalhar o plano do seqüestro, que ia se modificando conforme as idéias que surgiam, foi preparar uma lista de presos. Entrava muito aí a idéia dos nossos amigos e dos nossos parentes. Mas paramos e vimos que não fazia muito sentido colocar prioridades na base do afetivo. Então, fizemos uma primeira lista com os presos que estavam mais implicados. Eram 40. Nisso, ocorre o seqüestro do embaixador alemão e reduz a nossa lista à metade, libertando os presos mais implicados ou que estavam sofrendo torturas. Aí, abriu vaga para os nossos parentes e nossos amigos. O seqüestro do embaixador alemão foi em junho, na época da Copa do Mundo. Pegamos toda a rebarba da repressão. Estávamos na conclusão do nosso projeto. Para a nossa precária análise, geralmente o Governo cederia.

Fizemos a lista e Eraldo estava trabalhando. O passo seguinte era conseguir mais duas armas. Tínhamos apenas uma 6.35, que eu havia trazido de São Paulo. Eraldo tinha um parente que era polícia, foi lá na casa dele e pegou um revólver 38 e uma pistola 45. Mais tarde descobrimos que a pistola tinha sido roubada da Aeronáutica. Foi um rolo... outra confusão para a nossa

vida.

Resolvido o problema das armas, com a munição mínima para caber dentro delas, passamos à escolha do avião. Foi uma escolha bastante casuística, a palavra da moda hoje. Era o que a gente poderia conseguir de mais barato em passagem em termos de linha internacional. Era uma linha mista, internacional e doméstica, que fazia Rio-São Paulo — Buenos Aires. Para conhecer o avião, uma ou duas semanas antes do seqüestro fiz uma viagem a São Paulo.

"Nos sapatos, a pistola desmontada"

JANE — A nossa preocupação era saber como se fazia a revista e qual era o policiamento no aeroporto. Concluímos que não havia nenhum, não tinha nada mesmo.

COLOMBO — Passei por uma revista, mas era aquela história: o polícia revistando o seu patrão. Então, tomava todo o cuidado para não incomodar.

JANE — E não tinha polícia feminina, como hoje. Mulher não era revistada.

COLOMBO — Observei isso, na viagem para São Paulo, e a localização das portas do avião, quantas pessoas trabalhavam dentro dele, onde elas ficavam. Mas o principal era conhecer a revista.

JANE — Inclusive, na época, a repressão dizia que tinha detectores de armas. Quando levantamos o local, vimos que não havia coisa nenhuma.

COLOMBO — Peguei um prospecto de viagem e mostrei para ela e os outros, para verem como era o avião por dentro e onde a gente se localizaria. Fizemos o seguinte plano: pegamos o avião, dominamos a tripulação e voltamos ao aeroporto para estabelecer negociação. Muita gente estranhou que tivéssemos voltado para o Galeão porque a Base Aérea é vizinha ao aeroporto. Mas escolhemos o Rio porque era o local mais próximo de onde estava a maioria dos presos a serem trocados e a negociação seria mais rápida. Tanto eu como a Jane achávamos que tínhamos pouca chance de acertar. No decorrer do plano, surgiram diversas vacilações: "Pô, os caras podem pegar a gente", etc. Mas ninguém colocava isso para o outro. Da minha parte, era o seguinte: "Pô, eu estou aqui com um medo bobo, a gente tem chance sim, e colocar isso é transmitir esse medo aos outros companheiros que estão confiando no plano".

JANE — Eu também pensava a mesma coisa. Em véspera de ação, as pessoas ficam muito tensas. Talvez tenha sido intuição da gente. Tanto é que quando descemos no aeroporto, foi como se tivesse havido um ensaio. Pensei: "Esse negócio não dá certo". Daí passamos a pensar em preservar a vida das pessoas.

COLOMBO — Na história, entra o Fernando, que era irmão de Eraldo e amigo nosso, uma pessoa revoltada com a ditadura, mas sem nenhuma militância anterior. Ele trabalhava num jornal no antigo Estado do Rio.

JANE — Eu não o conhecia direito.

COLOMBO — Fernando tinha 22 anos, Eraldo 23. O que ocorria com Fernando era que se tratava de um cara que via com simpatia a ação da esquerda armada e estava revoltado com as arbitrariedades da ditadura. Ele trabalhava num jornal de Niterói, anotando ocorrências nas delegacias de polícia. Assistiu a diversas torturas de presos comuns. Acompanhava esse problema no dia a dia, mas desengajado. Eraldo colocou para ele que ia fazer a ação e convidou: "Pô, você podia ir" etc. e tal.

JANE — A gente precisava de mais gente no plano. O seqüestro poderia ser feito por três pessoas, mas para o controle do avião seria bom mais um. Queríamos que uma pessoa ficasse entre os passageiros e não aparecesse como seqüestrador. Se surgisse uma conspiração contra nós, entre os passageiros, essa pessoa saberia. Seria uma pessoa inesperada, numa confusão qualquer.

COLOMBO — No dia do seqüestro, a pas-

sagem estava marcada para as sete horas da manhã. Saímos de casa de madrugada, eu e a Jane. Dissemos para a minha mãe que íamos a uma fazenda ou outro lugar qualquer. Eraldo era vizinho e o encontramos ali perto, em Niterói. Fernando nos esperava nas barcas, na Praça 15. Uma das armas, a 6.35, ia desmontada nos sapatos de Eraldo, a metade em cada pé. As outras duas, mais as balas, iam numa barriga falsa que fizemos na Jane, como se ela estivesse grávida. Passamos pela revista sem problema, mas separados: eu e a Jane como casal e os outros dois distantes da gente.

JANE — Nessa hora, a gente estava perfeitamente calmo. Isso acontece muito em ação. A tensão é antes e depois. Na hora, não.

COLOMBO — Entramos no avião como numa viagem normal. Ficamos de ver durante a viagem o momento em que a tripulação estivesse bastante dividida, uma parte nos fundos do avião, outra parte na frente.

JANE — Eu e Colombo sentamos nas primeiras cadeiras. Fernando e Eraldo, atrás. Quando estávamos perto de chegar a São Paulo, fui ao banheiro, tirei as armas da barriga falsa e as distribuí. Eu fiquei com a 45, Colombo com a 38 e Eraldo com a 6.35.

COLOMBO — Eu e Jane fomos à cabine do piloto e falamos para a tripulação: "É um seqüestro, vocês fiquem calmos, a gente vai assumir a direção agora aqui". Quando estou acabando de falar isso, a Jane já voltou e comunicou aos passageiros que o avião estava seqüestrado. Nesse mesmo momento, o Eraldo, atrás, rendeu o resto da tripulação.



Na prisão, com a filha Leta. Eles têm permissão para se ver uma vez por mês

JANE — Quando avisei aos passageiros, pedi que eles ficassem calmos, que não ia acontecer nada com ninguém. Eraldo, no fundo, fazia a segurança.

COLOMBO — Na cabine, a tripulação insistia muito para eu sentar num banquinho que tinha ao lado. Mais tarde, inclusive, eles falaram na Auditoria que eu estava muito nervoso e queriam me acalmar. Não aceitei me sentar porque achava que ali podia ter alguma arapuca, sei lá, estava acontecendo tanto seqüestro. Não posso dizer que não estivesse nervoso...

JANE — Mas era um nervoso bem controlado.

COLOMBO — Eles perguntaram o que a gente pretendia. Eu disse: "Voltar para o Galeão". Quando falei isso, eles ficaram apavorados: "Galeão?" "Isso mesmo, Galeão". "Você tem certeza que é para ir pro Galeão?" "É, tenho certeza, Galeão, volta exatamente para o lugar de onde o senhor saiu". Passei a maior parte do tempo, durante o trajeto, dentro da cabine. Numa hora, o Eraldo apareceu e disse que

um velho estaria tendo um ataque. Eu falei: "Ah, dá um berro lá com ele, que ele acalma". Aí a aeromoça deu um oxigênio para ele.

JANE — Colocamos os passageiros o mais juntos possíveis. Um cara do Correio Diplomático Canadense ficou histérico. Agarrava a mala dele, falando inglês. Eraldo conversava com ele, mandava-o ficar quieto. E ele fazendo aquele escândalo. Ensaiei uns arremedos de solidariedade com a gente, mas certamente com medo de a gente perder o controle. Me marcou também uma senhora argentina, muito simpática, assim com um pouco de medo, mas sem entrar em pânico. Me lembro também de uma reação diferente. Foi a de um brigadeiro da Aeronáutica, que ficou o tempo todo impassível, sem falar com ninguém, até o final. A relação entre nós e os passageiros, no primeiro momento, foi de distância. Depois, foi havendo toda uma aproximação. Eu estava com perfeito controle sobre mim. As dúvidas que eu tinha ainda eram aquelas do plano. Quando estávamos sobrevoando o Galeão, para des-

cer, o aeroporto estava tomado pela Aeronáutica.

COLOMBO — Quando o piloto se comunicou com a torre, quiseram saber por que o avião ia retornar. O cara perguntou: "O que é que eu digo?" Falei: "Você diz que o avião está seqüestrado".

JANE — Quando descemos, a Aeronáutica fez uma espécie de trincheira, em torno do avião.

COLOMBO — Aí começa uma série de tensões. Eles encostam imediatamente um carro no avião. Pedi ao comandante para dizer pelo rádio que eles deviam se afastar, porque senão a gente explodia o avião. O co-piloto entra em pânico, começa a gritar para eles se afastarem. Na verdade, não tínhamos como explodir o avião. O que a gente levava era uma caixa com um jogo de xadrez, que era a nossa bomba.

JANE — Quando a gente discutiu o plano, surgiu a pergunta: que atitude tomaríamos se não desse certo? Esse negócio de matar passageiros, por exemplo. Era uma visão que nós tínhamos, a de matar um de hora em hora e jogar na pista. Para mim, a questão ficou clara quando descemos no Galeão. Olhei e sabe o que pensei? "Pô, mas isso é uma base aérea, estamos f...". Vi que era uma loucura. Isso passou pela cabeça da gente. E os caras lá dizendo "se rendam". Aí a gente decidiu: bom, a gente não vai se render, mas também não vamos cometer nenhuma violência contra os passageiros, porque os caras vão tomar o avião, vão matar a gente. Para nós, estava muito claro que íamos morrer naquela história toda.

COLOMBO — Eles diziam: "Vocês saiam ▶

O que é que a regionalização das verbas de propaganda tem a ver com a desconcentração de renda?

Muita coisa, à medida em que vai criar melhores condições de sobrevivência a mercados, hoje marginalizados.

Vai propiciar o desenvolvimento de novas técnicas, abrir novas oportunidades de trabalho, evitando, assim, o êxodo de profissionais para os grandes centros.

Isso tudo, finalmente, dando margem a uma atuação mais dinâmica a todos os setores do mercado regional.

Porque é dinheiro que vem, dinheiro que gira, trás mais dinheiro, aumenta o poder aquisitivo, distribui melhor.

Negar a importância da regionalização das grandes verbas de propaganda é negar a contribuição de todos os estados para formá-las.

Políticos, sociólogos, intelectuais, empresários passam e repassam a questão da concentração do poder econômico.

Agora chegou a vez dos publicitários apontarem para os problemas que essa mesma concentração vem causando à sua atividade.

E pedirem justiça para com todos os que ajudam a gerar essas verbas milionárias.

Sópropaganda & Mercadologia

Rua Sete de Setembro, 1.126 Salas 121 e 123
Fones: 21-4266, 21-4310 e 21-4423 Ramais 121 e 123
Porto Alegre - RS.

Colaboração: Newtype, Sistema de Letras e Cangeri.

um por um, se entreguem, porque não vai ter negociação, não negociamos com terroristas, subversivos" não sei o quê e tal. Respondi que eles negociavam, sim, porque a gente explodiria o avião e eles não iriam assumir isso. Na maioria do tempo, era o piloto que transmitia a nossa posição. Numa ocasião, não me lembro exatamente em qual, eu mesmo falei. Inicialmente, o contato era com a torre. Depois, passaram o rádio para a pista. Eles ficaram de longe: o avião aqui, mas a força policial lá distante. Depois, eles vieram se aproximando aos pouquinhos, mais ou menos numa técnica que chamam de destruição de distúrbios, a mesma utilizada contra o movimento de massa. Eles fizeram uma série de demonstrações militares em volta do avião.

JANE — Ah, tem um detalhe: na hora em que aterrissamos, eles metralharam todos os pneus do avião. Foi a primeira coisa que eles fizeram.

COLOMBO — Não, isso demorou uma hora ou duas, eles ficaram distantes.

JANE — Para mim, foi tudo tão rápido. A gente fechou todas as cortinas das janelas do avião, para os passageiros não verem o movimento na pista e não ficarem apavorados, nem darem sinal para fora.

COLOMBO — Quando metralharam os pneus, a gente via os caras correndo em volta e atirando. Não pensamos em atirar de dentro do avião. Perguntei ao comandante se os pneus poderiam ser trocados sem que ninguém tivesse de sair do avião. Nisso já havia um calor infernal, um sol filho da puta. Existia um controle sobre a água e a comida, que não chegaram a acabar totalmente. O comandante então me disse: "Tudo o que eles estrangem com a gente aqui dentro, eles conseguem consertar com a gente aqui dentro". O comandante estava extremamente calmo. Era o seu segundo seqüestro. O engenheiro de voo tinha ido ao México levando o pessoal de um dos seqüestros de embaixador, não me lembro qual. Esses dois estavam calmos. O co-piloto, o mais jovem de todos, estava apavoradíssimo. Ele ficava o tempo todo dizendo: "Vocês se acalmem", querendo acalmar a gente, quando era ele mesmo que estava nervoso.

JANE — O que acho mais interessante é a maneira como se foi construindo a relação entre nós e os passageiros. Quando me lembro dessa história toda... Sabe, aquele pavor todo, os caras começando a perceber que a polícia vai invadir o avião. O incrível de tudo isso era o desconhecimento total do que era repressão naquela época. Não me lembro exatamente em que momento, porque o tempo no meu raciocínio está em bloco, mas eles perguntaram à gente se podiam se comunicar com as autoridades. Então, eles passam um abaixo-assinado, exigindo que o Governo troque os passageiros pelos presos. "Por que troca por vidas estrangeiras e não troca pela vida da gente?" — era o argumento deles.

COLOMBO — Eles me pediram para fazer esse abaixo-assinado e agente deixou. Eu mesmo o joguei para fora do avião. No abaixo-assinado, diziam: "Está aqui o Correio Diplomático do Canadá, que pede para se comunicar com a Embaixada dele". Aí, dava o número das credenciais dele. Não houve resposta. Então, os passageiros pediram para falar com a torre. A condição que exigimos foi que eles não falassem nada a nosso respeito, quantos somos, que armas temos, o que pretendemos. Apenas falassem da parte deles, dizendo o que queriam. Então, falou primeiro pelo rádio um advogado de empresa de São Paulo: "Nós estamos trabalhando, a maioria aqui está viajando a serviço, fomos surpreendidos com esta situação e o Governo que negocia vidas estrangeiras em serviço pode negociar também por nós". Foi mais ou menos assim.

O comediante Renato Corte Real, que também era um dos passageiros, se estende mais: "Vocês, que estão aí no fresco do ar-condicionado de uma torre de controle, têm que ver que estamos aqui debaixo de um sol violento e sob armas que vocês deixaram entrar dentro do avião. Vocês são responsáveis pelas nossas vidas, pela nossa segurança, porque não fizeram a vigilância necessária. Estamos nessa situação porque vocês não nos deram segurança. Então, têm que pensar nisso: vocês trocam representantes do capital estrangeiro no

Brasil, e não querem negociar a vida de brasileiros que estão trabalhando". Esta foi a tônica das palavras dele.

"Ficou claro que seríamos mortos"

JANE — Realmente, o Renato Corte Real não estava nervoso. A mulher dele, sim. Lá pelas tantas, ele perguntou se a gente o deixava fazer um show, porque estava todo mundo muito nervoso. Aí, ele fez um show. Me lembro que o Fernando ria muito, ria às gargalhadas com as piadas dele. E começamos a estabelecer melhor diálogo com os passageiros. Fui lá para trás, o Fernando foi para a frente e fiquei conversando com um grupo de advogados, mas com a arma na mão, é claro. Eles perguntavam que objetivos nós tínhamos, "vocês são tão jovens". Eles ficaram muito impressionados com o fato de ter uma mulher no nosso grupo. Um até falou: "Puxa, você grávida, te dei até meu lugar na fila..." Eu apenas disse: "Pois é, né?" Pelo menos para mim, nessa altura da história, estava claro que não íamos conseguir nosso objetivo e que seríamos presos ou mortos. Eu achava que seríamos mortos.

COLOMBO — Para mim, não.

JANE — Você, até o fim, ainda achava que podia dar certo. Mas você estava transando diretamente com os caras. Eu não, o que estava vendo era movimentação militar na pista.

COLOMBO — Eu percebia que de vez em quando mudava o cara que estava falando com a gente pelo rádio. Mas houve uma evolução no nosso plano. Fernando começou a aparecer também como seqüestrador, porque verificamos que o tempo ia ser longo e seria preciso revezar. Não me lembro exatamente como ele entrou em cena. Mas já era muito difícil que ele não fosse identificado no meio dos passageiros, porque era igualzinho ao irmão, o Eraldo. Fiquei quase todo o tempo na cabine. Houve um momento do meu descanso, em que fiquei junto com os outros, no meio dos passageiros. Uma vez foi a Jane, outra foi o Fernando, que ficaram na cabine.

JANE — No papo com os passageiros, eu colocava o que a esquerda propunha, o que era tortura, que a gente queria trocar os passageiros por companheiros que es-

tavam sendo torturados e mortos. Aí, ninguém acreditava — "Tortura? Isso não existe, minha filha, você está maluca". "Mas, moço, eu conheço". Realmente, o pessoal estava estarelecido. Me lembro daquela senhora argentina. Eu via nela toda uma simpatia muito grande, pois a Argentina lembrava Lanusse, ditadura. Ela era realmente uma pessoa simpática, que estava entendendo o que eu estava dizendo. Criou-se um clima de menor tensão. A gente discutia o problema do seqüestro. Eu dizia que eles iam invadir o avião. Os passageiros argumentavam: "Não, vamos ver se pelo menos eles dão outro avião para a gente levantar vôo". Aí eu previa tudo: "Não, eles não vão dar, vão entrar aqui e matar todo mundo, vão torturar, a repressão é isso". "Mas nós somos brasileiros, não vão fazer isso conosco". "Mas eles não estão ligando para isso". Minha preocupação naquele momento era a de não deixar que acontecesse nada com eles. Tinha a visão de que se morresse alguém, a gente ia ser realmente os terroristas e seríamos os responsáveis por qualquer coisa que acontecesse aos passageiros. Me lembro que falei com Eraldo: "Olha, a gente tem que preservar a integridade física desses passageiros, porque realmente não cabe aquela história de matar, a gente vai se ferrar".

COLOMBO — Houve dois detalhes importantes na negociação. Um deles foi quando eles disseram que se nós quiséssemos poderíamos seguir viagem, ir para qualquer parte do mundo, mas não haveria negociação. Eles recolocariam os pneus, porque falei que sabia que tudo que eles estavam estragando podiam consertar, aquilo não intimidaria a gente e seria melhor mudar a conversa. Mas a autorização para partir era o próprio sintoma de que eles começavam a ceder. Eles só não dariam os presos. Ao mesmo tempo em que aparecia mais polícia, havia a mudança no comportamento deles, talvez até para nos acalmar. Entra também o fato de que o Correio Diplomático do Canadá estava lá dentro e por isso talvez eles tenham feito outras avaliações. Aí pensamos: se cedem, vão ceder mais. E respondemos que não aceitaríamos, que eles tinham que negociar a vida dos passageiros, pela qual eram responsáveis. Quanto a nós, não havia problema, nós morreríamos na "explosão".

Outro momento foi quando o Correio Diplomático do Canadá fez uma proposta, através de outro passageiro que serviu de

intérprete: nós liberaríamos todos os passageiros e ficaríamos apenas com ele e a tripulação, caracterizando o seqüestro como o de um diplomata. Como o Governo brasileiro tinha como norma negociar seqüestro de diplomatas, ficaria mais fácil, porque ele tinha certeza de que o Canadá exigiria que se negociasse a sua vida. Lembremo-nos, então, de uma discussão que a gente tinha na ALN, quando se definiu que só devíamos fazer seqüestro de embaixadores de países que ostensivamente apoiavam as ditaduras militares do mundo. Como eu vi o Canadá naquele momento? Era o país que dava exílio aos desertores americanos que não queriam lutar no Vietnã e, além do México, o único país que não bloqueava Cuba, economicamente. Então, não poderíamos colocar o Canadá no rol dos países considerados inimigos. Logo, não nos interessava caracterizar o seqüestro como o de um diplomata do Canadá, por essa visão da própria organização.

Só ficou claro para mim que a negociação ia fracassar no instante em que eles começaram a jogar fumaça pelo sistema de respiração do avião. Foi a hora em que eles partiram para invadir. Para mim, a hipótese de prisão não contava. Era morrer.

JANE — A gente nunca cogitou de se entregar. Achávamos que íamos ser presos e mortos. Fazer um plano no papelzinho para matar e explodir o avião é uma coisa. Na hora, você vê quem são as pessoas... Na hora em que vi entrar fumaça no avião, o carro dos bombeiros se aproximando, peguei aquelas máscaras de oxigênio...

COLOMBO — Ah, foi você quem pegou? Eu procurei, pô, já levaram...

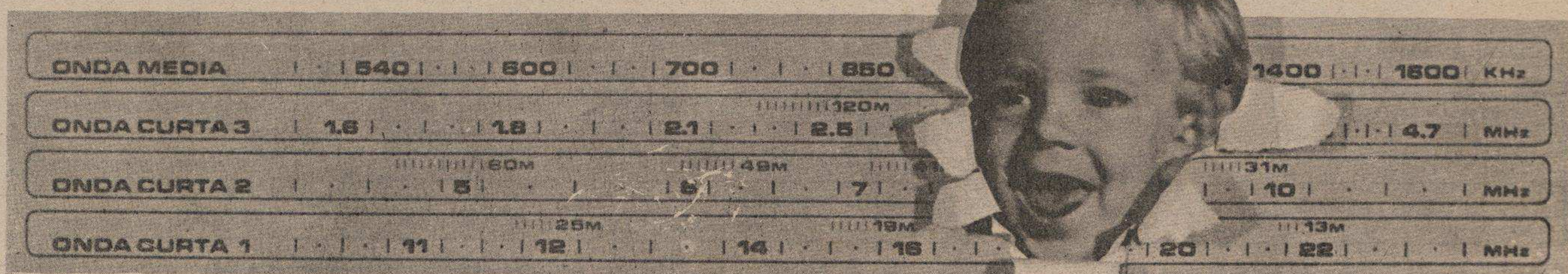
JANE — Peguei as máscaras, gritei que estavam invadindo o avião, salve-se quem puder, e comecei a distribuí-las. Peguei aquele velho que desde o início estava se sentindo mal, era cardíaco, e levei para o banheiro. Me preocupei com ele. Fiquei todo o tempo da invasão com o velho no banheiro, molhando papel higiênico e botando no rosto dele, fazendo respiração artificial, ele quase morrendo e eu pensando: "Pô, se esse velho morre aqui vai ser uma desgraça". Só saí do banheiro quando todo mundo tinha sido preso. Houve aquela confusão total de gás...

COLOMBO — Eles encheram o avião de gás, lama, espuma, fumaça, cortando toda a visão.



Rádio Continental/Breve: 50 kilowatts

VOZ ATIVA



O SOM INTELIGENTE. A NOTÍCIA NA INTIMIDADE.

JANE — Foi uma desgraça. Também teve tiro. Dentro do banheiro, preocupada com o velho e aquela barulhada toda... Quando se fez silêncio, abri a porta do banheiro, empurrei o velho: "O senhor some daqui". Nós tínhamos três armas para quatro pessoas. Nessa hora, eu estava sem arma. Tinha jogado a minha para os meninos, para ver o que fazia pelo velho. Não vi mais ninguém, quando empurrei o velho. Pensei que estivesse todo mundo morto. Aí, apareceu o Eraldo, que estava não sei onde, entrou no banheiro e perguntou: "O que a gente vai fazer, neguinha?" "Não sei, acho que vou por aí ver o que aconteceu. Tenho a impressão de que mataram os meninos". Só estávamos nós dois no avião nessa hora.

COLOMBO — Como você sabe, estava enxergando o resto do avião?

JANE — Já dava para enxergar. Só tinha espuma. Quando abri a porta do banheiro, os caras da Aeronáutica me empurraram lá embaixo e aí se iniciou o período de torturas. Não sabia o que tinha ocorrido com os outros.

COLOMBO — Eu estava na cabine quando começou a entrar fumaça. Corri para avisar aos demais. Fernando substituiu a Jane nas portas da frente. Eram duas portas e eles tentavam abrir por um lado e pelo outro. Só dava para o Fernando segurar uma. Foi segurar a outra. Na cabine, a tripulação botou a máscara, deitou a cadeira e ficou lá deitada. Aí, atirei numa janela, arrebentei o vidro e o cara que estava na escadinha, tentando arrombar a porta, pulou fora. Procuro e não veio mais o Fernando. Saio procurando, gritando o nome dele. Me lembro que tinha gente jogada pelo chão por tudo que é lado. Perto da asa, tinha duas outras portas de emergência que eu desconhecía e que estavam abertas. Entrava lama por elas, através de mangueiras. A caminho dessa porta, vejo uma passageira sentada. Na minha memória, era como se ela estivesse fumando. Mas não poderia estar fumando naquela situação.

JANE — Vai ver era a tal argentina, que era de uma tranquilidade...

COLOMBO — Não ela falava português muito bem. Perguntei a ela: "Onde estão os outros?" Na maior calma, ela respondeu: "Saíram por aí." Como se não estivesse acontecendo nada, me deu uma informação na maior calma, como que diz: "Entraram ali". Devia ter 28 anos no máximo. Chego na porta e vejo os caras atirando. Era uma zoeira incrível, a gente não entendia nada. Identifiquei o que seria o comandante da operação, um careca que depois vim saber que era o coronel Muniz. Podia até não ser o comandante, mas foi o que identifiquei como tal. Era o cara que falava o tempo todo comigo pelo rádio. Gastei toda a minha munição atirando nesse homem. Tinha apenas seis balas.

JANE — Infelizmente, não matou. Era o chefe do CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), um facinora, um torturador.

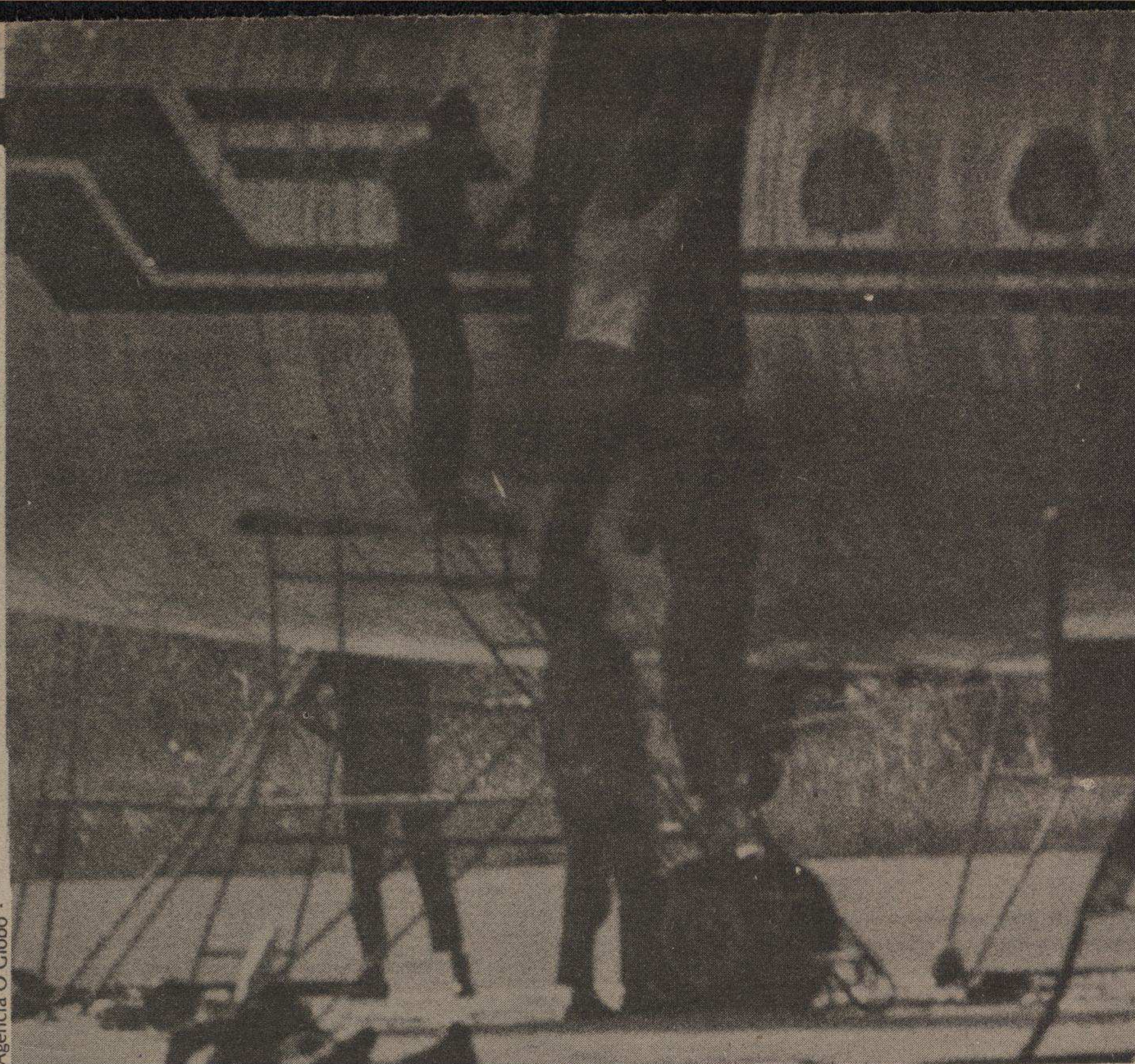
COLOMBO — Ele mesmo depois me identificou como sendo o que atirou nele, assim bem de perto. Eu não sabia atirar direito. Ele se escondia atrás de uma escada, continuava falando com a tropa dele, pelo rádio, sem atirar, aparecia de vez em quando, eu atirava de novo. Ficamos assim até gastar minhas seis balas.

JANE — Como foi que você foi preso?

COLOMBO — Foi o seguinte: estou voltado para o coronel. Levo um trambolhão por trás e caio pela asa do avião. Os caras me pegam e gritam: "É um seqüestrador também, não é?" Eu digo: "É". Aí começou o linchamento, na pista.

JANE — Na pista do aeroporto?

COLOMBO — Sim, na pista ali, os caras começam a chutar a gente de tudo que é lado, até aparecer um soldado, um homem no meio daquele troço todo: "Pára, pára, vocês vão matar os dois". Aí, começou a brigar contra todo mundo que estava nos linchando. O pessoal que estava nos linchando saiu correndo atrás desse cara que nos defendia. Sumiram para lá, ficando um grupo menor com a gente. Colocaram-nos num ônibus, junto com um menino. Até durante a viagem eu tinha perguntado a ele: "Qual é a tua idade?" Ele falou:



Fim do seqüestro: três presos, um morto e dois feridos "Dezesseis".

JANE — Não era um menino holandês?

COLOMBO — Já estávamos deitados no ônibus, eu, Fernando e o menino, e os caras perguntaram, apontando para o menino: "Esse é seqüestrador também, não é?" Eu disse que não era, mas isso parecia a própria confirmação de que era. E batiam mais no menino. Aí, eu vi a Jane sentada, com um soldado.

JANE — Até hoje não tinha sabido como você tinha sido preso. Quando abri a porta do banheiro, eles me empurraram, caí lá de cima do avião pela porta, sem escada. Aí, começaram a tirar minha roupa. Caí nos braços de um cara torturador, acho que é o comandante Clemente — depois, no Codi, eu fui ver, tinha uma piteira, era um cara histérico. Primeira pergunta que me fazem, na pista: "Você é virgem?" Você imagina aquele caos, me arrancam jóias, relógios, roupa, aquela confusão e me perguntam: "Você é virgem?" Eu respondo: "Não, seu filho da puta". Fiquei furiosa com uma pergunta dessas, naquele momento. Você sabe, a repressão tem verdadeira tara sexual. Aí foi uma confusão total, eu estava meio maluca, comecei a morder, dar chutes.

COLOMBO — Exatamente, a sensação era de que a gente tinha enlouquecido. Fernando também sentiu isso.

JANE — Minha sensação era de que realmente tinha enlouquecido, aquilo era uma loucura, os homens me tirando a roupa, me deixando só de calcinha. Me enrolaram toda em cordas e começaram a me dar porrada. Eu olhava em volta e todos os passageiros também estavam levando porrada. Isso foi uma coisa incrível. Tinha dois ônibus. Eu nos braços daqueles homens me batendo, fazendo aquelas perguntas loucas, eu mordendo, dando chutes. Olhava de um lado, tinha um ônibus e mais outro ônibus. Num, não sabia quem estava lá, pensei que eram soldados. Depois, eu vi que eram os meninos. No outro ônibus, estavam os passageiros que já tinham apanhado. Eles olhavam para cá simplesmente apavorados, desesperados. Ao meu lado, estava todo mundo levando porrada.

COLOMBO — Inclusive, quebraram dois dentes do Renato Corte Real.

JANE — Foi, ele desceu gritando "Viva o Brasil" e a repressão desceu porrada nele. Bom, me amarram toda em corda e me levam para esse ônibus. Quando entro, encontro Colombo e Fernando de cueca, deitados, um soldado com o pé na cabeça do Colombo, e o tal menino holandês. Aí vem um cara por trás e pergunta para mim: "O outro era teu marido? Ele se matou". Era o Eraldo. Eu pensei: bom, não pode ter morrido, porque há dois segundos atrás eu estava com ele, quando ele entrou no banheiro e perguntou "o que a gente faz agora, neguinha". Mas ele só tinha uma Beretta e foi morto por uma 45. E há dois segundos atrás ninguém tinha posição de suicídio. Logo, mataram, não foi suicídio. Aí, foi o caos.

Fomos para o Cisa. Acho que eram quatro horas da tarde. O avião foi tomado às três. Chegamos no Cisa, sento numa cadeira. Virava a cabeça, um soldado me dava um soco na cara para não olhar pros meninos. Olhava na frente, Fernando e Colombo de Cueca. Eu pensava que eles estavam mortos. Aí me botam completamente nua, numa parede, para tirar fotografia, um cara perguntou: "Mas ela vai tirar retrato nua?". Outro respondeu: "Guerrilheiro não tem sexo". Depois da fotografia, me levam para a cela. Eu tinha uma aliança, me lembro muito desse detalhe. A gente discutia muito esse negócio de tortura. Peguei a aliança, uma aliança vagabunda, comi-a todinha e a enfiei no taco. Sabe que fiquei três meses na cela e nunca consegui encontrar de novo a aliança? Ficou um soldado na minha porta, eu nua e amarrada. Ouvia tiros, pá, pá, pá, os caras falando pelo rádio, parecia uma guerra.

COLOMBO — Eles fizeram simulação de fuzilamento. Vira e mexe tinha um monte de tiros. Também fui levado para uma cela, num lugar que era chamado "depósito de presos da Aeronáutica", uma coisa assim.

JANE — Na cabeceira da pista, não é?

COLOMBO — Saímos do ônibus debaixo de pau, pum, pum, pum, nego chutando. Me botaram dentro de uma cela. Ficou um soldado na porta, de metralhadora, olhando o tempo todo para mim. Minha reação dentro daquela cela foi a seguinte: tinha mosquito pra burro. Comecei a matar os mosquitos. Veio um tal de coronel Correia, pegou meus braços, olhou se tinha marcas de picada. Era para ver se a gente estava com tóxico. E toda hora vinha um passageiro e olhava, para ver se reconhecia. Isso durou uma meia hora. Depois, começou a tortura mesmo, sistemática.

JANE — Aí você foi para aquela sala?

COLOMBO — É, aquela sala de eucatex.

JANE — Vocês dois foram torturados juntos?

COLOMBO — Não. Só eu. Não vi nem você nem Fernando.

JANE — Primeiro Fernando ou primeiro você?

COLOMBO — Não sei.

JANE — Porque eu fui por último. Me levaram para uma cela lá atrás, já era noite, estava escuro e eu me perguntei: "Quando vai começar o massacre?" Eles me pegaram, me levaram para uma cela enorme, onde estavam todas as nossas coisas...

COLOMBO — Foi nessa onde o Fernando foi torturado.

JANE — ...Havia um monte de homens e um que se dizia padre: "Eu sou padre, me tenha como amigo. Conta para mim tudo o que aconteceu porque eles vão te matar". Eu ficava calada. "Qual é o teu nome?" Eu

calada. Ele insistiu: "Onde é o aparelho do embaixador alemão?" Aí foi que eu pensei: "Pô, a barra tá mais pesada do que eu imaginava. Ele falou: "Vamos, minha filha, porque vão te matar, vão te fazer isso, vão te currar". E eu quieta. Aí chega outro: "Como é que é, já falou? Vamos matar logo essa filha da puta". E o padre: "Não, ela está um pouco com medo, mas vai dizer". Viram que eu não falava, me levaram para a cela de eucatex. O que eu vejo lá: a cela estava toda marcada de tiro. Fiquei olhando, só tinha uma mesa, um cavalete, um pau-de-arara, uma máquina de choque. Tinha um preto, um sargento que enrolava a manivela da maquininha...

COLOMBO — Era um motor, não era a manivela.

JANE — Não me lembro. Mas estavam ali todos os brigadeiros, em pé, fardados, de dragonas, e os homens à paisana me torturando. Me deixaram nua no chão, com as pernas abertas, aí vinha aquele monte de homens e tal... E diziam: "Tá vendo, os rapazes morreram, a gente fuzilou..." aí foi tortura até de madrugada, quando fomos para o Codi.

COLOMBO — Os caras fardados ficaram o tempo todo?

JANE — Ficaram assistindo, em pé, e eu rolando no chão, os caras me dando choque, aquele negócio de querer currar. Me lembro muito que eu estava deitada no chão e eles na porta, observando, falando entre eles alguma coisa que eu não sabia o que era.

COLOMBO — Nessa mesma noite, nos levaram para o Codi. Inclusive, foi aí que eu soube que Eraldo ainda não estava morto. Ouvei o seguinte diálogo entre dois homens: "E o outro?" "Ah, o outro morreu." "Morreu não, suicidou-se e foi levado para o Hospital da Aeronáutica." Mas na hora em que tiraram a gente do Cisa...

JANE — Pera aí, tem um lance interessante, um negócio que me marcou muito. Aquele soldado gordinho, lembra? A tortura era feita por oficiais de patente, só o sargento rodava a manivela. Eu falei não sei o que, que ele era preto. Ele gritava: "Além de tudo é racista..." E rodava mais a manivela. Saindo do Cisa, o coronel Correia disse para um soldado: "Traga um pouco de café". Eu tinha desmaiado. Na hora em que o soldado me dá a caneca de café, caio por cima dele, sujando-o todo. Aí, ele começa a chorar.

COLOMBO — Ah, foi? Não sabia disso não. Me levaram num camburão, que tinha dois bancos. Fiquei no banco de trás, ali onde vai a escolta, não foi na parte de presos, não. Aí, perguntaram: "E o ferido, aonde vai?" "Não, o ferido vai noutro carro, para não se machucar mais." O único ferido que eu sabia, era o Eraldo. Nisso, vejo um cunhado do Eraldo, o tal que era polícia de quem as armas foram roubadas...

JANE — Quando me põem na camioneta, não sabia para onde ia, me lembrei de que lá fora a gente ouvia falar muito em Invernada da Olaria. Estava com uma fome horrível, uma vontade louca de comer. Pô, desde que hora a gente não comia? Perguntei pro polícia ao meu lado: "Será que podia arranjar um pouco de comida para mim?" Um olhava para o outro. "Oh, fulano, ela quer comer". E começavam a rir: "Quer comer, é? Aonde você vai vão te dar muita comida, vão te achar muito bonita." Aí, vi uma placa na rua: "Olaria". Pensei: "pô, eu vou é para a tal de Invernada. O negócio lá vai ficar é preto."

COLOMBO — Bom, sobre o processo de tortura, não faz muito sentido a gente se estender, porque é muito igual ao que tem sido denunciado freqüentemente. Talvez seja interessante lembrar que eles levaram novamente para tortura minha irmã, que estava presa em Bangu, e o pai da Jane, que estava no Presídio Tiradentes. E ainda prenderam a minha mãe, a mãe, um tio e uma das irmãs da Jane, a pretexto de investigação de possíveis implicações. Para a família da Jane, foi o início de uma perseguição política que se estende até hoje. O pai dela foi libertado no seqüestro do Embaixador suíço, num dos decretos de banimento, e levado para o Chile. A família se refugiou na Bolívia e depois foi se encontrar com ele, no Chile.

RETRATO DO BRASIL ENJAULADO

TEMPO DE AMEAÇA, de Rodolfo Konder; Alfa-Ômega, 112 páginas; 80 cruzeiros

É tempo de abrir a boca e contar: o silêncio já foi demasiado longo. Misturando pedaços de sua vida real com uma ficção sombria, Rodolfo Konder presta o seu depoimento. Ele fala de um Brasil que todos conhecemos: um país cruel, onde a vida do cidadão anônimo não tem valor, onde são espezinhados os mais mínimos restos de dignidade humana, um Brasil paralisado pelo terror. O terror que é, como Konder diz, um monstro gelado que de repente sobrevoa toda a cidade.

São aventuras de um heroísmo triste porque invariavelmente derrotado — mas sempre de cabeça erguida. É tempo também de catalogar os erros cometidos — ao contrário do que defendem hoje os oportunistas, é preciso restabelecer que a

tragédia não começou em 1964, apenas teve naquele ano seu desfecho culminante. Pois a história do Brasil é um suceder de horrores — o país teve sua estrutura montada por algo tão sinistro quanto a escravidão — e a própria família de Tu — o herói desse tempo de ameaça — reconhece que em matéria de perseguição política o governo do general Eurico Dutra, em plena Constituição democrática, foi até pior do que sua experiência no Estado Novo. É certo que se trata do caso particular de uma família — mas é importante que nos chamem a atenção para que não se deva ter nostalgia de um passado falso, triste e mesquinho — mas trabalhar para construir um país melhor no futuro.

Seguimos emocionados a trajetória de Tu, nascido numa família progressista e criado em meio à selvageria adolescente de uma Ipanema hoje desconhecida, então ermo de valentões e capoeiristas. Vemos a violência instaurar-se na relação entre as pessoas, seja nos jogos de futebol seja nos exercícios do CPOR. Tu mantém sua integridade em grande parte pela salvação de ter nascido naquela família e percebe isso quando a Polícia Política deixa de ir procurar em casa o velho pai para procurar os filhos. Essa tradição progressista é que faz Tu não



Konder: maduro, mas não cético

perder-se em meio à violência e à mediocridade, quando tantos amigos se põem a chafurdar.

Depois desses anos de formação, surgem os meses triunfantes de Tu. Trabalhando na Petrobrás, chega a dirigente

sindical em luta pela autogestão dos trabalhadores na empresa estatal. São os inícios da década de 60 porém e logo advém o golpe, frustrando todas as esperanças não só de Tu e não só da Petrobrás. Das altissonâncias da autogestão, resta a dureza do primeiro exílio. E depois é uma suceder de voltas ao Brasil, novas lutas e novas derrotas, prisões e mortes de amigos e companheiros, a presença ignóbil da tortura.

É um retrato do Brasil, o Brasil perseguido, o Brasil enjaulado, o Brasil diariamente inutilizado e castrado por um sistema aparentemente onipotente. Sobre esse solo o sistema não quer que cresça nenhuma flor, que nenhuma idéia brote da cabeça dos cidadãos. É de uma terra arrasada que estamos falando, os sistema insiste, pela tortura, repressão e censura, em retirar o mais mínimo caráter humano da humanidade que povoa o país. Felizmente, como demonstra a trajetória de Tu, o objetivo do sistema é impossível. Ele pode destruir, pode torturar, pode humilhar, pode matar: sempre surgirão novos Tu. É que a classe dominante, para sobreviver, necessita da existência das classes trabalhadoras.

Mais maduro, porém não cético, Tu prossegue em sua caminhada. Talvez seus objetivos sejam mais modestos do que no início de carreira. Mas surge, enfim, um dos raros heróis autênticos na literatura nacional.

Renato Pompeu

NIEMEYER, NO ATAQUE E NA DEFESA

A FORMA NA ARQUITETURA, de Oscar Niemeyer, editora Avenir, 54 páginas.

Diz Darcy Ribeiro que Oscar Niemeyer é a única personalidade viva que será lembrada no século XXI. Bondade de amigo? Ou apenas uma homenagem exagerada? O fato é que este país tem na história de sua arquitetura uma figura universal, cuja obra marca com suas formas incomuns a capital dos sonhos democráticos de uma geração de intelectuais e políticos que a projetaram, construíram e, depois, a viram transformar-se no refúgio daquilo que condenavam.

Em torno de Niemeyer nunca houve consenso. Sua obra tem amantes entusiasmados e inimigos odiados. Seu entusiasmo pela plasticidade do concreto e o abuso das formas curvas não ficou impune. Merece uma crítica severa e permanente. Desde a Pampulha — onde uma capela foi desenhada como nunca outra o fora e onde a marquise da Casa do Baile foi criada por que a curva é bonita e o concreto permitia — Oscar, como o chamam seus amigos mais chegados, defende a liberdade de expressão formal. Desafia o funcionalismo. Esbraveja contra os que, segundo ele, querem submeter a beleza a estereótipos tecnicistas. Defende a surpresa formal — cada novo projeto, uma nova proposta, um novo caminho.

Niemeyer, além de ser arquiteto desenha e, por vezes, escreve. Normalmente são longos artigos que os editores habilidosamente transformam em livros. *A Forma na Arquitetura* é um deles — em formato pequeno (12,5 x 21,5 cm) composto em corpo 14 e com apenas 54 páginas.

Neste pequeno livro o grande arquiteto e humanista se defende e ataca. Reitera seu otimismo no futuro, seu amor à beleza e a fé no socialismo. Um pouco desajeitado analisa sua obra numa perspectiva contemporânea e universal, sempre fiel aos que tornaram isto possível. Lá está o reconhecimento a Gustavo Capanema, Lúcio Costa, Benedito Valadares, Le Corbusier e Juscelino Kubitschek.

Está também o amargo registro dos que se adonaram da capital e a tornaram hostil: "... a primeira intervenção na arquitetura de Brasília, foi em seu aeroporto. Tratava-se da entrada principal da cidade e isso exigia o nosso protesto. Protestamos, brigamos muito, mas os nossos argumentos de nada serviram. Era uma questão política, e lá se ergueu aquela coisa obsoleta, provinciana, como um exemplo dos tempos em que vivíamos."

Jorge Polydoro



Quem não sabe o que dizer com estas palavras está por fora da linguagem da Comunicação



Fique por dentro. Chegou o dicionário que faltava. DICCIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, com a colaboração de Muniz Sodré. A definição clara e atual dos 4 mil verbetes que você precisa saber. O vocabulário técnico, os neologismos e a gíria dos profissionais de Jornalismo, Propaganda,

Editoração, Artes Gráficas, Relações Públicas, Marketing, Televisão, Rádio, Cinema, Teatro, Fotografia, Audio Visual, Telecomunicações, Cibernética. E todas as palavras-chave da Teoria da Comunicação. Compre o DICCIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO enquanto é tempo. Se não, qualquer dia uma palavra dessas pode atropelar você.

Um lançamento da Codecri. A editora do rato que ruge.

RAZÕES DA SEGURANÇA NACIONAL

IDEOLOGIA DA SEGURANÇA NACIONAL, do Padre Joseph Comblin; Civilização Brasileira, 1978; 251 páginas; 120 cruzeiros.

Joseph Comblin aprendeu seu tema na prática. Belga, nascido em 1923, doutor em Teologia em Louvain (1950), dedicou-se às atividades pastorais na Arquidiocese de Recife e Olinda e ao ensino da Universidade Católica de Campinas desde 1958 até sua sigilosa — mas nem por isto menos escandalosa — expulsão do Brasil em 1970, quando saiu dos corredores da Polícia Federal direto para o Aeroporto Internacional.

O perspicaz e profundo teólogo belga havia se tornado um problema de *Segurança Nacional*; talvez pela autoria de *Teologia da Paz*, resumo substancioso de suas crenças cristãs e suas pesquisas doutrinárias; talvez por sua não parcimoniosa assessoria ao Arcebispo Dom Helder Câmara. É provável que tenha nascido desta época sua preocupação com o tema de seu mais recente livro, *A Ideologia da Segurança Nacional*. Mas não procure em suas páginas a menor referência subjetiva; trata-se de um manual sintético com uma apresentação quase tomista das razões da *segurança nacional*, segundo seus teóricos; os elementos formadores da ideologia, seu histórico e, sobretudo, sua prática em sete países latino-americanos.

Comblin, para surpresa de quem acompanha sua trajetória intelectual exuberante em imaginação teológica, sobretudo em suas análises da pessoa de Cristo, do sentido atual da Igreja e da emergência do Espírito Santo na construção de uma nova Igreja vicejada na tradição e na vivência diária, não traz em seu novo livro nenhuma novidade. A única, talvez, é a de ter costurado o conjunto de doutrinas da *Segurança Nacional* numa explicação racional e crítica.

Para o estudioso no assunto — ou pelo menos para aqueles que já leram o livro do General Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil* (1967) — *A Ideologia da Segurança Nacional*, apenas traduz, através de um método crítico e de uma visão cristã — portanto não maniqueísta da sociedade e da história — os conceitos céticos e apocalípticos da *guerra total* que fundam a doutrina da *Segurança Nacional*.

Sua análise de teólogo surpreende apenas aqueles que imaginam a teologia como ciência do irreal e não percebem que ela trata justamente da História, pois é nesta que, desde Abraão, se encerra a ciência de Deus. Mas sua descrição de teólogo abre flanco para uma fecunda discussão sobre o conceito de guerra de Clausewitz/Lênin — “A guerra é a continuação da política por outros meios” — e o “moderno” conceito geopolítico, no qual a “política se torna a continuação da guerra” e, portanto, a esta se deve dar precedência no mandato do Estado.

Após 14 anos de experiência sobre ordens desta doutrina invertida, quando o Estado no Brasil e em vários outros países da América Latina conseguem manipular e algar o conjunto da sociedade na especulativa *guerra total* contra o comunismo, descobrindo e exorcizando as transfigurações deste em tudo o que for manifestação integrada nos *objetivos nacionais* do Estado de *Segurança Nacional* é quase uma redundância explicar o que significa a ideologia da *Segurança Nacional*.

Comblin transforma esta redundância em sutil sabedoria. Escrevendo para europeus — seu livro primeiro foi editado na França — resume esta experiência nas discrições dos governos militares do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Equador e Peru. E ressalta as distinções existentes nos três modelos básicos de *Segurança Nacional*: no Brasil, onde tudo é perpassado pela penetração e hegemonia do capitalismo internacional; Argentina, retardada em sua inserção no novo esquema de dependência — “internacionalização do mercado interno” — e por isso com grandes veleidades na-



cionalistas de direita em suas Forças Armadas; e Peru, onde as próprias Forças Armadas tentaram traduzir a ideologia da *Segurança nacional* numa linguagem progressista e socializante.

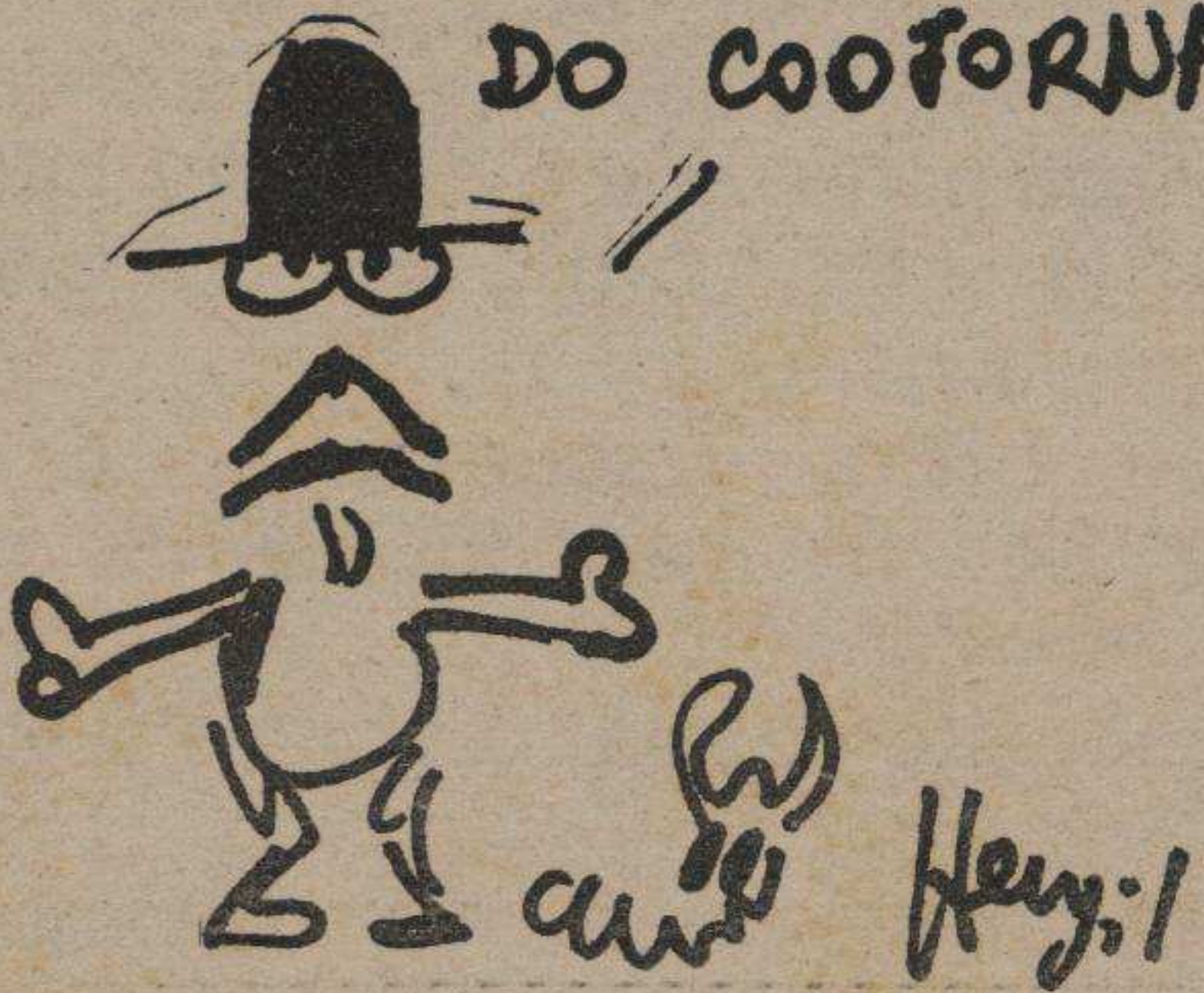
Em todos os modelos analisados, no entanto, Comblin não deixa de ressaltar aquilo que é, afinal, sua essência: a obstinada tentativa à participação das camadas populares. Pode-se dizer, mesmo, que a melhor definição de Estado de *Segurança Nacional* pára pela expressão “ausência de organização e participação popular no processo de decisão”. É neste ponto que o novo Exército e a nova Igreja divergem agudamente na América Latina; já que esta — como o próprio Comblin analisa em artigo na *Revista Eclesiástica Brasileira* junho de 1975, “A Missão do Espírito Santo” — nasce de uma percepção cristã de que “o homem é livre na conquista da liberdade”.

Em *A Ideologia da Segurança Nacional*, Joseph Comblin mostra como se articulam as dominações na América Latina, na trama que vai das oligarquias mais Forças Armadas nos Estados de *Segurança Nacional* primitivos, como o Chile e a Bolívia, e capital internacional mais tecnocracia e aparelhos de segurança em Estados de *Segurança Nacional* como o Brasil. Aliás esta distinção o autor não faz em seu livro. E este é o seu principal defeito.

Sem fazer esta distinção — de grande importância política, pois permite às camadas populares encontrarem dentro dos próprios Estados aliados conjunturais, como a realidade o prova no Brasil — a obra de Comblin manca em seu lado esquerdo. Mas seu objetivo mais parece o de sintetizar uma experiência histórica definida do que propor fórmulas para sua alternativa. Essa, em sua crença, acontece na própria história pela ação daqueles que vão se libertando pelo ato de lutarem pela liberdade. Em síntese: Comblin não escreveu um panfleto, mas um manual utilíssimo. Mesmo para aqueles que pensam enfrentar o poder com um mimeógrafo na mão e uma idéia fixa na cabeça.

Jefferson de Barros

CADE MINHA ASSINATURA DO COOJORNAL?



REGISTRO

LIBERDADE PARA OS BRASILEIROS, de Roberto Ribeiro Martins, Editora Civilização Brasileira. É um livro que nasceu na prisão e é o resultado de uma pesquisa sobre as 56 anistias concedidas no Brasil, desde seu descobrimento. O autor foi líder estudantil na década de 60, preso em 1975 e, condenado a cinco anos, começou a corresponder-se com o escritor Hélio Silva e a estudar História do Brasil. Em setembro do ano passado obteve liberdade condicional. É um livro de linguagem solta, que relaciona todos os episódios e personagens da história mais vinculados aos movimentos de anistia. Um destes personagens é Rui Barbosa, “definitivamente ligado à história

da anistia no mundo inteiro. Porque não só a defendeu, a apoiou, a propôs e a legislou inúmeras vezes no Brasil, mas porque foi um dos seus mais complexos doutrinadores. A partir de Rui Barbosa, todas as anistias decretadas no país tiveram, direta ou indiretamente, a sua marca”. No início, Roberto Ribeiro Martins dedica o livro a todos os brasileiros que anseiam por anistia e liberdade. O escritor Hélio Silva, na apresentação, diz que o livro deveria tornar-se um manual de leitura obrigatória e o classifica de “admirável trabalho”.

SMITH, RICARDO, MARX, do italiano Claudio Napoleoni, professor de Política Econômica e História das Doutrinas Econômicas na Universidade de Turim. É uma revisão das teorias clássicas baseada nas idéias de autores contemporâneos. Editado pela Graal, Biblioteca de Economia.

DOM HÉLDER, escrito por Marcos de Castro para a coleção EU, da Editora Graal. Narra episódios da vida do arcebispo de Olinda e Recife, *estriado* durante muito tempo pela imprensa.

ALCEU AMOROSO LIMA, por Otto Maria Carpeaux para a coleção EU da Editora Graal. Este foi um dos últimos trabalhos do escritor. É a biografia de Tristão de Athayde, escrita por um amigo.

COMUM é uma revista especializada em comunicação, editada no Rio de Janeiro pela Faculdade de Comunicação e Turismo Hélio Alonso, Praia de Botafogo, 266. Atende pelo reembolso postal. No número dois publica uma entrevista com Michel Foucault, tem um artigo de Fernando Almeida Sá sobre Publicidade em Poder e um ensaio de Amaral Vieira sobre o papel do Rádio e da TV na formação da Cultura Brasileira.

CIÊNCIA E Cultura, publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Assinatura Cr\$ 400,00 e número avulso Cr\$ 35,00. Rua Cardeal Arcoverde, 1.629, Pinheiros — 05407, São Paulo, SP.

SUÍTE EM DOR MAIOR, poesia de Mário da Silva Brito, editadas pela Editora Civilização Brasileira. Cr\$ 85,00.

AS TÁTICAS DE GUERRA DOS CANGACEIROS, de Maria Christina Matta Machado, Editora Brasiliense. Um livro que procura interpretar o sertanejo, contar sua história. A autora defendeu tese sobre o cangaço na Universidade de São Paulo.

OS LIVROS QUE VOCÊ PRECISA LER ESTÃO AQUI.

C1 — ESPIONAGEM CIENTÍFICA:

Jacques Bergier
Os cientistas, a política e a tecnologia da guerra. A manipulação de cérebros, o uso da Ciência pelos governos, o tráfico de sabões. — Cr\$ 100,00

C2 — ANTOLOGIA POÉTICA:

Pablo Neruda
Edição bilingüe: texto original em castelhano e a tradução portuguesa em prosa. O melhor de Neruda em um único livro. — Cr\$ 90,00

C3 — O MITO DA CULTURA DE MASSA:

Alan Swingewood
Uma análise dos princípios fundamentais da comunicação de massa, a partir da dominação de classe nas sociedades capitalistas modernas. Um estudo a partir das teorias de Adorno, Gramsci, Benjamin, Althusser, Marcuse e Lukacs. — Cr\$ 120,00

C4 — ECOLOGIA E POLUIÇÃO:

Benjamin de Carvalho
O homem e seu ecossistema. Poluição do meio ambiente e explosão demográfica. A destruição do meio ambiente e o futuro. O progresso a qualquer preço e a natureza. — Cr\$ 110,00

C5 — SEXO E AMOR:

Eric Berne
Uma abordagem inteiramente original do sexo e do amor: sob o prisma da análise transaccional. Linguagem coloquial, fundada em pesquisa e transbordante de verve e sabedoria. — Cr\$ 100,00

C6 — AGRESSIVIDADE CRIATIVA:

Bach & Goldberg
Um livro que derruba o mito do “cara legal”. O perigo da repressão da raiva. Como tornar construtiva sua agressividade livrando-se do artificialismo das relações humanas. — Cr\$ 160,00

C7 — NOSSA NOVA CASA:

Bruno Monteiro
Projetos completos, com fachadas e divisões internas, de casas térreas e sobrados de vários estilos. — 98 sugestões para construir sua casa. E mais: churrasqueiras, lareiras, piscinas, jardins. Projetos novos. Totalmente a cores. — Cr\$ 160,00

Aproveite a oportunidade. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Agência Literária Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre Veritas Ltda.

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:

C1... C2... C3... C4... C5... C6... C7...

Nome: _____

Rua: _____ Bairro _____

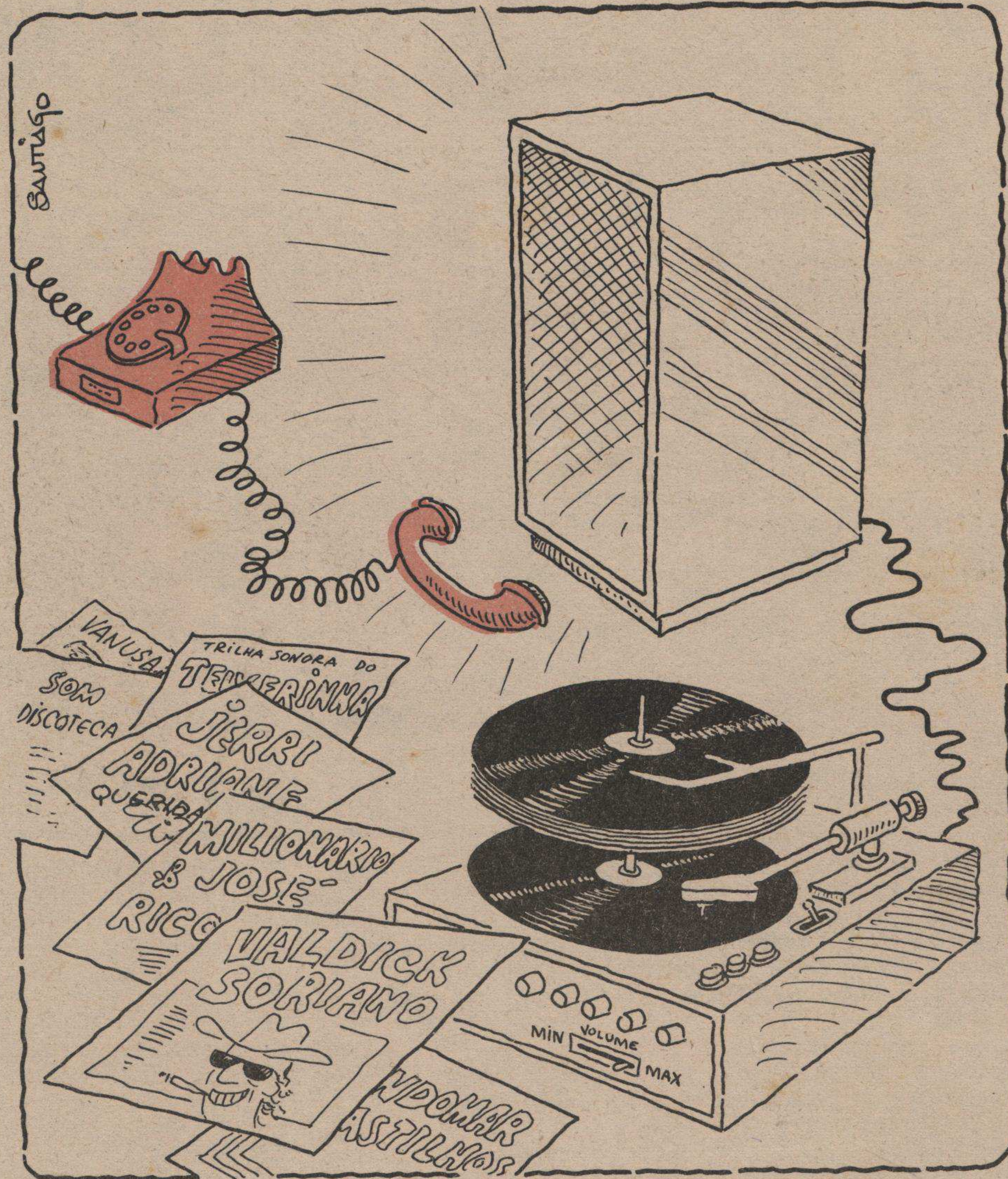
Cidade: _____ CEP _____ Estado _____

* Não cobramos despesas de remessa.

Assinatura _____

ponha logo no Correio

VERÍSSIMO



Anotações de um censor de telefones, Brasília.

...

— Alô.
 — Alô?
 — Alô!
 — Alô...
 — Sim, alô...
 — Tem um ruído estranho...
 — Pode ser a ce, ene, esse, u, erre, a.
 — Você quer dizer a cen...
 — SSSHHHH!
 — Agora aumentou o ruído.
 — Não, fui eu que fiz "ss-shhhh".
 — Ah...
 — Fala em inglês.
 — Mas em inglês eu só sei rauduiudu.
 — O que é que você quer, afinal?
 — É sobre o nosso churrasco de domingo. Eu levo o sal grosso e...
 — Pare! Por favor, pare!
 — O que foi?
 — Você está louco? O censor vai achar que isso é código.
 — Mas que código? Sal grosso é código?
 — Não diga nada inocente que pode parecer suspeito.
 — Mas o que é que eu digo?
 — Diga alguma coisa comprometedor. Aí o censor não desconfia.
 — O que, por exemplo?
 — Fale mal do presidente.
 — Falar mal de mim mesmo?!

...

— Alô?
 — Alô.
 — Sim?
 — É sobre a lista com um milhão e trezentas mil assinaturas contra o aumento do custo de vida. O presidente quer saber o que está sendo feito a respeito.
 — Já estamos tomando providências.
 — O presidente acha que um milhão e trezentas mil assinaturas é um número considerável. Quer toda a atenção para o assunto.
 — Pode deixar.

...

— Alô.
 — Alô? Já tomamos as primeiras providências a respeito da

lista de protesto contra o aumento do custo de vida.
 — Ótimo.
 — O presidente pode ficar tranquilo. O problema é menos grave do que ele pensa.
 — Muito bem.
 — Contamos as assinaturas. São um milhão, duzentas e oitenta e sete, apenas.
 — Grwslkhgfs.
 — Alô? Você está com o seu scrambler ligado?
 — Não, por quê?
 — Um ruído estranho.
 — Foi eu que fiz "grwslkhgfs".
 — Ah.

...

— Alô.
 — Alô. Sou eu outra vez. Informe ao presidente que todas as medidas cabíveis na questão do custo de vida já foram tomadas. Neste momento, dezessete técnicos do governo estão reunidos estudando o problema.
 — Certo. Então, quando terminar a reunião dos economistas, você...
 — Que economistas?
 — Os que estão reunidos para estudar uma maneira de baixar o custo de vida.
 — Mas não há nenhum economista reunido. Quem está reunido são os grafólogos, estudando as assinaturas uma por uma.
 — Mas isso não vai levar muito tempo?

— Eles estão fazendo hora extra. Aliás, vamos precisar de uma suplementação de verba para pagar o trabalho. Talvez um aumento nos impostos...
 — Vou tratar disso.
 — E grafólogo quer dinheiro. Não aceita cheque. Sabe como é, fica olhando a assinatura fazendo cara feia...
 — Grwslgsofs.
 — O que você disse?
 — Não fui eu. Foi o gravador.

...

— Alô.
 — Alô. Boas notícias. Os grafólogos já descobriram sete Silvas na lista de assinaturas. Obviamente a mesma pessoa.
 — Muito bem. Olhe.
 — O quê?
 — Eu vou dar uma saída. Qualquer coisa, pode deixar recado com o censor.
 — O cá.

...

— Alô!
 — Alô. Aqui fala o censor deste telefone. Para deixar recado, fale pausadamente que o gravador pifou e eu já estou com a mão cansada de tomar nota.
 — Certo. É sobre o custo de vida. Não há mais dúvidas de que um grande número de assinaturas no protesto é falso. Está resolvido o problema do...
 — Mais devagar. Mais devagar!

— Desculpe. Está resolvido o problema do custo de vida.

...

— Alô.
 — Alô. Recebi seu recado pelo censor. Bom trabalho. Acho que isto prova que, ao contrário do que querem os contestadores, o povo esta satisfeito com o aumento do custo de vida. Talvez até se consiga um abaixo assinado a favor do aumento do custo de vida. Vou falar com a assessoria de RP.
 — O cá. Mas tem uma coisa.
 — O quê?
 — Os dezessete grafólogos.
 — Que que tem?
 — Quando terminaram de analisar a última assinatura do abaixo-assinado, os dezessete assinaram em baixo.
 — Mande investigar a assinatura deles. Podem ser falsas.
 — Certo.
 — Alô.

...

— Alô.
 — Querida, adivinhe o que me aconteceu?
 — Não sei.
 — Grampearam o meu telefone.
 — Grampearam? Você não consegue tirar do gancho? Então como é que...
 — Não! Grampearam. Meu telefone está censurado.
 — Meu bem. Isso quer dizer que...
 — Sim! Promoção. Subi de status. Agora sou um dos homens de confiança do governo!

...

— Alô.
 — Alô. Sobre aquele nosso assunto...
 — Espere. Não há perigo de, você sabe?
 — Nenhum. Comprei um aparelhinho que detecta qualquer tipo de censura. Este telefone não está censurado. Podemos falar sem risco.
 — Ótimo. Então... Mas que ruído é este?
 — Que ruído?
 — Uma risadinha abafada.
 — Deve ser o censor. Eu sabia. O maldito aparelhinho é de fabricação nacional!